

# Prospecto Definitivo da Primeira Distribuição Pública de Cotas Seniores do

## “Banif Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Agro I”



CNPJ/MF nº 09.558.625/0001-48

no montante de até

# R\$ 82.500.000,00

Código ISIN Cotas Seniores: BRBNFACTF008

Classificação de Risco das Cotas Seniores – Fitch Ratings: “AA(bra)”

Oferta de Cotas deliberada pela Instituição Administradora do Fundo em 6 de maio de 2008.

O Fundo foi registrado na CVM em 30 de julho de 2008, sob o código 266-6.  
A distribuição de Cotas foi registrada na CVM em 30 de julho de 2008, sob o nº CVM/SRE/RFD/2008/039.

Distribuição pública de até 165 Cotas Seniores, com valor inicial de R\$ 500.000,00, totalizando o montante de R\$ 82.500.000,00, do “BANIF FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS AGRO I”, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 09.558.625/0001-48 (“Fundo”). As Cotas Seniores correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo, sendo este constituído sob a forma de condomínio fechado. Os direitos e demais características das Cotas Seniores estão dispostos no regulamento do Fundo (“Regulamento”), que integra este Prospecto como Anexo I. Serão ainda objeto de colocação privada até 135 Cotas Subordinadas, com valor nominal unitário inicial de R\$500.000,00.

O Fundo foi constituído em 6 de maio de 2008 tendo seu ato de constituição e Regulamento sido registrados no 2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Brasília, Distrito Federal, em 6 de maio de 2008, sob o nº 768.451. O Fundo é administrado pela Caixa Econômica Federal, sociedade autorizada pela CVM a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, com sede em Brasília, Distrito Federal, no Setor Bancário Sul Quadra 4 Lotes 3-4, Asa Sul, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.360.305/0001-04.

“O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO EMISSOR, BEM COMO SOBRE AS COTAS A SEREM DISTRIBUÍDAS.”

“OS INVESTIDORES DEVEM LER A SEÇÃO FATORES DE RISCO, NAS PÁGINAS 27 A 35.”

O Fundo visa atingir Investidores Autorizados, que são investidores qualificados, conforme definidos pelo artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, bem como fundos de investimento em cotas classificados como “Renda Fixa” e “Multimercado”, de acordo com o artigo 112, parágrafo 5º, da Instrução CVM nº 409/04, quer sejam pessoa natural, jurídica e/ou investidores institucionais, que busquem retorno no médio e longo prazos, de rentabilidade condizente com a política de investimento do Fundo e que estejam dispostos a aceitar os riscos inerentes à aplicação nas cotas do Fundo, bem como o prazo de maturação do investimento.

Veja outros avisos importantes na página 1 deste Prospecto.

Instituição Líder



Instituição Administradora



Custodiante



Gestor



Consultores Legais



Auditor



Agência Classificadora de Risco



A data deste Prospecto é 23 de janeiro de 2009.

## AVISOS - ANBID

*Este Prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código de Auto-Regulação da ANBID para os Fundos de Investimento, bem como das normas emanadas da Comissão de Valores Mobiliários. A autorização para funcionamento e/ou venda das cotas deste Fundo de Investimento não implica, por parte da Comissão de Valores Mobiliários ou da ANBID, garantia de veracidade das informações prestadas, ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, de seu administrador ou das demais instituições prestadoras de serviços.*

*O investimento do fundo de investimento de que trata este Prospecto apresenta riscos para o investidor. Ainda que a Instituição Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor.*

*O fundo de investimento de que trata este Prospecto não conta com garantia da Instituição Administradora do Fundo, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.*

*A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura.*

*As informações contidas neste Prospecto estão em consonância com o Regulamento, porém não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste Prospecto quanto do Regulamento, com especial atenção para as cláusulas e disposições relativas ao objeto e à política de investimento do Fundo, bem como às disposições do Prospecto que tratam dos fatores de risco a que o Fundo está exposto.*

*Este fundo de investimento utiliza estratégias com derivativos como parte integrante de sua política de investimento. Tais estratégias, da forma como são adotadas, podem resultar em perdas patrimoniais para seus cotistas.*

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

## ÍNDICE

<b>GLOSSÁRIO.....</b>	<b>9</b>
<b>IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA, DA INSTITUIÇÃO LÍDER, DE CONSULTORES, AUDITOR, AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO E DEMAIS ENTIDADES ENVOLVIDAS NA OFERTA.....</b>	<b>17</b>
<b>SUMÁRIO DOS TERMOS E CONDIÇÕES DO FUNDO E DA DISTRIBUIÇÃO DE COTAS.....</b>	<b>19</b>
<b>INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA.....</b>	<b>19</b>
<b>INFORMAÇÕES RELATIVAS AO FUNDO.....</b>	<b>19</b>
<b>FLUXOGRAMA DA SECURITIZAÇÃO .....</b>	<b>21</b>
<b>PÚBLICO ALVO.....</b>	<b>22</b>
<b>CONDIÇÕES DE DISTRIBUIÇÃO .....</b>	<b>23</b>
<b>PROCEDIMENTOS DE DISTRIBUIÇÃO.....</b>	<b>23</b>
<b>CRONOGRAMA DE ETAPAS DA OFERTA .....</b>	<b>23</b>
<b>INÍCIO E ENCERRAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO .....</b>	<b>24</b>
<i>Divulgação de Anúncios Relacionados à Distribuição .....</i>	<i>24</i>
<i>Manifestação de Aceitação ou de Revogação da Aceitação.....</i>	<i>24</i>
<i>Modificação, Suspensão e Cancelamento da Oferta .....</i>	<i>24</i>
<i>Devolução e Reembolso aos Investidores.....</i>	<i>25</i>
<b>DISTRIBUIÇÃO, SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO DAS COTAS .....</b>	<b>25</b>
<i>Demonstrativo do Custo da Distribuição .....</i>	<i>26</i>
<i>Custo Unitário de Distribuição .....</i>	<i>26</i>
<b>FATORES DE RISCO .....</b>	<b>27</b>
<b>RISCOS DE MERCADO.....</b>	<b>27</b>
<b>RISCOS DE CRÉDITO.....</b>	<b>28</b>
<b>RISCOS DE LIQUIDEZ.....</b>	<b>29</b>
<b>RISCO PROVENIENTE DO USO DE DERIVATIVOS .....</b>	<b>30</b>
<b>RISCOS ESPECÍFICOS.....</b>	<b>30</b>
<i>Riscos Operacionais.....</i>	<i>30</i>
<i>Riscos de Descontinuidade.....</i>	<i>31</i>
<i>Riscos dos Originadores.....</i>	<i>31</i>
<i>Outros Riscos .....</i>	<i>32</i>
<b>CARACTERÍSTICAS GERAIS DO FUNDO .....</b>	<b>36</b>
<b>BASE LEGAL E CLASSIFICAÇÃO ANBID .....</b>	<b>36</b>
<b>OBJETO .....</b>	<b>36</b>
<b>FORMA DE CONSTITUIÇÃO.....</b>	<b>36</b>
<b>PRAZO DE DURAÇÃO .....</b>	<b>36</b>
<b>OBJETIVO DE INVESTIMENTO .....</b>	<b>36</b>
<b>POLÍTICA DE INVESTIMENTO .....</b>	<b>37</b>
<i>Aplicação em Direitos Creditórios.....</i>	<i>37</i>
<i>Aplicação do Remanescente do Patrimônio Líquido.....</i>	<i>39</i>
<i>Operações em mercados de derivativos .....</i>	<i>40</i>
<i>Requisitos de Diversificação .....</i>	<i>40</i>
<b>CONTRAPRESTAÇÃO PELA CESSÃO .....</b>	<b>42</b>
<b>ORDEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS .....</b>	<b>42</b>
<b>REGRAS DE MOVIMENTAÇÃO .....</b>	<b>43</b>
<b>COTAS DO FUNDO .....</b>	<b>43</b>
<i>Características Gerais.....</i>	<i>43</i>
<i>Classe de Cotas .....</i>	<i>44</i>
<i>Razão Mínima.....</i>	<i>44</i>
<i>Colocação das Cotas Seniores .....</i>	<i>45</i>

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

<i>Emissões, Integralização e Valor das Cotas .....</i>	<i>45</i>
<i>Negociação de Cotas.....</i>	<i>46</i>
<i>Classificação de Risco das Cotas Seniores .....</i>	<i>46</i>
<b>AMORTIZAÇÃO DE COTAS.....</b>	<b>46</b>
<i>Amortização das Cotas Seniores .....</i>	<i>46</i>
<i>Amortização das Cotas Subordinadas.....</i>	<i>48</i>
<b>DISTRIBUIÇÃO DOS RENDIMENTOS DA CARTEIRA DO FUNDO .....</b>	<b>49</b>
<i>Remuneração das Cotas Seniores .....</i>	<i>49</i>
<i>Rendimentos das Cotas Subordinadas.....</i>	<i>50</i>
<b>METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO E DAS COTAS DE CADA CLASSE .....</b>	<b>51</b>
<i>Metodologia de Avaliação dos Direitos Creditórios.....</i>	<i>51</i>
<i>Metodologia de Avaliação das Cotas .....</i>	<i>52</i>
<i>Metodologia de Avaliação dos Outros Títulos e Ativos.....</i>	<i>53</i>
<b>ASSEMBLÉIA GERAL.....</b>	<b>53</b>
<i>Competência.....</i>	<i>53</i>
<i>Procedimento de Convocação.....</i>	<i>54</i>
<i>Direito de Voto e Critérios para Apuração das Deliberações .....</i>	<i>55</i>
<i>Divulgação e Eficácia das Deliberações da Assembléia Geral .....</i>	<i>57</i>
<b>LIQUIDAÇÃO DO FUNDO .....</b>	<b>57</b>
<i>Eventos de Avaliação .....</i>	<i>57</i>
<i>Eventos de Liquidação .....</i>	<i>61</i>
<i>Procedimentos de Liquidação .....</i>	<i>62</i>
<b>INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES.....</b>	<b>63</b>
<i>Despesas e Encargos do Fundo.....</i>	<i>63</i>
<i>Informações obrigatórias e periódicas.....</i>	<i>64</i>
<i>Publicações .....</i>	<i>67</i>
<i>Atendimento aos Cotistas .....</i>	<i>67</i>
<b>DIREITOS CREDITÓRIOS .....</b>	<b>68</b>
<b>CARACTERÍSTICAS .....</b>	<b>68</b>
<i>Natureza, Aspectos Legais e Regulamentares dos Direitos Creditórios .....</i>	<i>68</i>
<i>Informações Gerais .....</i>	<i>69</i>
<i>Política de Crédito do Cedente .....</i>	<i>70</i>
<i>Procedimentos de Cobrança dos Direitos Creditórios.....</i>	<i>71</i>
<i>Garantias e Outros Reforços de Crédito .....</i>	<i>72</i>
<i>Informações Estatísticas.....</i>	<i>73</i>
<b>PRESTADORES DE SERVIÇO.....</b>	<b>75</b>
<b>INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA .....</b>	<b>75</b>
<i>Histórico e Atividades .....</i>	<i>75</i>
<i>Obrigações, Vedações e Responsabilidades da Instituição Administradora.....</i>	<i>76</i>
<i>Remuneração da Instituição Administradora.....</i>	<i>79</i>
<i>Substituição da Instituição Administradora .....</i>	<i>79</i>
<i>Contratação de Terceiros.....</i>	<i>80</i>
<b>CUSTODIANTE.....</b>	<b>80</b>
<i>Histórico e Atividades .....</i>	<i>80</i>
<i>Responsabilidades .....</i>	<i>81</i>
<i>Substituição do Custodiante .....</i>	<i>82</i>
<i>Remuneração do Custodiante.....</i>	<i>82</i>
<b>GESTOR.....</b>	<b>82</b>
<i>Histórico.....</i>	<i>82</i>
<i>Responsabilidades .....</i>	<i>83</i>
<i>Remuneração do Gestor.....</i>	<i>83</i>
<b>INSTITUIÇÃO LÍDER.....</b>	<b>83</b>
<b>AGENTE DE COBRANÇA E FIEL DEPOSITÁRIO.....</b>	<b>83</b>
<b>AUDITOR .....</b>	<b>83</b>

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

<i>Substituição do Auditor</i> .....	83
<b>AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO</b> .....	83
<i>Substituição da Agência Classificadora de Risco</i> .....	83
<b>TAXAS</b> .....	<b>84</b>
<b>REMUNERAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA</b> .....	84
<b>REMUNERAÇÃO DO CUSTODIANTE</b> .....	85
<b>REMUNERAÇÃO DO GESTOR</b> .....	85
<b>SUMÁRIO DOS CONTRATOS RELEVANTES</b> .....	<b>86</b>
<b>CONTRATO DE CESSÃO</b> .....	86
<b>CONTRATO DE CUSTÓDIA</b> .....	87
<b>CONTRATO DE COLOCAÇÃO</b> .....	87
<b>CONTRATO DE COBRANÇA</b> .....	87
<b>CONTRATO DE GESTÃO</b> .....	87
<b>GERENCIAMENTO DE RISCOS</b> .....	<b>88</b>
<b>SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E COMPLIANCE</b> .....	88
<b>OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E CONFLITOS DE INTERESSE</b> .....	<b>89</b>
<b>TRIBUTAÇÃO DO FUNDO E DE SEUS COTISTAS</b> .....	<b>91</b>
<b>TRIBUTAÇÃO DO FUNDO</b> .....	91
<b>TRIBUTAÇÃO DOS COTISTAS</b> .....	91
<b>INFORMAÇÕES RELATIVAS AO CEDENTE</b> .....	<b>93</b>
<b>SUMÁRIO</b> .....	93
<b>GRUPO BANIF</b> .....	94
<i>Histórico</i> .....	95
<i>Presença Internacional</i> .....	95
<b>CRÉDITOS EM TÍTULOS DO AGRONEGÓCIO</b> .....	96
<b>EXPERIÊNCIA PRÉVIA EM SECURITIZAÇÃO</b> .....	96
<b>ANEXO I - REGULAMENTO CONSOLIDADO DO FUNDO</b> .....	<b>97</b>
<b>ANEXO II - RELATÓRIO DA AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO</b> .....	<b>211</b>
<b>ANEXO III -DECLARAÇÕES</b> .....	<b>227</b>
<b>ANEXO IV - FLUXO DE ORIGINAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO</b> .....	<b>231</b>



(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

## GLOSSÁRIO

Principais termos e expressões utilizados neste Prospecto:

Agência Classificadora de Risco	Fitch Ratings Brasil Ltda., sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Rio Branco, 89, sala 1302 13º andar, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.813.375/0001-33, ou quem vier a lhe suceder.
Agente de Cobrança	O Cedente, responsável pela cobrança dos Direitos Creditórios, nos termos do Contrato de Cobrança.
Alocação Mínima	Percentual mínimo de 50% do patrimônio líquido do Fundo a ser mantido em Direitos Creditórios, após 90 dias do início de suas atividades.
Amortização Compulsória	Amortização compulsória e antecipada das Cotas Seniores, exclusivamente para fins de enquadramento do patrimônio do Fundo (i) à Razão Mínima e/ou (ii) à Alocação Mínima.
Assembléia Geral	Assembléia geral de Cotistas.
Auditor	KPMG Auditores Independentes, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 33, 13º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 57.755.217/0001-29.
Aviso de Desenquadramento	Correspondência a ser enviada pela Instituição Administradora ao Cedente na hipótese de desenquadramento da Razão Mínima por 2 dias úteis consecutivos, na forma do Anexo IV do Regulamento.
BBM	Bolsa Brasileira de Mercadorias.
CDAWA	Certificado de Depósito Agropecuário e Warrant Agropecuário, conforme disciplinado pela Lei nº 11.076/04, e demais disposições legais pertinentes.
CDCA	Certificado de Direito Creditório do Agronegócio, conforme disciplinado pela Lei nº 11.076/04, e demais disposições legais pertinentes.

Cedente	Banif Banco de Investimento (Brasil) S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Minas de Prata, n°. 30, 15° andar, Vila Olímpia, inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.753.740/0001-58, (i) cedente dos Direitos Creditórios ao Fundo, (ii) contratado pelo Fundo, com a anuência do Custodiante, como fiel depositário dos Documentos Comprobatórios e (iii) contratado pelo Fundo, como Agente de Cobrança.
CETIP	Câmara de Custódia e de Liquidação.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
CNPJ/MF	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, do Ministério da Fazenda.
Comitê de Crédito	Comitê de Crédito do Cedente, composto por membros definidos pelo presidente do Cedente, e que se reúne semanalmente para analisar a concessão de limite de crédito para grupo econômico ou empresa.
Condições de Cessão	Requisitos dos Direitos Creditórios a serem cedidos ao Fundo pelo Cedente, estabelecidos no item 10.1 do Regulamento, cuja observância é de exclusiva responsabilidade do Cedente.
Contrato de Cessão	Contrato de promessa de cessão de direitos creditórios por meio do qual o Cedente prometerá ceder Direitos Creditórios.
Contrato de Cobrança	Contrato celebrado entre o Fundo e o Cedente, com interveniência do Custodiante, em que são estabelecidas as responsabilidades do Cedente enquanto Agente de Cobrança e fiel depositário dos Documentos Comprobatórios.
Contrato de Colocação	Instrumento particular de colocação pública de Cotas Seniores, sob regime de melhores esforços de colocação, celebrado entre o Fundo e a Instituição Líder.

Contrato de Custódia	Contrato firmado entre o Fundo e o Banco do Brasil S.A., como custodiante, com a interveniência do Cedente, que contém descrição dos serviços a serem prestados pelo custodiante ao Fundo.
Contrato de Gestão	Contrato celebrado entre a Instituição Administradora e o Gestor, em que são estabelecidas as suas responsabilidades enquanto gestor da carteira do Fundo.
Control Union	Control Union Warrants Ltda., agência de monitoramento com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1485, Centro Empresarial Mário Carneiro - Torre Norte - 7º andar, e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.237.030/0001-77.
COSIF	Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional, editado pelo Banco Central do Brasil.
Cotas	Correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo e não são resgatáveis, exceto por ocasião da liquidação do Fundo, sendo admitida sua amortização conforme o disposto no Regulamento ou por decisão da Assembléia Geral. As Cotas são divididas em duas classes, sênior e subordinada.
Cotas Seniores	São aquelas que não se subordinam às demais para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo.
Cotas Seniores em Circulação	A totalidade das Cotas Seniores emitidas, excetuadas as Cotas Seniores que eventualmente, por qualquer motivo, se encontrem em tesouraria, ou que sejam pertencentes aos diretores, conselheiros ou acionistas do Cedente e/ou das Partes relacionadas ao Cedente.
Cotas Subordinadas	São aquelas que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo.
Cotista	São as pessoas físicas ou jurídicas titulares de Cotas Seniores ou de Cotas Subordinadas.

Cotecna	Cotecna Serviços Ltda., agência de monitoramento com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Vergueiro, 2016, 11º andar, cj. 112, e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 53.174.983/0001-49.
CPR	Cédula de Produto Rural, conforme disciplinada pela Lei nº 8.929/94, e demais disposições legais pertinentes, exclusivamente na modalidade financeira.
CRA	Certificado de Recebíveis do Agronegócio, conforme disciplinado pela Lei nº 11.076/04, e demais disposições legais pertinentes.
Crítérios de Elegibilidade	São as características necessárias dos Direitos Creditórios, verificadas pelo Custodiante, para que sejam passíveis de aquisição pelo Fundo.
Custodiante	Banco do Brasil S.A., instituição financeira com sede em Brasília, Distrito Federal, na SBS, quadra 1, bloco G, Edifício sede III, inscrito no CNPJ/MF sob nº 00.000.000/0001-91, ou quem vier a lhe suceder.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Amortização Programada	Data de amortização das Cotas Seniores.
Data de Subscrição Inicial	Data da primeira subscrição e integralização de Cotas do Fundo.
Data de Verificação	Último dia útil de cada mês, em que a Instituição Administradora verificará a inadimplência da carteira de Direitos Creditórios do Fundo.
Devedores	Pessoas físicas ou jurídicas, devedoras dos CPR, CDCA, LCA, CRA e CDAWA.
Direitos Creditórios	São direitos de crédito de titularidade legítima e exclusiva do Cedente, advindos de CPR, CDCA, LCA, CRA e CDAWA.
Direitos Creditórios Cedidos	São os Direitos Creditórios cedidos pelo Cedente ao Fundo por meio da celebração do Termo de Cessão.

Distribuição	A presente distribuição de Cotas.
Documentos Comprobatórios	São as cédulas das CPR, CDCA, LCA, CRA e CDAWA que representam os Direitos Creditórios Cedidos.
EBW	Empresa do Brasil de Warrant S.A., agência de monitoramento com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Estela, 515, Bloco E, Conj. 201/202 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.759.386/0001-08.
Emissão ou Oferta	A presente emissão pública de Cotas Seniores.
Eventos de Avaliação	Eventos cuja ocorrência enseja a interrupção dos procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios bem como convocação imediata de Assembléia Geral, a qual decidirá se tal Evento de Avaliação deve ser considerado como Evento de Liquidação.
Eventos de Liquidação	Eventos cuja ocorrência enseja a convocação de Assembléia Geral para deliberar sobre a liquidação antecipada do Fundo, bem como a imediata notificação do fato aos Cotistas e a interrupção da aquisição de Direitos Creditórios.
FGC	Fundo Garantidor de Cotas.
Fundo	Banif Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Agro I.
Gestor	Banif Nitor Asset Management S.A., instituição autorizada pela CVM a gerir carteiras de fundo de investimentos, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Minas de Prata, 30, 10º andar, inscrito no CNPJ sob nº 02.579.359/0001-90, ou quem vier a lhe suceder.
Instituição Administradora	Caixa Econômica Federal, instituição financeira sob a forma de empresa pública, regendo-se pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 6.473, de 05 de junho de 2008, autorizada pela CVM a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, com sede em Brasília, Distrito Federal, por meio de sua Vice-Presidência de Gestão de

	Ativos de Terceiros, domiciliada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, 2.300, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.360.305/0001-04.
Instituições Autorizadas	Banif Banco de Investimento (Brasil) S.A. ou instituição financeira avaliada pela Fitch Ratings Brasil Ltda. com <i>rating</i> nacional de longo prazo igual ou superior a “AA(bra)”.
Instrução CVM nº 356/01	Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e alterações posteriores.
Instrução CVM nº 400/03	Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, e alterações posteriores.
Investidores Autorizados	Investidores qualificados, conforme definidos pelo artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, bem como fundos de investimento em cotas classificados como “Renda Fixa” e “Multimercado”, de acordo com o artigo 112, parágrafo 5º, da Instrução CVM nº 409/04.
Instituição Líder	Banif Banco de Investimento (Brasil) S.A., acima qualificado.
LCA	Letra de Crédito do Agronegócio, conforme disciplinado pela Lei nº 11.076/04, e por outras disposições legais pertinentes.
Limite Individual de Concentração	Percentual máximo de concentração por Devedor calculado em relação ao Patrimônio Líquido, conforme previsto na seção “Características Gerais do Fundo – Política de Investimento – Requisitos de Diversificação” deste Prospecto.
Novas Distribuições	Novas distribuições de Cotas do Fundo, deliberadas pela Instituição Administradora nos termos do item 15.2.2 do Regulamento.
Oferta	A presente oferta de Cotas.

Partes Relacionadas	Em relação a qualquer pessoa jurídica, (i) as pessoas jurídicas controladoras de tal pessoa jurídica; (ii) as sociedades direta ou indiretamente controladas por tal pessoa jurídica; (iii) as sociedades coligadas com tal pessoa jurídica; e/ou (iv) sociedades sob o mesmo controle que tal pessoa jurídica.
Período de Adaptação	Período de 210 dias contados da Data de Subscrição Inicial.
Plantum	Plantum Colonizadora, Empreendimentos Rurais e Agropecuária Ltda., empresa de monitoramento com sede no Município de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua João Negrão, nº 731, 6º andar, conjuntos 611 e 612, e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 77.175.636/0001-07.
Prazo de Carência	Prazo de carência de amortização das Cotas Seniores, de 24 meses, a contar da Data de Subscrição Inicial.
Primeira Distribuição	Primeira distribuição de Cotas do Fundo.
Prospecto ou Prospecto Definitivo	O presente prospecto de distribuição de Cotas Seniores de emissão do Fundo.
Razão Mínima	Relação mínima entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores em Circulação, que será equivalente a 182%, ressalvado durante o Período de Adaptação, conforme disposto na seção “Características Gerais do Fundo – Cotas do Fundo – Razão Mínima” deste Prospecto.
Razão Mínima de Garantia	Relação Mínima entre o valor do bem dado em garantia ao respectivo título que suporta os Direitos Creditórios e o valor total dos Direitos Creditórios daquele título adquirido pelo Fundo, que deverá corresponder a, no mínimo, 110%.
Regulamento	Regulamento do Fundo.
Reserva para Despesas e Encargos	Reserva mantida pelo Gestor para pagamentos de despesas e encargos do Fundo, por conta e ordem deste, desde a Data de Subscrição Inicial até a liquidação do Fundo.



Resolução CMN nº 2.907/01	Resolução nº 2.907, de 21 de novembro de 2001, do CMN.
Rural	Rural Monitoramento Ltda., empresa de monitoramento com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Porto Martins, 546 – CJ 04, e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.159.916/0001-09.
Schutter	Schutter do Brasil Ltda., empresa de monitoramento com sede no Município de São Francisco do Sul, Estado de Santa Catarina, na Rua Fernandes Dias, 194, Centro, e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.639.662/0001-02.
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia.
SERASA	Centralização dos Serviços dos Bancos S.A.
SGS	SGS do Brasil Ltda., empresa de monitoramento com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas nº. 11.633, 4º andar, e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.182.809/0001-30.
Taxa DI	Taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, over Extra-Grupo, calculadas e divulgadas pela CETIP, base 252 dias úteis.
Termo de Adesão	Termo de Ciência de Risco e Adesão ao Regulamento, a ser assinado por Investidor Autorizado quando da subscrição de Cotas.
Termo de Cessão	Instrumento mediante o qual os Direitos Creditórios são cedidos ao Fundo pelo Cedente, devendo ser elaborado de acordo com o modelo do Anexo IV do Contrato de Cessão.
Terreri	Terreri Avaliação e Consultoria Rural, empresa de monitoramento com sede no Município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, na Rua Ceará, nº 2766, Jardim Paulistano, e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 74.493.594/0001-56.

**IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA, DA INSTITUIÇÃO LÍDER, DE CONSULTORES, AUDITOR,  
AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO E DEMAIS ENTIDADES ENVOLVIDAS NA OFERTA**

<b>Instituição Líder</b>	Banif Banco de Investimento (Brasil) S.A. Rua Minas de Prata, n°. 30, 15º andar, Vila Olímpia 04552-080 – São Paulo – SP Tel n°: (11) 3074-8106 Fax n°: (11) 3074-4525 E-mail: asano@banifib.com.br
<b>Instituição Administradora</b>	Caixa Econômica Federal Av. Paulista, 2300 – 11º andar 01310-300 - São Paulo – SP Tel n°: (11) 3555-6387 / 6441 Fax n°: (11) 3555-6378 E-mail: gefes@caixa.gov.br
<b>Gestor</b>	Banif Nitor Asset Management S.A. Rua Minas de Prata, n° 30 – 10º andar 04543-011 – São Paulo/SP Tel n°: (11) 3074-8103 Fax n°: (11) 3074-8144 E-mail: rgrazie@banifnitor.com.br
<b>Custodiante</b>	Banco do Brasil S.A. Rua Lélio Gama, 105, sala 3801, Centro 20031-080 - Rio de Janeiro – RJ Tel n°: (21) 3808-3568/ 3808-3506 Fax n°: (21) 3808-3466 E-mail: cqualificada@bb.com.br com cópia para custodia.dimec@bb.com.br.
<b>Consultor Legal</b>	Levy & Salomão Advogados Av. Brigadeiro Faria Lima, 2601, 12º andar 01452-924 – São Paulo – SP Telefone: (11) 3555-5000 Fax: (11) 3555-5048 www.levysalomao.com.br

<b>Auditor</b>	<p>KPMG Auditores Independentes  Av. Almirante Barroso, 52 – 4º andar  20031-000 – Rio de Janeiro – RJ  Telefone: (21) 3515-9441  Fax nº: (21) 3515-9000  e-mail: lmjunior@kpmg.com.br</p>
<b>Classificação de Risco</b>	<p>Fitch Ratings Brasil Ltda.  Avenida Rio Branco, 89, sala 1302 13º andar, Centro–Rio de Janeiro - RJ  Tel nº: (11) 4504-2602  Fax nº: (11) 4504-2601</p>
<b>Entidade Reguladora</b>	<p>Comissão de Valores Mobiliários  Rua Sete de Setembro, nº 111  2º, 3º, 5º, 6º (parte), 23º, 26º ao 34º Andares – Centro  20050-901 – Rio de Janeiro – RJ  Telefone e Fax: (21) 3233-8686  www.cvm.gov.br</p>
<b>Mercado de Negociação Secundária</b>	<p>Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP  Rua Líbero Badaró, nº 425, 24º andar  01009-000 – São Paulo – SP  Telefone: (11) 3111-1400 / 3365-4925  Fax: (11) 3111-1563  www.cetip.com.br</p>

## SUMÁRIO DOS TERMOS E CONDIÇÕES DO FUNDO E DA DISTRIBUIÇÃO DE COTAS

*O presente capítulo contém informações sobre a colocação das Cotas Seniores pela Instituição Líder. Para informações adicionais e mais completas, veja o capítulo “Características do Fundo” abaixo.*

### Informações Relativas à Oferta

<b>Emissor das Cotas</b>	Banif Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Agro I.
<b>Volume de Emissão e Valor Unitário de Cotas Seniores</b>	A colocação pública de Cotas Seniores será composta de até 165 Cotas Seniores, todas com valor unitário de R\$ 500.000,00 na Data de Subscrição Inicial.
<b>Valor Total da Emissão de Cotas Seniores</b>	R\$ 82.500.000,00.
<b>Valor Mínimo de Aplicação em Cotas</b>	R\$ 500.000,00.
<b>Remuneração das Cotas Seniores</b>	Desde que os resultados da carteira do Fundo permitam, a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo para as Cotas Seniores será correspondente à variação acumulada de 100% da Taxa DI, acrescida de <i>spread</i> ou sobretaxa de 1,7% base 252 dias úteis, incidente sobre o valor da Cota Sênior, ou seu saldo não amortizado, a partir da data de subscrição e integralização das Cotas, e incorporados ao valor de cada Cota Sênior ao final de cada Período de Capitalização.
<b>Prazo de Duração do Fundo</b>	O Fundo terá prazo de duração de 60 meses contados da Data de Subscrição Inicial.
<b>Amortizações das Cotas Seniores</b>	A amortização das Cotas Seniores ocorrerá de acordo com os prazos definidos no capítulo “Características Gerais do Fundo – Amortização de Cotas” abaixo.
<b>Publicações</b>	Jornal “Valor Econômico”, da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

### Informações relativas ao Fundo

O Fundo tem por objeto a captação de recursos para aquisição de direitos creditórios performados oriundos de CPR, CDCA, LCA, CRA e CDAWA. A carteira de direitos creditórios do Fundo será revolvante, o que significa que, na medida em que os Direitos Creditórios do Fundo forem sendo liquidados, o Gestor poderá utilizar tais recursos para a aquisição de novos direitos creditórios, a fim de proporcionar a rentabilidade esperada para as Cotas Seniores, até a data de resgate.

O Fundo pode manter o remanescente de seu Patrimônio Líquido em moeda corrente nacional, ou aplicá-lo exclusivamente em títulos de emissão do Tesouro Nacional, do Banco Central do Brasil, ou em fundo(s) de investimento de renda fixa de perfil conservador, com liquidez diária, que tenha(m) seu patrimônio representado por títulos ou ativos de renda fixa, pré ou pós-fixados, de emissão ou coobrigação de pessoa que seja considerada como de baixo risco de crédito e que sejam administrados por qualquer das Instituições Autorizadas. O investidor interessado, antes de adquirir Cotas Seniores, deve ler cuidadosamente a seção “Características Gerais do Fundo – Política de Investimento” abaixo.

O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término do seu prazo de duração ou em virtude de sua liquidação, sendo admitida a amortização das Cotas, conforme disposto na seção “Características Gerais do Fundo – Amortização das Cotas” abaixo.

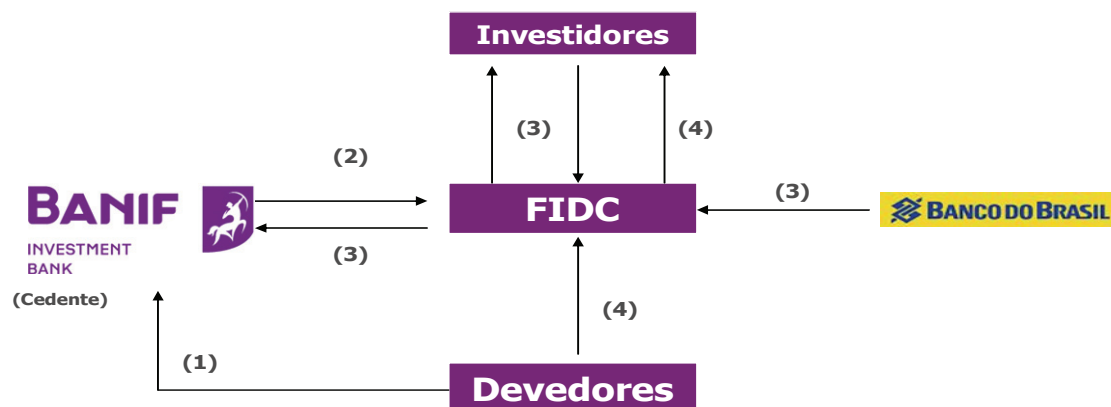
O Fundo tem prazo de duração de 60 meses, contados da Data de Subscrição Inicial, podendo ser liquidado antecipadamente nas hipóteses expressamente previstas no item “Características Gerais do Fundo – Liquidação do Fundo – Eventos de Liquidação Antecipada” abaixo.

A carteira do Fundo, e por consequência seu patrimônio, está submetida a diversos riscos, dentre os quais, exemplificativamente, os analisados no capítulo “Fatores de Risco” abaixo, que deve ser lido cuidadosamente pelo investidor interessado em aplicar seus recursos no Fundo.

A fim de alcançar os resultados esperados, o Fundo possui mecanismos de controle internos (*credit enhancement*), quais sejam:

- i) Relação Mínima entre o Patrimônio Líquido e o valor das Cotas Seniores de 182%, determinando a composição mínima do Patrimônio Líquido por 45% de Cotas Subordinadas; tais cotas, por estarem subordinadas às Cotas Seniores, sofrem primeiramente o impacto dos eventuais resultados negativos do Fundo, funcionando como uma espécie de garantia às Cotas Seniores; e
- ii) Reserva para Despesas e Encargos e regras restritivas para amortização de Cotas Subordinadas.

## Fluxograma da Securitização



1. Os Devedores emitem, em benefício do Cedente, CPR, CDCA, LCA, CRA, e/ou CDAWA, originados de negócios realizados entre produtores rurais, cooperativas, instituições financeiras e terceiros, relacionados à produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos ou insumos agropecuários, ou de máquinas e implementos utilizados na atividade agropecuária.
2. Desde que atendidos os Critérios de Elegibilidade, o Fundo adquire os Direitos Creditórios ofertados à cessão pelo Cedente.
3. O Fundo emite Cotas Seniores e/ou Cotas Subordinadas. As Cotas Seniores são distribuídas publicamente e subscritas pelos Investidores Autorizados, enquanto as Cotas Subordinadas são subscritas pelo Cedente. Com os recursos obtidos pela integralização de Cotas Seniores e/ou Cotas Subordinadas, o Fundo paga ao Cedente pela cessão dos Direitos Creditórios. O Fundo pode, ainda, adquirir outros ativos financeiros, que serão custodiados pelo Custodiante.
4. Os Devedores pagam os Direitos Creditórios ao Fundo. O Fundo, desde que seu patrimônio permita, efetua a amortização das Cotas, bem como efetua o resgate da Cota, no encerramento de seu prazo.

## **Público alvo**

Somente poderão adquirir as Cotas Seniores do Fundo Investidores Autorizados, investidores qualificados, nos termos da legislação aplicável, que almejam rentabilidade a longo prazo, compatível com a política de investimento do Fundo e que aceitam os riscos inerentes a tal investimento.

## **Quoruns de Deliberação da Assembléia Geral**

Deliberações sobre as matérias indicadas nos subitens (v), (ix), (xv) e (xvii) do item “Característica Gerais do Fundo – Assembléia Geral - Competência” abaixo dependerão de aprovação em Assembléia Geral que representem 90% das Cotas Seniores em Circulação.

Deliberações sobre as matérias indicadas nos subitens (xii), (xiii) e (xiv) do item “Característica Gerais do Fundo – Assembléia Geral - Competência” abaixo dependerão de aprovação em Assembléia Geral que representem 100% das Cotas Seniores em Circulação e das Cotas Subordinadas em Circulação.

A deliberação relativa às matérias previstas nos subitens (i), (iii) e (vi) a (viii) do item “Característica Gerais do Fundo – Assembléia Geral - Competência” abaixo será tomada em primeira convocação pela maioria das Cotas em Circulação e, em segunda convocação, pela maioria das Cotas dos presentes à Assembléia Geral.

Todas as demais deliberações para as quais não haja previsão expressa no Regulamento dependerão da aprovação da maioria das Cotas Seniores em Circulação.

## CONDIÇÕES DE DISTRIBUIÇÃO

### Procedimentos de Distribuição

A Instituição Líder colocará publicamente, sob o regime de melhores esforços, até 165 Cotas Seniores, e privadamente, até 135 Cotas Subordinadas, no valor total de até R\$150.000.000,00, na Data de Subscrição Inicial.

Poderá haver distribuição parcial das Cotas Seniores, respeitada a quantidade mínima de 110 Cotas Seniores, sendo que o saldo das Cotas Seniores que não for efetivamente subscrito e integralizado poderá ser cancelado, pela Instituição Administradora, antes do final do prazo de colocação.

O investidor poderá, a seu critério, quando da assinatura dos respectivos boletins de subscrição, condicionar sua adesão à presente Oferta a que haja distribuição (i) da totalidade das Cotas Seniores ou (ii) de uma proporção ou quantidade mínima de Cotas Seniores.

Não haverá lotes máximos, nem recebimento de reservas antecipadas, devendo ser assegurado tratamento justo e equitativo para todos os destinatários e aceitantes da Oferta.

Não serão constituídos fundos nem celebrados contratos de estabilização de preços e/ou de garantia de liquidez para as Cotas Seniores.

O valor mínimo para aquisição de Cotas será de R\$ 500.000,00.

A Instituição Administradora autorizou a Instituição Líder a organizar plano de distribuição, que terá ênfase em clientes com os quais a Instituição Líder já tenha relação comercial, principalmente investidores institucionais, como fundos de pensão e fundos de investimento em geral, podendo também serem atendidas pessoas físicas e jurídicas. Serão realizadas apresentações em *road show* e visitas individuais a potenciais investidores, devendo a Instituição Líder assegurar que o tratamento aos destinatários e aceitantes da Oferta seja justo e equitativo e a adequação do investimento ao perfil de risco de seus respectivos clientes, não existindo reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos.

### Cronograma de Etapas da Oferta

A divulgação da Oferta ocorrerá por meio da publicação do aviso de início de distribuição no jornal “Valor Econômico”, da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, nos termos do art. 52 da Instrução CVM nº400/03.

Encontra-se abaixo cronograma indicativo das etapas da distribuição, informando seus principais eventos:

Ordem dos Eventos	Eventos	Data
1.	Protocolo do pedido de registro na CVM	12.05.08
2.	Disponibilização do Prospecto Definitivo	13.05.08
3.	Apresentação sobre a oferta para potenciais investidores	a partir do dia 13.05.08
4.	Data de registro na CVM	30.07.08
5.	Publicação do anúncio de início	06.08.08
6.	Data máxima para publicação do anúncio de encerramento da oferta pública	02.02.09



Na hipótese de modificação significativa das condições da oferta indicadas neste Prospecto, os investidores que já tiverem aderido à oferta terão que confirmar seu interesse em manter a sua aceitação no prazo máximo de 5 dias úteis contados do recebimento da comunicação da Instituição Líder. A manutenção da aceitação será presumida em caso de silêncio.

### **Início e Encerramento da Distribuição**

A colocação e subscrição das Cotas Seniores somente terá início após: (i) o registro da distribuição de Cotas Seniores na CVM; (ii) disponibilização do Prospecto Definitivo; e (iii) a publicação do anúncio de início de distribuição das Cotas Seniores.

A colocação das Cotas Seniores deverá ser efetuada no prazo máximo de 180 dias a contar da data em que for publicado o anúncio de início da distribuição. Após a colocação da totalidade das Cotas Seniores ou o término do prazo de colocação, aquele que ocorrer antes, a distribuição será encerrada, quando deverá ser publicado anúncio de encerramento da oferta. A CVM, em virtude de solicitação fundamentada e a seu exclusivo critério, poderá prorrogar o prazo de 180 dias referido acima, hipótese na qual será estendido o prazo máximo para colocação.

### *Divulgação de Anúncios Relacionados à Distribuição*

Todos os anúncios, avisos, atos e decisões decorrentes desta Distribuição que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos investidores, serão publicados no jornal “Valor Econômico”, da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

### *Manifestação de Aceitação ou de Revogação da Aceitação*

A aceitação dos investidores dar-se-á de acordo com os procedimentos da CETIP. A revogação da aceitação pelo investidor, por sua vez, somente poderá ocorrer nas hipóteses expressamente previstas na Instrução CVM nº 400/03, e deverá se dar mediante carta protocolada na sede da Instituição Líder até o quinto dia útil posterior à publicação do aviso ou após ser informando sobre a modificação ou suspensão da oferta.

### *Modificação, Suspensão e Cancelamento da Oferta*

A presente oferta poderá ter seus termos modificados, nos termos previstos pela Instrução CVM nº 400/03. Tendo sido deferida a modificação, a CVM poderá, por sua própria iniciativa ou a requerimento da Instituição Administradora, prorrogar o prazo da oferta por até 90 dias.

Qualquer modificação da presente oferta deverá ser divulgada imediatamente mediante publicação de aviso ao menos na forma prevista no item “Divulgação de Anúncios Relacionados à Distribuição” deste capítulo. Adicionalmente, a Instituição Líder deverá se acautelar e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da oferta, de que o manifestante está ciente de que a oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições. Os investidores que já tiverem aderido à oferta deverão ser diretamente comunicados pela Instituição Líder a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, no prazo de 5 dias úteis do recebimento da comunicação, o interesse em manter a aceitação, presumida a manutenção em caso de silêncio.

A presente Oferta poderá ser suspensa ou cancelada pela CVM, a qualquer tempo, caso esteja se processando em condições diversas das constantes na legislação aplicável ou no registro concedido pela CVM ou caso seja considerada ilegal ou fraudulenta, ainda que obtido o respectivo registro. A oferta poderá, ainda, ser cancelada em caso de rescisão do Contrato de Colocação, ou caso não seja distribuído o montante mínimo de Cotas Seniores, que equivale a 110 Cotas Seniores, no período de distribuição.

A Instituição Líder deverá dar conhecimento da suspensão ou do cancelamento aos investidores que já tenham aceitado a oferta mediante publicação de aviso na forma prevista acima, facultando-lhes, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar sua aceitação no prazo previsto no item “Manifestação de Aceitação ou de Revogação da Aceitação” deste capítulo.

#### *Devolução e Reembolso aos Investidores*

Observado o disposto no parágrafo subsequente, terão direito à restituição integral dos valores dados em contrapartida às Cotas Seniores subscritas: (i) todos os investidores que já tenham aceitado a oferta, na hipótese de seu cancelamento; e (ii) os investidores que tenham revogado a sua aceitação, mediante carta protocolada na sede da Instituição Líder, na hipótese de suspensão ou modificação. Para a restituição referida acima, serão utilizados os procedimentos adotados pela CETIP. A restituição dos valores devidos aos investidores deverá ocorrer em até 5 dias úteis contados da publicação do aviso ao mercado informando sobre a modificação, suspensão ou cancelamento da oferta, e que deverá conter o procedimento de restituição.

Caso a Distribuição não seja finalizada, por qualquer motivo, os recursos eventualmente depositados por investidores com relação às Cotas Seniores deverão ser devolvidos aos respectivos depositantes, ficando, porém, estabelecido que esses recursos serão devolvidos aos investidores sem adição de juros ou correção monetária. O aqui disposto se aplica, também, se for o caso, aos investidores que condicionarem sua adesão à distribuição quando da assinatura dos respectivos boletins de subscrição, caso essa condição não seja satisfeita quando do encerramento da distribuição.

#### **Distribuição, Subscrição e Integralização das Cotas**

Os investidores interessados em adquirir Cotas do Fundo devem contatar a Instituição Líder, por telefone ou mediante correspondência, indicando a quantidade de Cotas que pretendem adquirir.

No ato de subscrição das Cotas, o investidor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pela Instituição Líder; e (ii) receberá exemplar deste Prospecto e cópia do Regulamento, declarando, por meio da assinatura de Termo de Adesão, estar ciente (a) dos riscos envolvidos e da política de investimento do Fundo; (b) da possibilidade de perdas decorrentes das características dos Direitos Creditórios e da composição da carteira do Fundo; e (c) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos no Regulamento e neste Prospecto, bem como (d) ter recebido exemplar do Prospecto.

As Cotas Seniores do Fundo serão integralizadas por meio dos procedimentos da CETIP, enquanto as Cotas Subordinadas serão integralizadas mediante crédito em conta corrente mantida junto ao Custodiante.

As Cotas Seniores serão registradas para distribuição no mercado primário na CETIP.

#### *Demonstrativo do Custo da Distribuição*

Segue abaixo tabela com o custo máximo da distribuição das Cotas, sendo que a Instituição Líder não perceberá qualquer remuneração:

<b>CUSTOS</b>	<b>MONTANTE (EM R\$)</b>	<b>PERCENTUAL EM RELAÇÃO AO VALOR TOTAL DA EMISSÃO</b>
Despesas de registro	93.937,17	0,06%
Classificação de Risco	100.000,00	0,07%
Assessores Legais	80.000,00	0,05%
Material Publicitário	45.000,00	0,03%
Outros *	0	0
<b>Total</b>	<b>318.937,17</b>	<b>0,21%</b>

\* Estão incluídas nesta categoria despesas como realização de apresentações, locomoção de pessoas, dentre outros.

#### *Custo Unitário de Distribuição*

A tabela a seguir apresenta o custo unitário de distribuição das Cotas Seniores:

<b>CUSTO UNITÁRIO DE DISTRIBUIÇÃO DAS COTAS SENIORES (EM R\$)</b>	
Custo Total da Distribuição	318.937,17
Número de Cotas Seniores	165
Custo de Distribuição por Cota	1.932,95
Custo Percentual Unitário	0,39%

Ressalte-se que a Instituição Líder foi contratada para realizar a distribuição pública das Cotas Seniores por meio do Contrato de Colocação, cuja cópia encontra-se disponível para consulta na sede da Instituição Administradora.

## FATORES DE RISCO

*O investimento em cotas de fundo de investimento em direitos creditórios envolve uma série de riscos que devem ser observados pelo potencial investidor. Esses riscos envolvem fatores de liquidez, crédito, mercado, regulamentação específica, entre outros, que se relacionam tanto ao fundo como às próprias cotas. O potencial investidor deve ler cuidadosamente todas as informações deste Prospecto e do Regulamento antes de tomar a decisão de investimento nas Cotas Seniores.*

### Riscos de Mercado

#### *Descasamento de Taxas*

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo poderão ser contratados com (i) uma taxa de juros composta pela variação de moeda estrangeira mais uma taxa pré-fixada, (ii) variação da Taxa DI somada a uma taxa pré-fixada ou (iii) apenas por uma taxa pré-fixada. No entanto, a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo para as Cotas Seniores tem como parâmetro a Taxa DI, conforme previsto no item “Características Gerais do Fundo – Distribuição dos Rendimentos da Carteira do Fundo” abaixo. Para evitar o descasamento de taxas, o Fundo deve realizar operações com derivativos, com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite dessas. A realização de operações pelo Fundo no mercado de derivativos pode ocasionar variações no Patrimônio Líquido que levem a perdas patrimoniais ao Fundo e conseqüentemente aos seus condôminos (veja também o item “Risco Proveniente do Uso de Derivativos”).

#### *Flutuação de Preços dos Ativos*

Os Devedores dos Direitos Creditórios atuam no setor agropecuário brasileiro, de forma que as operações que servem de lastro para tais Direitos Creditório envolvem commodities. Assim, os preços e a rentabilidade dos ativos do Fundo poderão flutuar em razão de diversos fatores de mercado, tais como variação da liquidez e alterações na política de crédito, econômica e fiscal, bem como em razão de alterações na regulamentação sobre a precificação de ativos que componham a carteira do Fundo. Além disso, os preços das commodities podem sofrer variação em função das características particulares do setor agropecuário ou de determinado produto. Historicamente, por exemplo, os preços praticados no setor sucro-alcooleiro são extremamente voláteis. Essa oscilação dos preços poderá fazer com que parte ou a totalidade daqueles ativos que integram a carteira do Fundo seja avaliada por valores inferiores ao da emissão e/ou contabilização inicial, bem como podem afetar a capacidade de pagamento dos Devedores dos Direitos Creditórios, levando à redução do patrimônio do Fundo e, conseqüentemente, a prejuízos por parte dos Cotistas.

#### *Sujeição dos Ativos a Oscilações Diversas*

Os ativos financeiros integrantes da carteira do Fundo estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função da reação dos mercados frente a notícias econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior, podendo ainda responder a notícias específicas a respeito dos respectivos emissores. As variações de preços dos ativos financeiros poderão ocorrer também em função das alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo inclusive ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos ativos financeiros sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional. Como decorrência de tais oscilações, poderão ocorrer variações negativas no valor do patrimônio líquido do Fundo.

### *Efeitos da Política Econômica do Governo Federal*

O Fundo, seus ativos e o Cedente estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal. O Governo Federal intervém frequentemente na política monetária, fiscal e cambial, e, conseqüentemente, também na economia do País. As medidas que podem vir a ser adotadas pelo Governo Federal para estabilizar a economia e controlar a inflação compreendem controle de salários e preços, desvalorização cambial, controle de capitais e limitações no comércio exterior, alterações nas taxas de juros, entre outras. Tais medidas, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do governo podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais nacional, podendo afetar adversamente o interesse de investidores na aquisição de Cotas e na liquidação dos Direitos Creditórios pelos Devedores.

### **Riscos de Crédito**

#### *Inexistência de Garantia das Aplicações do Fundo*

As aplicações no Fundo não contam com garantia da Instituição Administradora, de quaisquer terceiros, de qualquer mecanismo de seguro, ou do FGC. Igualmente, nem o Fundo nem a Instituição Administradora prometem ou asseguram aos Cotistas qualquer rentabilidade ou remuneração decorrentes da aplicação em Cotas. Desse modo, todos os eventuais rendimentos, bem como o pagamento do principal, provirão exclusivamente da carteira de ativos do Fundo, a qual está sujeita a riscos diversos, e cujo desempenho é incerto.

#### *Inadimplência dos Emissores dos Ativos*

A parcela do patrimônio do Fundo não aplicada em Direitos Creditórios deverá ser aplicada em quaisquer dos títulos e ativos especificados no item “Características Gerais do Fundo – Política de Investimento - Aplicação do Remanescente do Patrimônio Líquido” abaixo. Tais títulos e ativos podem vir a não ser honrados pelos respectivos emissores, de modo que o Fundo teria que suportar tais prejuízos, o que afetaria negativamente a rentabilidade das Cotas. No caso dos Direitos Creditórios, caso a inadimplência ocorra, o Fundo deverá cobrar os Devedores, sendo que o atraso nos pagamentos dos Direitos Creditórios Cedidos e o resultado incerto dos procedimentos de cobrança podem afetar negativamente os resultados do Fundo.

#### *Fatores Macroeconômicos*

Como o Fundo aplicará seus recursos preponderantemente em Direitos Creditórios, dependerá da solvência dos respectivos Devedores para distribuição de rendimentos aos Cotistas. A solvência dos Devedores pode ser afetada por fatores macroeconômicos relacionados à economia brasileira, tais como elevação das taxas de juros, aumento da inflação, baixos índices de crescimento econômico, etc. Assim, na hipótese de ocorrência de um ou mais desses eventos, poderá haver o aumento da inadimplência dos Direitos Creditórios Cedidos afetando negativamente seus resultados e/ou provocando perdas patrimoniais.

### *Cobrança Judicial e Extrajudicial*

No caso de inadimplemento dos Direitos Creditórios Cedidos, poderá haver cobrança judicial e/ou extrajudicial dos valores devidos. Nada garante, contudo, que referidas cobranças atingirão os resultados almejados, recuperando para o Fundo o total dos valores inadimplidos, o que poderá implicar perdas patrimoniais ao Fundo.

### **Riscos de Liquidez**

#### *Inexistência de Mercado Secundário para Negociação de Direitos Creditórios*

O Fundo se enquadra em modalidade de investimento diferenciada, devendo os potenciais investidores avaliar minuciosamente suas peculiaridades, que podem eventualmente trazer conseqüências negativas para o patrimônio do Fundo, ou que podem tornar o investimento ilíquido. Assim, por exemplo, o Fundo aplica seus recursos preponderantemente em Direitos Creditórios. Não existe, no Brasil, mercado secundário ativo para negociação de direitos creditórios. Portanto, caso por qualquer motivo seja necessária a venda dos Direitos Creditórios da carteira do Fundo, poderá não haver compradores ou o preço de negociação poderá causar perda ao patrimônio do Fundo.

#### *Falta de Liquidez dos Ativos Financeiros*

A parcela do patrimônio do Fundo não aplicada em Direitos Creditórios deverá ser aplicada em quaisquer dos títulos e ativos especificados no item “Características Gerais do Fundo – Política de Investimento - Aplicação do Remanescente do Patrimônio Líquido” abaixo. Tais títulos e ativos podem vir a se mostrar ilíquidos (seja por ausência de mercado secundário ativo, seja por eventual atraso no pagamento por parte do respectivo emissor), o que poderia, eventualmente, afetar pagamentos de amortização e/ou resgate a Cotistas, afetando a liquidez esperada de suas Cotas.

#### *Fundo Fechado e Mercado Secundário*

O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração do Fundo, ou em virtude de sua liquidação. Assim, o Cotista não terá liquidez em seu investimento no Fundo, exceto (i) por ocasião das amortizações programadas ou eventuais, ou (ii) por meio da alienação de suas Cotas no mercado secundário. Atualmente, o mercado secundário de cotas de fundos de investimento apresenta baixa liquidez, o que pode dificultar a venda de Cotas ou ocasionar a obtenção de um preço de venda que cause perda de patrimônio ao investidor. Não há qualquer garantia da Instituição Administradora, do Gestor, do Cedente, do Custodiante, ou de qualquer outra Parte Relacionada, em relação à possibilidade de venda das Cotas no mercado secundário, preço obtido pelas Cotas, ou mesmo garantia de saída ao investidor. Esta última hipótese pode trazer ao investidor perda de patrimônio, se o preço praticado na alienação for inferior ao valor das Cotas.

### *Liquidação Antecipada e Amortização Compulsória*

As Cotas serão amortizadas com base no cronograma de amortização estabelecido no item “Características Gerais do Fundo – Amortização de Cotas” abaixo. No entanto, há eventos que podem ensejar a liquidação antecipada do Fundo, bem como Amortização Compulsória. Ainda, a eventual deterioração da qualidade de crédito dos ativos do Fundo que impliquem redução da Relação Mínima pode levar à realização de Amortização Compulsória para re-enquadramento da referida relação. Havendo a liquidação antecipada do Fundo e/ou a Amortização Compulsória, os titulares de Cotas poderão receber valores antecipadamente e inferiores aos esperados.

### *Insuficiência de Recursos no Momento da Liquidação Antecipada*

O Fundo poderá ser liquidado antecipadamente, conforme o disposto no item “Características Gerais do Fundo – Liquidação do Fundo”, abaixo. Ocorrendo tal liquidação antecipada, o Fundo pode não dispor de recursos para pagamento aos Cotistas (por exemplo, pelo fato de os Direitos Creditórios Cedidos ainda não serem exigíveis dos respectivos Devedores). Neste caso, ou (i) os Cotistas teriam suas Cotas resgatadas em Direitos Creditórios; ou (ii) o pagamento do resgate das Cotas ficaria condicionado (a) ao vencimento e pagamento pelos Devedores das parcelas relativas aos Direitos Creditórios Cedidos; ou (b) à venda dos Direitos Creditórios Cedidos a terceiros, sendo que o preço praticado poderia causar perda aos Cotistas.

### **Risco proveniente do Uso de Derivativos**

O Fundo pode realizar operações com derivativos, com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite dessas. A realização de operações pelo Fundo no mercado de derivativos pode ocasionar variações no Patrimônio Líquido que levem a perdas patrimoniais do Fundo e conseqüentemente aos seus condôminos.

### **Riscos Específicos**

#### Riscos Operacionais

#### *Irregularidades dos Documentos Comprobatórios*

Os Documentos Comprobatórios podem eventualmente conter irregularidades, como falhas na sua elaboração e erros materiais. Por esse motivo, eventual cobrança em juízo dos Devedores poderá ser menos célere que o usual, podendo ser necessária a adoção de processo monitório ou processo de conhecimento. Assim, o Fundo poderá permanecer longo tempo sem receber os recursos oriundos dos Direitos Creditórios Cedidos discutidos judicialmente, o que pode lhe causar prejuízo patrimonial. Ainda, o procedimento de cobrança judicial dos Direitos Creditórios Cedidos pode se delongar, ou ser inviabilizado, caso o Cedente, enquanto fiel depositário dos Documentos Comprobatórios demore a restituir ou não restitua os documentos do Fundo em seu poder. Nestas hipóteses, a rentabilidade e o patrimônio do Fundo poderiam ser prejudicados.

## Riscos de Descontinuidade

### *Liquidação Antecipada*

O Fundo poderá ser liquidado antecipadamente por diversas razões, conforme o disposto na cláusula 25 do Regulamento. A liquidação antecipada pode trazer prejuízos para o Fundo e seus Cotistas, decorrentes, por exemplo, de desvalorização de seus ativos relacionada à conjuntura econômica desfavorável. Ademais, o Fundo pode não dispor de recursos para pagamento aos Cotistas (por exemplo, pelo fato de os Direitos Creditórios Cedidos ainda não serem exigíveis dos respectivos Devedores). Neste caso, ou (i) os Cotistas teriam suas Cotas resgatadas em Direitos Creditórios Cedidos; ou (ii) o pagamento do resgate das Cotas ficaria condicionado (a) ao vencimento e pagamento pelos Devedores das parcelas relativas aos Direitos Creditórios Cedidos; ou (b) à venda dos Direitos Creditórios Cedidos a terceiros, sendo que o preço praticado poderia causar perda aos Cotistas. Ademais, por ocasião da eventual liquidação antecipada do Fundo, é possível que não haja, disponíveis no mercado, aplicações com mesmas características de prazo, risco e rentabilidade.

### *Fluxos de Cessão*

A existência do Fundo e a observância da Alocação Mínima depende da manutenção dos fluxos de originação e de cessão de Direitos Creditórios pelo Cedente, em especial durante o Prazo de Carência. Em caso de diminuição do nível de atividades do Cedente a ponto de comprometer tais fluxos de cessão de Direitos Creditórios, não será observado qualquer tipo de prioridade ou preferência na cessão de Direitos Creditórios, tanto para o Fundo quanto para quaisquer outros fundos de investimento em direitos creditórios que tenham por objeto a aquisição de Direitos Creditórios do Cedente. Assim, a existência do Fundo no tempo dependerá da manutenção dos fluxos de originação e de cessão de Direitos Creditórios necessários à manutenção e/ou recomposição da carteira do Fundo. O desenquadramento da carteira pode inclusive levar à Amortização Compulsória de Cotas Seniores. O fluxo de originação e estruturação encontra-se descrito no Anexo IV ao presente Prospecto.

## Riscos dos Originadores

### *Rescisão do Contrato de Cessão*

O Cedente pode, a qualquer momento, deixar de ceder Direitos Creditórios ao Fundo. Assim, a existência do Fundo está condicionada à continuidade das operações do Cedente com Direitos Creditórios elegíveis nos termos do Regulamento, inclusive em volume suficiente para alcançar a meta de rentabilidade das Cotas Seniores, bem como à vontade unilateral do Cedente em ceder Direitos Creditórios ao Fundo.

### *Diminuição da Quantidade de Direitos Creditórios Elegíveis*

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são decorrentes exclusivamente de CPR, CDCA, LCA, CRA e CDAWA referentes a setores específicos do agronegócio, e devem necessariamente respeitar os parâmetros da política de investimento descrita no item “Características Gerais do Fundo – Política de Investimento” abaixo. Na hipótese de, por qualquer motivo, (i) deixarem de ser emitidos CPR, CDCA, LCA,



CRA e CDAWA referentes aos setores elegíveis originados dos segmentos indicados no item “Características Gerais do Fundo – Política de Investimento - Requisitos de Diversificação” abaixo; e/ou (ii) não existirem Direitos Creditórios disponíveis para cessão ao Fundo e que satisfaçam os Critérios de Elegibilidade e a política de investimento, poderá ocorrer a liquidação do Fundo, conforme descrito no item “Características Gerais do Fundo – Liquidação do Fundo” abaixo, ou ainda Amortização Compulsória, conforme item “Características Gerais do Fundo – Amortização de Cotas” abaixo.

### Outros Riscos

#### *Riscos Relacionados ao Desenvolvimento Sustentado do Agronegócio Brasileiro*

A capacidade de pagamento dos Devedores e, conseqüentemente, o retorno que os Cotistas terão em relação ao investimento no Fundo, está associada ao crescimento e desenvolvimento sustentado do setor agropecuário no Brasil. Não há como assegurar que, no futuro, o agronegócio brasileiro (i) manterá a taxa de crescimento e desenvolvimento observada nos últimos anos, e (ii) não apresentará perdas em decorrência de condições climáticas desfavoráveis, redução de preços de *commodities* do setor agrícola nos mercados nacional e internacional, alterações em políticas de concessão de crédito que possam afetar a renda dos agricultores e pecuaristas, e conseqüentemente, a capacidade de pagamento dos Devedores, bem como outras crises econômicas que possam afetar o setor agropecuário em geral. A redução da capacidade de pagamento dos Devedores poderá impactar negativamente os ativos do Fundo, o que poderá resultar em perdas patrimoniais para o Fundo e seus Cotistas.

#### *Invalidez ou Ineficácia da Cessão de Direitos Creditórios*

Com relação ao Cedente, a cessão de Direitos Creditórios pode ser invalidada ou tornada ineficaz, impactando negativamente o patrimônio do Fundo, caso realizada em:

- i) fraude contra credores, se no momento da cessão o Cedente estiver insolvente ou se com ela passasse ao estado de insolvência;
- ii) fraude de execução, caso (a) quando da cessão o Cedente for sujeito passivo de demanda judicial capaz de reduzi-lo à insolvência; ou (b) sobre os Direitos Creditórios Cedidos pender demanda judicial fundada em direito real; e
- iii) fraude à execução fiscal, se o Cedente, quando da celebração da cessão de Direitos Creditórios, sendo sujeito passivo por débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, não dispuser de bens para total pagamento da dívida fiscal.

#### *Intervenção ou Liquidação do Custodiante*

O Fundo terá conta corrente no Custodiante. Na hipótese de intervenção ou liquidação extrajudicial deste, há possibilidade de os recursos ali depositados serem bloqueados e somente por via judicial serem recuperados para o Fundo, o que afetaria sua rentabilidade e poderia levá-lo a perder parte do seu patrimônio.

### *Guarda dos Documentos Comprobatórios pelo Cedente*

O Cedente é, na qualidade de fiel depositário, responsável pela guarda física dos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios Cedidos. Embora o Cedente tenha a obrigação de permitir ao Fundo e ao Custodiante, livre acesso à referida documentação, a guarda de tais documentos pelo Cedente poderá representar dificuldade à verificação da constituição e performance dos Direitos Creditórios Cedidos, podendo gerar perdas ao Fundo e, conseqüentemente, aos seus Cotistas.

### *Sub-contratação de Terceiros para Serviços de Guarda de Documentos*

Nos termos do Contrato de Cobrança, o Cedente tem a faculdade de sub-contratar terceiros para a prestação de serviços de guarda e processamento dos Documentos Comprobatórios, desde que com anuência do Custodiante. Ainda que o Cedente continue responsável pela guarda física dos documentos comprobatórios, a sub-contratação de terceiros para a prestação de tais serviços poderá representar dificuldade adicional à verificação da constituição e performance dos Direitos Creditórios Cedidos, podendo gerar perdas ao Fundo e, conseqüentemente, aos seus Cotistas.

### *Alteração do Regulamento*

O Regulamento pode ser alterado em consequência de normas legais ou regulamentares, por determinação da CVM ou por deliberação da Assembléia Geral. Tais alterações poderão afetar o modo de operação do Fundo e acarretar perdas patrimoniais aos Cotistas.

### *Resgate das Cotas em Direitos Creditórios*

No caso de liquidação antecipada do Fundo em que a Assembléia Geral deliberar o resgate das Cotas do Fundo em Direitos Creditórios Cedidos, os titulares de Cotas Seniores poderão encontrar dificuldades para (i) negociar os Direitos Creditórios Cedidos recebidos; e/ou (ii) cobrar os Direitos Creditórios Cedidos inadimplentes.

### *Inexistência de Rendimento Predeterminado*

As Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas serão valorizadas todo dia útil, conforme os critérios de distribuição de rendimentos da carteira do Fundo, previstos no item “Características Gerais do Fundo – Distribuição dos Rendimentos da Carteira do Fundo” abaixo. Tais critérios visam definir qual parcela do patrimônio líquido do Fundo deve ser prioritariamente alocada aos titulares de Cotas Seniores na hipótese de amortização ou resgate de suas Cotas e não representa nem deverá ser considerado promessa ou garantia de rentabilidade aos Cotistas. Portanto, os Cotistas somente receberão rendimentos se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem.

### *Aprovação de Matérias pelos Cotistas Subordinados*

As deliberações relativas às matérias previstas no item “Características Gerais do Fundo – Assembléia de Cotistas – Competência” abaixo, estão necessariamente sujeitas à aprovação prévia de titulares de mais da metade das Cotas Subordinadas. Dessa forma, determinadas matérias de interesse dos Cotistas Seniores previstas no Regulamento dependerão da aprovação em separado dos Cotistas Subordinados.

### *Quorum de Aprovação de 100%*

As deliberações relativas às matérias previstas no item 21.2.3 do Regulamento, sejam elas (i) alteração da remuneração das Cotas Seniores e/ou Cotas Subordinadas; (ii) substituição da Taxa DI no evento de sua indisponibilidade por período superior a 30 dias consecutivos ou por imposição legal; e (iii) aporte adicional de recursos no Fundo para a adoção dos procedimentos relativos à cobrança de Direitos Creditórios Cedidos inadimplentes, na forma estabelecida no item “Direitos Creditórios - Procedimentos de Cobrança dos Direitos Creditórios” abaixo, dependerão de aprovação em Assembléia Geral mediante *quorum* qualificado de 100% das Cotas Seniores em Circulação.

### *Redução das Cotas Subordinadas*

O Fundo terá relação mínima admitida entre o seu patrimônio líquido e o valor das Cotas Seniores de 182%. A diferença do patrimônio do Fundo é representada por Cotas Subordinadas que arcarão com os prejuízos do Fundo antes das Cotas Seniores. Por diversos motivos, tais como inadimplência dos Devedores, as Cotas Subordinadas poderão ter seu patrimônio reduzido. Caso as Cotas Subordinadas tenham seu patrimônio reduzido a zero, as Cotas Seniores passarão a arcar com eventuais prejuízos do Fundo, o que poderá causar prejuízos aos Cotistas.

### *Ausência de Coobrigação do Cedente*

O Cedente não responde pela solvência dos Devedores dos Direitos Creditórios Cedidos, cabendo exclusivamente ao Fundo suportar o risco de inadimplência dos Devedores.

### *Possibilidade de Ocorrência de Patrimônio Líquido Negativo*

As eventuais perdas patrimoniais do Fundo não estão limitadas ao valor das Cotas subscritas. O Fundo é um condomínio sem personalidade jurídica, e, portanto os Cotistas poderão ser chamados a aportar recursos adicionais ao Fundo, para fazer frente a despesas que excedam o patrimônio líquido do Fundo, relacionadas com medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda dos direitos e prerrogativas do Fundo e/ou a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios Cedidos e dos ativos financeiros, bem como ao pagamento de eventual verba de sucumbência, e obrigações no mercado financeiro, como, por exemplo, perdas decorrentes de operações com derivativos. A recuperação dos Direitos Creditórios Cedidos em cobrança, integral ou parcialmente, pode ser demorada ou até mesmo não ocorrer, mesmo que em caso de decisão judicial favorável.

### *Comitê de Crédito do Cedente e Garantia Real*

Nos termos do item “Características Gerais do Fundo – Política de Investimento – Aplicação em Direitos Creditórios – Condições de Cessão” abaixo, os Direitos Creditórios Cedidos deverão contar com garantia real cujo percentual será determinado pelo Comitê de Crédito do Cedente. O Fundo e os Cotistas não terão ingerência sobre a escolha da garantia real dos Direitos Creditórios Cedidos, o que poderá resultar em menor garantia ou em dificuldade de cobrança judicial em caso de inadimplência dos Devedores, podendo originar perdas patrimoniais para o Fundo.

### *Risco de Exposição a Setores Específicos do Agronegócio*

Nos termos do item “Características Gerais do Fundo – Política de Investimento – Requisitos de Diversificação”, o Fundo poderá concentrar a aquisição de Direitos Creditórios em um determinado setor do agronegócio, respeitados os limites ali estabelecidos. O Fundo, por exemplo, poderá concentrar até 70% (setenta por cento) dos Direitos Creditórios adquiridos nos setores sucro-alcooleiro e florestal. Exemplificativamente, o preço dos produtos derivados do setor sucro-alcooleiro são, historicamente, voláteis. Dessa forma, quaisquer fatores que possam afetar tais setores específicos, poderá impactar negativamente a capacidade de pagamento dos Devedores e o rendimento das Cotas.

## **CARACTERÍSTICAS GERAIS DO FUNDO**

### **Base Legal e Classificação ANBID**

O Fundo é um fundo de investimento em direitos creditórios, regulado pela Resolução CMN nº 2.907/01 e pela Instrução CVM nº 356/01, conforme alterada.

### **Objeto**

O Fundo tem por objeto a captação de recursos para aquisição de Direitos Creditórios, conforme as regras de composição e diversificação de carteira estabelecidas no item “Política de Investimento” deste capítulo.

### **Forma de Constituição**

O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração do Fundo, ou em virtude de sua liquidação, ou ainda quando de sua amortização integral. É admitida a amortização das Cotas do Fundo, conforme disposto no item “Amortização de Cotas” deste capítulo.

### **Prazo de Duração**

O prazo de duração do Fundo será de 60 meses, contados da Data de Subscrição Inicial, observado o disposto no item 24.2 do Regulamento.. O Fundo somente poderá ser liquidado antecipadamente nas hipóteses expressamente previstas no item “Liquidação do Fundo” deste capítulo.

### **Objetivo de Investimento**

O objetivo do Fundo é proporcionar a seus Cotistas, observada a política de investimento, a composição e diversificação de carteira, a valorização de suas Cotas por meio da aquisição (i) de Direitos Creditórios Elegíveis; e (ii) outros títulos e ativos, conforme descrito no item “Política de Investimento – Aplicação do Remanescente do Patrimônio Líquido do Fundo” deste capítulo.

O Fundo tem o objetivo de proporcionar às Cotas Seniores, quando da amortização e/ou resgate das Cotas, rentabilidade referencial correspondente à variação acumulada de 100% da Taxa DI, acrescida de *spread* ou sobretaxa de 1,7%.

## **Política de Investimento**

### *Aplicação em Direitos Creditórios*

O Fundo é voltado à aplicação preponderantemente em direitos creditórios de titularidade do Cedente que sejam representados por CPR, CDCA, LCA, CRA, e/ou CDAWA, originados de negócios realizados entre produtores rurais, cooperativas, instituições financeiras e terceiros, relacionados à produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos ou insumos agropecuários, ou de máquinas e implementos utilizados na atividade agropecuária.

O Fundo deverá manter, após 90 dias do início de suas atividades, no mínimo 50% de seu patrimônio líquido em Direitos Creditórios, observado o disposto na legislação.

Durante o Prazo de Carência, obedecida a ordem de alocação de recursos prevista no item “Ordem e Aplicação dos Recursos” deste capítulo, o Fundo deverá destinar seus recursos prioritariamente à aquisição de Direitos Creditórios. Após o término do Prazo de Carência, o Fundo deixará de adquirir novos Direitos Creditórios e destinará os recursos decorrentes do recebimento dos Direitos Creditórios Cedidos nos termos do item “Ordem e Aplicação dos Recursos” deste capítulo.

É permitido ao Fundo realizar as seguintes operações com o Direitos Creditórios em carteira:

- i) alienar tais Direitos Creditórios para qualquer terceiro, pelo preço definido de acordo com a metodologia descrita no item “Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo e das Cotas de cada Classe” deste capítulo; ou
- ii) manter os Direitos Creditórios em carteira a fim de receber os valores pagos pelos respectivos Devedores.

Os CDAWA representativos de Direitos Creditórios Cedidos somente poderão ser alienados em conjunto.

O Gestor deverá observar os limites e requisitos de composição, concentração e diversificação da carteira do Fundo, estabelecidos acima, quando da aquisição de Direitos Creditórios.

### Condições de Cessão

O Cedente somente cederá ao Fundo Direitos Creditórios que preencham, cumulativamente, as Condições de Cessão abaixo:

- i) serem, em momento imediatamente anterior à cessão, de exclusiva titularidade do Cedente;
- ii) serem exigíveis dos respectivos Devedores na data de vencimento prevista;

- iii) serem constituídos de acordo com as formalidades exigidas pela legislação aplicável.
- iv) serem representados por CPR, CDCA, LCA, CRA ou CDAWA que deverão (a) atender a todas as condições previstas nas Leis nº 8.929, de 22 de agosto de 1994, e nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004 e outras normas aplicáveis a tais títulos e (b) serem registrados na CETIP e/ou BBM, e/ou em outros sistemas de registro, liquidação e custódia reconhecidos pelo Banco Central do Brasil ou autorizados pela CVM;
- v) que possuam monitoramento da lavoura, floresta ou gado realizado pelas agências de monitoramento Control Union, EBW, Cotecna, Schutter, Plantum, Terreri, SGS, ou Rural;
- vi) que possuam garantia real definida e aprovada pelo Comitê de Crédito do Cedente, cujo bem dado em garantia corresponda, no momento de sua constituição, a no mínimo 110% do valor do respectivo título, considerando-se o valor estimado de juros e atualização monetária, se houver; a garantia será composta obrigatoriamente por penhor mercantil ou agrícola de primeiro grau ou alienação fiduciária do produto a que os títulos se referem, podendo ser complementada por garantia de penhor de primeiro grau ou cessão fiduciária de direitos creditórios; o Fundo poderá adquirir Direitos Creditórios com garantia real que não tenha sido outorgada em primeiro grau de preferência, desde que o Fundo seja o único beneficiário de todos os ônus reais de mesma natureza gravados no respectivo bem ou direito;
- vii) serem referentes a Devedores que não tenham tido sua falência ou insolvência decretada, conforme o caso, tampouco estejam em processo de recuperação judicial ou extrajudicial;
- viii) corresponderem à totalidade do saldo devedor de cada título do respectivo Devedor, não sendo permitida a aquisição parcial de títulos;
- ix) serem cedidos observando-se os requisitos de diversificação e concentração da carteira do Fundo previstos na cláusula nona do Regulamento;
- x) que sejam remunerados, de acordo com o referencial adotado por cada Direito Creditório, descontado o custo de contratação de operação de derivativo com a finalidade específica de proteção (*hedge*), no mínimo à (a) variação da Taxa DI mais 2,18% ao ano; (b) variação cambial do real frente ao dólar norte-americano mais 8% ao ano; ou (c) taxa pré-fixada de 13,35% ao ano;
- xi) serem adquiridos pelo valor de face do respectivo título acrescido da respectiva remuneração atualizada *pro rata temporis* desde a data de emissão ou da data do último pagamento de juros, se for o caso, até data do pagamento do preço de cessão;
- xii) deverá estar em poder do Gestor um parecer jurídico emitido por um escritório de advocacia especializado, atestando a viabilidade jurídica da operação, da qual os Direitos Creditórios se originaram, sua correta constituição e formalização, e que sobre os Direitos Creditórios não há demanda judicial;
- xiii) cujos Devedores tenham sido notificados da respectiva cessão e do pagamento em conta corrente de titularidade do Fundo;

- xiv) caso não seja indexado pela Taxa DI, deverá contar com o respectivo mecanismo de proteção *hedge* conforme estabelecido na política de investimento do Fundo; e
- xv) sejam referentes a Devedores que não apresentam, no momento de aquisição pelo Fundo, outros Direitos Creditórios vencidos e não pagos ao Cedente.

A observância das Condições de Cessão será de exclusiva responsabilidade do Cedente.

Os Direitos Creditórios deverão ser adquiridos pelo Fundo sempre de acordo com as taxas de mercado.

O Cedente poderá ser obrigado, a critério dos Cotistas reunidos em Assembléia Geral, a recomprar todos os Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo caso o Limite Individual de Concentração, bem como os demais limites de concentração previstos no item “Requisitos de Diversificação” abaixo não sejam observados imediatamente após o término do Período de Adaptação

#### Crítérios de Elegibilidade

O Fundo apenas poderá adquirir Direitos Creditórios que preencham, cumulativamente, os seguintes Critérios de Elegibilidade:

- i) possuam data de vencimento do Direito Creditório não superior ao prazo de 48 meses, contado a partir da Data de Subscrição Inicial; e
- ii) sejam referentes a Devedores que não apresentam, no momento de aquisição pelo Fundo, outros Direitos Creditórios vencidos e não pagos ao Fundo.

A perda, por qualquer motivo, após a aquisição pelo Fundo, da condição de Direito Creditório elegível, não dará ao Fundo e seus Cotistas qualquer pretensão, recurso ou direito de regresso contra o Cedente, o Custodiante ou terceiros.

#### *Aplicação do Remanescente do Patrimônio Líquido*

O Fundo pode aplicar o remanescente de seu patrimônio líquido nos seguintes títulos e ativos:

- i) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- ii) títulos de emissão do Banco Central do Brasil; e
- iii) em fundo(s) de investimento de renda fixa de perfil conservador, com liquidez diária, que tenha(m) seu patrimônio representado por títulos ou ativos de renda fixa, pré ou pós-fixados, de emissão ou coobrigação de Pessoa que seja considerada como de baixo risco de crédito e que sejam administrados por qualquer das Instituições Autorizadas.

Os Direitos Creditórios e os demais ativos integrantes da carteira do Fundo devem ser custodiados, bem como registrados e/ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no SELIC, em câmaras e sistemas de registro, custódia e liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pela referida Autarquia ou pela CVM.



O Fundo pode:

- i) realizar operações compromissadas; e
- ii) realizar operações em mercados de derivativos, observadas as disposições do item “Política de Investimento – Operações em Mercados de Derivativos” deste capítulo, e desde que com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite dessas.

É vedado ao Fundo realizar operações de *day trade* ou realizar operação de renda variável.

O Fundo pode eventualmente realizar operações nas quais a Instituição Administradora, o Gestor e/ou Partes Relacionadas a ela atuem na condição de contraparte do Fundo. O Fundo não realizará aplicações em Direitos Creditórios originados pela Instituição Administradora, ou que tenham sua coobrigação, bem como de suas Partes Relacionadas.

#### *Operações em mercados de derivativos*

O Gestor, por conta e ordem do Fundo, deverá realizar operações com instrumentos derivativos com o objetivo de proteger a rentabilidade dos Direitos Creditórios, cuja remuneração estará, necessariamente, vinculada a taxas pré ou pós fixadas, observando, para tanto, o prazo médio de vencimento dos Direitos Creditórios. As operações contratadas pelo Fundo com instrumentos derivativos poderão ser realizadas (a) em mercado de balcão tendo como contraparte, necessariamente, uma ou mais Instituições Autorizadas, sendo que tais operações deverão ser necessariamente registradas em bolsa de mercadorias e de futuros sob a modalidade "com garantia" e/ou (b) diretamente na bolsa de mercadorias e de futuros, sob a modalidade "com garantia", desde que comunicada à Agência Classificadora de Risco. É expressamente vedada a realização de operações de venda de opções de compra a descoberto e alavancadas, a qualquer título. O Gestor deverá disponibilizar à Agência Classificadora de Risco e à Instituição Administradora, relatórios dos contratos das operações de *swap* realizadas pelo Fundo.

Para efeito das operações referidas acima, devem ser considerados, para efeito de cálculo de Patrimônio Líquido, os dispêndios efetivamente incorridos a título de prestação de margens de garantia em espécie, ajustes diários, prêmios e custos operacionais, decorrentes da manutenção de posições em mercados organizados de derivativos, inclusive os valores líquidos das operações.

#### *Requisitos de Diversificação*

O Fundo poderá adquirir Direitos Creditórios de um mesmo Devedor, ou de coobrigação de uma mesma pessoa ou entidade, até o limite de 7% do Patrimônio Líquido. O Fundo deverá estar enquadrado neste percentual após o término do Período de Adaptação. Para fins de aplicação deste limite, serão considerados como um mesmo Devedor ou coobrigado, o próprio Devedor e/ou coobrigado e suas Partes Relacionadas.

Durante o Período de Adaptação, o Limite Individual de Concentração será de no máximo de 12%.

Os devedores, emissores ou coobrigados dos demais ativos que compõem o Patrimônio Líquido não poderão representar mais de 20% do Patrimônio Líquido.

Além do limite máximo de concentração por Devedor de Direito Creditório previsto acima, o Fundo observará, a partir do 91º dia da Data de Subscrição Inicial, ressalvado o disposto no parágrafo abaixo, os seguintes percentuais máximos de concentração, relativamente ao Patrimônio Líquido:

i) concentração por setor de origemação:

<b>Setor de Originação dos Direitos Creditórios</b>	<b>Percentual Mínimo em relação ao Patrimônio Líquido</b>	<b>Percentual Máximo em relação ao Patrimônio Líquido</b>
Sucro-Alcooleiro, similar ou derivados	30%	70%
Florestal	10%	70%
Grãos	0%	40%
Pecuário	0%	30%
Outros (somatório dos setores de algodão, cítricos, ou outros não identificados nos itens acima)	0%	40%

ii) concentração geográfica:

<b>Região</b>	<b>Percentual Máximo com relação ao Patrimônio Líquido</b>
Sudeste	80%
Sul	80%
Centro-Oeste	60%
Nordeste	20%
Norte	10%

iii) concentração por índice em que os Direitos Creditórios estão referenciados:

<b>Índice</b>	<b>Percentual Mínimo em relação ao Patrimônio Líquido</b>	<b>Percentual Máximo em relação ao Patrimônio Líquido</b>
Taxa DI	60%	100%
Variação cambial	0%	30%
Taxa Pré	0%	40%

Durante o Período de Adaptação, o percentual máximo de concentração em Direitos Creditórios do setor sucro-alcooleiro, similar ou derivados será de 80%, sendo reduzido para 70% após o término do Período de Adaptação.

## **Contraprestação pela cessão**

Os Direitos Creditórios Cedidos serão adquiridos pelo Fundo pelo valor de face do respectivo título acrescido da respectiva remuneração atualizada *pro rata temporis* desde a data de emissão ou da data do último pagamento de juros, se for o caso, até data do pagamento do preço de cessão.

Não obstante preço de cessão referido acima, a contraprestação pelos Direitos Creditórios Cedidos não poderá ser inferior a, de acordo com o referencial adotado por cada Direito Creditório: (i) variação da Taxa DI mais 2,18% ao ano; (ii) variação cambial do real frente ao dólar norte-americano mais 8% ao ano; ou (iii) taxa pré-fixada de 13,35% ao ano.

Os montantes referentes à contraprestação pelos Direitos Creditórios Cedidos serão creditados pelo Fundo em conta reserva bancária do Cedente, até o dia útil seguinte à realização da cessão via CETIP ou BBM.

O Custodiante somente realizará o pagamento da contraprestação pela cessão dos Direitos Creditórios mediante o recebimento dos documentos previstos no Contrato de Custódia, quais sejam: (i) no caso de cessão via CETIP, (a) lista de Direitos Creditórios, (b) Termo de Cessão e (c) boleto para compra via CETIP, previsto no Contrato de Custódia; (ii) no caso de cessão via BBM, (a) nota de corretagem oficial da BM&F/BBM, (b) nota de negociação da operação, (c) Termo de Cessão e (d) boleto para compra via BBM, previsto no Contrato de Custódia.

A data de pagamento da contraprestação referente à primeira cessão de Direitos Creditórios formalizada entre o Fundo e o Cedente deverá coincidir com a Data de Subscrição Inicial, desde que o Fundo disponha de saldo suficiente até os horários previstos no Contrato de Custódia.

## **Ordem e Aplicação dos Recursos**

A partir da primeira Data de Subscrição Inicial e até o término do Prazo de Carência, sempre preservada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, o Gestor obriga-se, por meio dos competentes débitos e créditos realizados nas contas correntes de titularidade do Fundo, a alocar os recursos decorrentes da integralização das Cotas e do recebimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo, na seguinte ordem:

- i) no pagamento dos encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos do Regulamento e da legislação aplicável;
- ii) no provisionamento e na criação da Reserva para Despesas e Encargos; e
- iii) no pagamento do preço de aquisição dos Direitos Creditórios, em moeda corrente nacional, e dos demais ativos que vierem a integrar a carteira do Fundo, de acordo com a sua política de investimento.

A partir do término do Prazo de Carência, desde que observado o disposto acima, o Gestor obriga-se a alocar os recursos decorrentes da integralização das Cotas e do recebimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo, na seguinte ordem:

- i) no pagamento dos encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos do Regulamento e da legislação aplicável;
- ii) no provisionamento e na criação da Reserva para Despesas e Encargos;
- iii) na amortização das Cotas Seniores, observados os termos e as condições do Regulamento; e
- iv) na amortização de Cotas Subordinadas, observados os limites, os termos e as condições do Regulamento.

Os valores recebidos a título de pagamento antecipado de Direitos Creditórios, ou que tenham sido pagos após a data de vencimento, deverão ser alocados, exclusivamente, nos termos dos itens (i), (ii) e (iii) acima, caso haja Cotas Seniores em circulação. Caso não haja mais Cotas Seniores em circulação, os recursos deverão ser alocados nos termos dos itens (i), (ii) e (iv) acima.

### **Regras de Movimentação**

Somente poderão adquirir Cotas os Investidores Autorizados.

O valor mínimo de aplicação no Fundo é de R\$ 500.000,00.

As Cotas Seniores serão subscritas e integralizadas a partir da respectiva Data de Subscrição Inicial, e até a publicação do anúncio de encerramento de distribuição, nos termos do capítulo “Condições de Distribuição” acima. As Cotas Seniores serão resgatadas nos termos do item “Liquidação do Fundo” deste capítulo.

O Cotista poderá obter informações referentes a valores de movimentação no endereço da Instituição Administradora, constante do item “Informações Complementares – Atendimento aos Cotistas”.

### **Cotas do Fundo**

#### *Características Gerais*

As Cotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu patrimônio e somente serão resgatadas em virtude da liquidação do Fundo, ou ainda quando de sua amortização integral, realizada conforme o disposto no Regulamento ou por decisão da Assembléia Geral. As Cotas do Fundo serão divididas em duas classes (Seniores e Subordinadas), conforme descrito abaixo. As Cotas Seniores não serão divididas em séries.

As Cotas Seniores serão escriturais e mantidas em contas de depósito em nome de seus respectivos titulares, sendo as Cotas Seniores registradas na CETIP e as Cotas Subordinadas registradas no Custodiante.

### *Classe de Cotas*

As Cotas do Fundo poderão ser Cotas Seniores ou Cotas Subordinadas.

Todas as Cotas de mesma classe terão iguais taxas, despesas e prazos, bem como direitos de voto.

As Cotas Seniores são aquelas que não se subordinam às demais para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo. O critério para distribuição dos rendimentos e a amortização para as Cotas Seniores estão previstos respectivamente nos itens “Distribuição dos Rendimentos da Carteira do Fundo” e “Amortização de Cotas” deste capítulo.

As Cotas Subordinadas são aquelas que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo. Somente ocorrerá a amortização das Cotas Subordinadas após a amortização das Cotas Seniores, ou por decisão da Assembléia Geral. Somente ocorrerá o resgate das Cotas Subordinadas após o resgate das Cotas Seniores. A distribuição dos rendimentos e a possibilidade de amortização para as Cotas Subordinadas estão previstas respectivamente nos itens “Distribuição dos Rendimentos da Carteira do Fundo” e “Amortização de Cotas” deste capítulo.

### *Razão Mínima*

A relação mínima entre o Patrimônio Líquido e o valor das Cotas Seniores é de 182% e corresponderá à Razão Mínima. Essa relação deve ser observada desde a Data de Subscrição Inicial, devendo ser apurada todo dia útil e disponibilizada aos Cotistas diariamente na sede da Instituição Administradora.

Na hipótese de desenquadramento da Razão Mínima por 2 dias úteis consecutivos, o Cedente será imediatamente informado de tal fato pela Instituição Administradora, na forma do Aviso de Desenquadramento.

O Cedente deverá responder o Aviso de Desenquadramento, com cópia para o Custodiante e o Gestor, impreterivelmente até o 2º dia útil subsequente à data do seu recebimento, e se comprometendo de modo irrevogável e irratável a prontamente subscrever Cotas Subordinadas em valor equivalente a, no mínimo, o necessário para reenquadramento da Razão Mínima, integralizando-as em moeda corrente nacional.

Quando o Cedente estiver obrigado a subscrever novas Cotas Subordinadas, a Instituição Administradora deliberará pela sua emissão sem necessidade de autorização de quaisquer Cotistas do Fundo ou de realização de Assembléia Geral.

Na hipótese de o Cedente, estando obrigado, não subscrever novas Cotas Subordinadas, será convocada Assembléia Geral para deliberar sobre a liquidação antecipada do Fundo.

Durante o Período de Adaptação, o percentual mínimo de Cotas Subordinadas em relação ao Patrimônio Líquido deverá corresponder, no mínimo, ao número equivalente ao produto da multiplicação do Limite Individual de Concentração verificado pelos 6 maiores Devedores do Fundo, apurado mensalmente. Consequentemente, a Razão Mínima durante o Período de Adaptação corresponderá ao resultado da divisão do Patrimônio Líquido pelo resultado da subtração deste do número de Cotas Subordinadas exigido para o período, calculado conforme este parágrafo.

### *Colocação das Cotas Seniores*

Somente as Cotas Seniores serão objeto de colocação pública. As Cotas Subordinadas serão objeto de colocação privada.

As Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas do Fundo só podem ser colocadas por instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários. As Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas do Fundo serão colocadas pela Instituição Líder, bem como por outras instituições eventualmente contratadas por ela, integrantes do sistema de distribuição.

Na Primeira Distribuição, serão emitidas e distribuídas 300 Cotas, com valor de R\$500.000,00 cada na Data de Subscrição Inicial independentemente da classe, sendo 165 Cotas Seniores e 135 Cotas Subordinadas.

As Cotas objeto da Primeira Distribuição serão subscritas e integralizadas a partir da Data de Subscrição Inicial, a ser determinada pela Instituição Administradora. Na subscrição de Cotas da Primeira Distribuição que ocorrer em dia diferente da Data de Subscrição Inicial, será utilizado o valor da Cota de mesma classe em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor ao Fundo.

Fica a critério da Instituição Administradora, conforme orientação do Gestor, a deliberação relativa a Novas Distribuições, incluindo os aspectos referentes a quantidade, prazo e classe de Cotas, desde que previamente aprovado por escrito pela totalidade dos titulares de Cotas Subordinadas, desde que observados:

- i) a proporção mínima de 45% de Cotas Subordinadas frente ao total de Cotas Seniores;
- ii) a Razão Mínima;
- iii) o limite máximo de 300 Cotas; e
- iv) manutenção da classificação de risco das Cotas na data de emissão de cada Nova Distribuição.

As Cotas relativas às Novas Distribuições terão direitos, taxas, despesas e prazos iguais aos conferidos às demais Cotas de mesma classe.

Na emissão e distribuição de Cotas relativas às Novas Distribuições deve ser utilizado o valor da Cota em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor ao Fundo.

Os Cotistas não terão direito de preferência na subscrição de Cotas de mesma classe relativas a Novas Distribuições.

### *Emissões, Integralização e Valor das Cotas*

A qualidade de condômino caracteriza-se pela abertura de conta de depósito em nome do Cotista.

É indispensável, por ocasião do ingresso do condômino no Fundo, quando da subscrição de Cotas Seniores ou de Cotas Subordinadas, sua adesão aos termos do Regulamento, através da assinatura do respectivo Termo de Adesão e o boletim de subscrição de Cotas.

Para o cálculo do número de Cotas Seniores ou de Cotas Subordinadas a que tem direito o investidor, não serão deduzidas do valor entregue ao Fundo quaisquer taxas ou despesas.

O valor mínimo de aplicação no Fundo na subscrição primária de Cotas será R\$ 500.000,00.

Somente poderão adquirir as Cotas do Fundo os Investidores Autorizados, nos termos da legislação aplicável, que almejam rentabilidade a longo prazo, compatível com a política de investimento do Fundo e que aceitam os riscos inerentes a tal investimento.

As Cotas Seniores serão integralizadas por meio dos procedimentos da CETIP, enquanto as Cotas Subordinadas serão integralizadas mediante crédito em conta corrente mantida junto ao Custodiante. A amortização e o resgate de Cotas podem ser efetuados por intermédio dos procedimentos da CETIP ou mediante crédito em conta-corrente, se mantida junto ao Custodiante.

Admite-se o resgate de Cotas em Direitos Creditórios Cedidos na hipótese de liquidação do Fundo, conforme especificado no item “Liquidação do Fundo” deste capítulo.

#### *Negociação de Cotas*

Para negociação em mercado de balcão organizado, as Cotas Seniores serão registradas na CETIP. Nas negociações realizadas no mercado secundário, caberá ao intermediário assegurar a condição de Investidor Autorizado do adquirente das Cotas.

#### *Classificação de Risco das Cotas Seniores*

A Cotas Seniores obtiveram classificação de risco “AA(bra)”, emitida pela Agência Classificadora de Risco.

### **Amortização de Cotas**

#### *Amortização das Cotas Seniores*

A partir do 25º mês, inclusive, contado desde o mês em que ocorra a respectiva Data de Subscrição Inicial, sempre no 10º dia de cada mês e desde que o Fundo tenha recursos, as Cotas Seniores serão amortizadas nos termos abaixo.

Terminado o Prazo de Carência, e desde que o Fundo tenha recursos, as Cotas Seniores serão amortizadas de acordo com a fórmula abaixo:

$$V_{Amort(n)} = Part \times \frac{(Rec - provisões)}{NQS_n}$$

$V_{Amort(n)}$	valor da Amortização Programada referente a cada Cota Sênior na Data da Amortização “n”. O valor da Amortização Programada está limitado ao valor do saldo remanescente da Cota Sênior na Data da Amortização, calculado na forma do Regulamento.
$Part$	Fator de multiplicação correspondente à razão: (i) do patrimônio representado por todas as Cotas Seniores no dia útil anterior à respectiva Data da Amortização das Cotas Seniores, pelo (ii) patrimônio representado por todas as Cotas Seniores no dia útil anterior à respectiva Data de Amortização das Cotas Seniores somado ao patrimônio representado por todas as Cotas Subordinadas no dia útil anterior à respectiva Data de Amortização das Cotas Seniores.
$Rec$	somatório do valor das parcelas dos Direitos Creditórios efetivamente creditado na conta corrente do fundo durante o mês calendário imediatamente anterior à Data da Amortização Programada, descontados os recursos aplicados na forma do item 26.2 (i) do Regulamento.
$Provisões$	Somatório dos recursos necessários à eventual reconstituição da Reserva para Despesas e Encargos, nos termos do Regulamento;
$NQS_n$	Número de Cotas Seniores em Circulação na Data de Amortização Programada.

O valor da última amortização de Cotas Seniores está limitado ao valor da Cota Sênior na respectiva data de amortização.

Para efeito tributário, o rendimento deve ser calculado mediante subtração do valor da amortização do valor efetivamente pago pelo Cotista quando da integralização de suas Cotas ou aquisição das mesmas.

As Cotas Seniores poderão ser amortizadas por decisão da Assembléia Geral.

A Instituição Administradora deverá realizar a amortização compulsória e antecipada das Cotas Seniores para fins de enquadramento do patrimônio do Fundo à Alocação Mínima. A amortização compulsória e antecipada das Cotas Seniores poderá, ainda, ser realizada exclusivamente para fins de enquadramento do patrimônio do Fundo à Razão Mínima, exceto do durante o Período de Adaptação.

Na hipótese de a Amortização Compulsória ser decorrente da necessidade de re-enquadramento do patrimônio do Fundo à Razão Mínima, a Instituição Administradora deve, tão logo decida realizar a Amortização Compulsória, convocar Assembléia Geral.

Na hipótese de a Instituição Administradora decidir pela realização da Amortização Compulsória nos termos dos itens anteriores, o valor referente a tal amortização não será apurado pela fórmula definida acima, mas sim pelo valor necessário ao enquadramento do Fundo. Os Cotistas serão informados, inclusive sobre o valor total estimado envolvendo cada Amortização Compulsória, em até 5 dias úteis da data em que se verificou a necessidade de realização da Amortização Compulsória. Tais Amortizações Compulsórias compreenderão tão somente a amortização de parte do capital investido pelos titulares de Cotas Seniores.



Qualquer Amortização Compulsória afetará todos os Cotistas titulares de Cotas Seniores, de forma proporcional às suas respectivas Cotas.

O previsto neste item não constitui promessa de rendimentos, estabelecendo meramente uma previsão de amortização e a preferência entre as diferentes classes de Cotas existentes. Portanto, as Cotas somente serão amortizadas se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem.

Toda e qualquer multa ou outra penalidade incorrida e paga pelo Cedente ao Fundo nos termos do Regulamento e dos demais documentos relacionados ao Fundo reverterá em benefício exclusivo dos titulares das Cotas Seniores em Circulação, mediante a incorporação do valor da multa, ou de qualquer outra penalidade paga, ao valor das referidas Cotas Seniores em Circulação, independentemente da remuneração de tais Cotas Seniores. Nesse caso, o Fundo realizará uma amortização extraordinária das Cotas Seniores em circulação em até 2 dias úteis após o recebimento da multa ou outra penalidade. Tais amortizações extraordinárias compreenderão tão somente a amortização do rendimento advindo do acréscimo patrimonial gerado pelo recebimento de multa ou outra penalidade pelo Fundo.

#### *Amortização das Cotas Subordinadas*

Terminado o Prazo de Carência, e respeitada a Razão Mínima, as Cotas Subordinadas poderão ser amortizadas, no dia útil seguinte a cada amortização de Cotas Seniores, de acordo com a fórmula abaixo:

$$V_{Amort(n)} = Part \times \frac{(Rec - provisões)}{NQS_n}$$

*V<sub>Amort(n)</sub>* valor da Amortização Programada referente a cada Cota Subordinada na Data da Amortização “n”. O valor da Amortização Programada está limitado ao valor do saldo remanescente da Cotas Subordinadas na Data da Amortização, calculado na forma do Regulamento, necessário para a manutenção da Razão Mínima.

*Part* Fator de multiplicação correspondente a razão: (i) do patrimônio representado por todas as Cotas Subordinadas no penúltimo dia útil anterior à respectiva Data da Amortização das Cotas Subordinadas, pelo (ii) patrimônio representado por todas as Cotas Subordinadas no penúltimo dia útil anterior à respectiva Data de Amortização das Cotas Subordinadas somado ao patrimônio representado por todas as Cotas Seniores no penúltimo dia útil anterior à respectiva Data de Amortização das Cotas Subordinadas.

*Rec* somatório do valor das parcelas dos Direitos Creditórios efetivamente creditado na conta corrente do fundo durante o mês calendário imediatamente anterior à Data da Amortização Programada, descontados os recursos aplicados na forma dos itens 26.2 (i) e (iii) do Regulamento.

*Provisões* Somatório dos recursos necessários à eventual reconstituição da Reserva para Despesas e Encargos ou para pagamento de despesas prioritárias pelo Fundo, nos termos do Regulamento;

*NQS<sub>ub</sub>* Número de Cotas Subordinadas em circulação na Data de Amortização Programada.

As Cotas Subordinadas também poderão ser amortizadas por decisão da Assembléia Geral, desde que aprovado previamente dos titulares de mais da metade das Cotas Subordinadas.

### **Distribuição dos Rendimentos da Carteira do Fundo**

As Cotas, independentemente da classe, serão valorizadas todo dia útil, conforme a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo abaixo descrita. A primeira distribuição ocorrerá no dia útil seguinte à Data de Subscrição Inicial, e a última na data de liquidação do Fundo.

#### *Remuneração das Cotas Seniores*

Desde que os resultados da carteira do Fundo permitam, a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo para as Cotas Seniores será correspondente à variação acumulada de 100% da Taxa DI, capitalizada de um *spread* ou sobretaxa de 1,7%, incidente sobre o valor da Cota Sênior, ou seu saldo não amortizado, a partir da Data de Subscrição Inicial, e incorporados ao valor de cada Cota Sênior ao final de cada Período de Capitalização, de acordo com a fórmula abaixo.

Define-se:

- i) Período de Capitalização - intervalo de tempo que se inicia na Data de Subscrição Inicial, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista para distribuição de resultados imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista da distribuição de resultados correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. Os rendimentos correspondentes aos Períodos de Capitalização serão incorporados ao valor da cota no prazo definido pela Taxa DI apurada naquela data. Os Períodos de Capitalização têm seus prazos definidos de acordo com as Taxas DI apuradas, sendo que:
  - a) o primeiro Período de Capitalização inicia-se na data de subscrição e integralização das Cotas, e termina no prazo definido pela Taxa DI apurada naquela data; e
  - b) os Períodos de Capitalização seguintes são definidos apurando-se a Taxa DI no vencimento do período anterior, entendendo-se como o novo período em vigor o prazo desta taxa.

O cálculo do valor a ser distribuído a cada Cota Sênior, e desde que os resultados da carteira do Fundo permitam, obedecerá à seguinte fórmula:

$$VQS_T = VQS_{T-1} \times \left[ \left( \frac{DI_{T-1}}{100} + 1 \right) \times \left( \frac{Spread}{100} + 1 \right) \right]^{\frac{1}{252}}$$

$VQS_T$  = valor de cada Cota Sênior para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização e, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate, calculado para a data “T”.

$VQS_{T-1}$  = valor de cada Cota Sênior para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização e, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate, calculado no dia útil anterior à data “T”, deduzido o valor efetivamente pago, por Cota, no dia útil anterior à data “T” a título de amortização programada. No caso do cálculo no dia útil seguinte à 1ª Data de Emissão,  $VQS_{T-1}$  = R\$ 500.000,00.

$DI_{T-1}$  = Taxa DI-over, média, extra-grupo, divulgada pela CETIP, válida por 1 dia útil (*overnight*), expressa na forma percentual, em base anual (252 dias úteis), referente ao dia útil anterior à data “T” (a “Taxa DI”). Exemplo: Se Taxa DI over do dia útil anterior for 11,50%, então  $DI_{T-1}$  = 11,50.

$Spread$  = sobretaxa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis. No caso da presente emissão 1,7% ao ano, então  $spread$  = 1,7.

No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando da distribuição de rendimentos prevista no Regulamento, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos titulares das Cotas Seniores, quando da divulgação posterior da Taxa DI relativa à data de encerramento do último Período de Capitalização.

Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 30 dias após esta data, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, a Instituição Administradora, mediante aviso aos Cotistas, deverá convocar Assembléia Geral para definir o novo parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer distribuições de rendimentos previstas no Regulamento, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida na data de encerramento do último Período de Capitalização, até a data da deliberação da Assembléia Geral.

#### *Rendimentos das Cotas Subordinadas*

Após a distribuição dos rendimentos acima descrita para as Cotas Seniores, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado ao valor de cada Cota Subordinada, a título de distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo relativos ao dia útil imediatamente anterior, de acordo com a forma abaixo:

$$VQSub_T = \frac{PL_T - SVQS_T}{NQSub_T}$$

$VQSub_T$  = valor de cada Cota Subordinada para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização e, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate, calculado para a data “T”;

$PL_T$  = Patrimônio Líquido na data “T”;

$SVQS_T$  = somatório do valor das Cotas Seniores em Circulação na data “T”; e

$NQSub_T$  = número de Cotas Subordinadas em Circulação na data “T”.

O montante recebido a título de pagamento antecipado de Direitos Creditórios, ou que tenham sido recebidos após a data de vencimento, não poderá ser incorporado ao valor das Cotas Subordinadas, observado o disposto no item “Ordem e Aplicação de Recursos” deste capítulo.

O presente item tem como finalidade definir qual parcela do patrimônio líquido do Fundo deve ser alocada aos titulares de cada classe de Cotas na hipótese de amortização ou resgate de suas Cotas e não representa nem deverá ser considerado promessa ou garantia de rentabilidade aos Cotistas. Portanto, os Cotistas somente receberão rendimentos se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem.

### **Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo e das Cotas de cada Classe**

#### *Metodologia de Avaliação dos Direitos Creditórios*

O valor de mercado dos Direitos Creditórios será obtido pela apuração dos preços praticados em mercados organizados nas operações realizadas com os mesmos tipos de ativos e que apresentem características semelhantes às das operações realizadas pelo Fundo, levando em consideração volume, coobrigação e prazo.

Enquanto não houver mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, estes terão seu valor calculado, todo dia útil, pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos em decorrência da valorização obtida conforme taxa de juros e prazos dos respectivos Direitos Creditórios, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.

A metodologia de avaliação dos Direitos Creditórios acima especificada é justificada pelos seguintes fatores:

- i) a inexistência de mercado organizado e ativo para os Direitos Creditórios da carteira do Fundo;
- ii) o Fundo é fechado;

- iii) a intenção de se manterem os Direitos Creditórios na carteira do Fundo até suas respectivas datas de vencimento;
- iv) o Fundo é destinado exclusivamente para Investidores Autorizados; e
- v) todos os Cotistas, ao aderirem aos termos do Regulamento, concordaram com a intenção de que os Direitos Creditórios sejam mantidos na carteira do Fundo até suas datas de vencimento, conforme os respectivos termos de adesão.

Na hipótese de se verificar a existência de um mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, estes passarão a ser avaliados pelo seu valor de mercado.

São elementos que denotam a existência de um mercado ativo de direitos creditórios:

- i) a criação de segmento específico de negociação para tais ativos em bolsa ou em mercado de balcão organizado; e
- ii) a existência de negociações com direitos creditórios em volume igual a no mínimo o total do Patrimônio Líquido investido em direitos creditórios no dia posterior à Data de Subscrição Inicial, com frequência e regularidade, de modo a conferir efetiva liquidez para os direitos creditórios.

As provisões e as perdas com Direitos Creditórios ou com outros ativos integrantes da carteira do Fundo serão, respectivamente, efetuadas ou reconhecidas utilizando-se como base as faixas de risco definidas na Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do CMN, com exceção dos Direitos Creditórios inadimplidos não pagos após 90 dias de seu vencimento, para cujo valor deverá ser constituída provisão para perda de 100%.

Na hipótese de existência de Direitos Creditórios inadimplidos não pagos após 90 dias de seu vencimento, a provisão referida no item anterior deverá ser constituída para todos os Direitos Creditórios do mesmo Devedor.

#### *Metodologia de Avaliação das Cotas*

As Cotas de cada classe terão seu valor calculado todo dia útil.

O valor unitário das Cotas Seniores será o menor dos seguintes valores:

- i) o resultado da divisão do patrimônio líquido do Fundo pelo número de Cotas Seniores; ou
- ii) o valor apurado conforme a fórmula de cálculo descrita no item “Distribuição dos Rendimentos da Carteira do Fundo – Rendimento das Cotas Seniores” acima.

O valor unitário das Cotas Subordinadas corresponderá ao resultado da divisão do saldo apurado mediante subtração do valor das Cotas Seniores do Patrimônio Líquido, pelo número de Cotas Subordinadas.

### *Metodologia de Avaliação dos Outros Títulos e Ativos*

Os títulos de emissão do Tesouro Nacional e os títulos de emissão do Banco Central do Brasil terão seu valor de mercado apurado conforme a metodologia de avaliação descrita no manual de apreçamento de ativos do Custodiante, cujo teor está disponível a quaisquer Cotistas na sede da Instituição Administradora ou junto ao Custodiante.

### **Assembléia Geral**

#### *Competência*

É da competência da Assembléia Geral:

- i) examinar, anualmente, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Instituição Administradora, em até 4 meses contados do encerramento do exercício social;
- ii) alterar o Regulamento;
- iii) deliberar sobre a substituição da Instituição Administradora;
- iv) deliberar sobre a contratação ou substituição de terceiro autorizado para exercer atividade de gestão da carteira do Fundo;
- v) eleger e destituir o(s) representante(s) dos Cotistas;
- vi) deliberar sobre a elevação da taxa de administração praticada pela Instituição Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- vii) deliberar sobre a fusão, incorporação, cisão e prorrogação do prazo de duração do Fundo;
- viii) deliberar sobre a liquidação do Fundo, ressalvadas as hipóteses dos itens (x) e (xi) abaixo;
- ix) deliberar sobre a alteração dos termos e condições do Contrato de Cessão;
- x) resolver se Eventos de Avaliação devem ser considerados como um Evento de Liquidação;
- xi) resolver se Eventos de Liquidação devem acarretar a liquidação antecipada do Fundo;
- xii) alterar a remuneração das Cotas Seniores e/ou Cotas Subordinadas;
- xiii) deliberar acerca da substituição da Taxa DI no evento de sua indisponibilidade por período superior a 30 dias consecutivos ou por imposição legal;

- xiv) aprovar o aporte adicional de recursos no Fundo para a adoção dos procedimentos referidos no item 12 do Regulamento, na forma ali estabelecida;
- xv) aprovar os procedimentos a serem adotados no resgate das Cotas do Fundo em Direitos Creditórios, exclusivamente na hipótese de liquidação antecipada, de acordo com o disposto no item “Liquidação do Fundo” deste capítulo;
- xvi) deliberar sobre a substituição da Agência Classificadora de Risco;
- xvii) deliberar sobre a substituição do Cedente, na qualidade de Agente de Cobrança e de fiel depositário dos Documentos Comprobatórios;
- xviii) deliberar sobre novas emissões de Cotas Seniores e/ou Cotas Subordinadas;
- xix) deliberar sobre a amortização das Cotas Seniores; e
- xx) deliberar sobre a amortização das Cotas Subordinadas.

#### *Procedimento de Convocação*

A convocação de Assembléia Geral será feita pela Instituição Administradora, por meio eletrônico ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista ou pela publicação de edital no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo.

As cartas de convocação ou correspondências eletrônicas indicarão dia, hora e local em que será realizada a Assembléia Geral e os assuntos a serem tratados.

A convocação da Assembléia Geral deverá ser feita com 10 dias de antecedência, no mínimo, contados da data de publicação do primeiro anúncio ou do envio da carta ou da correspondência eletrônica.

Não se realizando a Assembléia Geral, deve ser publicado novo anúncio de segunda convocação ou novamente providenciada a expedição aos Cotistas de correspondência eletrônica ou de carta com aviso de recebimento, com antecedência mínima de 5 dias.

Para efeito do disposto no item anterior admite-se que a segunda convocação da Assembléia Geral seja providenciada juntamente com a primeira convocação.

Para os fins dos procedimentos de convocação estabelecidos neste item, investidores que adquiram Cotas Seniores por meio de negociação no mercado secundário e eventualmente mantenham tais Cotas custodiadas junto a outra entidade que não o Custodiante, na qualidade de prestador de serviços de agente escriturador, não serão convocados diretamente pela Instituição Administradora, mas sim por meio da entidade junto à qual estiverem custodiadas as suas Cotas Seniores. Para tanto, a Instituição Administradora informará tempestivamente, a cada uma das entidades junto às quais estejam custodiadas Cotas Seniores do Fundo, sobre a convocação de Assembléia Geral.

Na hipótese de Cotistas do Fundo contratarem a custódia fungível de suas Cotas junto a entidade diversa daquela contratada pela Instituição Administradora e caso aquela não forneça a relação dos titulares das Cotas por ela custodiadas à Instituição Administradora, esta deverá convocar Assembléia Geral por meio de publicação de edital no periódico referido no item “Informações Complementares – Publicações” deste capítulo.

Independentemente das formalidades previstas no Regulamento, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os Cotistas.

*Salvo motivo de força maior, a Assembléia Geral será realizada na filial da Instituição Administradora localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, 2.300, 11º andar. Quando a Assembléia Geral não for realizada na filial da Instituição Administradora localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, as comunicações enviadas aos Cotistas devem indicar, com clareza, o local da reunião, que em nenhuma hipótese pode realizar-se fora da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.*

Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembléia Geral poderá reunir-se por convocação da Instituição Administradora, a seu exclusivo critério, ou mediante solicitação à Instituição Administradora por Cotistas que representem, no mínimo, 5% do total das Cotas emitidas.

As Assembléias Gerais serão instaladas com a presença de pelo menos um Cotista, correspondendo a cada Cota um voto.

Somente podem votar nas Assembléias Gerais os Cotistas do Fundo, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de um ano. A presidência das Assembléias Gerais caberá sempre à Instituição Administradora.

Será sempre assegurada a participação da Instituição Administradora em qualquer Assembléia Geral.

#### *Direito de Voto e Critérios para Apuração das Deliberações*

Os Cotistas Seniores e Subordinados terão direito a voto observado o disposto abaixo.

Não terão direito a voto na Assembléia Geral a Instituição Administradora e seus empregados.

Estarão necessariamente sujeitas à aprovação prévia em separado de titulares de mais da metade das Cotas Subordinadas em circulação as deliberações que se refiram a:

- i) alteração do da política de investimento do Fundo, inclusive alteração da Alocação Mínima;
- ii) alteração das Condições de Cessão e dos Critérios de Elegibilidade dos Direitos Creditórios;
- iii) alteração da Razão Mínima;
- iv) alteração da distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo;



- v) alteração dos cronogramas de amortização das Cotas Seniores e Subordinadas;
- vi) alteração da metodologia de avaliação dos ativos do Fundo, dos Direitos Creditórios e das Cotas;
- vii) criação ou aumento de despesas e encargos ordinários do Fundo;
- viii) alteração da direito de voto de cada classe e alterações de *quoruns*;
- ix) criação de novos Eventos de Avaliação e de Liquidação Antecipada do Fundo;
- x) assuntos descritos nos itens (iv), (xvi) e (xx) do item “Competência” acima; e
- xi) alteração de vantagens ou criação de obrigações e deveres para as Cotas Subordinadas.

Deliberações sobre as matérias indicadas nos subitens (v), (ix), (xv) e (xvii) do item “Competência” acima dependerão de aprovação em Assembléia Geral que representem 90% das Cotas Seniores em Circulação.

Deliberações sobre as matérias indicadas nos subitens (xii), (xiii) e (xiv) do item “Competência” acima dependerão de aprovação em Assembléia Geral que representem 100% das Cotas Seniores em Circulação e das Cotas Subordinadas em Circulação.

A deliberação relativa às matérias previstas nos subitens (i), (iii) e (vi) a (viii) do item “Competência” acima será tomada em primeira convocação pela maioria das Cotas em Circulação e, em segunda convocação, pela maioria das Cotas dos presentes à Assembléia Geral.

Todas as demais deliberações para as quais não haja previsão expressa no Regulamento dependerão da aprovação da maioria das Cotas Seniores em Circulação.

A Assembléia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes dos Cotistas para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos Cotistas.

Somente pode exercer as funções de representante dos Cotistas pessoas física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

- i) ser Cotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Cotistas;
- ii) não ser titular de Cotas Subordinadas;
- iii) não exercer cargo ou função na Instituição Administradora, em seus controladores, em sociedades por eles direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e
- iv) não exercer cargo da administração ou ser empregado do Cedente, ou de seus controladores, diretos ou indiretos.

Os representantes dos Cotistas eventualmente nomeados não farão jus, em nenhuma hipótese, ao recebimento de qualquer remuneração do Fundo, da Instituição Administradora, do Custodiante, do Gestor ou do Cedente para exercer tal função.

O Regulamento poderá ser alterado independentemente de deliberação da Assembléia Geral em casos de alterações de dados cadastrais, bem como normas legais e regulamentares vigentes ou de determinação da CVM, hipótese em que deve ser providenciada a ciência aos Cotistas da referida alteração no prazo de até 30 dias, contados da data do protocolo da alteração do Regulamento junto à CVM.

#### *Divulgação e Eficácia das Deliberações da Assembléia Geral*

As decisões da Assembléia Geral devem ser divulgadas aos Cotistas no prazo máximo de 30 dias de sua realização.

As deliberações tomadas pelos Cotistas, observados os *quorums* de instalação e de deliberação estabelecidos acima, serão válidas e eficazes e obrigarão tanto os titulares das Cotas Seniores quanto os titulares das Cotas Subordinadas, quer tenham comparecido à Assembléia Geral, e nela hajam se absterido de votar, inclusive na hipótese de exclusão do direito de voto, ou votado contra, quer não tenham comparecido.

#### **Liquidação do Fundo**

O prazo de duração do Fundo será encerrado, ordinariamente, no último dia do 60º mês, contado a partir da Data de Subscrição Inicial. Em tal caso, após o pagamento das despesas e encargos do Fundo, será pago aos titulares de Cotas Seniores, se o patrimônio do Fundo assim permitir, o valor apurado conforme o item “Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo e das Cotas de Cada Classe” deste capítulo, na data de encerramento do Fundo. O total do eventual excedente, após o pagamento aos titulares das Cotas Seniores, será pago aos titulares de Cotas Subordinadas, conforme a quantidade de Cotas respectiva, de acordo com o procedimento de liquidação descrito abaixo.

#### *Eventos de Avaliação*

São considerados Eventos de Avaliação quaisquer das seguintes ocorrências:

- i) rebaixamento da classificação de risco inicial das Cotas Seniores em 2 ou mais sub-níveis, considerando-se a tabela da Agência Classificadora de Risco;
- ii) renúncia da Instituição Administradora à administração do Fundo;
- iii) inobservância pela Instituição Administradora de seus deveres e obrigações previstos no Regulamento, verificada pelo Custodiante ou pelo representante dos condôminos, desde que, notificada por qualquer deles para sanar ou justificar o descumprimento, a Instituição Administradora não o fizer no prazo de 2 dias úteis contado do recebimento da referida notificação;

- iv) inobservância pelo Custodiante dos deveres e das obrigações previstas no Contrato de Custódia, desde que, se notificado pela Instituição Administradora ou pelo Cedente para sanar ou justificar o descumprimento, o Custodiante não o fizer no prazo de 2 dias úteis contado do recebimento da referida notificação;
- v) inobservância pelo Cedente de seus deveres e obrigações como responsável pela cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos, nos termos previstos no Contrato de Cessão, desde que, se notificado pelo Custodiante ou pela Instituição Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, o Cedente não o fizer no prazo de 5 dias úteis contado do recebimento da referida notificação;
- vi) aquisição pelo Fundo de Direitos Creditórios em desacordo com as Condições de Cessão ou os Critérios de Elegibilidade;
- vii) não pagamento, em até 2 dias, contados de cada Data de Amortização de Cotas Seniores, do valor integral da amortização programada de qualquer Cota Sênior;
- viii) amortização de Cotas Subordinadas em desacordo com o disposto no Regulamento;
- ix) resilição ou rescisão do Contrato de Custódia, ou do contrato de guarda dos documentos que amparam os Direitos Creditórios Cedidos, se houver;
- x) caso a Agência Classificadora de Risco não divulgue a atualização trimestral da classificação de risco referente às Cotas Seniores por prazo igual ou superior a 60 dias do término do respectivo período;
- xi) renúncia do Custodiante ou do Gestor;
- xii) caso a Taxa DI seja maior ou igual a 130% da Taxa DI do dia útil imediatamente anterior;
- xiii) ocorrência dos eventos a seguir relacionados:
  - a) modificação do controle acionário do Cedente;
  - b) comprovação de que o Cedente tenha dolosamente oferecido ao Fundo Direitos Creditórios em desacordo com as Condições de Cessão /ou os Critérios de Elegibilidade;
  - c) caso se verifique falha ou falsidade em quaisquer das declarações prestadas pelo Cedente ao Fundo quando da cessão dos Direitos Creditórios Cedidos, que possa comprometer negativamente a boa ordem legal, administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Cotas Seniores;
  - d) criação de novos tributos, elevação das alíquotas já existentes ou modificação de suas bases de cálculo, que possa comprometer negativamente a boa ordem legal, administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Cotas Seniores;

- e) caso o Cedente, qualquer de suas controladas e/ou controladoras diretas se encontre inadimplente no cumprimento de qualquer obrigação pecuniária e/ou tenha sido declarado o vencimento antecipado de qualquer dos negócios acima referidos, cujo valor unitário ou total seja igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 ou o equivalente em outras moedas, excetuados os que tenham sido objeto de medida judicial adequada para anulação ou sustação de seus efeitos;
  - f) caso tenham sido apresentados para protesto ou tenham sido protestados títulos emitidos pelo Cedente ou sacados contra o Cedente, suas controladas e/ou controladoras diretas, cujo valor unitário ou total seja igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 ou o equivalente em outras moedas, excetuados os que tenham sido objeto de medida judicial adequada para anulação ou sustação de seus efeitos;
  - g) caso o Cedente deixe de atender aos valores mínimos de capital e patrimônio líquido ajustado definidos pelas normas do Banco Central do Brasil e do Conselho Monetário Nacional;
  - h) caso seja ajuizada contra o Cedente, suas controladoras diretas ou contra qualquer controlada, ação ou conjunto de ações de execução para pagamento de quantia certa, incluindo as execuções fiscais, cujo valor seja superior a R\$ 30.000.000,00;
  - i) caso ocorra a efetivação de arresto ou de penhora de bens do Cedente, de suas controladoras ou controladas, de valor superior a R\$ 30.000.000,00, considerados individualmente ou em conjunto;
  - j) modificação da política de concessão de crédito adotada pelo Cedente na data de assinatura do Contrato de Cessão;
  - k) descumprimento pelo Cedente de qualquer de suas obrigações estabelecidas no Contrato de Cessão e nos demais documentos relacionados ao Fundo do qual seja parte, desde que tal descumprimento não seja devidamente regularizado ou justificado dentro do prazo de 5 dias úteis contado do envio, pela Instituição Administradora, de notificação, por escrito, informando a ocorrência do respectivo envio; ou
- xiv) ocorrência de qualquer ato ou fato que imponha restrição à alienação dos Direitos Creditórios de titularidade do Cedente;
- xv) caso, no relatório de verificação a ser elaborado pelo Custodiante ou por empresa de auditoria contratada, constem inexatidões ou incongruências em relação às informações fornecidas pelo Cedente com relação a 5% ou mais dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo desde a última verificação;
- xvi) caso, em cada Período de Verificação, os Direitos Creditórios Cedidos vencidos e não pagos até o prazo de 30 dias atinjam percentual superior a (a) 10% em relação ao Patrimônio Líquido, ou (b) 50% ao total de Direitos Creditórios cedidos pelo mesmo Devedor;

- xvii) caso a Instituição Administradora entenda que há uma situação de risco relevante em potencial para o Fundo não prevista no Regulamento;
- xviii) caso o Fundo deixe de estar enquadrado na política de investimento prevista na cláusula 9 acima, ou na Alocação Mínima, por período superior a 10 dias úteis consecutivos;
- xix) aquisição de Direitos Creditórios após o término do Prazo de Carência;
- xx) desenquadramento da Razão Mínima de Garantia por prazo superior a 60 dias;
- xxi) inobservância da Reserva para Despesas e Encargos por prazo superior a 10 dias; e
- xxii) caso, imediatamente após o término do Período de Adaptação, o Fundo não observe o Limite Individual de Concentração de 7% e/ou o percentual máximo de concentração em Direitos Creditórios do setor sucro-alcooleiro, similares ou derivados não seja igual ou inferior a 70%.

Sem prejuízo do disposto abaixo, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, o Gestor interromperá os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios e a Instituição Administradora convocará imediatamente a Assembléia Geral, a qual decidirá se tal Evento de Avaliação deve ser considerado como um Evento de Liquidação.

Caso a Assembléia Geral de que trata o parágrafo acima delibere que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de Liquidação, a Assembléia Geral deliberará sobre os procedimentos envolvendo a liquidação do Fundo, que serão levados a efeito pela Instituição Administradora, observado ainda o disposto na seção “Características Gerais do Fundo – Política de Investimento – Aplicação em Direitos Creditórios – Condições de Cessão”, em caso de deliberação sobre a hipótese prevista no item (xxii) retro.

Caso o Evento de Avaliação não dê causa à liquidação antecipada do Fundo, o Gestor reiniciará o processo de aquisição de Direitos Creditórios sem prejuízo da implementação de eventuais ajustes aprovados pelos Cotistas na Assembléia Geral.

O direito ao recebimento de qualquer pagamento de amortização para os titulares das Cotas Subordinadas ficará suspenso durante o período compreendido entre a data de ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação até (i) a data da deliberação pela Assembléia Geral de que o referido Evento de Avaliação não dá causa à liquidação antecipada do Fundo, independentemente da implementação de eventuais ajustes aprovados pelos Cotistas na referida Assembléia Geral ou (ii) a data em que todos os valores devidos aos Cotistas titulares de Cotas Seniores tiverem sido integralmente pagos pelo Fundo, caso se decida na referida Assembléia Geral pela liquidação antecipada do Fundo.

### *Eventos de Liquidação*

Será convocada Assembléia Geral para deliberar sobre a liquidação antecipada do Fundo na ocorrência de qualquer das hipóteses abaixo indicadas:

- i) inobservância, por 5 dias úteis consecutivos, da Razão Mínima;
- ii) impossibilidade de aquisição de Direitos Creditórios que preencham as Condições de Cessão e/ou os Critérios de Elegibilidade;
- iii) pedido ou decretação de falência, intervenção, liquidação extrajudicial, regime especial de administração temporária ou regimes semelhantes com relação (a) ao Cedente; e/ou (b) à Instituição Administradora; e/ou (c) ao Gestor; e/ou (d) a quaisquer sociedades controladoras diretas das pessoas referidas anteriormente;
- iv) rescisão ou rescisão do Contrato de Custódia sem a consequente substituição por nova instituição prestadora desse serviço no prazo de 30 dias;
- v) se for deliberado que um Evento de Avaliação constitui Evento de Liquidação;
- vi) destituição da Instituição Administradora por decisão da Assembléia Geral ou sua renúncia sem a sua substituição de acordo com os procedimentos descritos no capítulo “Prestadores de Serviço – Instituição Administradora – Substituição da Instituição Administradora”;
- vii) se a Assembléia Geral não chegar a acordo comum referente à substituição da Taxa DI, na ausência de sua apuração e/ou divulgação por prazo superior a 30 dias corridos ou, ainda, no caso de sua extinção por imposição legal; e
- viii) rescisão ou rescisão do Contrato de Cessão.

Na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Liquidação, a Instituição Administradora imediatamente notificará tal fato aos Cotistas e o Gestor interromperá a aquisição de Direitos Creditórios.

Na hipótese de (i) não instalação da Assembléia Geral por falta de *quorum*, ou (ii) aprovação pelos Cotistas sobre a liquidação antecipada do Fundo, a Instituição Administradora deverá iniciar os procedimentos referentes à liquidação do Fundo.

Na hipótese de a Assembléia Geral deliberar pela não liquidação antecipada do Fundo, será concedido aos Cotistas Seniores que não concordarem com a decisão, o resgate antecipado de suas Cotas, conforme regras a serem definidas na Assembléia Geral. Em qualquer hipótese, os Cotistas dissidentes deverão, desde que o Fundo tenha recursos disponíveis, ter suas Cotas resgatadas em, no máximo, 90 dias contados da data da Assembléia Geral e as respectivas Cotas não serão resgatadas em Direitos Creditórios. Caso o Fundo não disponha de recursos para efetivar o resgate solicitado pelos cotistas dissidentes, o Gestor deverá vender Direitos

Creditórios, durante o prazo de 90 dias indicado acima, em montante suficiente para realizar os resgates. Caso após o referido prazo ainda haja Cotas Seniores cujo resgate foi solicitado ainda não resgatadas, o Gestor deverá interromper o procedimento de aquisição de Direitos Creditórios e direcionar os recursos recebidos pelo Fundo para o resgate solicitado pelos cotistas dissidentes. Os valores dos resgates antecipados pelos cotistas dissidentes corresponderão ao valor da Cota Sênior do dia útil do pagamento, calculado na forma do item “Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo e das Cotas de cada Classe” deste capítulo.

#### *Procedimentos de Liquidação*

Caso a Assembléia Geral delibere a liquidação antecipada do Fundo, todas as Cotas serão resgatadas, observados os seguintes procedimentos:

- i) o Gestor não adquirirá mais Direitos Creditórios e outros ativos para o Fundo; todos os recursos em moeda corrente serão utilizados para o resgate das Cotas;
- ii) as Cotas Seniores terão prioridade no resgate sobre as Cotas Subordinadas; portanto, todos os recursos disponíveis no patrimônio do Fundo serão prioritariamente alocados para o resgate das Cotas Seniores, de forma *pro rata* e mediante a observância de igualdade de condições entre todas as Cotas Seniores; e
- iii) as Cotas Subordinadas somente serão resgatadas após o resgate integral de todas as Cotas Seniores, sendo então pago a cada Cota Subordinada o valor correspondente à fração respectiva no eventual saldo remanescente do patrimônio do Fundo até o limite do valor das Cotas Subordinadas, calculado conforme o item “Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo e das Cotas de cada Classe.

O procedimento de liquidação do Fundo não poderá ter prazo de duração superior ao prazo de 12 meses após a data de encerramento do prazo de duração do Fundo. Caso no último dia útil do prazo de liquidação do Fundo, a totalidade das Cotas Subordinadas ainda não tenha sido resgatada mediante pagamento em moeda corrente nacional, as Cotas Subordinadas poderão ser resgatadas em Direitos Creditórios Cedidos integrantes da carteira do Fundo.

Com o intuito de racionalização do procedimento de resgate de Cotas descrito no item anterior, a Instituição Administradora poderá postergar pagamentos aos Cotistas até que o total de recursos disponíveis seja equivalente ao mínimo de R\$ 5.000.000,00, exceto na hipótese de o valor dos recursos disponíveis já ser suficiente para o integral resgate das Cotas Seniores e/ou Subordinadas.

Caso no último dia útil do prazo definido na Assembléia Geral que deliberou a liquidação antecipada do Fundo, a totalidade das Cotas Seniores ainda não tenha sido resgatada mediante pagamento em moeda corrente nacional, as Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas em circulação poderão ser resgatadas mediante a dação em pagamento da totalidade dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo.

Qualquer entrega de Direitos Creditórios para fins de pagamento de resgate aos titulares de Cotas do Fundo será realizada mediante a utilização de procedimento de rateio, considerando o número de Cotas detido por cada Cotista na ocasião e observados os procedimentos definidos acima.

Antes da implementação de qualquer procedimento referente à entrega de Direitos Creditórios aos Cotistas do Fundo, o Cedente terá a faculdade de, a seu exclusivo critério, adquirir, em moeda corrente nacional, parte ou a totalidade dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, até o 3º dia útil imediatamente anterior ao término do prazo para resgate antecipado, por preço no mínimo equivalente ao valor presente dos Direitos Creditórios Cedidos.

A liquidação do Fundo será gerida pela Instituição Administradora, observado o que dispõe o Regulamento ou o que for deliberado na Assembléia Geral.

### **Informações Complementares**

#### *Despesas e Encargos do Fundo*

Constituem encargos do Fundo, além das taxas previstas no capítulo “Taxas” abaixo:

- i) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- ii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- iii) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos condôminos;
- iv) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação da Instituição Administradora;
- v) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- vii) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembléia Geral;
- viii) taxas de custódia de ativos do Fundo;
- ix) a contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Cotas admitidas à negociação, na hipótese de vir a ser admitida a negociação das Cotas nesses mercados;
- x) despesas com a contratação de Agência Classificadora de Risco; e
- xi) despesas com profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos condôminos.



O Gestor deverá manter reserva para pagamentos de despesas e encargos do Fundo, por conta e ordem deste, desde a Data de Subscrição Inicial até a liquidação do Fundo. A Reserva para Despesas e Encargos destinar-se-á exclusivamente ao pagamento dos montantes referentes às despesas e encargos do Fundo, incluindo-se a taxa de administração.

O Gestor, por conta e ordem do Fundo, deverá segregar Disponibilidades na Reserva para Despesas e Encargos observando que (i) durante o Prazo de Carência, até o 30º dia útil anterior a data de pagamento de cada despesa ou encargo, e (ii) após o Prazo de Carência, até o 90º dia útil anterior a data de pagamento de cada despesa ou encargo, o valor das Disponibilidades segregadas, projetado até tal data de pagamento, deverá ser equivalente a 100% do valor estimado por ele para a referida despesa ou encargo. Referida estimativa será realizada com base nos valores das despesas ou encargos efetivamente incorridos no mês anterior à constituição da reserva.

Na hipótese de a Reserva de Despesas e Encargos deixar de atender ao limite de enquadramento descrito no parágrafo acima, o Gestor, por conta e ordem do Fundo, deverá interromper imediatamente a aquisição de novos Direitos Creditórios e destinar todos os recursos do Fundo, em moeda corrente nacional, para a recomposição da Reserva para Despesas e Encargos. O Gestor somente interromperá tal procedimento quando, conforme o caso, o valor das Disponibilidades seja equivalente a 100% do valor estimado por ele para a referida despesa ou encargo.

Quaisquer despesas não previstas acima como encargos do Fundo devem correr por conta da Instituição Administradora.

#### *Informações obrigatórias e periódicas*

A Instituição Administradora deverá prestar, na forma e dentro dos prazos estabelecidos, todas as informações obrigatórias e periódicas constantes do presente item, sem prejuízo de outras previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente.

A Instituição Administradora deve informar à CVM, no prazo de 10 dias após a respectiva ocorrência, a data da primeira integralização de Cotas.

A Instituição Administradora deverá informar à CVM, no prazo de 10 dias após a respectiva ocorrência, a data do encerramento de cada distribuição de Cotas.

A Instituição Administradora, por meio de seu diretor indicado, sem prejuízo do atendimento das determinações estabelecidas na regulamentação em vigor, deve elaborar demonstrativos trimestrais evidenciando:

- i) que as operações praticadas pelo fundo estão em consonância com a política de investimento prevista em seu regulamento e com os limites de composição e de diversificação a ele aplicáveis;
- ii) que as negociações foram realizadas a taxas de mercado; e

- iii) os resultados da verificação do lastro realizada no trimestre anterior por empresa de auditoria, se houver, explicitando, dentre o universo analisado, a quantidade e a relevância dos créditos inexistentes porventura encontrados.

Os demonstrativos referidos acima devem ser enviados à CVM, no prazo de 45 dias contados do encerramento do respectivo período, e permanecer à disposição dos condôminos do Fundo, bem como ser examinados por ocasião da auditoria independente.

A Instituição Administradora deve divulgar, anualmente, no periódico referido no item “Informações Complementares – Publicações”, além de manter disponíveis em sua sede e agência(s) e nas instituições que coloquem Cotas desse, o valor do patrimônio líquido do Fundo, o valor das Cotas de cada classe, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, a Razão Mínima, e o último relatório da(s) agência(s) classificadora(s) de risco contratada(s) pelo Fundo.

A divulgação das informações previstas acima pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódicos de ampla veiculação, observada a responsabilidade do administrador designado nos termos do artigo 8º da Instrução CVM nº 356/01, pela regularidade na prestação dessas informações.

A Instituição Administradora é obrigada a divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, de modo a garantir a todos os condôminos acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo, se for o caso.

Os exemplares de qualquer comunicação relativa ao Fundo divulgada a terceiros ou condôminos deverão ser enviados simultaneamente à CVM.

Sem prejuízo de outras ocorrências relativas ao Fundo, considera-se fato relevante a alteração da classificação de risco das Cotas ou dos Direitos Creditórios Cedidos e demais ativos integrantes da respectiva carteira.

A divulgação das informações previstas acima deve ser feita por meio de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo e mantida disponível para os condôminos na sede e agência(s) da Instituição Administradora e nas instituições que coloquem Cotas.

A Instituição Administradora deve, no prazo máximo de 10 dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos condôminos, em sua sede e dependências, informações sobre:

- i) o número de Cotas de propriedade de cada um e o respectivo valor;
- ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e
- iii) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios e demais ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

As demonstrações financeiras anuais do Fundo serão auditadas por auditor independente registrado na CVM e estarão sujeitas às normas contábeis expedidas pela CVM. Enquanto a CVM não editar tais normas, aplicam-se ao Fundo as disposições do COSIF.

O Fundo terá escrituração contábil própria.

O exercício social do Fundo tem, exceto no ano de sua constituição, duração de um ano, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano.

A Instituição Administradora deve colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, e deverá remetê-las à CVM mediante o Sistema CVMWeb, observados os seguintes prazos máximos:

- i) de 20 dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- ii) de 60 dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

A Instituição Administradora deve enviar informe mensal à CVM, observando o prazo de 15 dias após o encerramento de cada mês do calendário civil, com base no último dia útil daquele mês, as seguintes informações relativas ao Fundo:

- i) saldo das aplicações;
- ii) valor do patrimônio líquido;
- iii) rentabilidade apurada no período;
- iv) valor das Cotas e quantidades em circulação;
- v) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios, abrangendo, inclusive, dados e comentários sobre o desempenho esperado e o realizado;
- vi) posições mantidas em mercados de derivativos; e
- vii) número de Cotistas.

No prazo máximo de 10 dias contados de sua ocorrência, devem ser protocolados na CVM, pela Instituição Administradora, os documentos correspondentes aos seguintes atos relativos ao Fundo:

- i) alteração do Regulamento;
- ii) substituição da Instituição Administradora;

- iii) incorporação;
- iv) fusão;
- v) cisão; e
- vi) liquidação.

A Instituição Administradora deverá comunicar e enviar cópia à Agência Classificadora de Risco, em até 5 dias da ocorrência, de qualquer alteração ao Regulamento.

#### *Publicações*

Todas as publicações mencionadas acima serão feitas inicialmente no jornal “Valor Econômico”, da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Instituição Administradora poderá, a seu exclusivo critério, sem a necessidade de convocação de Assembléia Geral e alteração do Regulamento, alterar o periódico utilizado para efetuar as publicações relativas ao Fundo, devendo, nesse caso, informar previamente os Cotistas sobre essa alteração.

#### *Atendimento aos Cotistas*

O Regulamento, o histórico de performance do Fundo e informações adicionais desejadas podem ser obtidas pelos Cotistas na sede Instituição Administradora. Eventuais reclamações, dúvidas e sugestões podem ser endereçadas para a sede da Instituição Administradora, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, 2.300, 11º andar.

Para consulta ou obtenção de cópia do Prospecto e do Regulamento, os Cotistas poderão dirigir-se à Instituição Administradora, à CVM, ou à CETIP, em suas respectivas sedes, conforme informado no capítulo “Identificação da Instituição Administradora, da Instituição Líder, de Consultores, Auditor, Agência Classificadora de Risco e demais entidades envolvidas na Oferta” acima, ou acessar suas respectivas páginas na rede mundial de computadores, a saber: [www.banifib.com.br](http://www.banifib.com.br); [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br); [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br); [www.cetip.com.br](http://www.cetip.com.br).

## DIREITOS CREDITÓRIOS

### Características

#### *Natureza, Aspectos Legais e Regulamentares dos Direitos Creditórios*

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são advindos de CPR, CDCA, LCA, CRA e CDAWA, originados de negócios realizados entre produtores rurais, cooperativas, instituições financeiras e terceiros, relacionados à produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos ou insumos agropecuários, ou de máquinas e implementos utilizados na atividade agropecuária.

CDCA, LCA e CRA, nos termos da Lei nº 11.076/04, são títulos de crédito nominativos, de livre negociação, representativos de promessa de pagamento em dinheiro e constituem título executivo extrajudicial. CDCA é título de emissão exclusiva de cooperativas de produtores rurais e de outras pessoas jurídicas que exerçam a atividade de comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos e insumos agropecuários ou de máquinas e implementos utilizados na produção agropecuária. Por sua vez, LCA é título de emissão exclusiva de instituições financeiras públicas ou privadas. Já CRA é título de emissão exclusiva de companhias securitizadoras de direitos creditórios do agronegócio.

CDCA, LCA e CRA têm com lastro em direitos creditórios originários de negócios realizados entre produtores rurais, ou suas cooperativas, e terceiros, inclusive financiamentos ou empréstimos, relacionados com a produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos ou insumos agropecuários ou de máquinas e implementos utilizados na atividade agropecuária.

CDAWA, nos termos do artigo 1º e seguintes da Lei nº 11.076/04, é composto por: (i) CDA, que é título de crédito representativo de promessa de entrega de produtos agropecuários, seus derivados, subprodutos e resíduos de valor econômico, depositados em conformidade com a Lei nº 9.973, de 29 de maio de 2000; e (ii) WA, que confere direito de penhor sobre o CDA correspondente, assim como sobre o produto nele descrito. O CDA e o WA são títulos unidos, emitidos simultaneamente pelo depositário, a pedido do depositante, podendo ser transmitidos unidos ou separadamente, mediante endosso, e constituem título executivo extrajudicial.

CDCA, LCA podem ser emitidos sob a forma escritural, sendo que, nesse caso, deverão: (i) ser registrados em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil; e (ii) a transferência de sua titularidade será feita pelos registros dos negócios efetuados por intermédio do sistema de registro e liquidação financeira. CRA sempre é emitido na forma escritural.

CPR é cédula representativa de promessa de entrega de produtos rurais, sendo emitida por produtor rural e suas associações, inclusive cooperativas, nos termos da Lei nº 8.929/94, podendo ser emitida fisicamente ou na modalidade financeira. O Fundo somente adquirirá CPR na modalidade financeira.

Aplicam-se ao CDCA, LCA, CRA, CDAWA e CPR, no que forem cabíveis, as normas de direito cambial, tais como as que tratam do aval e do endosso do título, sendo que: (i) os endossos devem ser completos; e (ii) é dispensado o protesto cambial para assegurar o direito de regresso contra endossantes e avalistas.

### *Informações Gerais*

A Instituição Administradora ainda não tem informações sobre o número total de Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo, sendo que os recursos captados por meio da presente Oferta serão integralmente utilizados para aquisição de Direitos Creditórios, respeitada a ordem de aplicação de recursos do Fundo.

Os Direitos Creditórios serão adquiridos a taxas de mercado, não havendo aplicação de taxa de desconto, e deverão ser remunerados, de acordo com o referencial adotado por cada Direito Creditório, descontado o custo de contratação de operação de derivativo com a finalidade específica de proteção (hedge), no mínimo à (a) variação da Taxa DI mais 2,18% ao ano; (b) variação cambial do real frente ao dólar norte-americano mais 8% ao ano; ou (c) taxa pré-fixada de 13,35% ao ano.

O prazo de vencimento dos Direitos Creditórios varia de ativo para ativo, mas não poderá ser superior a 48 meses, contados da Data de Subscrição Inicial. Não há previsão de amortização dos Direitos Creditórios. A remuneração dos Direitos Creditórios pode ser fixada em função da variação da Taxa DI, da variação cambial ou mesmo em função de taxa pré-fixada em regime de juros simples.

A característica homogênea dos Devedores é o fato de serem ligados à atividade agropecuária, vez que os títulos que originam os Direitos Creditórios somente podem ser emitidos por produtores rurais, cooperativas, instituições financeiras e terceiros, relacionados à produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos ou insumos agropecuários, ou de máquinas e implementos utilizados na atividade agropecuária.

### *Processo de Origem dos Direitos Creditórios*

As operações de agronegócio podem ser originadas por meio de um consultor externo, ou diretamente pelo Devedor, que emite o título do agronegócio para o Cedente, que posteriormente o transferirá para o Fundo, uma vez atendidas as Condições de Cessão e os Critérios de Elegibilidade. Para início da análise, o departamento de agronegócios do Cedente solicita os seguintes documentos: ficha cadastral, informações econômico-financeiras, dados de produção, e características da operação.

Nessa pré análise, é realizada consulta ao SERASA para verificação de apontamentos e definido o interesse na operação. Em caso negativo, o Devedor/consultor é avisado, e em caso positivo é agendado o comitê de prospecção.

O comitê de prospecção avalia a proposta, e em caso de aprovação, o departamento de agronegócios do Cedente solicita documentação exigida para análise de crédito.

O departamento de agronegócios do Cedente analisa a documentação enviada, e verifica a necessidade de documentação complementar, e na sequência realiza visita ao Devedor.

A operação é então submetida ao Comitê de Crédito, que conta com a participação do presidente do Cedente no Brasil, dois diretores, e de um executivo do Banif em Portugal por meio de *conference call*, além de analistas do departamento de crédito e do departamento de agronegócios do Cedente. Havendo a aprovação, inicia-

se o processo de estruturação e formalização dos levantamentos e instrumentos necessários, fazendo a interface com as áreas e empresas envolvidas: cadastro, *back-office*, empresa de monitoramento, seguradora, agência de *rating*, se aplicável, e assessoria legal externa, que produzirá parecer jurídico atestando a viabilidade jurídica da operação, sua correta constituição e formalização, e que sobre os Direitos Creditórios não há demanda judicial.

O *back-office* é responsável pela verificação e controle das garantias além dos instrumentos de formalização exigidos pelo Comitê de Crédito.

Na data do desembolso pelo Cedente, o departamento de agronegócios providencia a transferência dos recursos para o Devedor, mediante prévia autorização do Devedor enviada por e-mail ou fax.

As áreas envolvidas para a realização do desembolso são comunicadas, cabendo ao *back-office* o registro dos títulos nos órgãos responsáveis, bem como em câmaras ou sistemas de registro, liquidação e custódia e a posterior gestão das garantias em parceria com a área de risco do Cedente.

O acompanhamento da operação é realizado pelo departamento de agronegócios do Cedente, através de visitas periódicas, e pelo controle da data de vencimento dos títulos, informando essa ao Devedor e permitindo um provisionamento de recursos para liquidação dos ativos.

Na data da liquidação, o *back-office* informa o valor para a liquidação, e acompanha sua realização junto à tesouraria do Cedente. Os Devedores serão notificados para pagar diretamente em conta-corrente do Fundo.

Antes do vencimento, os títulos deverão ser baixados das câmaras e sistemas de registro, liquidação e custódia, para liquidação mediante depósito na conta-corrente do Fundo.

No vencimento, os ativos serão conciliados com os valores depositados pelos Devedores. Feita a conciliação, serão considerados liquidados, devendo ser baixados junto aos órgãos de registro, e enviados por Sedex, mediante autorização do Devedor.

Não obstante o constante no item acima, o Cedente guardará em arquivo eletrônico toda a documentação que comprove a efetiva liquidação dos títulos, bem como a sua devolução ao Devedor.

#### *Política de Crédito do Cedente*

A política de crédito do Cedente é fundamentada em alguns princípios básicos, que têm como finalidade a adequada gestão e a uniformidade na avaliação do crédito.

O primeiro passo é a elaboração da proposta de crédito, em que são apresentadas as condições e características dos limites com que se objetiva operar junto aos Devedores.

Para proposição desse limite de crédito, faz-se necessário:

- i) proposta com a descrição da linha de crédito;
- ii) relatório de crédito;
- iii) planilha de dados;

- iv) pesquisa de restritivos; e
- v) classificação de risco.

O relatório de crédito é composto por informações abrangentes, sempre atualizadas, que permitem definir adequadamente qual o perfil de atividades do Devedor e sua situação econômico-financeira. Ele identifica a capacidade de pagamento do Devedor apresentada até o momento, e o diagnóstico é feito por meio da análise da gestão, da capacidade operacional, da análise financeira a fim de se verificar a performance passada, e dos fatores que justificam a crença na continuidade desta capacidade ou em sua recuperação.

Para elaboração do relatório de crédito são necessários: (i) dados cadastrais da empresa; (ii) dados operacionais; (iii) análise econômico-financeira; (iv) consulta ao SERASA; e (v) classificação de risco do Devedor. Após a conclusão do relatório de crédito, o mesmo é apresentado ao Comitê de Crédito, que define a aprovação do limite e operação proposta.

#### *Procedimentos de Cobrança dos Direitos Creditórios*

O Cedente será responsável pela cobrança bancária dos Direitos Creditórios, que será efetuada mediante a emissão de boletos de cobrança bancária, ou mediante crédito em conta-corrente do Fundo.

Os respectivos Devedores serão devidamente notificados, nos termos no artigo 290 do Código Civil, sobre a cessão dos mesmos. Os créditos referentes aos boletos bancários e ao depósito em conta-corrente serão efetuados na conta de titularidade do Cedente.

O Cedente deverá transferir ao Fundo via crédito em conta-corrente ou via câmara e sistema de registro, liquidação e custódia os valores referentes aos ativos, conforme previsto no Contrato de Custódia e no Contrato de Cobrança.

A cobrança e coleta dos pagamentos dos Direitos Creditórios Inadimplidos serão realizadas observando-se as seguintes etapas de cobrança:

- i) ligação ao devedor até o 5º dia de atraso para informar que o título/parcela está vencido;
- ii) encaminhamento do título/parcela vencido para protesto em cartório até o 10º dia de atraso;
- iii) emissão de carta de cobrança ao devedor até o 15º dia de atraso;
- iv) notificação ao devedor até o 20º dia de atraso, e
- v) na hipótese de os procedimentos delineados nas alíneas (i) a (iv) não serem suficientes para provocar a quitação do título/parcela em até 30 dias de seu vencimento, o título deve ser encaminhado à área jurídica do Cedente para que sejam tomadas as providências judiciais cabíveis.



### *Garantias e Outros Reforços de Crédito*

A garantia dos Direitos Creditórios será real, definida e aprovada pelo Comitê de Crédito do Cedente, e deverá observar, no momento da formalização, 110% do valor esperado para resgate. Isto significa que, ocorrido o inadimplemento do Direito Creditório, o Fundo terá direito a executar o bem dado em garantia para satisfazer o seu crédito. O prazo das garantias é o mesmo do respectivo Direito Creditório. Caso o bem dado em garantia se mostre insuficiente, o Fundo poderá sofrer perdas que impactarão o rendimento dos Cotistas.

A garantia dos Direitos Creditórios deverá ser composta obrigatoriamente por penhor mercantil ou agrícola ou alienação fiduciária do produto a que os títulos se referem, podendo ser complementada por garantia de penhor ou cessão fiduciária de direitos creditórios.

O penhor mercantil é regulado pelo artigo 1.447 e seguintes do Código Civil Brasileiro. Podem ser objeto de penhor mercantil máquinas, aparelhos, materiais, instrumentos, instalados e em funcionamento, com os acessórios ou sem eles; animais, utilizados na indústria; sal e bens destinados à exploração das salinas; produtos de suinocultura, animais destinados à industrialização de carnes e derivados; matérias-primas e produtos industrializados. O Devedor não poderá, sem o consentimento por escrito do Fundo, alterar as coisas empenhadas ou mudar-lhes a situação, nem delas dispor.

O penhor agrícola é regulado pelo artigo 1.442 e seguintes do Código Civil Brasileiro. Podem ser objeto de penhor agrícola máquinas e instrumentos de agricultura; colheitas pendentes, ou em via de formação; frutos acondicionados ou armazenados; lenha cortada e carvão vegetal; e animais do serviço ordinário de estabelecimento agrícola. Ressalte-se que o penhor agrícola que recai sobre colheita pendente, ou em via de formação, abrange a imediatamente seguinte, no caso de frustrar-se ou ser insuficiente a que se deu em garantia.

O penhor de direitos creditórios é regulado pelo artigo 1.451 e seguintes do Código Civil Brasileiro. Tanto no caso do penhor mercantil, do penhor agrícola ou do penhor de direitos creditórios, o Fundo terá direito a, na hipótese de inadimplemento do Devedor, promover a execução judicial do penhor e, caso autorizado judicialmente, realizar a venda antecipada do bem empenhado. Ressalte-se que o valor obtido com a execução judicial do penhor poderá ser inferior ao montante dos Direitos Creditórios Cedidos, devendo os Cotistas suportar o prejuízo decorrente.

A alienação fiduciária é regulada pelo artigo 1.361 e seguintes do Código Civil Brasileiro. Com a alienação fiduciária, constitui-se em favor do credor a propriedade resolúvel do bem dado em garantia. Caso os Direitos Creditórios sejam garantidos por meio de alienação fiduciária de produto, na hipótese de inadimplemento do Devedor, o Fundo deverá vender o bem e entregar o saldo, descontando o valor correspondente à dívida, se houver, ao Devedor. Ressalte-se, novamente, que o valor obtido com a venda do bem alienado fiduciariamente poderá ser inferior ao montante dos Direitos Creditórios Cedidos, devendo os Cotistas suportar o prejuízo decorrente.

A cessão fiduciária de direitos creditórios representados por LCA, CDCA e CRA é permitida conforme o artigo 41 da Lei nº 11.076/04 e disciplinada nos termos dos artigos 18 a 20 da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997. A cessão fiduciária de direitos creditórios opera a transferência da propriedade dos referidos créditos do Credor. Portanto, no caso de Direitos Creditórios garantidos por meio de cessão fiduciária, o Fundo deverá, na hipótese de inadimplemento por parte do Devedor, vender a terceiros os direitos creditórios.

Ressalte-se que, nos termos do artigo 32 da Lei nº 11.076/04, o CDCA e LCA já conferem, independente de disposição entre as partes, direito de penhor sobre os direitos creditórios por eles representados. O mesmo ocorre com o CDAWA, conforme disposto no artigo 1º, §2º da Lei nº 11.076/04.

Não há garantia de recompra ou substituição dos Direitos Creditórios inadimplidos. Não obstante, o Cedente terá a faculdade de, a seu exclusivo critério, adquirir, em moeda corrente nacional, qualquer Direito Creditório inadimplido, a partir de 5 dias corridos contados da data de vencimento do título, pelo respectivo valor contábil registrado pelo Fundo no dia da recompra do Direito Creditório pelo Cedente.

Além disso, na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, antes da implementação de qualquer procedimento referente à entrega de Direitos Creditórios Cedidos aos Cotistas, de acordo com o disposto na cláusula 25.7.2 do Regulamento, o Cedente terá a faculdade de, a seu exclusivo critério, adquirir, em moeda corrente nacional, a totalidade dos Direitos Creditórios Cedidos integrantes da carteira do Fundo, até o 3º (terceiro) dia útil imediatamente anterior ao término do prazo para resgate antecipado das Cotas pelos Cotistas, por preço no mínimo equivalente ao valor pelo qual os Direitos Creditórios Cedidos estejam contabilizados pelo Fundo.

Embora não haja garantia de recompra dos Direitos Creditórios, é intenção do Cedente exercer sua faculdade acima com habitualidade e de forma voluntária. Contudo, caso haja descontinuidade dessa prática, o Fundo poderá ter que executar as respectivas garantias, o que poderá gerar perdas ao Fundo caso não seja possível recuperar o montante total dos Direitos Creditórios.

Ademais, considerar-se-á resolvida a cessão de um Direito Creditório, independentemente de qualquer aviso ou notificação ao Cedente e sem qualquer ônus ou custo para o Fundo, nas seguintes hipóteses:

- i) caso o Direito Crédito Cedido seja reclamado por terceiros comprovadamente titulares de ônus, gravames ou encargos constituídos previamente à aquisição dos mesmos pelo Fundo; e
- ii) caso se verifique que foram cedidos ao Fundo Direitos Creditórios que não atendiam, no momento da cessão, às Condições de Cessão e/ou aos Critérios de Elegibilidade.

Na hipótese de resolução da cessão de um Direito Creditório, o Cedente estará obrigado a restituir ao Fundo, exclusivamente em moeda corrente nacional, no 3º dia útil imediatamente posterior à ocorrência de qualquer das condições acima, o preço de aquisição dos Direitos Creditórios cuja cessão tiver sido resolvida, atualizado *pro rata tempore* desde a respectiva data de aquisição até a data de restituição dos valores devidos, considerando-se a taxa de desconto utilizada na determinação do respectivo preço de cessão, de forma que não haja impacto na carteira do Fundo.

Para proteção de sua carteira, o Fundo poderá utilizar, ainda, estrutura de derivativos, conforme explicitado na seção “Características Gerais do Fundo – Política de Investimento – Operações em Mercados de Derivativos” acima.

#### *Informações Estatísticas*

Não há Devedores responsáveis por mais de 10% do total de Direitos Creditórios.

A estruturação de Direitos Creditórios pelo Cedente iniciou-se em novembro de 2005, quando foi registrado o primeiro CDCA na CETIP, e desde o início não houve histórico de perdas. Observa-se, resumidamente, um total liquidado equivalente a R\$ 82.562.880,00, e uma carteira de títulos vigentes perfazendo R\$ 144.131.153,10 distribuídos em 18 devedores, de acordo dados de 22 de fevereiro de 2008:

Histórico de Liquidação:

<b>Liquidação</b>	<b>Valor Liquidado</b>	<b>Percentual do Total Liquidado</b>
Antecipada	R\$ 22.311.876,38	27,02%
Atrasada	R\$ 9.060.600,59	10,97%
No Vencimento	R\$ 51.190.403,03	62,00%
<b>Total Liquidado</b>	<b>R\$ 82.562.880,00</b>	<b>100,00%</b>

<b>Pagamentos Antecipados (representando 16 Devedores)</b>	<b>R\$</b>	<b>Percentual do Total Liquidado</b>
Até 15 dias	R\$ 18.639.626,38	22,58%
de 16 a 30 dias	R\$ 1.210.528,06	1,47%
de 31 a 45 dias	R\$ 1.175.804,06	1,42%
de 46 a 60 dias	R\$ 1.232.514,73	1,49%
superior a 60 dias	R\$ 53.403,15	0,06%
<b>Total</b>	<b>R\$ 22.311.876,38</b>	<b>27,02%</b>

<b>Pagamentos Atrasados (representando 05 Devedores)</b>	<b>R\$</b>	<b>Percentual do Total Liquidado</b>
Até 15 dias	R\$ 8.168.998,63	9,89%
de 16 a 30 dias	R\$ 733.959,95	0,89%
de 31 a 45 dias	*R\$ 75.615,00	0,09%
de 46 a 60 dias	0	0,00%
superior a 60 dias	*R\$ 82.027,01	0,10%
<b>Total</b>	<b>R\$ 9.060.600,59</b>	<b>10,97%</b>

\* Valor equivalente a Multa de 10% pelo atraso.

Na hipótese de pagamento antecipado dos Direitos Creditórios, este deve ser realizado pelo valor face do título, atualizado *pro rata temporis* pela respectiva taxa de juros. Caso o Fundo não disponha de outros Direitos Creditórios semelhantes para aquisição com os recursos decorrentes do pagamento antecipado, poderá haver impacto na rentabilidade das Cotas, caso as taxas de juros dos novos Direitos Creditórios sejam inferiores aos Direitos Creditórios pagos antecipadamente ou, ainda, caso os prazos de vencimento dos novos Direitos Creditórios sejam mais longos, haja vista que a taxa de juros a ser apropriada diariamente ao valor nominal do Direito Creditório será proporcionalmente menor, conforme a metodologia de cálculo do valor de Direitos Creditórios prevista na seção “Metodologia de Avaliação dos Direitos Creditórios” acima. Ademais, caso não haja Direitos Creditórios disponíveis para aquisição com os recursos decorrentes do referido pagamento antecipado, a Instituição Administradora deverá aplicar tais recursos, de acordo com a política de investimento do Fundo, em (i) títulos de emissão do Tesouro Nacional; (ii) títulos de emissão do Banco Central do Brasil; e (iii) em fundo(s) de investimento de renda fixa de perfil conservador, com liquidez diária, que tenha(m) seu patrimônio representado por títulos ou ativos de renda fixa, pré ou pós-fixados, de emissão ou coobrigação de Pessoa que seja considerada como de baixo risco de crédito e que sejam administrados por qualquer das Instituições Autorizadas. Estes títulos ou cotas de fundos de investimento podem possuir rentabilidade inferior às taxas de juros dos Direitos Creditórios pagos antecipadamente, o que poderá reduzir, portanto, a rentabilidade das cotas do Fundo.

## **PRESTADORES DE SERVIÇO**

### **Instituição Administradora**

#### *Histórico e Atividades*

Fundada em 12 de janeiro de 1861, na cidade do Rio de Janeiro, pelo Imperador D. Pedro II, com o objetivo de conceder empréstimos e incentivar a poupança popular, a Caixa Econômica Federal é, atualmente, uma instituição financeira de capital fechado, sob controle nacional público com sede em Brasília, Distrito Federal.

A Caixa é um dos principais agentes das políticas públicas do governo federal. A CAIXA atende clientes bancários e trabalhadores formais, estes por meio do pagamento de FGTS, PIS e seguro-desemprego; beneficiários de programas sociais e apostadores das Loterias. É também responsável pela gestão das mais de 130 milhões de contas de FGTS. Sua base de clientes foi expandida em 42% nos últimos dois anos e meio, subindo de 23,1 milhões para 33,6 milhões de pessoas.

O volume de depósitos à vista na Caixa cresceu 16% no período e o de depósitos de poupança 18%, atingindo um saldo de R\$ 50,2 bilhões. Entre 2002 e a metade de 2005, o ativo bancário da empresa aumentou 30%. Na primeira metade de 2005, a Caixa obteve o maior lucro semestral de sua história. Uma das principais razões para esse resultado foi a forte expansão das receitas com operações de crédito, que, desde 2003, tiveram incremento de 101%. Nesse mesmo ano, a Caixa foi premiada em quatro categorias pelo Guia Exame, que avalia os melhores fundos de investimento do mercado.

Sua rede de atendimento abrange todos os 5.561 municípios brasileiros, com mais de 17 mil pontos de atendimento entre agências, lotéricas e correspondentes bancários. Em 2003, iniciou-se o projeto de instalação de 500 novas agências, das quais mais de 150 já estão funcionando. Quase 3,5 mil novos correspondentes bancários e lotéricas foram instalados nos últimos 30 meses. Oferece, também, terminais eletrônicos, Banco 24h, Caixa Rápido, débito automático, atendimento telefônico e o Internet Banking Caixa. Desde 2004, os brasileiros emigrados podem utilizar o Caixa Internacional para fazer remessas de recursos ao país. Firmado em 2005, um convênio com o banco português BCP garantiu ainda mais facilidade nesse processo.

#### *Histórico da VITER - Vice-Presidência de Gestão Ativos de Terceiros*

A Caixa atua na administração de recursos de terceiros desde 1991. Representada, desde 1998, na gestão de Ativos de Terceiros pela VITER - Vice-Presidência de Gestão de Ativos de Terceiros, a Caixa Econômica Federal vem apresentando crescimento significativo no volume de recursos sob sua administração. São cerca de R\$ 206 bilhões provenientes de aplicações em fundos de investimento, carteiras administradas e fundos governamentais, como o FGTS, o FDS e o FAR. A Moody's América Latina atribuiu no início de 2007 o Rating MQ1 de Qualidade de Gestor de Investimentos para a VITER. Essa classificação é a nota máxima de gestão às entidades que administram fundos de investimentos, refletindo o alto grau de profissionalismo e coerência no processo de tomada de decisões e na eficácia da estrutura de gestão de riscos instalada.

A VITER encerrou 2008 com 128 produtos ativos, entre fundos de investimento e carteiras administradas. Destes, 45 fundos voltados para a rede, 34 fundos exclusivos, 21 fundos previdenciários, 18 carteiras administradas, 6 carteiras sociais, 1 fundo imobiliário e 3 fundos de direitos creditórios.

A Caixa foi premiada como Melhor Gestor de Fundos de Investimento do Ano pelo Guia Exame 2007, conquistando ainda os prêmios de Melhor Gestor de Fundos de Renda Fixa e Melhor Gestor de Fundos de Varejo e, pelo quarto ano consecutivo, Melhor Gestor de Mega Fundos. A avaliação para a premiação é realizada pelo Centro de Estudos e Finanças da FGV de São Paulo, que apura a melhor relação risco *versus* retorno entre todos os fundos de investimento registrados na ANBID.

#### *Obrigações, Vedações e Responsabilidades da Instituição Administradora*

A Instituição Administradora, observadas as limitações estabelecidas no Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares pertinentes, tem amplos e gerais poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo.

Incluem-se entre as obrigações da Instituição Administradora:

- i) registrar, às expensas do Fundo, o documento de constituição do Fundo e o Regulamento, bem como futuras alterações e respectivas consolidações do Regulamento, em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Brasília, Distrito Federal;
- ii) manter atualizados e em perfeita ordem:
  - a) a documentação relativa às operações do Fundo;
  - b) o registro dos condôminos;
  - c) o livro de atas de assembléias gerais;
  - d) o livro de presença de condôminos;
  - e) os demonstrativos trimestrais de que trata o artigo 8º, § 4º, da Instrução CVM nº 356/01;
  - f) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao Fundo; e
  - g) os relatórios do auditor independente;
- iii) receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo diretamente ou por meio de instituição contratada;
- iv) entregar ao condômino, gratuitamente, exemplar do Regulamento, bem como cientificá-lo do nome do periódico utilizado para divulgação de informações e da taxa de administração praticada;

- v) divulgar, anualmente, no periódico utilizado pelo Fundo, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que coloquem Cotas, informações sobre o valor do patrimônio líquido do Fundo, o valor das Cotas de cada classe, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, a Razão Mínima e os relatórios da Agência Classificadora de Risco;
- vi) divulgar todas as informações exigidas pela regulamentação pertinente ou pelo Regulamento;
- vii) custear as despesas de propaganda do Fundo;
- viii) fornecer anualmente aos condôminos, documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de Cotas de sua propriedade e respectivo valor;
- ix) sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras, previstas na Instrução CVM nº 356/01, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a Instituição Administradora e o Fundo;
- x) providenciar, no mínimo trimestralmente, a atualização da classificação de risco das Cotas Seniores ou dos Direitos Creditórios e demais ativos integrantes da carteira do Fundo;
- xi) informar os Cotistas sobre eventual rebaixamento da classificação de risco das Cotas Seniores, dentro do prazo de 5 dias úteis contado da sua ciência de tal fato; e
- xii) no caso de pedido ou decretação de recuperação judicial ou extrajudicial, falência, intervenção ou liquidação extrajudicial, ou ainda de regimes similares, do Custodiante, requerer o imediato direcionamento do fluxo de recursos provenientes dos Direitos Creditórios Cedidos para outra conta de depósitos, de titularidade do Fundo.

A divulgação das informações previstas no item (v) acima pode ser providenciada por meio de entidade de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódicos de ampla veiculação, observada a responsabilidade do administrador designado nos termos do artigo 8º da Instrução CVM nº 356/01, pela regularidade na prestação dessas informações.

É vedado à Instituição Administradora:

- i) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo Fundo, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos;
- ii) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações praticadas pelo Fundo; e

- iii) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Cotas.

As vedações de que tratam os itens (i) a (iii) acima abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da Instituição Administradora, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas.

Excetuam-se do disposto no item acima os títulos de emissão do Tesouro Nacional e os títulos de emissão do Banco Central do Brasil.

É vedado à Instituição Administradora, em nome do Fundo:

- i) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma, exceto quando se tratar de margens de garantia em operações realizadas em mercados de derivativos;
- ii) realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos no Regulamento;
- iii) aplicar recursos diretamente no exterior;
- iv) adquirir Cotas;
- v) pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas no Regulamento, na Instrução CVM nº 356/01 e nas demais disposições legais e regulamentares pertinentes;
- vi) vender Cotas a prestação;
- vii) vender Cotas a instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil cedentes de direitos creditórios, exceto quando se tratar de Cotas Subordinadas;
- viii) prometer rendimento predeterminado aos condôminos;
- ix) fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- x) delegar poderes de gestão da carteira do Fundo, ressalvado o disposto no item “Contratação de Terceiros” abaixo;

- xi) obter ou conceder empréstimos, admitindo-se a constituição de créditos e a assunção de responsabilidade por débitos em decorrência de operações realizadas em mercados de derivativos; e
- xii) efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da carteira do Fundo, exceto quando se tratar de sua utilização como margem de garantia nas operações realizadas em mercados de derivativos.

#### *Remuneração da Instituição Administradora*

A Instituição Administradora terá direito a receber a remuneração descrita na seção “Taxas” abaixo.

#### *Substituição da Instituição Administradora*

A Instituição Administradora, mediante aviso divulgado no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada condômino, pode renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembléia Geral para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação do Fundo, nos termos da Instrução CVM nº 356/01 e do Regulamento.

Na hipótese de a Instituição Administradora renunciar às suas funções e a Assembléia Geral, por qualquer motivo, não deliberar sobre a nomeação de instituição administradora habilitada para substituir a Instituição Administradora, e, se for o caso, aprovar a instituição sucessora no prazo máximo de 90 dias, o Fundo será liquidado.

Na hipótese de renúncia da Instituição Administradora e nomeação de nova instituição administradora em Assembléia Geral, a Instituição Administradora continuará obrigada a prestar o serviço de administração do Fundo até que a nova instituição venha a lhe substituir, o que deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 90 dias corridos, contados da data de realização da Assembléia Geral que aprovar a nomeação da instituição administradora sucessora.

Caso a nova instituição administradora nomeada nos termos acima não substitua a Instituição Administradora dentro do prazo estabelecido acima, a Instituição Administradora procederá à liquidação do Fundo.

Nas hipóteses de substituição da Instituição Administradora e de liquidação do Fundo, aplicam-se, no que couber, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria Instituição Administradora.



### *Contratação de Terceiros*

A Instituição Administradora pode, sem prejuízo de sua responsabilidade e de seus prepostos, contratar serviços de:

- i) consultoria especializada, objetivando a análise e seleção de Direitos Creditórios e demais ativos para integrarem a carteira do Fundo;
- ii) gestão da carteira do Fundo com terceiros devidamente identificados, nos termos da Instrução CVM nº 356/01; e
- iii) custódia.

### **Custodiante**

#### *Histórico e Atividades*

O Custodiante contratado para exercer as atividades de custódia e controladoria do Fundo, conforme previsto nos artigos 38 e 39 da Instrução CVM nº 356/01, será o Banco do Brasil S.A.

O Banco do Brasil ocupa o segundo lugar tanto em custódia de ativos do mercado doméstico, quanto no segmento específico de custódia para FIDC, conforme ranking ANBID datado de fevereiro de 2008. A qualidade e a experiência foram adquiridas pela atuação no mercado desde meados da década de 80, com gradativa ampliação do escopo desse serviço.

Dentre as características específicas das atividades do Custodiante, destacam-se os serviços de: (i) gestão de carteira de recebíveis; (ii) escrituração de quotas; (iii) custódia e liquidação financeira; (iv) contabilidade; (v) controladoria e (vi) precificação de ativos.

O Custodiante possui estrutura tecnológica que proporciona exatidão, rapidez e sigilo das informações, com sistemas específicos para atender os serviços de custódia de fundos de investimento em direitos creditórios, cujas soluções tecnológicas abrangem a qualificação dos recebíveis, o controle da liquidação física e financeira, o gerenciamento das carteiras e as conciliações de forma integrada aos demais sistemas internos e externos, dispondo também de sistema de contingência de proteção de dados, em ambientes alternativos, dotados de infraestrutura para assegurar a pronta continuidade dos serviços.

Por intermédio do serviço de liquidação financeira, o Custodiante efetua todas as operações realizadas pelos fundos e carteiras junto ao mercado e disponibiliza informações sobre o fluxo de caixa, cujos relatórios possibilitam a visualização de toda movimentação de pagamentos e recebimentos, o que permite um melhor gerenciamento de recursos.

No que tange à contabilidade e controladoria, o Banco do Brasil oferece o serviço de suporte ao mercado de capitais, controlando o ativo e o passivo dos fundos de investimento, fornecendo as demonstrações contábeis, relatórios e demais informações aos órgãos reguladores e fiscalizadores.

Quanto à precificação de títulos, vale ressaltar que o Banco do Brasil adota as melhores práticas de mercado na apuração de valores e mercado de títulos públicos e privados, em consonância com as normas emanadas pelas entidades reguladoras.

### *Responsabilidades*

O Custodiante será responsável pelas seguintes atividades:

- i) diretamente ou por meio de terceiros contratados, verificar todos os documentos que evidenciem os Direitos Creditórios Cedidos, sendo vedada a verificação por amostragem;
- ii) validar os Direitos Creditórios em relação aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Regulamento;
- iii) realizar a liquidação física e financeira dos Direitos Creditórios Cedidos, evidenciados pelo Termo de Cessão e pelos Documentos Comprobatórios;
- iv) fazer, por si ou por terceiros, a custódia, administração, cobrança e/ou guarda de documentação relativas aos Direitos Creditórios Cedidos e demais ativos integrantes da carteira do Fundo;
- v) diligenciar para que seja mantida, às suas expensas, atualizada e em perfeita ordem, a documentação relativa aos Direitos Creditórios Cedidos, com metodologia preestabelecida e de livre acesso para auditoria independente, Agência Classificadora de Risco contratada pelo Fundo e órgãos reguladores, observado o disposto nos parágrafos abaixo; e
- vi) cobrar e receber, por conta e ordem do Fundo, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos na conta de depósitos dos mesmos, observado o disposto nos parágrafos abaixo.

Os Documentos Comprobatórios ficarão sob a guarda do Cedente, na qualidade de fiel depositário, conforme estabelecido no Contrato de Custódia e no Contrato de Cobrança, não se eximindo o Custodiante das responsabilidades a ele atribuídas no art. 38 da Instrução CVM nº 356/01.

Sem prejuízo da responsabilidade do Custodiante pela verificação da documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios Cedidos referida no item (i) acima, essa atividade será realizada por empresa de auditoria contratada pelo Fundo com anuência do Custodiante, no momento da primeira aquisição dos Direitos Creditórios, e, trimestralmente, sempre que novos Direitos Creditórios sejam adquiridos pelo Fundo. O pagamento das despesas com a contratação de empresa de auditoria para esta finalidade será de responsabilidade do Cedente.

Para efeito do disposto no parágrafo acima, será considerado o calendário do ano civil.

As irregularidades apontadas nesta verificação serão informadas à Instituição Administradora, ao Custodiante e à Agência Classificadora de Risco. Independentemente desta verificação, o Custodiante não é responsável pela autenticidade dos Documentos Comprobatórios e pela existência dos Direitos Creditórios Cedidos, sendo, no entanto, responsável pela pronta informação caso venha a ter conhecimento de eventuais irregularidades.

Sendo constatada qualquer inexatidão das informações fornecidas pelo Cedente relativas aos Direitos Creditórios Cedidos, deverão ser prontamente requeridos ao Cedente esclarecimentos a respeito, a serem apresentados no prazo máximo de 5 dias úteis, sem prejuízo de eventual configuração de um Evento de Avaliação.

A Instituição Administradora deverá divulgar demonstrativo trimestral com os resultados da verificação do lastro dos Direitos Creditórios, nos termos do artigo 8º, §3º, item IV, da Instrução CVM nº 356/01.

#### *Substituição do Custodiante*

A Instituição Administradora pode, a qualquer tempo, contratar outra instituição credenciada pela CVM para prestação dos serviços de custódia, contabilidade e controladoria de ativos e passivos do Fundo, agindo sempre no interesse dos Cotistas do Fundo, e desde que aprovado pela Assembléia Geral.

#### *Remuneração do Custodiante*

O Custodiante terá direito a receber a remuneração descrita na seção “Taxas” abaixo.

### **Gestor**

#### *Histórico*

A Banif Nitor Asset Management é resultado da aliança estratégica entre o Banif Banco de Investimento (Brasil) S.A. e a Nitor Administração de Recursos Ltda. A empresa tem como sócio majoritário o Banif Banco de Investimento (Brasil) S.A. com 51%. Os gestores da Nitor foram mantidos como sócios com 49% da nova empresa e estão diretamente ligados à gestão de recursos.

A Nitor Administração de Recursos foi fundada em janeiro de 2004. Os dois principais fundos geridos pela Nitor desde o início são: Nitor FI Multimercado, iniciado em 15 de março de 2004, e o Nitor Total 30 FIM, iniciado em 22 de maio de 2006.

O Banif é o 4º maior grupo financeiro privado português, com atuação destacada no segmento bancário e de seguros. Com ativos superiores a R\$ 24 bilhões e patrimônio líquido acima de R\$ 1,8 bilhão, o grupo tem suas ações negociadas na Euronext. Na gestão internacional de recursos, o Banif administra cerca de EUR 3,2 bilhões de ativos.

Antes da associação, a Banif Primus Asset Management Ltda. era a empresa de gestão de recursos do Grupo Banif no Brasil. Ela foi constituída em 9 de março de 1998 com o objetivo de segregar a gestão de recursos de terceiro das demais atividades desenvolvidas pelo Grupo, suas controladas e coligadas.

Hoje a nova empresa denominada Banif Nitor Asset Management é resultado da fusão ocorrida em março de 2007 entre o Banif e a Nitor. A união das duas empresas preserva todas as características de gestão que fizeram da Nitor uma gestora independente com atuação destacada no segmento de multimercados e conta com a estrutura local e internacional do Grupo Banif.

### *Responsabilidades*

O Gestor será responsável pela alocação dos recursos de titularidade do Fundo, observada a política de investimento prevista no item “Características Gerais do Fundo - Política de Investimento” acima, bem como outras atribuições previstas no Regulamento.

### *Remuneração do Gestor*

O Gestor terá direito a receber a remuneração descrita na seção “Taxas” abaixo.

### **Instituição Líder**

Para maiores informações sobre a Instituição Líder, responsável pela distribuição das Cotas Seniores, confira o item “Informações Relativas ao Cedente” abaixo. A Instituição Líder não fará jus a remuneração pela colocação pública das Cotas Seniores.

### **Agente de Cobrança e Fiel Depositário**

O Cedente será (i) o Agente de Cobrança, responsável pela cobrança dos Direitos Creditórios, inclusive inadimplidos, nos termos do item “Direitos Creditórios – Procedimentos de Cobrança dos Direitos Creditórios” acima, e (ii) o fiel depositário de todos os Documentos Comprobatórios, nos termos do disposto no Contrato de Cobrança. O Cedente não perceberá qualquer remuneração pelos serviços descritos acima.

### **Auditor**

Foi contratado com Auditor a KPMG Auditores Independentes.

### *Substituição do Auditor*

Desde que previamente aprovado pela Assembléia Geral, a Instituição Administradora poderá substituir o Auditor, observado o disposto no item “Características Gerais do Fundo – Assembléia Geral - Direito de Voto e Critérios para Apuração das Deliberações”

### **Agência Classificadora de Risco**

Foi contratada como Agência Classificadora de Risco a Fitch Ratings Brasil Ltda.

### *Substituição da Agência Classificadora de Risco*

Desde que previamente aprovado pela Assembléia Geral, a Instituição Administradora poderá substituir a Agência Classificadora de Risco, observado o disposto no item “Características Gerais do Fundo – Assembléia Geral - Direito de Voto e Critérios para Apuração das Deliberações”

## TAXAS

Além das taxas descritas abaixo, não poderão ser cobradas dos Cotistas do Fundo quaisquer outras taxas, tais como taxa de performance, taxa de ingresso e/ou saída.

### Remuneração da Instituição Administradora

Pela administração, a Instituição Administradora receberá, uma taxa de administração incidente sobre o Patrimônio Líquido, calculada e provisionada diariamente, conforme a fórmula abaixo, observado o piso mínimo descrito abaixo:

$$TA = \{[(1 + Tx)^{1/252}] - 1\} \times PL_{(d-1)}$$

Onde:

TA = Taxa de Administração, calculada todo dia útil;

Tx= 0,44% ao ano;

PL<sub>(d-1)</sub>= Patrimônio Líquido no dia útil anterior; e

A Taxa de Administração terá um valor mínimo (TA<sub>vm</sub>), calculado conforme fórmula abaixo:

$$TA_{vm} = \{[(1 + Tg)^{1/252}] - 1\} \times PL_{(d-1)} + R\$ 15.000,00 \text{ ao mês}$$

TA<sub>vm</sub>= Taxa de Administração – Valor Mínimo, calculada todo dia útil;

Tg = Taxa de Gestão = 0,09% a.a;

PL<sub>(d-1)</sub>= Patrimônio Líquido do Fundo no dia útil anterior;

A taxa de administração será paga mensalmente à Instituição Administradora, por período vencido, até o 3º dia útil do mês subsequente ao dos serviços prestados, a partir do mês em que ocorrer a primeira integralização de Cotas.

A remuneração acima não inclui as despesas previstas no item “Informações Complementares – Despesas e Encargos do Fundo” acima, a serem debitadas do Fundo pela Instituição Administradora.

A Instituição Administradora pode estabelecer que parcelas da taxa de administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da taxa de administração acima fixada.

### **Remuneração do Custodiante**

Nos termos do Contrato de Custódia, o Custodiante fará jus a uma remuneração equivalente a 0,20 % ao ano, base 252 dias úteis, com mínimo de R\$ 8.500,00 mensais, incidente sobre o Patrimônio Líquido, que será deduzida do valor pago à Instituição Administradora quando do pagamento da taxa de administração, sendo calculada e provisionada diariamente, com base no Patrimônio Líquido do dia útil imediatamente anterior, e paga até o 3º dia útil de cada mês calendário, diretamente pelo Fundo. O primeiro pagamento da taxa de custódia ocorrerá no 3º dia útil do mês imediatamente subsequente à Data de Subscrição Inicial, e tal pagamento será proporcional ao número de dias efetivamente decorridos entre a Data de Subscrição Inicial e o último dia do mês a que se referir o pagamento da taxa de custódia.

### **Remuneração do Gestor**

Nos termos do Contrato de Gestão, o Gestor fará jus a remuneração correspondente a 0,09% ao ano sobre o valor do Patrimônio Líquido, que será pago pelo Fundo, por meio do Custodiante, e será deduzida do valor pago à Instituição Administradora quando do pagamento da taxa de administração, nos termos da fórmula descrita no item acima.

### **Remuneração do Agente de Cobrança**

Nos termos do Contrato de Cobrança, o Agente de Cobrança não perceberá qualquer remuneração pela prestação dos serviços de cobrança dos Direitos Creditórios e de guarda dos Documentos Comprobatórios.

## SUMÁRIO DOS CONTRATOS RELEVANTES

### Contrato de Cessão

De acordo com o Contrato de Cessão, o Cedente se compromete a ceder ao Fundo Direitos Creditórios representados por CPR, LCA, CRA, CDAWA e CDCA de sua legítima e exclusiva titularidade e que se enquadrem nos Critérios de Elegibilidade, no valor de até R\$100.000.000,00. O pedido de aquisição de Direitos Creditórios poderá ser realizado a qualquer tempo, ao longo do prazo de duração do Fundo.

Os Direitos Creditórios serão cedidos ao Fundo incluindo seus acessórios, todos os instrumentos que os representam, respectivos anexos e garantias constituídas.

O Cedente terá a faculdade de, a seu exclusivo critério, adquirir, em moeda corrente nacional, qualquer Direito Creditório inadimplido, a partir de 5 dias corridos contados da data de vencimento do título, pelo respectivo valor contábil registrado pelo Fundo no dia da recompra do Direito Creditório pelo Cedente.

Caso o Gestor tenha a intenção de vender Direitos Creditórios Cedidos a terceiros, deverá oferecer primeiramente ao Cedente, para que este possa exercer seu direito de preferência na aquisição dos Direitos Creditórios Cedidos.

Na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, antes da implementação de qualquer procedimento referente à entrega de Direitos Creditórios Cedidos aos Cotistas, de acordo com o disposto na cláusula 25.7.2 do Regulamento, o Cedente terá a faculdade de, a seu exclusivo critério, adquirir, em moeda corrente nacional, parte ou a totalidade dos Direitos Creditórios Cedidos integrantes da carteira do Fundo, no 3º dia útil imediatamente anterior ao término do prazo para resgate antecipado das Cotas pelos Cotistas, por preço no mínimo equivalente ao valor pelo qual os Direitos Creditórios Cedidos estejam contabilizados pelo Fundo.

No ato de pagamento da recompra de Direitos Creditórios Cedidos, o Custodiante deverá transferir ao Cedente tais Direitos Creditórios, via câmara ou sistema de liquidação.

De acordo com o Contrato de Cessão, o Cedente obrigou-se, de forma irrevogável e irretratável, a subscrever Cotas Subordinadas do Fundo, sempre que solicitado pela Instituição Administradora, na hipótese de desenquadramento da Razão Mínima descrita no Regulamento.

Nos termos do Contrato de Cessão, considerar-se-á resolvida a cessão de Direitos Creditórios, inclusive na hipótese de a respectiva cessão ter sido realizada em contrapartida à subscrição e integralização de Cotas Subordinadas, operada de pleno direito, independentemente de qualquer aviso ou notificação ao Cedente e sem qualquer ônus ou custo para o Fundo, nas seguintes hipóteses:

- i) caso o pagamento do Direito Creditório seja recusado pelo Devedor por qualquer razão;
- ii) caso o Direito Crédito Cedido seja reclamado por terceiros comprovadamente titulares de ônus, gravames ou encargos constituídos previamente à aquisição dos mesmos pelo Fundo; e

- iii) caso se verifique que foram cedidos ao Fundo Direitos Creditórios que não atendiam, no momento da cessão, a algum dos Critérios de Elegibilidade.

O Contrato de Cessão se tornou eficaz na data de sua assinatura e vigorará pelo prazo necessário ao cumprimento de todas as obrigações dele decorrentes, regendo a partir da referida data todas as cessões de Direitos Creditórios a serem celebradas entre as Partes.

### **Contrato de Custódia**

Por meio desse Contrato o Custodiante será contratado pelo Fundo, representado pela Instituição Administradora, e pelo Gestor, com a interveniência do Cedente, para a prestação dos serviços de guarda, liquidação física e financeira das operações com Direitos Creditórios e demais ativos integrantes da carteira do Fundo, administração e informação de eventos associados a esses ativos e de contabilidade e controladoria de ativos e passivos.

Os ativos do Fundo, objeto dos serviços de Custódia e Controladoria, deverão estar registrados no SELIC, na CETIP, na BM&F e no Sistema de Registro de Custódia de Títulos do Agronegócio da BBM no momento de sua aquisição.

### **Contrato de Colocação**

Por meio do Contrato de Colocação, a Instituição Líder se compromete a colocar publicamente as Cotas Seniores sob regime de melhores esforços, durante período de até 180 dias contado da data de publicação do anúncio de início de distribuição. Pela realização dos trabalhos descritos no Contrato de Colocação, a Instituição Líder não perceberá qualquer tipo de remuneração.

### **Contrato de Cobrança**

Por intermédio do Contrato de Cobrança, o Cedente foi contratado para prestar os serviços de Agente de Cobrança e de fiel depositário dos Documentos Comprobatórios. Pela realização de tais trabalhos, o Cedente não receberá remuneração.

### **Contrato de Gestão**

Por meio do Contrato de Gestão, o Gestor foi contratado pela Instituição Administradora para realizar a alocação dos recursos de titularidade do Fundo, respeitada sua política de investimento, além de outros serviços detalhados no Regulamento. Pela realização destes serviços o Gestor receberá a remuneração descrita no item “Taxas – Remuneração do Gestor” acima.



## GERENCIAMENTO DE RISCOS

### Sistema de Gerenciamento de Riscos e *Compliance*

A gestão do Fundo orienta-se pela transparência, competência e cumprimento do Regulamento e da legislação vigente.

Os riscos relativos à carteira do Fundo são gerenciados por meio da utilização de ferramentas desenvolvidas internamente, dentro dos padrões e exigências da área de *compliance* do Gestor.

O posicionamento do Fundo respeita limites estabelecidos pela central de risco do Gestor. Além disso, o Gestor busca avaliar constantemente a perda das posições do Fundo, utilizando-se de técnicas estatísticas. Outra abordagem comumente utilizada na aferição do risco da carteira do Fundo consiste em técnica que visa a analisar o impacto na carteira do Fundo de variações extremas nos preços dos ativos e derivativos. Esta abordagem de análise tem por objetivo preservar o patrimônio do Fundo em situações de mercado consideradas atípicas, que embora difiram do padrão estatístico histórico, podem estar dentro do espectro de possibilidades consideradas pontuais pela central de risco do Gestor.

É importante ressaltar que os investimentos do Fundo estão sujeitos a flutuações e riscos, tais como aqueles descritos na seção Fatores de Risco acima. Os sistemas de monitoramento de risco utilizados pelo Gestor são baseados em estatísticas e projeções de cenários baseados em análise macro e microeconômicas, que podem não capturar todos os possíveis movimentos e impactos que os ativos componentes da carteira do Fundo podem sofrer. O sistema visa assim a monitorar e se antecipar aos riscos a que a carteira do Fundo está sujeita, mas não pode eliminá-los. Assim, não é possível assegurar ou de qualquer forma garantir que o Fundo atingirá seu objetivo de desempenho, bem como que perdas superiores ao valor de exposição a risco não ocorrerão, em razão dos riscos e fatores anteriormente mencionados. Desta forma, o Gestor não pode, em qualquer hipótese, ser responsabilizada pelo não alcance do objetivo de desempenho do Fundo, nem pela eventual depreciação de seus ativos que impliquem em perda parcial ou total dos recursos pelos Cotistas.

## OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E CONFLITOS DE INTERESSE

O Cedente é também a Instituição Líder.

O Cedente e o Gestor são membros do mesmo grupo econômico. Contudo, o Gestor, ao alocar os recursos de titularidade do Fundo, deve seguir estritamente a política de investimento descrita no capítulo “Características Gerais do Fundo – Política de Investimento”.

O Cedente foi contratado pelo Fundo como fiel depositário dos Documentos Comprobatórios, bem como Agente de Cobrança.

Não existe relações societárias ou ligações contratuais, que não sejam os documentos do próprio Fundo, entre a Instituição Líder, a Instituição Administradora e o Custodiante.

A Instituição Líder, a Instituição Administradora e o Custodiante podem assumir as mesmas funções, isolada ou conjuntamente, em outros fundos de investimento. Contudo, essa ligação comercial não deverá criar qualquer conflito de interesse com relação à atuação no Fundo. Atualmente, a Instituição Administradora, o Custodiante e a Instituição Líder atuam, em conjunto, como prestadores de serviço nos seguintes fundos:

- i) o Custodiante presta serviço de custódia qualificada e controladoria para o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Sabesp I, fundo com encerramento previsto para março de 2011, do qual a Instituição Administradora é a administradora; a taxa pelo serviço de administração do fundo é de 0,05% ao ano incidente sobre o patrimônio líquido do fundo, sendo, desse valor, 0,03% ao ano referente à taxa pelos serviços de custódia e controladoria; os valores médios recebidos até o momento são, respectivamente, R\$ 3.600,00 e R\$5.500,00;
- ii) o Custodiante presta serviço de custódia qualificada e controladoria para o BB Fundo de Investimento Imobiliário Progressivo, fundo com prazo indeterminado de duração, do qual a Instituição Administradora é a administradora; a taxa pelo serviço de administração do fundo é de 5,10% ao mês sobre o total das receitas do fundo, deduzidas todas as despesas e provisões do fundo, antes da incidência da referida taxa, da qual 2,87% ao mês corresponde ao serviço de custódia e controladoria; os valores médios recebidos até o momento são, respectivamente, de R\$ 35.000,00 e R\$45.000,00.
- iii) o Custodiante presta serviço de custódia qualificada e controladoria e a Instituição Administradora o serviço de gestão de carteira para o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Matone Empréstimos Consignados - Servidores Públicos, fundo com prazo de 240 meses de duração; a taxa referente ao serviço de gestão da carteira é de 0,0567% ao ano e a taxa pelo serviço de custódia e controladoria é de 0,12% ao ano, ambas incidentes sobre o patrimônio líquido do fundo; os valores médios recebidos até o momento são, respectivamente, R\$ 1.300,00 e R\$2.500,00.
- iv) a Instituição Líder presta serviço de gestão de carteira para o Fundo de Investimento em Participações Caixa Ambiental, fundo com prazo de dez anos, do qual a Instituição Administradora é a administradora; a taxa de administração do fundo é de 1,5% ao ano, e, durante o período de investimento, a taxa é incidente sobre o capital comprometido do fundo e após o período de

investimento, sobre o patrimônio líquido do fundo; desse valor, 33,33% corresponde ao serviço de administração e 46,67% corresponde ao serviço de gestão da carteira; como o fundo está em período de distribuição, não existe histórico de valores médios em reais;

- v) o Custodiante presta serviço de custódia qualificada e controladoria e a Instituição Líder é administradora do FIP Banif Real Estate II, fundo com prazo de com prazo de 10 anos, contados a partir da data de integralização das suas cotas constitutivas de seu patrimônio inicial mínimo, podendo ser prorrogado por períodos sucessivos de 1 ano, mediante aprovação da sua assembléia geral de cotistas, cuja taxa de administração é de 0,25% ao ano, incidente sobre o patrimônio líquido do fundo, e a taxa de custódia é de 0,25% ao ano, incidente sobre o patrimônio líquido, mais 0,05% ao ano, abatido da taxa de administração; a taxa de administração e a taxa de custódia atingiram, até o momento, valores médios de R\$ 28.881,32 e R\$ 2.000,04, respectivamente; e
- vi) o Custodiante presta serviço de custódia qualificada e controladoria e a Instituição Líder é administradora do Celesc I - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis - FIDC, fundo com prazo de 60 meses, cuja taxa de administração é de 0,25% ao ano, incidente sobre o patrimônio líquido do fundo, e a taxa de custódia é de 0,25% ao ano, incidente sobre o patrimônio líquido, mais 0,05% ao ano, abatido da taxa de administração; a taxa de administração e a taxa de custódia atingiram, até o momento, valores médios de R\$29.401,05 e R\$44.110,14, respectivamente.

Não há conflitos de interesse no processo de originação dos Direitos Creditórios.

Não há quaisquer outros conflitos de interesse envolvendo a Instituição Líder, a Instituição Administradora e os demais prestadores de serviço do Fundo.

Não há Devedores expressivos, responsáveis por mais de 10% dos Direitos Creditórios Cedidos, não havendo nenhum conflito de interesse entre os Devedores a Instituição Líder, a Instituição Administradora e os demais prestadores de serviço do Fundo.

## TRIBUTAÇÃO DO FUNDO E DE SEUS COTISTAS

### Tributação do Fundo

O Fundo não tem personalidade jurídica. Assim, não está sujeito ao pagamento de diversos tributos, tais como: (i) IRPJ; (ii) CSLL; (iii) PIS; e (iv) COFINS.

Além disso, o IOF incide sobre as operações do Fundo à alíquota zero.

### Tributação dos Cotistas

Os Cotistas, por outro lado, estão sujeitos ao pagamento de imposto de renda retido na fonte. Por ser o Fundo um condomínio fechado, tal tributo incidirá (i) quando da amortização das Cotas; (ii) em caso de alienação de Cotas a terceiros; e (iii) no momento do resgate das Cotas, em decorrência do término do Prazo de Duração ou da liquidação antecipada do Fundo. Somente haverá incidência de imposto de renda se as Cotas tiverem gerado rendimentos ao Cotista.

A alíquota do imposto de renda será determinada de acordo com o prazo médio da carteira do Fundo e com o prazo do investimento. Assim, caso a carteira do Fundo tenha prazo médio superior a 365 dias, a alíquota do imposto de renda obedecerá a seguinte tabela:

Alíquota	Prazo do Investimento
22,5%	até 180 dias
20,0%	entre 181 e 360 dias
17,5%	entre 361 e 720 dias
15,0%	acima de 720 dias

Na hipótese do prazo médio da carteira do Fundo ser igual ou inferior a 365 dias, a alíquota do imposto de renda será determinada da seguinte forma:

Alíquota	Prazo do Investimento
22,5%	até 180 dias
20,0%	acima de 180 dias

O Gestor buscará manter a carteira do Fundo como de longo prazo (superior a 365 dias), de forma a proporcionar aos Cotistas o benefício das alíquotas decrescentes do imposto de renda até a alíquota mínima de 15%. Todavia, a carteira do Fundo poderá apresentar variação do seu prazo médio, passando a ser caracterizada como de curto prazo para efeitos tributários. Ressalte-se que os Direitos Creditórios não integram o cálculo do prazo médio da carteira do Fundo.

Ademais, somente haverá incidência de IOF na hipótese de resgate das Cotas antes de 30 dias a contar da data do investimento no Fundo. A alíquota do IOF é regressiva, sendo inicialmente de 1% do valor do resgate, limitada a 96% do rendimento da aplicação. Deve-se notar que o Fundo é fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término do Prazo de Duração, ou em virtude de sua liquidação.

## INFORMAÇÕES RELATIVAS AO CEDENTE

### Sumário

O **Grupo Banif** atua em Portugal, Brasil, Estados Unidos, Canadá, Venezuela, África do Sul, Bermudas, Inglaterra, México, Ilhas Cayman, Argentina, Bahamas, Hungria e Espanha. Com 423 agências/pontos de venda, mais de 1.000.000 de clientes e cerca de 3.400 funcionários, o Grupo Banif possui total de ativos superiores a R\$ 26 bilhões, ativos de terceiros sob gestão de aproximadamente R\$ 9 bilhões e patrimônio líquido acima de R\$ 1,8 bilhão. O grupo é líder do mercado financeiro na Região Autônoma da Madeira e na Região Autônoma dos Açores, com uma forte presença em Portugal Continental, tanto na área de banco comercial como na área de banco de investimento.

A atividade de Banco de Investimento do Grupo é desenvolvida sob a marca global **Banif Investment Bank**, atuando no Brasil através do Banif Banco de Investimento (Brasil) S.A., da Banif Corretora de Valores e Câmbio S.A., da Banif Nitor Asset Management S.A. e Beta Securitizadora S.A.

Suas principais áreas de atuação são:

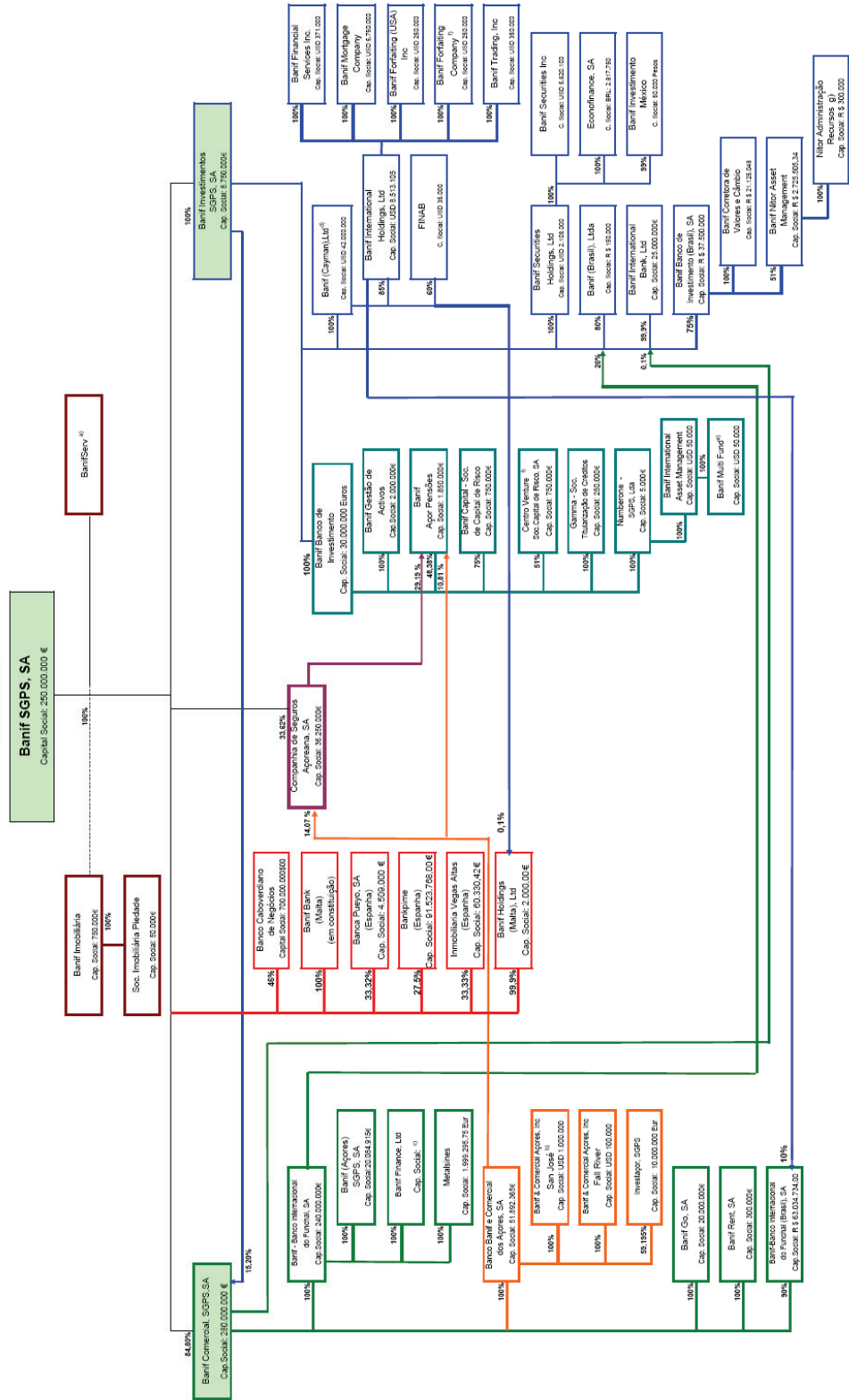
- Mercado de Capitais
- Corporate Finance e M&A
- Tesouraria
- Private Equity
- Corporate Banking
- Private Banking
- Renda Fixa Internacional
- Real Estate
- Corretagem
- Research
- Asset Management

Grau de Investimento	
MOODY'S	Aa2
LOPES FILHO	A

# Grupo Banif

## Estrutura Societária

### GRUPO BANIF DIAGRAMA DE PARTICIPAÇÕES em 31/12/2007



a) Em virtude de ser um ACE, a sua localização no diagrama

d) A percentagem de controlo de capital votante é de 100%, sendo o capital social

## Histórico

1988	Aquisição da Caixa Económica do Funchal, transformada em Banif – Banco Internacional do Funchal
1989	Aquisição de uma participação na corretora Ascor Dealer
1992	Abertura de capital na Bolsa de Valores de Lisboa
1996	Integração do Banco Comercial dos Açores (BCA) e da Companhia de Seguros Açoreana (CSA) no Grupo Banif
1997	Criação do Banif – Banco Internacional do Funchal (Cayman)
1999	Aquisição do controle do Banco Primus no Brasil
2001	Abertura da Banif Financial Services, INC em Miami e aquisição de 85% do Econofinance (home broker – atualmente denominado BanifInvest)
2002	Aquisição da corretora Indusval USA Corp em Nova Iorque e transformação em Banif Securities, INC. Reestruturação do Grupo Banif culminando com a criação da Holding Banif SGPS e das controladas Banif Comercial SGPS, Banif Seguros SGPS e Banif Investimentos SGPS Lançamento do serviço internacional de Private Banking
2003	Constituição da Banif International Asset Management, Ltd. Constituição da NewCapital – Sociedade de Capital de Risco, S.A. Criação da marca global para o banco de investimentos do grupo: Banif Investment Banking
2005/2006	O Banif passa a ser coberto pelos principais bancos de investimentos globais – recomendação de compra de suas ações
2007	Constituição da Banif Nitor Asset Management S.A. no Brasil
2008	Aniversário de 20 anos do Banif Grupo Financeiro Renovação da marca Banif

## Presença Internacional



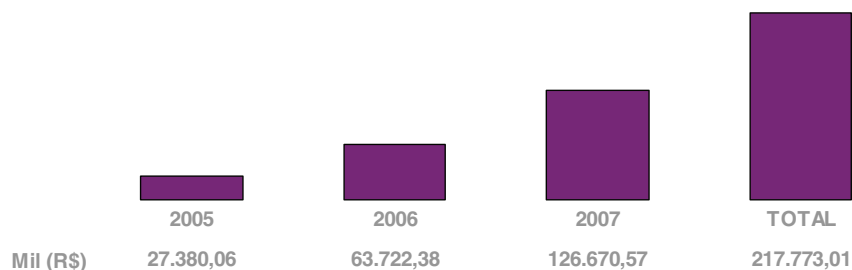


### Créditos em Títulos do Agronegócio

Abordando em especial as operações de crédito originadas pelo Banif Banco de Investimento (Brasil) S.A., destaca-se a estruturação de operações de crédito em agronegócios, estratégia adotada pela Instituição em 2005, quando foi identificada uma demanda do segmento seguida de uma carência de estruturas adequadas para a aproximação dos investidores potenciais ao sistema de produção.

Visando preencher a lacuna identificada, o Banco foi pioneiro ao criar uma área especializada que trabalha com modelos de crédito estabelecidos em performance, liquidez e profunda análise do cliente. E foi o primeiro banco privado a registrar um CDCA junto à CETIP.

#### CRÉDITOS EM TÍTULOS AGRO



### Experiência Prévia em Securitização

O Cedente não tem experiência anterior em outras operações de securitização tendo como objeto ativo tal qual os Direitos Creditórios.

Não obstante, o Cedente atua como instituição administradora do Celesc I - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis, com patrimônio de R\$200 milhões, e com prazo de duração de 60 meses, atuou como instituição intermediária da distribuição de cotas do FIDC BMC Premium – Veículo, no valor de R\$100 milhões, distribuição de Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI oriundos da Petrobrás Distribuidora, no valor de R\$73,6 milhões, e distribuição de CRIs da Beta Securitizadora no valor de R\$7,1 milhões.

## **ANEXO I - REGULAMENTO CONSOLIDADO DO FUNDO**

*Este Anexo é parte integrante do “Prospecto da Distribuição de Cotas Seniores do Banif Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Agro I”*

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)



CAIXA  
ECONÔMICA  
FEDERAL

**BANIF FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS AGRO I**  
**CNPJ/MF nº 09.558.625/0001-48**

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE COTISTAS DO**  
**BANFI FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS AGRO I**

**REALIZADA EM 22 DE JANEIRO DE 2008**

1. **DATA, HORA E LOCAL:** Realizada no dia 22 de janeiro de 2008, às 10:00 horas, na sede da Vice-Presidência de Gestão de Ativos de Terceiros da Caixa Econômica Federal, domiciliada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista nº 2.300, 11º andar e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.360.305/0001-04 ("Instituição Administradora").
2. **PRESENÇA:** Compareceram a totalidade dos quotistas do Banif Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Agro I ("Fundo"), cujas assinaturas encontram-se apostas na Lista de Presença de Cotistas que integra a presente ata como Anexo I.
3. **CONVOCAÇÃO:** Dispensada, haja vista a presença de todos os cotistas do Fundo.
4. **MESA:** Presidente: Sr. Vitor Hugo dos Santos Pinto; Secretário: Sr. Dimitri Lopes Ojevan.
5. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a alteração do item 10.4 do regulamento do Fundo ("Regulamento").
6. **DELIBERAÇÕES:**
  - 6.1 Foi aprovada por unanimidade dos cotistas a alteração do item 10.4 do Regulamento, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*"10.4 O Cedente poderá ser obrigado, a critério dos Cotistas reunidos em Assembléia Geral, a recomprar todos os Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo caso o Limite Individual de Concentração previsto no item 9.10, bem como os demais limites de concentração previstos*

*nos itens 9.10.1 e 9.11 acima não sejam observados imediatamente após o término do Período de Adaptação.”*

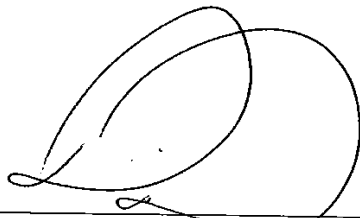
6.2 Tendo em vista a existência de oferta pública de cotas seniores do Fundo em andamento, a presente deliberação de alteração do Regulamento, válida a partir da presente data, fica condicionada à obtenção de autorização da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), caso necessária, devendo ser observada a legislação aplicável.

7. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente, após oferecer a palavra aos presentes, e ninguém se manifestar, deu por encerrados os trabalhos, sendo lavrada esta ata, que foi lida e assinada por todos os presentes. Cópia fiel do livro próprio.

São Paulo, 22 de janeiro de 2008.



Vitor Hugo dos Santos Pinto  
Presidente



Dimitri Lopes Ojevan  
Secretário

## ANEXO I

### LISTA DE PRESENÇA DE COTISTAS

COTISTA	ASSINATURA
BANIF BANCO DE INVESTIMENTO (BRASIL) S.A.	<i>[Signature]</i> 14/06/2016 <i>[Signature]</i>
DERMINAS – SOCIEDADE CIVIL DE SEGURIDADE SOCIAL	<i>[Signature]</i> Daniel José M. de Melo Diretor Superintendente

## SUMÁRIO DOS TERMOS E CONDIÇÕES DO FUNDO

*Seguem abaixo os principais termos e condições do Regulamento do BANIF FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS AGRO I ("Fundo"), que tem por objetivo proporcionar visão geral das principais características do Fundo. Ressalte-se, no entanto, que o conteúdo do presente Sumário não é parte integrante do Regulamento do Fundo e não se sobrepõe ou substitui qualquer item ou definição previstos no Regulamento.*

<b>Instituição Administradora</b>	Caixa Econômica Federal
<b>Forma de Constituição</b>	O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado.
<b>Prazo de Duração</b>	O Fundo tem prazo de duração de 60 (sessenta) meses, contados a partir da data da primeira subscrição e integralização de cotas do Fundo.
<b>Cedente dos Direitos Creditórios</b>	Banif Banco de Investimento (Brasil) S.A.
<b>Direitos Creditórios</b>	Os direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são advindos de operações de agronegócio representadas por títulos de crédito, tais como CPR, CDCA, LCA, CRA, e CDAWA, originados de negócios realizados entre produtores rurais, cooperativas e terceiros, relacionados à produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos ou insumos agropecuários, ou de máquinas e implementos utilizados na atividade agropecuária.
<b>Razão Mínima</b>	A relação mínima entre o Patrimônio Líquido e o valor das Cotas Seniores em Circulação é de 182% (cento e oitenta e dois por cento).
<b>Remuneração das Cotas Seniores</b>	Desde que os resultados da carteira do Fundo permitam, a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo para as Cotas Seniores será correspondente à variação acumulada de



100% (cem por cento) da Taxa DI, acrescida de *spread* ou sobretaxa de 1,7% (um inteiro e sete décimos por cento) ao ano, incidente sobre o valor da Cota Sênior, ou seu saldo não amortizado, a partir da data de subscrição e integralização das cotas do Fundo, e incorporados ao valor de cada Cota Sênior ao final de cada Período de Capitalização (Vide Anexo VI do Regulamento).

<b>Remuneração das Subordinadas</b>	<b>das Cotas</b>	Após a distribuição dos rendimentos para as Cotas Seniores, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período, será incorporado ao valor de cada Cota Subordinada, a título de distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo relativos ao dia útil imediatamente anterior.
-------------------------------------	------------------	---

<b>Amortização de Seniores</b>	<b>de Cotas</b>	A amortização das Cotas Seniores ocorrerá de acordo com os prazos definidos na cláusula 18 do Regulamento.
--------------------------------	-----------------	--

<b>Amortização de Subordinadas</b>	<b>de Cotas</b>	A amortização das Cotas Subordinadas ocorrerá de acordo com os prazos e condições definidos na cláusula 18 do Regulamento.
------------------------------------	-----------------	--

<b>Fatores de Risco</b>		As aplicações no Fundo estão sujeitas a diversos riscos. O investidor, antes de adquirir cotas do Fundo, deve ler cuidadosamente os fatores de risco descritos na cláusula 14 deste Regulamento, responsabilizando-se pelo seu investimento no Fundo.
-------------------------	--	---

<b>Gestor</b>	Banif Nitor Asset Management Ltda
---------------	-----------------------------------

<b>Custodiante</b>	Banco do Brasil S.A.
--------------------	----------------------



4.



## ÍNDICE

1.	OBJETO.....	3
2.	FORMA DE CONSTITUIÇÃO .....	3
3.	PRAZO DE DURAÇÃO .....	3
4.	INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA .....	3
5.	OBRIGAÇÕES, VEDAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA .....	4
6.	REMUNERAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA.....	8
7.	CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS .....	9
8.	SUBSTITUIÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA.....	12
9.	POLÍTICA DE INVESTIMENTO .....	13
10.	CONDIÇÕES DE CESSÃO .....	18
11.	CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE .....	20
12.	DESCRIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS .....	20
13.	DIREITOS CREDITÓRIOS INADIMPLENTES, E APORTE ADICIONAL DE RECURSOS PARA FAZER FRENTE A DESPESAS DE COBRANÇA .....	21
14.	FATORES DE RISCO.....	22
15.	COTAS DO FUNDO.....	32
16.	CLASSES DE COTAS.....	35
17.	DISTRIBUIÇÃO DOS RENDIMENTOS DA CARTEIRA DO FUNDO .....	37
18.	AMORTIZAÇÃO DAS COTAS .....	38
19.	METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO E DAS COTAS DE CADA CLASSE.....	41
20.	DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO.....	44
21.	ASSEMBLÉIA GERAL.....	46
22.	INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS E PERIÓDICAS.....	52
23.	PUBLICAÇÕES .....	56
24.	LIQUIDAÇÃO DO FUNDO .....	56
25.	EVENTOS DE AVALIAÇÃO E DE LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA .....	57
26.	ORDEM E APLICAÇÃO DE RECURSOS.....	64
27.	DISPOSIÇÕES GERAIS .....	65
	ANEXO I .....	67
	ANEXO II.....	79
	ANEXO III .....	84
	ANEXO IV .....	102
	ANEXO V.....	104
	ANEXO VI .....	105




## **REGULAMENTO DO BANIF FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS AGRO I**

O Banif Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Agro I, disciplinado pela Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, do Conselho Monetário Nacional, pela Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, será regido pelo presente regulamento, conforme o disposto abaixo.

Os principais termos e expressões utilizados neste Regulamento e iniciados por letra maiúscula estão definidos no glossário, que integra o presente como Anexo I.

### **1. OBJETO**

1.1 O Banif Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Agro I tem por objeto a captação de recursos para aquisição de Direitos Creditórios, nos termos da política de investimento descrita na cláusula 9 abaixo.

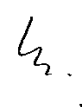
### **2. FORMA DE CONSTITUIÇÃO**

2.1 O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração do Fundo, ou em virtude de sua liquidação, ou ainda quando de sua amortização integral. É admitida a amortização das Cotas do Fundo, conforme disposto no presente Regulamento ou por decisão da Assembléia Geral.

### **3. PRAZO DE DURAÇÃO**

3.1 O prazo de duração do Fundo será de 60 (sessenta) meses, contados da Data da Subscrição Inicial, observado o disposto no item 24.2 abaixo.

### **4. INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA**



4.1 O Fundo é administrado pela Caixa Econômica Federal, instituição financeira sob a forma de empresa pública, regendo-se pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 6.473, de 05 de junho de 2008, autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, com sede em Brasília, Distrito Federal, por meio de sua Vice-Presidência de Gestão de Ativos de Terceiros, domiciliada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista nº 2.300, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.360.305/0001-04.

## **5. OBRIGAÇÕES, VEDAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA**

5.1 A Instituição Administradora, observadas as limitações estabelecidas neste Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares pertinentes, tem amplos e gerais poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo.

5.2 Incluem-se entre as obrigações da Instituição Administradora:

- i) registrar, às expensas do Fundo, o documento de constituição do Fundo e o presente Regulamento, bem como futuras alterações e respectivas consolidações do Regulamento, em Cartório de Registro de Títulos e Documentos de Brasília, Distrito Federal;
- ii) manter atualizados e em perfeita ordem:
  - a) a documentação relativa às operações do Fundo;
  - b) o registro dos condôminos;
  - c) o livro de atas de assembléias gerais;
  - d) o livro de presença de condôminos;



- e) os demonstrativos trimestrais de que trata o artigo 8º, § 4º, da Instrução nº 356/01, da CVM;
  - f) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao Fundo; e
  - g) os relatórios do auditor independente;
- iii) receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo diretamente ou por meio de instituição contratada;
  - iv) entregar ao condômino, gratuitamente, exemplar deste Regulamento, bem como cientificá-lo do nome do periódico utilizado para divulgação de informações e da taxa de administração praticada;
  - v) divulgar anualmente, no periódico utilizado pelo Fundo, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que coloquem cotas desse, informações sobre o valor do patrimônio líquido do Fundo, o valor das cotas de cada classe, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, a Razão Mínima, e os relatórios da Agência Classificadora de Risco;
  - vi) divulgar todas as informações exigidas pela regulamentação pertinente ou por este Regulamento, em especial as discriminadas na cláusula 22 abaixo;
  - vii) custear as despesas de propaganda do Fundo;
  - viii) fornecer anualmente aos condôminos documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de Cotas de sua propriedade e respectivo valor;
  - ix) sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras, previstas na Instrução CVM nº 356/01, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a Instituição Administradora e o Fundo;
  - x) providenciar, no mínimo trimestralmente, a atualização da classificação de risco das



Cotas Seniores ou dos Direitos Creditórios e demais ativos integrantes da carteira do Fundo;

- xi) informar os Cotistas sobre eventual rebaixamento da classificação de risco das Cotas Seniores, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis contado da sua ciência de tal fato; e
- xii) no caso de pedido ou decretação de recuperação judicial ou extrajudicial, falência, intervenção ou liquidação extrajudicial, ou ainda de regimes similares, do Custodiante, requerer o imediato direcionamento do fluxo de recursos provenientes dos Direitos Creditórios Cedidos para outra conta de depósitos, de titularidade do Fundo.

5.2.1 A divulgação das informações previstas no item 5.2 (v) acima pode ser providenciada por meio de entidade de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódicos de ampla veiculação, observada a responsabilidade do administrador designado nos termos do artigo 8º da Instrução CVM nº 356/01, pela regularidade na prestação dessas informações.

5.3 É vedado à Instituição Administradora:

- i) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo Fundo, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos;
- ii) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações praticadas pelo Fundo; e
- iii) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Cotas.

5.3.1 As vedações de que tratam os itens 5.3 (i) a (iii) acima abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da Instituição Administradora, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e de coligadas

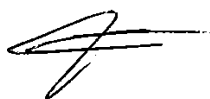


ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas.

5.3.2 Excetuam-se do disposto no item acima os títulos de emissão do Tesouro Nacional e os títulos de emissão do Banco Central do Brasil.

5.4 É vedado à Instituição Administradora, em nome do Fundo:

- i) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma, exceto quando se tratar de margens de garantia em operações realizadas em mercados de derivativos;
- ii) realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos neste Regulamento;
- iii) aplicar recursos diretamente no exterior;
- iv) adquirir Cotas;
- v) pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas no Regulamento, na Instrução CVM nº 356/01 e nas demais disposições legais e regulamentares pertinentes;
- vi) vender Cotas a prestação;
- vii) vender Cotas a instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil cedentes de direitos creditórios, exceto quando se tratar de Cotas Subordinadas;
- viii) prometer rendimento predeterminado aos condôminos;
- ix) fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;



- x) delegar poderes de gestão da carteira do Fundo, ressalvado o disposto na cláusula 7 abaixo;
- xi) obter ou conceder empréstimos, admitindo-se a constituição de créditos e a assunção de responsabilidade por débitos em decorrência de operações realizadas em mercados de derivativos; e
- xii) efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da carteira do Fundo, exceto quando se tratar de sua utilização como margem de garantia nas operações realizadas em mercados de derivativos.

## 6. REMUNERAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA

6.1 Pela administração, a Instituição Administradora receberá, uma taxa de administração incidente sobre o Patrimônio Líquido, calculada e provisionada diariamente, conforme a fórmula abaixo, observado o piso mínimo objeto do item 6.1.1 abaixo:

$$TA = \{[(1 + Tx)^{1/252}] - 1\} \times PL_{(d-1)}$$

Onde:

TA = taxa de administração, calculada todo dia útil;

Tx= 0,44% (quarenta e quatro centésimos por cento) ao ano;

PL<sub>(d-1)</sub>= Patrimônio Líquido no dia útil anterior; e

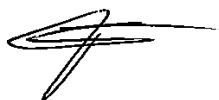
6.1.1 A taxa de administração terá um valor mínimo (TA<sub>vm</sub>), calculado conforme fórmula abaixo:

$$TA_{vm} = \{[(1 + Tg)^{1/252}] - 1\} \times PL_{(d-1)} + R\$ 15.000,00 \text{ ao mês}$$

TA<sub>vm</sub>= Taxa de Administração – Valor Mínimo, calculada todo dia útil;

Tg = Taxa de Gestão = 0,09% (nove centésimos por cento) ao ano;

PL<sub>(d-1)</sub>= Patrimônio Líquido no dia útil anterior;




6.1.2 A taxa de administração será paga mensalmente à Instituição Administradora, por período vencido, até o 3º (terceiro) dia útil do mês subsequente ao dos serviços prestados, a partir do mês em que ocorrer a primeira integralização de Cotas.

6.2 A remuneração acima não inclui as despesas previstas na cláusula 20 abaixo, a serem debitadas do Fundo pela Instituição Administradora.

6.3 A Instituição Administradora pode estabelecer que parcelas da taxa de administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados nos termos da cláusula sétima abaixo, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da taxa de administração acima fixada.

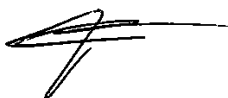
6.4 Não poderão ser cobradas dos Cotistas do Fundo quaisquer outras taxas, tais como taxa de performance, taxa de ingresso e/ou saída.

## **7. CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS**

7.1 A Instituição Administradora pode, sem prejuízo de sua responsabilidade e de seus prepostos, contratar serviços de:

- i) consultoria especializada, objetivando a análise e seleção de Direitos Creditórios e demais ativos para integrarem a carteira do Fundo;
- ii) gestão da carteira do Fundo com terceiros devidamente identificados, nos termos da Instrução CVM nº 356/01; e
- iii) custódia, contabilidade e controladoria de ativos e passivos do Fundo.

7.2 O Gestor contratado para realizar o serviço referido no item 7.1 (ii) acima será responsável pela alocação dos recursos de titularidade do Fundo, observada a política de investimento prevista neste Regulamento. A remuneração do Gestor será devida pela Instituição Administradora.





7.3 O Custodiante contratado para realizar o serviço de custódia referido no item 7.1 (iii) acima, e remunerado pela Instituição Administradora nos termos do Contrato de Custódia, será responsável pelas seguintes atividades:

- i) diretamente ou por meio de terceiros contratados, verificar todos os documentos que evidenciem os Direitos Creditórios Cedidos, sendo vedada a verificação por amostragem;
- ii) validar os Direitos Creditórios em relação aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos no presente Regulamento;
- iii) realizar a liquidação física e financeira dos Direitos Creditórios Cedidos, evidenciados pelo Termo de Cessão e pelos Documentos Comprobatórios;
- iv) fazer, por si ou por terceiros, a custódia, administração, cobrança e/ou guarda de documentação relativas aos Direitos Creditórios Cedidos e demais ativos integrantes da carteira do Fundo;
- v) diligenciar para que seja mantida, às suas expensas, atualizada e em perfeita ordem, a documentação relativa aos Direitos Creditórios Cedidos, com metodologia preestabelecida e de livre acesso para auditoria independente, Agência Classificadora de Risco contratada pelo Fundo e órgãos reguladores, observado o disposto no item 7.3.1 abaixo; e
- vi) cobrar e receber, por conta e ordem do Fundo, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos na conta de depósito dos mesmos, observado o disposto no item 7.4.1 abaixo.

7.3.1 Os Documentos Comprobatórios ficarão sob a guarda do Cedente, na qualidade de fiel depositário, conforme estabelecido no Contrato de Custódia e no Contrato de Cobrança, não se eximindo o Custodiante das responsabilidades a ele atribuídas no art. 38 da Instrução CVM nº 356/01.



7.3.2 Sem prejuízo da responsabilidade do Custodiante pela verificação da documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios Cedidos referida no item 7.3 (i) essa atividade será realizada por empresa de auditoria contratada pelo Fundo com anuência do Custodiante, no momento da primeira aquisição dos Direitos Creditórios, e, trimestralmente, sempre que novos Direitos Creditórios sejam adquiridos pelo Fundo. O pagamento das despesas com a contratação de empresa de auditoria para esta finalidade será de responsabilidade do Cedente.

7.3.2.1 Para efeito do item 7.3.2 acima, será considerado o calendário do ano civil.

7.3.3 As irregularidades apontadas nesta verificação serão informadas à Instituição Administradora, ao Custodiante e à Agência Classificadora de Risco. Independentemente desta verificação, o Custodiante não é responsável pela autenticidade dos Documentos Comprobatórios e pela existência dos Direitos Creditórios Cedidos, sendo, no entanto, responsável pela pronta informação caso venha a ter conhecimento de eventuais irregularidades.

7.3.3.1 A Instituição Administradora deverá divulgar demonstrativo trimestral com os resultados da verificação do lastro dos Direitos Creditórios, nos termos do artigo 8º, § 3º, item IV, da Instrução CVM nº 356/01.

7.3.4 Sendo constatada qualquer inexatidão das informações fornecidas pelo Cedente relativas aos Direitos Creditórios Cedidos, deverão ser prontamente requeridos ao Cedente esclarecimentos a respeito, a serem apresentados no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo de eventual aplicação do disposto no item 25.1 (xv) abaixo.

7.4 O Banco do Brasil S.A., instituição financeira, com sede em Brasília, Distrito Federal, na SBS, Quadra 01, Bloco G, Ed. Sede III, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.000.000/0001-91, foi contratado pela Instituição Administradora, para realizar o serviço de custódia, contabilidade e controladoria de ativos e passivos do Fundo.

7.4.1 Sem prejuízo do disposto acima, o Cedente foi contratado para prestar os serviços de cobrança exclusivamente dos Direitos Creditórios Cedidos, conforme descrito no Anexo IV a este Regulamento, e guarda dos Documentos Comprobatórios, nos termos do Contrato de Cobrança. O Cedente não receberá remuneração pela prestação destes



63

serviços.

7.5 O Fundo pode, a qualquer tempo, contratar outra instituição para prestação dos serviços de cobrança referidos no item anterior, agindo sempre no interesse dos Cotistas do Fundo, e desde que aprovado pela Assembléia Geral.

7.6 A Instituição Administradora pode, a qualquer tempo, contratar outra instituição credenciada pela CVM para prestação dos serviços de custódia, contabilidade e controladoria de ativos e passivos do Fundo, agindo sempre no interesse dos Cotistas do Fundo, e desde que aprovado pela Assembléia Geral.

7.7 Os serviços de gestão da carteira do Fundo serão realizados pelo Banif Nitor Asset Management S.A., instituição com sede na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Rua Minas de Prata, nº 30, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.579.359/0001-90.

## **8. SUBSTITUIÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA**

8.1 A Instituição Administradora, mediante aviso divulgado no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada condômino, pode renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembléia Geral para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação do Fundo, nos termos da Instrução CVM nº 356/01 e da cláusula 21 abaixo.

8.2 Na hipótese de a Instituição Administradora renunciar às suas funções e a Assembléia Geral, por qualquer motivo, não deliberar sobre a nomeação de instituição administradora habilitada para substituir a Instituição Administradora, e, se for o caso, aprovar a instituição sucessora no prazo máximo de 90 (noventa) dias, o Fundo será liquidado.

8.3 Na hipótese de renúncia da Instituição Administradora e nomeação de nova instituição administradora em Assembléia Geral, a Instituição Administradora continuará obrigada a prestar o serviço de administração do Fundo até que a nova instituição venha a lhe substituir, o que deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos,



contados da data de realização da Assembléia Geral que aprovar a nomeação da instituição administradora sucessora.

8.4 Caso a nova instituição administradora nomeada nos termos do item 8.3 acima não substitua a Instituição Administradora dentro do prazo estabelecido no item 8.2 acima, a Instituição Administradora procederá à liquidação do Fundo.

8.5 Nas hipóteses de substituição da Instituição Administradora e de liquidação do Fundo, aplicam-se, no que couber, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria Instituição Administradora.

## **9. POLÍTICA DE INVESTIMENTO**

9.1 O Fundo é voltado à aplicação preponderantemente em Direitos Creditórios.

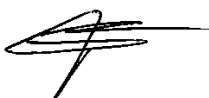
9.2 O Fundo deverá manter, após 90 (noventa) dias do início de suas atividades, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de seu patrimônio líquido em Direitos Creditórios, observados o disposto na legislação.

9.2.1 Durante o Prazo de Carência, obedecida a ordem de alocação de recursos prevista na cláusula 26 abaixo, o Fundo deverá destinar seus recursos prioritariamente à aquisição de Direitos Creditórios. Após o término do Período de Carência, o Fundo deixará de adquirir novos Direitos Creditórios e destinará os recursos decorrentes do recebimento dos Direitos Creditórios Cedidos nos termos da cláusula 26 abaixo.

9.3 Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo devem necessariamente observar as Condições de Cessão e os Critérios de Elegibilidade especificados nas cláusulas 10 e 11 abaixo, respectivamente.

9.4 O Fundo pode aplicar o remanescente de seu patrimônio líquido nos seguintes títulos e ativos:

- i) títulos de emissão do Tesouro Nacional;



4.

- ii) títulos de emissão do Banco Central do Brasil; e
- iii) em fundo(s) de investimento de renda fixa de perfil conservador, com liquidez diária, que tenha(m) seu patrimônio representado por títulos ou ativos de renda fixa, pré ou pós-fixados, de emissão ou coobrigação de pessoa que seja considerada como de baixo risco de crédito e que sejam administrados por qualquer das Instituições Autorizadas.

9.5 Os Direitos Creditórios e os demais ativos integrantes da carteira do Fundo devem ser custodiados, bem como registrados e/ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no SELIC, em câmaras e sistemas de registro, custódia e liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pela referida autarquia ou pela CVM.

9.6 O Fundo pode:

- i) realizar operações compromissadas; e
- ii) realizar operações em mercados de derivativos, observadas as disposições do item 9.6.1 abaixo, e desde que com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite dessas.

9.6.1 O Gestor, por conta e ordem do Fundo, deverá realizar operações com instrumentos derivativos com o objetivo de proteger a rentabilidade dos Direitos Creditórios, cuja remuneração estará, necessariamente, vinculada a taxas pré ou pós fixadas, observando, para tanto, o prazo médio de vencimento dos Direitos Creditórios. As operações contratadas pelo Fundo com instrumentos derivativos poderão ser realizadas (a) em mercado de balcão tendo como contraparte, necessariamente, uma ou mais Instituições Autorizadas, sendo que tais operações deverão ser necessariamente registradas em bolsa de mercadorias e de futuros sob a modalidade "com garantia" e/ou (b) diretamente na bolsa de mercadorias e de futuros, sob a modalidade "com garantia", desde que comunicada à Agência Classificadora de Risco. É expressamente vedada a realização de operações de venda de opções de compra a descoberto e alavancadas, a qualquer título. O Gestor deverá



disponibilizar à Agência Classificadora de Risco e à Instituição Administradora, relatórios dos contratos das operações de *swap* realizadas pelo Fundo.

9.6.2 Para efeito das operações referidas no item 9.6 (ii) acima, devem ser considerados, para efeito de cálculo de patrimônio líquido do Fundo, os dispêndios efetivamente incorridos a título de prestação de margens de garantia em espécie, ajustes diários, prêmios e custos operacionais, decorrentes da manutenção de posições em mercados organizados de derivativos, inclusive os valores líquidos das operações.

9.7 É vedado ao Fundo realizar operações de *day trade* ou realizar operação de renda variável.

9.8 O Fundo pode eventualmente realizar operações nas quais a Instituição Administradora, o Gestor e/ou Partes Relacionadas a ela atuem na condição de contraparte do Fundo. O Fundo não realizará aplicações em Direitos Creditórios originados pela Instituição Administradora, ou que tenham sua coobrigação, bem como de suas Partes Relacionadas.

9.9 A composição da carteira do Fundo não apresentará requisitos de diversificação além dos previstos neste Regulamento.

9.10 O Fundo poderá adquirir Direitos Creditórios de um mesmo Devedor, ou de coobrigação de uma mesma pessoa ou entidade, até o limite de 7% (sete por cento) de seu Patrimônio Líquido. O Fundo deverá estar enquadrado neste limite após o término do Período de Adaptação. Para fins de aplicação deste limite, serão considerados como um mesmo Devedor ou coobrigado, o próprio Devedor e/ou coobrigado e suas Partes Relacionadas.

9.10.1 Os devedores, emissores, ou coobrigados dos demais ativos que compõem o patrimônio do Fundo não poderão representar mais de 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo.

9.10.2 Durante o Período de Adaptação, o Limite Individual de Concentração será de no máximo de 12% (doze por cento).



9.11 Além do limite máximo de concentração por Devedor de Direito Creditório previsto nesta cláusula, o Fundo observará, a partir do 91º (nonagésimo primeiro) dia da Data de Subscrição Inicial, ressalvado o disposto no item 9.11.1 abaixo, os seguintes percentuais máximos de concentração, relativamente ao Patrimônio Líquido:

i) concentração por setor de origemação:

Setor de Originação dos Direitos Creditórios	Percentual Mínimo em relação ao Patrimônio Líquido	Percentual Máximo em relação ao Patrimônio Líquido
Sucro-Alcooleiro, similar ou derivados	30%	70%
Florestal	10%	70%
Grãos	0%	40%
Pecuário	0%	30%
Outros (somatório dos setores de algodão, cítricos, ou outros não identificados nos itens acima)	0%	40%

ii) concentração geográfica:

Região	Percentual Máximo com relação ao Patrimônio Líquido
Centro-Oeste	60%
Nordeste	20%
Norte	10%
Sudeste	80%
Sul	80%

iii) concentração por índice em que os Direitos Creditórios estão referenciados:

Índice	Percentual Mínimo	Percentual Máximo em
--------	-------------------	----------------------



h.

	em relação ao Patrimônio Líquido	relação ao Patrimônio Líquido
Taxa DI	60%	100%
Variação cambial	0%	30%
Taxa Pré	0%	40%

9.11.1 Durante o Período de Adaptação, o percentual máximo de concentração em Direitos Creditórios do setor sucro-alcooleiro, similar ou derivados será de 80% (oitenta por cento), sendo reduzido para 70% (setenta por cento) após o término do Período de Adaptação.

9.12. É permitido ao Fundo realizar as seguintes operações com os Direitos Creditórios em carteira:

- i) alienar tais Direitos Creditórios para qualquer terceiro, pelo preço definido de acordo com a metodologia da cláusula 19.2 deste Regulamento; ou
- ii) manter os Direitos Creditórios em carteira a fim de receber os valores pagos pelos respectivos Devedores.

9.12.1 Os CDAWA representativos de Direitos Creditórios Cedidos somente poderão ser alienados em conjunto.

9.13 O Fundo poderá realizar aplicações que coloquem em risco parte ou a totalidade de seu Patrimônio Líquido. A carteira do Fundo, e por consequência seu Patrimônio Líquido, estão submetidos a diversos riscos, dentre os quais, exemplificativamente, os analisados na cláusula 14 abaixo. O investidor, antes de adquirir Cotas, deve ler cuidadosamente tal cláusula, responsabilizando-se pelo seu investimento no Fundo.

9.14 O Gestor deverá observar os limites e requisitos de composição, concentração e diversificação da carteira do Fundo, estabelecidos nesta cláusula, quando da aquisição de Direitos Creditórios.






9.15 As aplicações no Fundo não contam com garantia da Instituição Administradora, do Cedente, do Gestor, do Custodiante ou do FGC.

## 10. CONDIÇÕES DE CESSÃO

10.1 O Cedente somente cederá ao Fundo Direitos Creditórios que preencham, cumulativamente, as Condições de Cessão abaixo:

- i) serem, em momento imediatamente anterior à cessão, de exclusiva titularidade do Cedente;
- ii) serem exigíveis dos respectivos Devedores na data de vencimento prevista;
- iii) serem constituídos de acordo com as formalidades exigidas pela legislação aplicável.
- iv) serem representados por CPR, CDCA, LCA, CRA ou CDAWA que deverão (a) atender a todas as condições previstas nas Leis nº 8.929, de 22 de agosto de 1994, e nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004 e outras normas aplicáveis a tais títulos e (b) serem registrados na CETIP e/ou BBM, e/ou em outros sistemas de registro, liquidação e custódia reconhecidos pelo Banco Central do Brasil ou autorizados pela CVM;
- v) que possuam monitoramento da lavoura, floresta ou gado realizado pelas Agências de Monitoramento Control Union, EBW, Cotecna, Schutter, Plantum, Terreri, SGS, ou Rural;
- vi) que possuam garantia real definida e aprovada pelo Comitê de Crédito do Cedente, cujo bem dado em garantia corresponda, no momento de sua constituição, a no mínimo 110% (cento e dez por cento) do valor do respectivo título, considerando-se o valor estimado dos juros e atualização monetária, se houver; a garantia será composta obrigatoriamente por penhor mercantil ou agrícola de primeiro grau ou alienação fiduciária do produto a que os títulos se referem, podendo ser complementada por garantia de penhor de primeiro grau ou cessão fiduciária de direitos creditórios; o Fundo poderá adquirir Direitos Creditórios com garantia real



que não tenha sido outorgada em primeiro grau de preferência, desde que o Fundo seja o único beneficiário de todos os ônus reais de mesma natureza gravados no respectivo bem ou direito;

- vii) serem referentes a Devedores que não tenham tido sua falência ou insolvência decretada, conforme o caso, tampouco estejam em processo de recuperação judicial ou extrajudicial;
- viii) corresponderem à totalidade do saldo devedor de cada título do respectivo Devedor, não sendo permitida a aquisição parcial de títulos;
- ix) serem cedidos observando-se os requisitos de diversificação e concentração da carteira do Fundo previstos na cláusula 9 deste Regulamento;
- x) que sejam remunerados, de acordo com o referencial adotado por cada Direito Creditório, descontado o custo de contratação de operação de derivativo com a finalidade específica de proteção (*hedge*), no mínimo à (a) variação da Taxa DI mais 2,18% (dois inteiros e dezoito centésimos por cento) ao ano; (b) variação cambial do real frente ao dólar norte-americano mais 8% (oito por cento) ao ano; ou (c) taxa pré-fixada de 13,35% (treze inteiros e trinta e cinco centésimos por cento) ao ano;
- xi) serem adquiridos pelo valor de face do respectivo título acrescido da respectiva remuneração atualizada *pro rata temporis* desde a data de emissão ou da data do último pagamento de juros, se for o caso, até data do pagamento do preço de cessão;
- xii) deverá estar em poder do Gestor um parecer jurídico emitido por um escritório de advocacia especializado, atestando a viabilidade jurídica da operação, da qual os Direitos Creditórios se originaram, sua correta constituição e formalização, e que sobre os Direitos Creditórios não há demanda judicial;
- xiii) cujos Devedores tenham sido notificados da respectiva cessão e do pagamento em conta corrente de titularidade do Fundo;
- xiv) caso não seja indexado pela Taxa DI, deverá contar com o respectivo mecanismo de proteção *hedge* conforme estabelecido na política de investimento do Fundo; e



xv) sejam referentes a Devedores que não apresentam, no momento de aquisição pelo Fundo, outros Direitos Creditórios vencidos e não pagos ao Cedente.

10.2 A observância das Condições de Cessão será de exclusiva responsabilidade do Cedente.

10.3 Os Direitos Creditórios deverão ser adquiridos pelo Fundo sempre de acordo com as taxas de mercado.

10.4 O Cedente poderá ser obrigado, a critério dos Cotistas reunidos em Assembléia Geral, a recomprar todos os Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo caso o Limite Individual de Concentração previsto no item 9.10, bem como os demais limites de concentração previstos nos itens 9.10.1 e 9.11 acima não sejam observados imediatamente após o término do Período de Adaptação.

## **11. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE**

11.1 O Fundo apenas poderá adquirir Direitos Creditórios que preencham, cumulativamente, os seguintes Critérios de Elegibilidade:

- i) possuam data de vencimento do Direito Creditório não superior ao prazo de 48 meses, contado a partir da Data de Subscrição Inicial; e
- ii) sejam referentes a Devedores que não apresentam, no momento de aquisição pelo Fundo, outros Direitos Creditórios vencidos e não pagos ao Fundo .

11.2 A perda, por qualquer motivo, após a aquisição pelo Fundo, da condição de Direito Creditório elegível, não dará ao Fundo e seus Cotistas qualquer pretensão, recurso ou direito de regresso contra o Cedente, o Custodiante ou terceiros.

## **12. DESCRIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS**

12.1 Nos termos do inciso X do artigo 24 da Instrução nº 356/01, da CVM, e não consubstanciando Critérios de Elegibilidade, são descritas e apresentadas características



62.

inerentes aos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo, divididas da seguinte forma:

- i) no Anexo II deste Regulamento, descrição dos processos de origem dos Direitos Creditórios, da natureza dos Direitos Creditórios e dos instrumentos jurídicos, contratos ou outros documentos representativos do crédito, bem como da política de concessão de crédito adotada pelo Cedente;
- ii) no Anexo III deste Regulamento, reprodução dos modelos dos Documentos Comprobatórios; e
- iii) no Anexo IV deste Regulamento, descrição dos mecanismos e procedimentos adotados para cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos, inclusive inadimplentes.

### **13. DIREITOS CREDITÓRIOS INADIMPLENTES, E APOORTE ADICIONAL DE RECURSOS PARA FAZER FRENTE A DESPESAS DE COBRANÇA**

13.1 Os Direitos Creditórios Cedidos inadimplidos, que não sejam pagos ao final de 15 (quinze) dias contados da data de vencimento do respectivo título, serão objeto de cobrança pelo Cedente, contratado pelo Fundo por meio do Contrato de Cobrança, nos termos indicados no Anexo IV.

13.2 Todos os custos e despesas incorridos pelo Fundo para salvaguarda de seus direitos e prerrogativas e/ou com a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios Cedidos e dos ativos financeiros de titularidade do Fundo serão de inteira responsabilidade do Fundo ou de seus Cotistas, não estando o Cedente, a Instituição Administradora ou o Custodiante, de qualquer forma, obrigados pelo adiantamento ou pagamento ao Fundo dos valores necessários à cobrança de Direitos Creditórios Cedidos e de ativos financeiros.

13.3 O Cedente, a Instituição Administradora e o Custodiante não serão responsáveis por quaisquer custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados com os procedimentos aqui referidos



que o Fundo venha a iniciar em face de terceiros ou do Cedente, os quais deverão ser custeados pelo próprio Fundo ou diretamente por seus Cotistas.

13.4 As despesas relacionadas com as medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda dos direitos e prerrogativas do Fundo e/ou a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios Cedidos e dos ativos financeiros serão suportadas diretamente pelo Fundo até o limite de seu patrimônio líquido. A parcela que exceder este limite deverá ser previamente aprovada pelos Cotistas do Fundo em Assembléia Geral convocada especialmente para este fim e, se for o caso, ser aportada diretamente ao Fundo por meio da subscrição e integralização de novas cotas. Os recursos aportados ao Fundo pelos titulares das cotas serão reembolsados por meio de resgate ou amortização, de acordo com os procedimentos previstos neste Regulamento ou na referida Assembléia Geral.

13.4.1 Na hipótese de necessidade de aporte adicional de recursos, fica desde já estabelecido que, observada a manutenção do regular funcionamento do Fundo, nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pelo Fundo antes (i) do recebimento integral do adiantamento a que se refere o item 13.4; e (ii) da assunção, pelos Cotistas, do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de eventual verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser condenado. A Instituição Administradora, o Cedente e o Custodiante não serão responsáveis por qualquer dano ou prejuízo sofrido pelo Fundo e/ou por qualquer dos Cotistas em decorrência da não propositura (ou prosseguimento), pelo Fundo, de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas, inclusive caso os Cotistas não aporem os recursos suficientes para tanto na forma desta cláusula.

13.5 Os aportes deverão ser feitos em dinheiro, em valor suficiente para que o Fundo disponha dos recursos necessários para cobrir todos os custos e despesas necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas e/ou à cobrança judicial ou extrajudicial dos seus Direitos Creditórios e ativos financeiros.

#### 14. FATORES DE RISCO

14.1 O investidor, antes de adquirir cotas do Fundo, deve ler cuidadosamente os fatores de risco abaixo descritos, responsabilizando-se pelo seu investimento no Fundo.



## 14.2 Riscos de Mercado

14.2.1 *Descasamento de Taxas.* Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo poderão ser contratados com (i) uma taxa de juros composta pela variação de moeda estrangeira mais uma taxa pré-fixada, (ii) variação da Taxa DI somada a uma taxa pré-fixada ou (iii) apenas por uma taxa pré-fixada. No entanto, a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo para as Cotas Seniores tem como parâmetro a Taxa DI, conforme previsto no item 1 do Anexo VI do Regulamento. Para evitar o descasamento de taxas, o Fundo, nos termos do item 9.6.1 acima, deve realizar operações com derivativos, com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite dessas. A realização de operações pelo Fundo no mercado de derivativos pode ocasionar variações no Patrimônio Líquido que levem a perdas patrimoniais ao Fundo e conseqüentemente aos seus condôminos (veja também o item 14.5.1 abaixo).

14.2.2 *Flutuação de Preços dos Ativos.* Os Devedores dos Direitos Creditórios atuam no setor agropecuário brasileiro, de forma que as operações que servem de lastro para tais Direitos Creditório envolvem *commodities*. Assim, os preços e a rentabilidade dos ativos do Fundo poderão flutuar em razão de diversos fatores de mercado, tais como variação da liquidez e alterações na política de crédito, econômica e fiscal, bem como em razão de alterações na regulamentação sobre a precificação de ativos que componham a carteira do Fundo. Além disso, os preços das *commodities* podem sofrer variação em função das características particulares do setor agropecuário ou de determinado produto. Historicamente, por exemplo, os preços praticados no setor sucro-alcooleiro são extremamente voláteis. Essa oscilação dos preços poderá fazer com que parte ou a totalidade daqueles ativos que integram a carteira do Fundo seja avaliada por valores inferiores ao da emissão e/ou contabilização inicial, bem como podem afetar a capacidade de pagamento dos Devedores dos Direitos Creditórios, levando à redução do Patrimônio Líquido e, conseqüentemente, a prejuízos por parte dos Cotistas.

14.2.3 *Sujeição dos Ativos a Oscilações Diversas.* Os ativos financeiros integrantes da carteira do Fundo estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função da reação dos mercados frente a notícias econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior, podendo ainda responder a notícias específicas a respeito dos respectivos emissores. As variações de preços dos ativos financeiros poderão ocorrer também em função das alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo inclusive ocorrer



h.

mudanças nos padrões de comportamento de preços dos ativos financeiros sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional. Como decorrência de tais oscilações, poderão ocorrer variações negativas no valor do Patrimônio Líquido.

14.2.4 *Efeitos da Política Econômica do Governo Federal.* O Fundo, seus ativos e o Cedente estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal. O Governo Federal intervém freqüentemente na política monetária, fiscal e cambial, e, conseqüentemente, também na economia do País. As medidas que podem vir a ser adotadas pelo Governo Federal para estabilizar a economia e controlar a inflação compreendem controle de salários e preços, desvalorização cambial, controle de capitais e limitações no comércio exterior, alterações nas taxas de juros, entre outras. Tais medidas, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do governo podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais nacional, podendo afetar adversamente o interesse de investidores na aquisição de Cotas e na liquidação dos Direitos Creditórios pelos Devedores.

#### 14.3 Riscos de Crédito

14.3.1 *Inexistência de Garantia das Aplicações do Fundo.* As aplicações no Fundo não contam com garantia da Instituição Administradora, de quaisquer terceiros, de qualquer mecanismo de seguro, ou do FGC. Igualmente, nem o Fundo nem a Instituição Administradora prometem ou asseguram aos Cotistas qualquer rentabilidade ou remuneração decorrentes da aplicação em Cotas. Desse modo, todos os eventuais rendimentos, bem como o pagamento do principal, provirão exclusivamente da carteira de ativos do Fundo, a qual está sujeita a riscos diversos, e cujo desempenho é incerto.

14.3.2 *Inadimplência dos Emissores dos Ativos.* A parcela do patrimônio do Fundo não aplicada em Direitos Creditórios deverá ser aplicada em quaisquer dos títulos e ativos especificados no item 9.4 deste Regulamento. Tais títulos e ativos podem vir a não ser honrados pelos respectivos emissores, de modo que o Fundo teria que suportar tais prejuízos, o que afetaria negativamente a rentabilidade das Cotas. No caso dos Direitos Creditórios, caso a inadimplência ocorra, o Fundo deverá cobrar os Devedores, sendo que o atraso nos pagamentos dos Direitos Creditórios Cedidos e o resultado incerto dos procedimentos de cobrança podem afetar negativamente os resultados do Fundo.



14.3.3 *Fatores Macroeconômicos.* Como o Fundo aplicará seus recursos preponderantemente em Direitos Creditórios, dependerá da solvência dos respectivos Devedores para distribuição de rendimentos aos Cotistas. A solvência dos Devedores pode ser afetada por fatores macroeconômicos relacionados à economia brasileira, tais como elevação das taxas de juros, aumento da inflação, baixos índices de crescimento econômico, etc. Assim, na hipótese de ocorrência de um ou mais desses eventos, poderá haver o aumento da inadimplência dos Direitos Creditórios Cedidos afetando negativamente seus resultados e/ou provocando perdas patrimoniais.

14.3.4 *Cobrança Judicial e Extrajudicial.* No caso de inadimplemento dos Direitos Creditórios Cedidos, poderá haver cobrança judicial e/ou extrajudicial dos valores devidos. Nada garante, contudo, que referidas cobranças atingirão os resultados almejados, recuperando para o Fundo o total dos valores inadimplidos, o que poderá implicar perdas patrimoniais ao Fundo.

#### 14.4 Riscos de Liquidez

14.4.1 *Inexistência de Mercado Secundário para Negociação de Direitos Creditórios.* O Fundo se enquadra em modalidade de investimento diferenciada, devendo os potenciais investidores avaliar minuciosamente suas peculiaridades, que podem eventualmente trazer consequências negativas para o patrimônio do Fundo, ou que podem tornar o investimento ilíquido. Assim, por exemplo, o Fundo aplica seus recursos preponderantemente em Direitos Creditórios. Não existe, no Brasil, mercado secundário ativo para negociação de direitos creditórios. Portanto, caso por qualquer motivo seja necessária a venda dos Direitos Creditórios Cedidos, poderá não haver compradores ou o preço de negociação poderá causar perda ao Patrimônio Líquido.

14.4.2 *Falta de Liquidez dos Ativos Financeiros.* A parcela do patrimônio do Fundo não aplicada em Direitos Creditórios deverá ser aplicada em quaisquer dos títulos e ativos especificados no item 9.4 do Regulamento. Tais títulos e ativos podem vir a se mostrar ilíquidos (seja por ausência de mercado secundário ativo, seja por eventual atraso no pagamento por parte do respectivo emissor), o que poderia, eventualmente, afetar pagamentos de amortização e/ou resgate a Cotistas, afetando a liquidez esperada de suas cotas.





14.4.3 *Fundo Fechado e Mercado Secundário.* O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração do Fundo, ou em virtude de sua liquidação. Assim, o Cotista não terá liquidez em seu investimento no Fundo, exceto (i) por ocasião das amortizações programadas ou eventuais, ou (ii) por meio da alienação de suas Cotas no mercado secundário. Atualmente, o mercado secundário de cotas de fundos de investimento apresenta baixa liquidez, o que pode dificultar a venda de Cotas ou ocasionar a obtenção de um preço de venda que cause perda de patrimônio ao investidor. Não há qualquer garantia da Instituição Administradora, do Cedente, do Custodiante, ou de qualquer outra Parte Relacionada, em relação à possibilidade de venda das Cotas no mercado secundário, preço obtido pelas Cotas, ou mesmo garantia de saída ao investidor. Esta última hipótese pode trazer ao investidor perda de patrimônio, se o preço praticado na alienação for inferior ao valor das Cotas.

14.4.4 *Liquidação Antecipada e Amortização Compulsória.* As Cotas serão amortizadas com base no cronograma de amortização estabelecido no item 18 deste Regulamento. No entanto, há eventos que podem ensejar a liquidação antecipada do Fundo, bem como Amortização Compulsória de cotas. Ainda, a eventual deterioração da qualidade de crédito dos ativos do Fundo que impliquem redução da Relação Mínima pode levar à realização de Amortização Compulsória para re-enquadramento da referida relação. Havendo a liquidação antecipada do Fundo e/ou a Amortização Compulsória, os titulares de Cotas poderão receber valores antecipadamente e inferiores aos esperados.

14.4.5 *Insuficiência de Recursos no Momento da Liquidação Antecipada.* O Fundo poderá ser liquidado antecipadamente, conforme o disposto no item 25 deste Regulamento. Ocorrendo tal liquidação antecipada, o Fundo pode não dispor de recursos para pagamento aos Cotistas (por exemplo, pelo fato de os Direitos Creditórios Cedidos ainda não serem exigíveis dos respectivos Devedores). Neste caso, ou (i) os Cotistas teriam suas Cotas resgatadas em Direitos Creditórios; ou (ii) o pagamento do resgate das Cotas ficaria condicionado (a) ao vencimento e pagamento pelos Devedores das parcelas relativas aos Direitos Creditórios Cedidos; ou (b) à venda dos Direitos Creditórios Cedidos a terceiros, sendo que o preço praticado poderia causar perda aos Cotistas.

#### 14.5 Risco Proveniente do Uso de Derivativos



14.5.1 O Fundo pode realizar operações com derivativos, com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite dessas. A realização de operações pelo Fundo no mercado de derivativos pode ocasionar variações no Patrimônio Líquido que levem a perdas patrimoniais ao Fundo e conseqüentemente aos seus condôminos.

#### 14.6 Riscos Específicos

##### 14.6.1 Riscos Operacionais

14.6.1.1 *Irregularidades dos Documentos Comprobatórios.* Os Documentos Comprobatórios podem eventualmente conter irregularidades, como falhas na sua elaboração e erros materiais. Por esse motivo, eventual cobrança em juízo dos Devedores poderá ser menos célere do que o usual, podendo ser necessária a adoção de processo monitorio ou processo de conhecimento. Assim, o Fundo poderá permanecer longo tempo sem receber os recursos oriundos dos Direitos Creditórios Cedidos discutidos judicialmente, o que pode lhe causar prejuízo patrimonial. Ainda, o procedimento de cobrança judicial dos Direitos Creditórios Cedidos pode se delongar, ou ser inviabilizado, caso o fiel depositário dos Documentos Comprobatórios, referido no item 7.3.1 deste Regulamento demore a restituir ou não restitua os documentos do Fundo em seu poder. Nestas hipóteses, a rentabilidade e o patrimônio do Fundo poderiam ser prejudicados.

##### 14.6.2 Risco de Descontinuidade

14.6.2.1 *Liquidação Antecipada.* O Fundo poderá ser liquidado antecipadamente por diversas razões, conforme o disposto na cláusula 25 deste Regulamento. A liquidação antecipada pode trazer prejuízos para o Fundo e seus Cotistas, decorrentes, por exemplo, de desvalorização de seus ativos relacionada à conjuntura econômica desfavorável. Ademais, o Fundo pode não dispor de recursos para pagamento aos Cotistas (por exemplo, pelo fato de os Direitos Creditórios Cedidos ainda não serem exigíveis dos respectivos Devedores). Neste caso, ou (i) os Cotistas teriam suas cotas resgatadas em Direitos Creditórios Cedidos; ou (ii) o pagamento do resgate das cotas ficaria condicionado (a) ao vencimento e pagamento pelos Devedores das parcelas relativas aos Direitos Creditórios Cedidos; ou (b) à venda dos Direitos Creditórios Cedidos a terceiros, sendo que o preço praticado poderia causar perda aos Cotistas. Ademais, por ocasião da eventual liquidação antecipada do



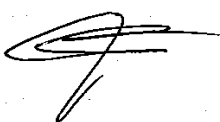
Fundo, é possível que não haja, disponíveis no mercado, aplicações com mesmas características de prazo, risco e rentabilidade.

14.6.2.2 *Fluxos de Cessão.* A existência do Fundo e a observância da alocação mínima (item 9.2 deste Regulamento) depende da manutenção dos fluxos de originação e de cessão de Direitos Creditórios pelo Cedente, em especial durante o Prazo de Carência. Em caso de diminuição do nível de atividades do Cedente a ponto de comprometer tais fluxos de cessão de Direitos Creditórios, não será observado qualquer tipo de prioridade ou preferência na cessão de Direitos Creditórios, tanto para o Fundo quanto para quaisquer outros fundos de investimento em direitos creditórios que tenham por objeto a aquisição de direitos creditórios do Cedente. Assim, a existência do Fundo no tempo dependerá da manutenção dos fluxos de originação e de cessão de Direitos Creditórios necessários à manutenção e/ou recomposição da carteira do Fundo. O desenquadramento da carteira pode inclusive levar à amortização compulsória de Cotas Seniores (item 18.5 deste Regulamento).

#### 14.6.3 Riscos da Originadora

14.6.3.1 *Rescisão do Contrato de Cessão.* O Cedente pode, a qualquer momento, deixar de ceder Direitos Creditórios ao Fundo. Assim, a existência do Fundo está condicionada à continuidade das operações do Cedente com Direitos Creditórios elegíveis nos termos do Regulamento, inclusive em volume suficiente para alcançar a meta de rentabilidade das Cotas Seniores, bem como à vontade unilateral do Cedente em ceder Direitos Creditórios ao Fundo.

14.6.3.2 *Diminuição da Quantidade de Direitos Creditórios Elegíveis.* Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são decorrentes exclusivamente de CPR, CDCA, LCA, CRA e CDAWA referentes a setores específicos do agronegócio, e devem necessariamente respeitar os parâmetros da política de investimento descrita no item 9 deste Regulamento. Na hipótese de, por qualquer motivo, (i) deixarem de ser emitidos CPR, CDCA, LCA, CRA e CDAWA referentes aos setores elegíveis originados dos segmentos indicados no item 9.11 deste Regulamento; e/ou (ii) não existirem Direitos Creditórios disponíveis para cessão ao Fundo e que satisfaçam os Critérios de Elegibilidade e a política de investimento, poderá ocorrer a liquidação do Fundo, conforme descrito na cláusula 25 deste Regulamento, ou ainda amortização compulsória (item 18.5 deste Regulamento).



h.,

#### 14.6.4 Outros Riscos

14.6.4.1 *Riscos Relacionados ao Desenvolvimento Sustentado do Agronegócio Brasileiro.* A capacidade de pagamento dos Devedores e, conseqüentemente, o retorno que os Cotistas terão em relação ao investimento no Fundo, está associada ao crescimento e desenvolvimento sustentado do setor agropecuário no Brasil. Não há como assegurar que, no futuro, o agronegócio brasileiro (i) manterá a taxa de crescimento e desenvolvimento observada nos últimos anos, e (ii) não apresentará perdas em decorrência de condições climáticas desfavoráveis, redução de preços de *commodities* do setor agrícola nos mercados nacional e internacional, alterações em políticas de concessão de crédito que possam afetar a renda dos agricultores e pecuaristas, e conseqüentemente, a capacidade de pagamento dos Devedores, bem como outras crises econômicas que possam afetar o setor agropecuário em geral. A redução da capacidade de pagamento dos Devedores poderá impactar negativamente os ativos do Fundo, o que poderá resultar em perdas patrimoniais para o Fundo e seus Cotistas.

14.6.4.2 *Invalidade ou Ineficácia da Cessão de Direitos Creditórios.* Com relação ao Cedente, a cessão de Direitos Creditórios pode ser invalidada ou tornada ineficaz, impactando negativamente o patrimônio do Fundo, caso realizada em:

- i) fraude contra credores, se no momento da cessão o Cedente estiver insolvente ou se com ela passasse ao estado de insolvência;
- ii) fraude de execução, caso (a) quando da cessão o Cedente for sujeito passivo de demanda judicial capaz de reduzi-lo à insolvência; ou (b) sobre os Direitos Creditórios Cedidos pender demanda judicial fundada em direito real; e
- iii) fraude à execução fiscal, se o Cedente, quando da celebração da cessão de créditos, sendo sujeito passivo por débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, não dispuser de bens para total pagamento da dívida fiscal.

14.6.4.3 *Intervenção ou Liquidação do Custodiante.* O Fundo terá conta corrente no Custodiante. Na hipótese de intervenção ou liquidação extrajudicial deste, há possibilidade



de os recursos ali depositados serem bloqueados e somente por via judicial serem recuperados para o Fundo, o que afetaria sua rentabilidade e poderia levá-lo a perder parte do seu patrimônio.

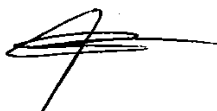
14.6.4.4 *Guarda dos Documentos Comprobatórios pelo Cedente.* O Cedente é, na qualidade de fiel depositário, responsável pela guarda física dos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios Cedidos. Embora o Cedente tenha a obrigação de permitir ao Fundo e ao Custodiante, livre acesso à referida documentação, a guarda de tais documentos pelo Cedente poderá representar dificuldade à verificação da constituição e performance dos Direitos Creditórios Cedidos, podendo gerar perdas ao Fundo e, conseqüentemente, aos seus Cotistas.

14.6.4.5 *Sub-contratação de Terceiros para Serviços de Guarda de Documentos.* Nos termos do Contrato de Cobrança, o Cedente tem a faculdade de sub-contratar terceiros para a prestação de serviços de guarda e processamento dos Documentos Comprobatórios, desde que com anuência do Custodiante. Ainda que o Cedente continue responsável pela guarda física dos documentos comprobatórios, a sub-contratação de terceiros para a prestação de tais serviços poderá representar dificuldade adicional à verificação da constituição e performance dos Direitos Creditórios Cedidos, podendo gerar perdas ao Fundo e, conseqüentemente, aos seus Cotistas.

14.6.4.6 *Alteração do Regulamento.* O Regulamento pode ser alterado em conseqüência de normas legais ou regulamentares, por determinação da CVM ou por deliberação da Assembléia Geral de condôminos. Tais alterações poderão afetar o modo de operação do Fundo e acarretar perdas patrimoniais aos Cotistas.

14.6.4.7 *Resgate das Cotas em Direitos Creditórios.* No caso de liquidação antecipada do Fundo em que a Assembléia Geral deliberar o resgate das Cotas em Direitos Creditórios Cedidos, os titulares de Cotas Seniores poderão encontrar dificuldades para (i) negociar os Direitos Creditórios Cedidos recebidos; e/ou (ii) cobrar os Direitos Creditórios Cedidos inadimplentes.

14.6.4.8 *Inexistência de Rendimento Predeterminado.* As Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas serão valorizadas todo dia útil, conforme os critérios de distribuição de rendimentos da carteira do Fundo, previstos na cláusula 17 deste Regulamento. Tais



critérios visam definir qual parcela do patrimônio líquido do Fundo deve ser prioritariamente alocada aos titulares de Cotas Seniores na hipótese de amortização ou resgate de suas Cotas e não representa nem deverá ser considerado promessa ou garantia de rentabilidade aos Cotistas. Portanto, os Cotistas somente receberão rendimentos se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem.

14.6.4.9 *Aprovação de Matérias pelos Cotistas Subordinados.* As deliberações relativas às matérias previstas no item 21.2.1 deste Regulamento estão necessariamente sujeitas à aprovação prévia de titulares de mais da metade das Cotas Subordinadas. Dessa forma, determinadas matérias de interesse dos Cotistas Seniores previstas no Regulamento dependerão da aprovação em separado dos Cotistas Subordinados.

14.6.4.10 *Quorum de Aprovação de 100%.* As deliberações relativas às matérias previstas no item 21.2.3 deste Regulamento, sejam elas (i) alteração da remuneração das Cotas Seniores e/ou Cotas Subordinadas; (ii) substituição da Taxa DI no evento de sua indisponibilidade por período superior a 30 (trinta) dias consecutivos ou por imposição legal; e (iii) aporte adicional de recursos no Fundo para a adoção dos procedimentos relativos à cobrança de Direitos Creditórios Cedidos inadimplentes, na forma estabelecida no item 13 deste Regulamento, dependerão de aprovação em Assembleia Geral de Cotistas mediante quorum qualificado de 100% (cem por cento) das Cotas Seniores em Circulação.

14.6.4.11 *Redução das Cotas Subordinadas.* O Fundo terá relação mínima admitida entre o seu patrimônio líquido e o valor das Cotas Seniores de 182% (cento e oitenta e dois por cento). A diferença do patrimônio do Fundo é representada por Cotas Subordinadas que arcarão com os prejuízos do Fundo antes das Cotas Seniores. Por diversos motivos, tais como inadimplência dos Devedores, as Cotas Subordinadas poderão ter seu patrimônio reduzido. Caso as Cotas Subordinadas tenham seu patrimônio reduzido a zero, as Cotas Seniores passarão a arcar com eventuais prejuízos do Fundo, o que poderá causar perda de patrimônio aos seus detentores, o que poderá causar prejuízos aos Cotistas.

14.6.4.12 *Ausência de Coobrigação do Cedente.* O Cedente não responde pela solvência dos Devedores dos Direitos Creditórios Cedidos, cabendo exclusivamente ao Fundo suportar o risco de inadimplência dos Devedores.

14.6.4.13 *Possibilidade de Ocorrência de Patrimônio Líquido Negativo.* As eventuais



h.

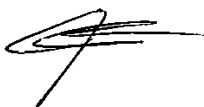
perdas patrimoniais do Fundo não estão limitadas ao valor das Cotas subscritas. O Fundo é um condomínio sem personalidade jurídica, e, portanto os Cotistas poderão ser chamados a aportar recursos adicionais ao Fundo, para fazer frente a despesas que excedam ao patrimônio líquido do Fundo, relacionadas com medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda dos direitos e prerrogativas do Fundo e/ou a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios Cedidos e dos ativos financeiros, bem como ao pagamento de eventual verba de sucumbência, e obrigações no mercado financeiro, como, por exemplo, perdas decorrentes de operações com derivativos. A recuperação dos Direitos Creditórios Cedidos em cobrança, integral ou parcialmente, pode ser demorada ou até mesmo não ocorrer, ainda em caso de decisão judicial favorável.

14.6.4.14 *Comitê de Crédito do Cedente e Garantia Real.* Nos termos da cláusula 10, referente às Condições de Cessão, os Direitos Creditórios Cedidos deverão contar com garantia real cujo percentual será determinado pelo Comitê de Crédito do Cedente. O Fundo e os Cotistas não terão ingerência sobre a escolha da garantia real dos Direitos Creditórios Cedidos, o que poderá resultar em menor garantia ou em dificuldade de cobrança judicial em caso de inadimplência dos Devedores, podendo originar perdas patrimoniais para o Fundo.

14.6.4.15 *Risco de Exposição a Setores Específicos do Agronegócio.* Nos termos do item 9.11 (i) deste Regulamento, o Fundo poderá concentrar a aquisição de Direitos Creditórios em um determinado setor do agronegócio, respeitados os limites ali estabelecidos. O Fundo, por exemplo, poderá concentrar até 70% (setenta por cento) dos Direitos Creditórios adquiridos nos setores sucro-alcooleiro e florestal. Exemplificativamente, o preço dos produtos derivados do setor sucro-alcooleiro são, historicamente, voláteis. Dessa forma, quaisquer fatores que possam afetar tais setores específicos, poderá impactar negativamente a capacidade de pagamento dos Devedores e o rendimento das Cotas.

## **15. COTAS DO FUNDO**

15.1 As Cotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu patrimônio e somente serão resgatadas ao término do prazo de duração do Fundo, em virtude da sua liquidação ou ainda quando de amortização integral das Cotas da respectiva classe, realizada conforme o disposto no presente Regulamento ou por decisão da Assembléia





Geral. As Cotas do Fundo serão divididas em duas classes, Seniores e Subordinadas, conforme descrito na cláusula 16 abaixo. As Cotas Seniores não serão divididas em séries.

15.2 Na Primeira Distribuição de Cotas, serão emitidas e distribuídas 300 (trezentas) Cotas, com valor de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) cada na Data de Subscrição Inicial independentemente da classe, sendo 165 (cento e sessenta e cinco) Cotas Seniores e 135 (cento e trinta e cinco) Cotas Subordinadas.

15.2.1 As Cotas objeto da Primeira Distribuição serão subscritas e integralizadas a partir da Data de Subscrição Inicial, a ser determinada pela Instituição Administradora. Na subscrição de Cotas da Primeira Distribuição que ocorrer em dia diferente da Data de Subscrição Inicial, será utilizado o valor da Cota de mesma classe em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor ao Fundo.

15.2.2 Fica a critério da Instituição Administradora, conforme orientação do Gestor, a deliberação relativa a Novas Distribuições de Cotas, incluindo os aspectos referentes a quantidade, prazo e classe de Cotas, desde que observados:

- i) a proporção mínima de 45% (quarenta e cinco por cento) de Cotas Subordinadas sobre o total emitido;
- ii) a Razão Mínima (item 16.3.1 abaixo);
- iii) o limite máximo de 300 (trezentas) Cotas; e
- iv) manutenção da classificação de risco das Cotas na data de emissão de cada Nova Distribuição.

15.2.2.1 As Cotas relativas às Novas Distribuições terão direitos, taxas, despesas e prazos iguais aos conferidos às demais Cotas de mesma classe.

15.2.2.2 Na emissão e distribuição de Cotas relativas às Novas Distribuições deve ser utilizado o valor da Cota em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor ao Fundo.



43



15.2.3 Os Cotistas não terão direito de preferência na subscrição de Cotas de mesma classe relativas a Novas Distribuições.

15.3 As Cotas Seniores serão escriturais e mantidas em contas de depósito em nome de seus respectivos titulares, sendo as Cotas Seniores registradas na CETIP e as Cotas Subordinadas registradas no Custodiante.

15.3.1 A qualidade de condômino caracteriza-se pela abertura de conta de depósito em nome do Cotista.

15.3.2 É indispensável, por ocasião do ingresso do condômino no Fundo, quando da subscrição de Cotas Seniores ou de Cotas Subordinadas, sua adesão aos termos do presente Regulamento, através da assinatura do respectivo termo de ciência de risco e adesão ao Regulamento e o boletim de subscrição de Cotas.

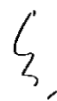
15.3.3 Para o cálculo do número de Cotas Seniores ou de Cotas Subordinadas a que tem direito o investidor, não serão deduzidas do valor entregue ao Fundo quaisquer taxas ou despesas.

15.4 As Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas do Fundo só podem ser colocadas por instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários. As Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas do Fundo serão colocadas pela Instituição Líder, bem como por outras instituições eventualmente contratadas por ele, integrantes do sistema de distribuição.

15.5 O valor mínimo de aplicação no Fundo na subscrição primária de Cotas será R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

15.6 Somente poderão adquirir as Cotas do Fundo os Investidores Autorizados, nos termos da legislação aplicável, que almejam rentabilidade a longo prazo, compatível com a política de investimento do Fundo e que aceitam os riscos inerentes a tal investimento.

15.7 As Cotas Seniores do Fundo serão integralizadas por meio dos procedimentos da CETIP, enquanto as Cotas Subordinadas serão integralizadas mediante



crédito em conta corrente mantida junto ao Custodiante. A amortização e o resgate de Cotas do Fundo podem ser efetuados por intermédio dos procedimentos da CETIP ou mediante crédito em conta-corrente, se mantida junto ao Custodiante.

15.7.1 Admite-se o resgate de Cotas em Direitos Creditórios Cedidos na hipótese de liquidação do Fundo, conforme especificado na cláusula abaixo.

15.8 Para negociação em mercado de balcão organizado, as Cotas Seniores serão registradas na CETIP. Nas negociações realizadas no mercado secundário, caberá ao intermediário assegurar a condição de Investidor Autorizado do adquirente das Cotas.

15.9 O prazo máximo para efetivação de resgate das Cotas do Fundo será o do item 3.1 acima, observado o disposto no item 24.2 abaixo.

15.10 As Cotas do Fundo não colocadas dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data da publicação do anúncio de início de distribuição, serão canceladas pela Instituição Administradora, exceto se forem objeto de pedido de prorrogação de prazo.

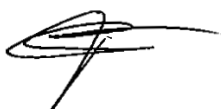
## 16. CLASSES DE COTAS

16.1 As Cotas do Fundo poderão ser Cotas Seniores ou Cotas Subordinadas.

16.2 Todas as Cotas de mesma classe terão iguais taxas, despesas e prazos, bem como direitos de voto.

16.3 As Cotas Seniores são aquelas que não se subordinam às demais para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos deste Regulamento. O critério para distribuição dos rendimentos e a amortização para as Cotas Seniores estão previstos respectivamente nas cláusulas 17 e 18 abaixo.

16.3.1 A relação mínima entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores é de 182% (cento e oitenta e dois por cento) e corresponderá à Razão Mínima. Essa relação deve ser observada desde a Data de Subscrição Inicial, devendo ser apurada todo dia útil e disponibilizada aos Cotistas diariamente na sede da Instituição Administradora.



16.3.2 Na hipótese de desenquadramento da Razão Mínima por 2 (dois) dias úteis consecutivos, o Cedente será imediatamente informado de tal fato pela Instituição Administradora, na forma do Anexo V deste Regulamento.

16.3.3 O Cedente deverá responder o Aviso de Desenquadramento, com cópia para o Custodiante e o Gestor, impreterivelmente até o 2º (segundo) dia útil subsequente à data do seu recebimento, se comprometendo de modo irretratável e irrevogável a prontamente subscrever Cotas Subordinadas em valor equivalente a, no mínimo, o necessário para reenquadramento da Razão Mínima, integralizando-as em moeda corrente nacional.

16.3.4 Quando o Cedente estiver obrigado a subscrever novas Cotas Subordinadas, a Instituição Administradora deliberará pela sua emissão sem necessidade de autorização de quaisquer Cotistas do Fundo ou de realização de Assembléia Geral.

16.3.5 Na hipótese de o Cedente, estando obrigado, não subscrever novas Cotas Subordinadas, será observado o disposto no item 25.2 (i) abaixo, se for o caso.

16.3.6 Durante o Período de Adaptação, o percentual mínimo de Cotas Subordinadas em relação ao Patrimônio Líquido do Fundo deverá corresponder, no mínimo, ao número equivalente ao produto da multiplicação do Limite Individual de Concentração verificado pelos 6 (seis) maiores Devedores do Fundo, apurado mensalmente. Consequentemente, a Razão Mínima durante o Período de Adaptação corresponderá ao resultado da divisão do Patrimônio Líquido pelo resultado da subtração deste do número de Cotas Subordinadas exigido para o período, calculado conforme este item.

16.4 As Cotas Subordinadas são aquelas que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos deste Regulamento. Somente ocorrerá a amortização das Cotas Subordinadas após a amortização das Cotas Seniores, ou por decisão da Assembléia Geral. Somente ocorrerá o resgate das Cotas Subordinadas após o resgate das Cotas Seniores. A distribuição dos rendimentos e a possibilidade de amortização para as Cotas Subordinadas estão previstas respectivamente nas cláusulas 17 e 18 abaixo.



## 17. DISTRIBUIÇÃO DOS RENDIMENTOS DA CARTEIRA DO FUNDO

17.1 As Cotas, independentemente da classe, serão valorizadas todo dia útil, conforme a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo abaixo descrita. A primeira distribuição ocorrerá no dia útil seguinte à Data de Subscrição Inicial, e a última na data de liquidação do Fundo.

17.2 A distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo ocorrerá conforme o seguinte procedimento, desde que o patrimônio do Fundo assim permita:

- i) após o pagamento e provisionamento das despesas e encargos do Fundo, será incorporado ao valor de cada Cota Sênior, a título de distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo relativos ao dia útil imediatamente anterior, o valor equivalente à remuneração calculada conforme o Anexo VI deste Regulamento, no respectivo período; e
- ii) após a distribuição dos rendimentos acima descrita para as Cotas Seniores, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado ao valor de cada Cota Subordinada, a título de distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo relativos ao dia útil imediatamente anterior, de acordo com a forma abaixo:

$$VQSub_T = \frac{PL_T - SVQS_T}{NQSub_T}$$

$VQSub_T$  = valor de cada Cota Subordinada para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização e, nas hipóteses definidas neste Regulamento, resgate, calculado para a data “T”;

$PL_T$  = Patrimônio Líquido na data “T”;

$SVQS_T$  = somatório do valor das Cotas Seniores em Circulação na data “T”; e



$NQSub_T$  = número de Cotas Subordinadas em Circulação na data “T”.

17.2.1 O montante recebido a título de pagamento antecipado de Direitos Creditórios, ou que tenham sido recebidos após a data de vencimento, não poderá ser incorporado ao valor das Cotas Subordinadas, observado o disposto no item 26.2.1 abaixo.

17.3 A presente cláusula tem como finalidade definir qual parcela do patrimônio líquido do Fundo deve ser alocada aos titulares de cada classe de Cotas na hipótese de amortização ou resgate de suas cotas e não representa nem deverá ser considerado promessa ou garantia de rentabilidade aos Cotistas. Portanto, os Cotistas somente receberão rendimentos se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem.

## 18. AMORTIZAÇÃO DAS COTAS

18.1 A partir do 25º (vigésimo quinto) mês, inclusive, contado desde o mês em que ocorra a respectiva Data de Subscrição Inicial, sempre no 10º (décimo) dia de cada mês (“Data de Amortização Programada”) e desde que o Fundo tenha recursos, as Cotas Seniores serão amortizadas nos termos do item 18.2 abaixo (“Amortização Programada”).

18.2 Terminado o Prazo de Carência, e desde que o Fundo tenha recursos, as Cotas Seniores serão amortizadas de acordo com a fórmula abaixo:

$$V_{Amort(n)} = Part \times \frac{(Rec - provisões)}{NQS_n}$$

$V_{Amort(n)}$  valor da Amortização Programada referente a cada Cota Sênior na Data da Amortização “n”. O valor da Amortização Programada está limitado ao valor do saldo remanescente da Cota Sênior na Data da Amortização, calculado na forma deste Regulamento.

$Part$  Fator de multiplicação correspondente a razão: (i) do patrimônio representado por todas as Cotas Seniores no dia útil anterior à respectiva Data da Amortização das Cotas Seniores, pelo (ii) patrimônio representado por todas as Cotas Seniores no dia útil anterior à respectiva Data de



4

Amortização das Cotas Seniores somado ao patrimônio representado por todas as Cotas Subordinadas no dia útil anterior à respectiva Data de Amortização das Cotas Seniores.

*Rec* somatório do valor das parcelas dos Direitos Creditórios efetivamente creditado na conta corrente do fundo durante o mês calendário imediatamente anterior à Data da Amortização Programada, descontados os recursos aplicados na forma do item 26.2 (i) abaixo.

*Provisões* Somatório dos recursos necessários à eventual reconstituição da Reserva para Despesas e Encargos, nos termos deste Regulamento;

*NQS<sub>n</sub>* Número de Cotas Seniores em Circulação na Data de Amortização Programada.

18.2.1 O valor da última amortização de Cotas Seniores está limitado ao valor da Cota Sênior na respectiva data de amortização, calculada na forma deste Regulamento.

18.2.2 Para efeito tributário, o rendimento deve ser calculado mediante subtração do valor da amortização do valor efetivamente pago pelo Cotista quando da integralização de suas Cotas ou aquisição das mesmas.

18.2.3 As Cotas Seniores poderão ainda ser amortizadas por decisão da Assembléia Geral.

18.3 Terminado o Prazo de Carência, e respeitada a Razão Mínima, as Cotas Subordinadas poderão ser amortizadas, no dia útil seguinte a cada amortização de Cotas Seniores, de acordo com a fórmula abaixo:

$$V_{Amort(n)} = Part \times \frac{Rec - Provisões}{NQSub}$$

*V<sub>Amort(n)</sub>* valor da Amortização Programada referente a cada Cota Subordinada na Data da Amortização “n”. O valor da Amortização Programada está limitado ao valor do saldo remanescente da Cotas Subordinadas na Data da





Amortização, calculado na forma deste Regulamento, necessário para a manutenção da Razão Mínima.

*Part* Fator de multiplicação correspondente a razão: (i) do patrimônio representado por todas as Cotas Subordinadas no penúltimo dia útil anterior à respectiva Data da Amortização das Cotas Subordinadas, pelo (ii) patrimônio representado por todas as Cotas Subordinadas no penúltimo dia útil anterior à respectiva Data de Amortização das Cotas Subordinadas somado ao patrimônio representado por todas as Cotas Seniores no penúltimo dia útil anterior à respectiva Data de Amortização das Cotas Subordinadas.

*Rec* somatório do valor das parcelas dos Direitos Creditórios efetivamente creditado na conta corrente do fundo durante o mês calendário imediatamente anterior à Data da Amortização Programada, descontados os recursos aplicados na forma dos itens 26.2 (i) e (iii) abaixo.

*Provisões* Somatório dos recursos necessários à eventual reconstituição da Reserva para Despesas e Encargos ou para pagamento de despesas prioritárias pelo Fundo, nos termos deste Regulamento;

*NQSub* Número de Cotas Subordinadas em circulação na Data de Amortização Programada.

18.4 As Cotas Subordinadas também poderão ser amortizadas por decisão da Assembléia Geral, observado o disposto no item 21.2.1 abaixo.

18.5 A Instituição Administradora deverá realizar a amortização compulsória e antecipada das Cotas Seniores para fins de enquadramento do patrimônio do Fundo à Alocação Mínima. A amortização compulsória e antecipada das Cotas Seniores poderá, ainda, ser realizada exclusivamente para fins de enquadramento do patrimônio do Fundo à Razão Mínima, exceto do durante o Período de Adaptação.



18.5.1 Na hipótese de a Amortização Compulsória ser decorrente da necessidade de re-enquadramento do patrimônio do Fundo à Razão Mínima, a Instituição Administradora deve, tão logo decida realizar a Amortização Compulsória, convocar Assembléia Geral.

18.5.2 Na hipótese de a Instituição Administradora decidir pela realização da Amortização Compulsória nos termos dos itens anteriores, o valor referente a tal amortização não será apurado pela fórmula definida no item 18.2 acima, mas sim pelo valor necessário ao enquadramento do Fundo, conforme previsto no item 18.5 acima. Os Cotistas serão informados, inclusive sobre o valor total estimado envolvendo cada Amortização Compulsória, em até 5 (cinco) dias úteis da data em que se verificou a necessidade de realização da Amortização Compulsória. Tais Amortizações Compulsórias compreenderão tão somente a amortização de parte do capital investido pelos titulares de Cotas Seniores.

18.5.3 Qualquer Amortização Compulsória afetará todos os Cotistas titulares de Cotas Seniores, de forma proporcional às suas respectivas cotas.

18.6 O previsto nesta cláusula 18 não constitui promessa de rendimentos, estabelecendo meramente uma previsão de amortização e a preferência entre as diferentes classes de Cotas existentes. Portanto, as Cotas somente serão amortizadas se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem.

18.7 Toda e qualquer multa ou outra penalidade incorrida e paga pelo Cedente ao Fundo nos termos deste Regulamento e dos demais documentos relacionados ao Fundo reverterá em benefício exclusivo dos titulares das Cotas Seniores em Circulação, mediante a incorporação do valor da multa, ou de qualquer outra penalidade paga, ao valor das referidas Cotas Seniores em Circulação, independentemente da remuneração de tais Cotas Seniores. Nesse caso, o Fundo realizará uma amortização extraordinária das Cotas Seniores em circulação em até 2 (dois) dias úteis após o recebimento da multa ou outra penalidade. Tais amortizações extraordinárias compreenderão tão somente a amortização do rendimento advindo do acréscimo patrimonial gerado pelo recebimento de multa ou outra penalidade pelo Fundo.

## **19. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO E DAS COTAS DE CADA CLASSE**





19.1 Os ativos do Fundo terão seu valor calculado todo dia útil, mediante a utilização da metodologia abaixo referida de apuração do seu valor de mercado.

19.1.1 Os títulos de emissão do Tesouro Nacional e os títulos de emissão do Banco Central do Brasil terão seu valor de mercado apurado conforme a metodologia de avaliação descrita no manual de apreçamento de ativos do Custodiante, cujo teor está disponível a quaisquer Cotistas na sede da Instituição Administradora ou junto ao Custodiante.

19.1.2 O valor de mercado dos Direitos Creditórios será obtido pela apuração dos preços praticados em mercados organizados nas operações realizadas com os mesmos tipos de ativos e que apresentem características semelhantes às das operações realizadas pelo Fundo, levando em consideração volume, coobrigação e prazo.

19.2 Enquanto não houver mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, estes terão seu valor calculado, todo dia útil, pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos em decorrência da valorização obtida conforme taxa de juros e prazos dos respectivos Direitos Creditórios, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.

19.2.1 A metodologia de avaliação dos Direitos Creditórios acima especificada é justificada pelos seguintes fatores:

- i) a inexistência de mercado organizado e ativo para os Direitos Creditórios da carteira do Fundo;
- ii) o Fundo é fechado;
- iii) a intenção de se manterem os Direitos Creditórios na carteira do Fundo até suas respectivas datas de vencimento;
- iv) o Fundo é destinado exclusivamente para Investidores Autorizados; e
- v) todos os Cotistas, ao aderirem aos termos do presente Regulamento, concordaram com a intenção de que os Direitos Creditórios sejam mantidos na carteira do Fundo



até suas datas de vencimento, conforme os respectivos termos de adesão.

19.2.2 Na hipótese de se verificar a existência de um mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, estes passarão a ser avaliados pelo seu valor de mercado, conforme descrito no item 19.1.2 acima.

19.2.3 São elementos que denotam a existência de um mercado ativo de direitos creditórios:

- i) a criação de segmento específico de negociação para tais ativos em bolsa ou em mercado de balcão organizado; e
- ii) a existência de negociações com direitos creditórios em volume igual a no mínimo o total do Patrimônio Líquido investido em direitos creditórios no dia posterior à Data de Subscrição Inicial, com frequência e regularidade, de modo a conferir efetiva liquidez para os direitos creditórios.

19.3 As provisões e as perdas com Direitos Creditórios ou com outros ativos integrantes da carteira do Fundo serão, respectivamente, efetuadas ou reconhecidas utilizando-se como base as faixas de risco definidas na Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do CMN, com exceção dos Direitos Creditórios inadimplidos não pagos após 90 (noventa) dias de seu vencimento, para cujo valor deverá ser constituída provisão para perda de 100% (cem por cento).

19.3.1 Na hipótese de existência de Direitos Creditórios inadimplidos não pagos após 90 (noventa) dias de seu vencimento, a provisão referida no item anterior deverá ser constituída para todos os Direitos Creditórios do mesmo Devedor.

19.4 As Cotas de cada classe terão seu valor calculado todo dia útil.

19.4.1 O valor unitário das Cotas Seniores será o menor dos seguintes valores:

- i) o resultado da divisão do patrimônio líquido do Fundo pelo número de Cotas Seniores; ou



L

- ii) o valor apurado conforme a fórmula de cálculo descrita no Anexo VI deste Regulamento.

19.4.2 O valor unitário das Cotas Subordinadas corresponderá ao resultado da divisão do saldo apurado mediante subtração do valor das Cotas Seniores, apurado na forma do item 19.4.1 acima, do patrimônio líquido do Fundo, pelo número de Cotas Subordinadas.

## 20. DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO

20.1 Constituem encargos do Fundo, além da taxa de administração prevista no item 6 acima:

- i) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- ii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no presente Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- iii) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos condôminos;
- iv) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação da Instituição Administradora;
- v) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;



4

- vii) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de assembléia geral de condôminos;
- viii) taxas de custódia de ativos do Fundo;
- ix) a contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas cotas admitidas à negociação, na hipótese de vir a ser admitida a negociação das cotas do Fundo nesses mercados;
- x) despesas com a contratação de Agência Classificadora de Risco; e
- xi) despesas com profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos condôminos.

20.2 O Gestor deverá manter reserva para pagamentos de despesas e encargos do Fundo, por conta e ordem deste, desde a Data de Subscrição Inicial até a liquidação do Fundo. A Reserva para Despesas e Encargos destinar-se-á exclusivamente ao pagamento dos montantes referentes às despesas e encargos do Fundo, incluindo-se a taxa de administração.

20.3 O Gestor, por conta e ordem do Fundo, deverá segregar Disponibilidades na Reserva para Despesas e Encargos observando que (i) durante o Prazo de Carência, até o 30º (trigésimo) dia útil anterior a data de pagamento de cada despesa ou encargo, e (ii) após o Prazo de Carência, até o 90º (nonagésimo) dia útil anterior a data de pagamento de cada despesa ou encargo, o valor das Disponibilidades segregadas, projetado até tal data de pagamento, deverá ser equivalente a 100% (cem por cento) do valor estimado por ele para a referida despesa ou encargo. Referida estimativa será realizada com base nos valores das despesas ou encargos efetivamente incorridos no mês anterior à constituição da reserva.

20.3.1 Na hipótese de a Reserva de Despesas e Encargos deixar de atender ao limite de enquadramento descrito no item 20.3 acima, o Gestor, por conta e ordem do Fundo, deverá interromper imediatamente a aquisição de novos Direitos Creditórios e destinar todos os recursos do Fundo, em moeda corrente nacional, para a recomposição da Reserva para Despesas e Encargos. O Gestor somente interromperá tal procedimento quando,



conforme o caso, o valor das Disponibilidades seja equivalente a 100% (cem por cento) do valor estimado por ele para a referida despesa ou encargo.

20.4 Quaisquer despesas não previstas no item acima como encargos do Fundo devem correr por conta da Instituição Administradora.

## **21. ASSEMBLÉIA GERAL**

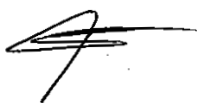
21.1 É da competência da Assembléia Geral:

- i) examinar, anualmente, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Instituição Administradora, em até 4 (quatro) meses contados do encerramento do exercício social;
- ii) alterar o Regulamento;
- iii) deliberar sobre a substituição da Instituição Administradora;
- iv) deliberar sobre a contratação ou substituição de terceiro autorizado para exercer atividade de gestão da carteira do Fundo;
- v) eleger e destituir o(s) representante(s) dos Cotistas, nomeado(s) conforme o 21.4 abaixo;
- vi) deliberar sobre a elevação da taxa de administração praticada pela Instituição Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- vii) deliberar sobre a fusão, incorporação, cisão e prorrogação do prazo de duração do Fundo;
- viii) deliberar sobre a liquidação do Fundo, ressalvadas as hipóteses dos itens (x) e (xi) abaixo;



- ix) deliberar sobre a rescisão e/ou alteração dos termos e condições do Contrato de Cessão;
- x) resolver se Eventos de Avaliação devem ser considerados como um Evento de Liquidação;
- xi) resolver se Eventos de Liquidação devem acarretar a liquidação antecipada do Fundo;
- xii) alterar a remuneração das Cotas Seniores e/ou Cotas Subordinadas;
- xiii) deliberar acerca da substituição da Taxa DI no evento de sua indisponibilidade por período superior a 30 (trinta) dias consecutivos ou por imposição legal;
- xiv) aprovar o aporte adicional de recursos no Fundo para a adoção dos procedimentos referidos no item 13, na forma ali estabelecida;
- xv) aprovar os procedimentos a serem adotados no resgate das Cotas do Fundo em Direitos Creditórios, exclusivamente no hipótese de liquidação antecipada, de acordo com o disposto no item 25.7 abaixo;
- xvi) deliberar sobre a substituição da Agência Classificadora de Risco;
- xvii) deliberar sobre a substituição do Cedente, na qualidade de agente cobrador dos Direitos Creditórios Cedidos e de fiel depositário dos Documentos Comprobatórios relativos aos Direitos Creditórios Cedidos;
- xviii) deliberar sobre novas emissões de Cotas Seniores e/ou Cotas Subordinadas;
- xix) deliberar sobre a amortização das Cotas Seniores; e
- xx) deliberar sobre a amortização das Cotas Subordinadas.

21.2 Os Cotistas Seniores e Subordinados terão direito a voto nas matérias indicadas no item 21.1 acima, observado o disposto abaixo.





21.2.1 Estarão necessariamente sujeitas à aprovação prévia em separado de titulares de mais da metade das Cotas Subordinadas em circulação as deliberações que se refiram a:

- i) alteração da cláusula 9 deste Regulamento, inclusive alteração da Alocação Mínima;
- ii) alteração das cláusulas 10 ou 11 deste Regulamento, que prevêm, respectivamente, as Condições de Cessão e os Critérios de Elegibilidade;
- iii) alteração da Razão Mínima;
- iv) alteração da cláusula 17 deste Regulamento, ou qualquer outro destinado a alterar a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo ou do Anexo VI;
- v) alteração dos cronogramas de amortização das Cotas Seniores e Subordinadas;
- vi) alteração da metodologia de avaliação dos Direitos Creditórios previstos na cláusula 19 deste Regulamento;
- vii) alteração da cláusula 20 deste Regulamento, bem como criação ou aumento de despesas e encargos ordinários do Fundo;
- viii) alteração do item 21.2.1 deste Regulamento, inclusive no que concerne a direito de voto de cada classe e alterações de quoruns;
- ix) criação de novos Eventos de Avaliação e de Liquidação Antecipada do Fundo;
- x) assuntos descritos nos itens (iv), (xvi) e (xx) do item 21.1 acima; e
- xi) alteração de vantagens ou criação de obrigações e deveres para as Cotas Subordinadas.

21.2.2 Deliberações sobre as matérias indicadas nos subitens (v), (ix), (xv) e (xvii) do item 21.1 acima dependerão de aprovação em Assembléia Geral de Cotistas que representem 90% (noventa por cento) das Cotas Seniores em Circulação.



42

21.2.3 Deliberações sobre as matérias indicadas nos subitens (xii), (xiii) e (xiv) do item 21.1 acima dependerão de aprovação em Assembléia Geral que representem 100% (cem por cento) das Cotas Seniores em Circulação e das Cotas Subordinadas em Circulação.

21.2.4 A deliberação relativa às matérias previstas nos subitens (i), (iii) e (vi) a (viii) do item 21.1 acima será tomada em primeira convocação pela maioria das Cotas em Circulação e, em segunda convocação, pela maioria das Cotas dos presentes à Assembléia Geral.

21.2.5 Todas as demais deliberações para as quais não haja previsão expressa neste Regulamento dependerão da aprovação da maioria das Cotas Seniores em Circulação.

21.3 A Assembléia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes dos Cotistas para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos Cotistas.

21.4 Somente pode exercer as funções de representante dos Cotistas pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

- i) ser Cotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Cotistas;
- ii) não ser titular de Cotas Subordinadas;
- iii) não exercer cargo ou função na Instituição Administradora, em seus controladores, em sociedades por eles direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e
- iv) não exercer cargo da administração ou ser empregado do Cedente, ou de seus controladores, diretos ou indiretos.





21.4.1 Os representantes dos Cotistas eventualmente nomeados não farão jus, em nenhuma hipótese, ao recebimento de qualquer remuneração do Fundo, da Instituição Administradora, do Custodiante, do Gestor ou do Cedente para exercer tal função.

21.5 Este Regulamento poderá ser alterado independentemente de deliberação da Assembléia Geral em casos de alterações de dados cadastrais, bem como normas legais e regulamentares vigentes ou de determinação da CVM, hipótese em que deve ser providenciada a ciência aos Cotistas da referida alteração no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da alteração deste Regulamento junto à CVM.

21.6 A convocação de Assembléia Geral será feita pela Instituição Administradora, por meio eletrônico ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista ou pela publicação de edital no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo.


21.7 As cartas de convocação ou correspondências eletrônicas indicarão dia, hora e local em que será realizada a Assembléia Geral e os assuntos a serem tratados.

21.8 A convocação da Assembléia Geral deverá ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, contados da data de publicação do primeiro anúncio ou do envio da carta ou da correspondência eletrônica.

21.9 Não se realizando a Assembléia Geral, deve ser publicado novo anúncio de segunda convocação ou novamente providenciada a expedição aos Cotistas de correspondência eletrônica ou de carta com aviso de recebimento, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

21.10 Para efeito do disposto no item anterior admite-se que a segunda convocação da Assembléia Geral seja providenciada juntamente com a primeira convocação.

21.11 Para os fins dos procedimentos de convocação estabelecidos neste item, investidores que adquiram Cotas Seniores por meio de negociação no mercado secundário e eventualmente mantenham tais Cotas custodiadas junto a outra entidade que não o Custodiante, na qualidade de prestador de serviços de agente escriturador, não serão convocados diretamente pela Instituição Administradora, mas sim por meio da entidade



4

junto à qual estiverem custodiadas as suas Cotas Seniores. Para tanto, a Instituição Administradora informará tempestivamente, a cada uma das entidades junto às quais estejam custodiadas Cotas Seniores do Fundo, sobre a convocação de Assembléia Geral.

21.12 Na hipótese de Cotistas do Fundo contratarem a custódia fungível de suas Cotas junto a entidade diversa daquela contratada pela Instituição Administradora e caso aquela não forneça a relação dos titulares das Cotas por ela custodiadas à Instituição Administradora, esta deverá convocar Assembléia Geral por meio de publicação de edital no periódico referido na cláusula 23 abaixo.

21.13 Independentemente das formalidades previstas neste Regulamento, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os Cotistas.

21.14 Salvo motivo de força maior, a Assembléia Geral será realizada na filial da Instituição Administradora localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, 2.300, 11º andar. Quando a Assembléia Geral não for realizada na filial da Instituição Administradora localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, as comunicações enviadas aos Cotistas devem indicar, com clareza, o local da reunião, que em nenhuma hipótese pode realizar-se fora da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

21.15 Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembléia Geral poderá reunir-se por convocação da Instituição Administradora, a seu exclusivo critério, ou mediante solicitação à Instituição Administradora por Cotistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Cotas emitidas.

21.16 As Assembléias Gerais de Cotistas serão instaladas com a presença de pelo menos um Cotista, correspondendo a cada cota um voto.

21.17 Somente podem votar nas Assembléias Gerais os Cotistas do Fundo, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de um ano. A presidência das Assembléias Gerais de Cotistas caberá sempre à Instituição Administradora.

21.18 Será sempre assegurada a participação da Instituição Administradora em qualquer Assembléia Geral.



21.19 Não terão direito a voto na Assembléia Geral a Instituição Administradora e seus empregados.

21.20 As decisões da Assembléia Geral devem ser divulgadas aos Cotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua realização.

21.21 As deliberações tomadas pelos Cotistas, observados os quoruns de instalação e de deliberação estabelecidos neste Regulamento, serão válidas e eficazes e obrigarão tanto os titulares das Cotas Seniores quanto os titulares das Cotas Subordinadas, quer tenham comparecido à Assembléia Geral, e nela hajam se absterido de votar, inclusive na hipótese de exclusão do direito de voto, ou votado contra, quer não tenham comparecido.

## **22. INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS E PERIÓDICAS**

22.1 A Instituição Administradora deverá prestar, na forma e dentro dos prazos estabelecidos, todas as informações obrigatórias e periódicas constantes do presente item, sem prejuízo de outras previstas neste Regulamento ou na regulamentação pertinente.

22.2 A Instituição Administradora deve informar à CVM, no prazo de 10 (dez) dias após a respectiva ocorrência, a data da primeira integralização de cotas do Fundo.

22.3 A Instituição Administradora deverá informar à CVM, no prazo de 10 (dez) dias após a respectiva ocorrência, a data do encerramento de cada distribuição de cotas.

22.4 A Instituição Administradora, por meio de seu diretor indicado, sem prejuízo do atendimento das determinações estabelecidas na regulamentação em vigor, deve elaborar demonstrativos trimestrais evidenciando:

- i) que as operações praticadas pelo fundo estão em consonância com a política de investimento prevista em seu regulamento e com os limites de composição e de diversificação a ele aplicáveis;
- ii) que as negociações foram realizadas a taxas de mercado; e



- iii) os resultados da verificação do lastro realizada no trimestre anterior por empresa de auditoria, se houver, explicitando, dentre o universo analisado, a quantidade e a relevância dos créditos inexistentes porventura encontrados.

22.4.1 Os demonstrativos referidos no item anterior devem ser enviados à CVM, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contado do encerramento do respectivo período, e permanecer à disposição dos condôminos do Fundo, bem como ser examinados por ocasião da auditoria independente.

22.5 A Instituição Administradora deve divulgar, anualmente, no periódico referido na cláusula 23 abaixo, além de manter disponíveis em sua sede e agência(s) e nas instituições que coloquem cotas desse, o valor do patrimônio líquido do Fundo, o valor das cotas de cada classe, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, a Razão Mínima, e o último relatório da(s) agência(s) classificadora(s) de risco contratada(s) pelo Fundo.

22.5.1 A divulgação das informações previstas acima pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódicos de ampla veiculação, observada a responsabilidade do administrador designado nos termos do artigo 8º da Instrução CVM nº 356/01, pela regularidade na prestação dessas informações.

22.6 A Instituição Administradora é obrigada a divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, de modo a garantir a todos os condôminos acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo, se for o caso.

22.6.1 Os exemplares de qualquer comunicação relativa ao Fundo divulgada a terceiros ou condôminos deverão ser enviados simultaneamente à CVM.

22.6.2 Sem prejuízo de outras ocorrências relativas ao Fundo, considera-se fato relevante a alteração da classificação de risco das cotas do Fundo ou dos Direitos Creditórios Cedidos e demais ativos integrantes da respectiva carteira.



1

22.6.3 A divulgação das informações previstas acima deve ser feita por meio de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo e mantida disponível para os condôminos na sede e agência(s) da Instituição Administradora e nas instituições que coloquem cotas do Fundo.

22.7 A Instituição Administradora deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos condôminos, em sua sede e dependências, informações sobre:

- i) o número de cotas de propriedade de cada um e o respectivo valor;
- ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e
- iii) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios e demais ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

22.8 As demonstrações financeiras anuais do Fundo serão auditadas por auditor independente registrado na CVM e estarão sujeitas às normas contábeis expedidas pela CVM. Enquanto a CVM não editar tais normas, aplicam-se ao Fundo as disposições do COSIF.

22.8.1 O Fundo terá escrituração contábil própria.

22.8.2 O exercício social do Fundo tem, exceto no ano de sua constituição, duração de um ano, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano.

22.8.3 A Instituição Administradora deve colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, e deverá remetê-las à CVM mediante o Sistema CVMWeb, observados os seguintes prazos máximos:

- i) de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- ii) de 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.



6

22.9 A Instituição Administradora deve enviar informe mensal à CVM, observando o prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento de cada mês do calendário civil, com base no último dia útil daquele mês, as seguintes informações relativas ao Fundo:

- i) saldo das aplicações;
- ii) valor do patrimônio líquido;
- iii) rentabilidade apurada no período;
- iv) valor das cotas e quantidades em circulação;
- v) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios, abrangendo, inclusive, dados e comentários sobre o desempenho esperado e o realizado;
- vi) posições mantidas em mercados de derivativos; e
- vii) número de Cotistas.

22.10 No prazo máximo de 10 (dez) dias contados de sua ocorrência, devem ser protocolados na CVM, pela Instituição Administradora, os documentos correspondentes aos seguintes atos relativos ao Fundo:

- i) alteração deste Regulamento;
- ii) substituição da Instituição Administradora;
- iii) incorporação;
- iv) fusão;
- v) cisão; e
- vi) liquidação.





22.11 A Instituição Administradora deverá comunicar e enviar cópia à Agência Classificadora de Risco, em até 5 (cinco) dias da ocorrência, de qualquer alteração ao Regulamento.

## **23. PUBLICAÇÕES**

23.1 Todas as publicações mencionadas neste Regulamento serão feitas inicialmente no jornal “Valor Econômico”, da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

23.2 A Instituição Administradora poderá, a seu exclusivo critério, sem a necessidade de convocação de Assembléia Geral e alteração do presente Regulamento, alterar o periódico utilizado para efetuar as publicações relativas ao Fundo, devendo, nesse caso, informar previamente os Cotistas sobre essa alteração.

## **24. LIQUIDAÇÃO DO FUNDO**

24.1 O prazo de duração do Fundo será encerrado, ordinariamente, no último dia do 60º (sexagésimo) mês, contado a partir da Data de Subscrição Inicial. Em tal caso, após o pagamento das despesas e encargos do Fundo, será pago aos titulares de Cotas Seniores, se o patrimônio do Fundo assim permitir, o valor apurado conforme o item 19.4.1 acima, na data de encerramento do Fundo. O total do eventual excedente, após o pagamento aos titulares das Cotas Seniores, será pago aos titulares de Cotas Subordinadas, conforme a quantidade de cotas respectiva, e de acordo com o procedimento de liquidação descrito abaixo.

24.2 O procedimento de liquidação do Fundo não poderá ter prazo de duração superior a 12 (doze) meses após a data de encerramento do prazo de duração do Fundo. Caso no último dia útil do prazo de liquidação do Fundo, a totalidade das Cotas Subordinadas ainda não tenha sido resgatada mediante pagamento em moeda corrente nacional, as Cotas Subordinadas poderão ser resgatadas em Direitos Creditórios Cedidos integrantes da carteira do Fundo, de acordo com o procedimento descrito no item 25.7 e subitens abaixo.



## 25. EVENTOS DE AVALIAÇÃO E DE LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA

25.1 São considerados Eventos de Avaliação do Fundo quaisquer das seguintes ocorrências:

- i) rebaixamento da classificação de risco inicial das Cotas Seniores em 2 (dois) ou mais sub-níveis, considerando-se a tabela da Agência Classificadora de Risco;
- ii) renúncia da Instituição Administradora à administração do Fundo, nos termos da cláusula 8 acima;
- iii) inobservância pela Instituição Administradora de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento, verificada pelo Custodiante ou pelo representante dos condôminos, desde que, notificada por qualquer deles para sanar ou justificar o descumprimento, a Instituição Administradora não o fizer no prazo de 2 (dois) dias úteis contado do recebimento da referida notificação;
- iv) inobservância pelo Custodiante dos deveres e das obrigações previstas no Contrato de Custódia, desde que, se notificado pela Instituição Administradora ou pelo Cedente para sanar ou justificar o descumprimento, o Custodiante não o fizer no prazo de 2 (dois) dias úteis contado do recebimento da referida notificação;
- v) inobservância pelo Cedente de seus deveres e obrigações como responsável pela cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos, nos termos previstos no Contrato de Cessão, desde que, se notificado pelo o Custodiante ou pela Instituição Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, o Cedente não o fizer no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado do recebimento da referida notificação;
- vi) aquisição pelo Fundo de Direitos Creditórios em desacordo com as Condições de Cessão ou os Critérios de Elegibilidade estabelecidos nos itens 10 e 11 acima, respectivamente;
- vii) não pagamento, em até 2 (dois) dias, contados de cada Data de Amortização de Cotas Seniores, do valor integral da amortização programada de qualquer Cota Sênior;





- viii) amortização de Cotas Subordinadas em desacordo com o disposto neste Regulamento;
- ix) resilição ou rescisão do Contrato de Custódia, ou do contrato de guarda dos documentos que amparam os Direitos Creditórios Cedidos, se houver;
- x) caso a Agência Classificadora de Risco não divulgue a atualização trimestral da classificação de risco referente às Cotas Seniores por prazo igual ou superior a 60 (sessenta) dias do término do respectivo período;
- xi) renúncia do Custodiante ou do Gestor;
- xii) caso a Taxa DI seja maior ou igual a 130% (cento e trinta por cento) da Taxa DI do dia útil imediatamente anterior;
- xiii) ocorrência dos eventos a seguir relacionados:
  - a) modificação do controle acionário do Cedente;
  - b) comprovação de que o Cedente tenha dolosamente oferecido ao Fundo Direitos Creditórios em desacordo com as Condições de Cessão e/ou os Critérios de Elegibilidade;
  - c) caso se verifique falha ou falsidade em quaisquer das declarações prestadas pelo Cedente ao Fundo quando da cessão dos Direitos Creditórios Cedidos, que possa comprometer negativamente a boa ordem legal, administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Cotas Seniores;
  - d) criação de novos tributos, elevação das alíquotas já existentes ou modificação de suas bases de cálculo, que possa comprometer negativamente a boa ordem legal, administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Cotas Seniores;



- e) caso o Cedente, qualquer de suas controladas e/ou controladoras diretas se encontre inadimplente no cumprimento de qualquer obrigação pecuniária e/ou tenha sido declarado o vencimento antecipado de qualquer dos negócios acima referidos, cujo valor unitário ou total seja igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, excetuados os que tenham sido objeto de medida judicial adequada para anulação ou sustação de seus efeitos;
- f) caso tenham sido apresentados para protesto ou tenham sido protestados títulos emitidos pelo Cedente ou sacados contra o Cedente, suas controladas e/ou controladoras diretas, cujo valor unitário ou total seja igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, excetuados os que tenham sido objeto de medida judicial adequada para anulação ou sustação de seus efeitos;
- g) caso o Cedente deixe de atender aos valores mínimos de capital e patrimônio líquido ajustado definidos pelas normas do Banco Central do Brasil e do Conselho Monetário Nacional;
- h) caso seja ajuizada contra o Cedente, suas controladoras diretas ou contra qualquer controlada, ação ou conjunto de ações de execução para pagamento de quantia certa, incluindo as execuções fiscais, cujo valor seja superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais);
- i) caso ocorra a efetivação de arresto ou de penhora de bens do Cedente, de suas controladoras ou controladas, de valor superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), considerados individualmente ou em conjunto;
- j) modificação da política de concessão de crédito adotada pelo Cedente na data de assinatura do Contrato de Cessão;
- k) descumprimento pelo Cedente de qualquer de suas obrigações estabelecidas no Contrato de Cessão e nos demais documentos relacionados ao Fundo do qual seja parte, desde que tal descumprimento não seja devidamente regularizado ou justificado dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis contado do



envio, pela Instituição Administradora, de notificação, por escrito, informando a ocorrência do respectivo evento; ou

- xiv) ocorrência de qualquer ato ou fato que imponha restrição à alienação dos Direitos Creditórios de titularidade do Cedente;
- xv) caso, no relatório de verificação a ser elaborado pelo Custodiante ou por empresa de auditoria contratada, constem inexatidões ou incongruências em relação às informações fornecidas pelo Cedente com relação a 5% (cinco por cento) ou mais dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo desde a última verificação;
- xvi) caso, em cada Data de Verificação, os Direitos Creditórios Cedidos vencidos e não pagos até o prazo de 30 (trinta) dias atinjam percentual superior a (a) 10% (dez por cento) em relação ao Patrimônio Líquido, ou (b) 50% (cinquenta por cento) ao total de Direitos Creditórios cedidos pelo mesmo Devedor;
- xvii) caso a Instituição Administradora entenda que há uma situação de risco relevante em potencial para o Fundo não prevista neste Regulamento;
- xviii) caso o Fundo deixe de estar enquadrado na política de investimento prevista na cláusula 9 acima, ou na Alocação Mínima, por período superior a 10 (dez) dias úteis consecutivos;
- xix) aquisição de Direitos Creditórios após o término do Prazo de Carência;
- xx) desenquadramento da Razão Mínima de Garantia por prazo superior a 60 (sessenta) dias ;
- xxi) inobservância da Reserva para Despesas e Encargos por prazo superior a 10 (dez) dias; e
- xxii) caso, imediatamente após o término do Período de Adaptação, o Fundo não observe o Limite Individual de Concentração de 7% (sete por cento) e/ou o percentual máximo de concentração em Direitos Creditórios do setor sucro-alcooleiro, similares ou derivados não seja igual ou inferior a 70% (setenta por cento).



25.1.1 Sem prejuízo do disposto no item 25.1.2 abaixo, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, o Gestor interromperá os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios e a Instituição Administradora convocará imediatamente a Assembléia Geral, a qual decidirá se tal Evento de Avaliação deve ser considerado como um Evento de Liquidação do Fundo.

25.1.2 Caso a Assembléia Geral de que trata o item acima delibere que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de Liquidação do Fundo, a Assembléia Geral deliberará sobre os procedimentos envolvendo a liquidação do Fundo, que serão levados a efeito pela Instituição Administradora, observado ainda o disposto no item 10.4 acima, em caso de deliberação sobre a hipótese prevista no item 25.1 (xxii) retro.

25.1.3 Caso o Evento de Avaliação não dê causa à liquidação antecipada do Fundo, o Gestor reiniciará o processo de aquisição de Direitos Creditórios sem prejuízo da implementação de eventuais ajustes aprovados pelos Cotistas na Assembléia Geral.

25.1.4 O direito ao recebimento de qualquer pagamento de amortização para os titulares das Cotas Subordinadas ficará suspenso durante o período compreendido entre a data de ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação até (i) a data da deliberação pela Assembléia Geral de que o referido Evento de Avaliação não dá causa à liquidação antecipada do Fundo, independentemente da implementação de eventuais ajustes aprovados pelos Cotistas na referida Assembléia Geral ou (ii) a data em que todos os valores devidos aos Cotistas titulares de Cotas Seniores tiverem sido integralmente pagos pelo Fundo, caso se decida na referida Assembléia Geral pela liquidação antecipada do Fundo.

25.2 Será convocada Assembléia Geral para deliberar sobre a liquidação antecipada do Fundo na ocorrência de qualquer das hipóteses abaixo indicadas:

- i) inobservância, por 5 (cinco) dias úteis consecutivos, da Razão Mínima;
- ii) impossibilidade de aquisição de Direitos Creditórios que preencham as Condições e os Critérios de Elegibilidade;



- iii) pedido ou decretação de falência, intervenção, liquidação extrajudicial, regime especial de administração temporária ou regimes semelhantes com relação (a) ao Cedente; e/ou (b) à Instituição Administradora; e/ou (c) ao Gestor; e/ou (d) a quaisquer sociedades controladoras diretas das pessoas referidas anteriormente;
- iv) resilição ou rescisão do Contrato de Custódia sem a conseqüente substituição por nova instituição prestadora desse serviço no prazo de 30 (trinta) dias;
- v) se for deliberado que um Evento de Avaliação constitui Evento de Liquidação;
- vi) destituição da Instituição Administradora por decisão da Assembléia Geral ou sua renúncia sem substituição de acordo com os procedimentos estabelecidos nos subitens 8.2 e 8.4 acima;
- vii) se a Assembléia Geral não chegar a acordo comum referente à substituição da Taxa DI, na ausência de sua apuração e/ou divulgação por prazo superior a 30 (trinta) dias corrido ou, ainda, no caso de sua extinção por imposição legal; e
- viii) resilição ou rescisão do Contrato de Cessão.

25.3 Na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Liquidação, a Instituição Administradora imediatamente notificará tal fato aos Cotistas e o Gestor interromperá a aquisição de Direitos Creditórios.

25.4 Na hipótese de (i) não instalação da Assembléia Geral por falta de *quorum*, ou (ii) aprovação pelos Cotistas sobre a liquidação antecipada do Fundo, a Instituição Administradora deverá iniciar os procedimentos referentes à liquidação do Fundo.

25.5 Na hipótese de a Assembléia Geral deliberar pela não liquidação antecipada do Fundo, será concedido aos Cotistas Seniores que não concordarem com a decisão, o resgate antecipado de suas cotas, conforme regras a serem definidas na Assembléia Geral. Em qualquer hipótese, os cotistas dissidentes deverão, desde que o Fundo tenha recursos disponíveis, ter suas cotas resgatadas em, no máximo, 90 (noventa) dias contados da data da Assembléia Geral e as respectivas cotas não serão resgatadas em Direitos Creditórios. Caso o Fundo não disponha de recursos para efetivar o resgate solicitado pelos cotistas



4

dissidentes, o Gestor deverá vender Direitos Creditórios, durante o prazo de 90 (noventa) dias indicado acima, em montante suficiente para realizar os resgates. Caso após referido prazo ainda haja Cotas Seniores cujo resgate foi solicitado ainda não resgatadas, o Gestor deverá interromper o procedimento de aquisição de Direitos Creditórios e direcionar os recursos recebidos pelo Fundo para o resgate solicitado pelos cotistas dissidentes. Os valores dos resgates antecipados dos cotistas dissidentes corresponderão ao valor da Cota Sênior do dia útil do pagamento, calculado na forma do item 19.4.1 acima.

25.6 Caso a Assembléia Geral delibere a liquidação antecipada do Fundo, todas as cotas do Fundo serão resgatadas, observados os seguintes procedimentos:

- i) o Gestor não adquirirá mais Direitos Creditórios e outros ativos para o Fundo; todos os recursos em moeda corrente serão utilizados para o resgate das cotas;
- ii) as Cotas Seniores terão prioridade no resgate sobre as Cotas Subordinadas; portanto, todos os recursos disponíveis no patrimônio do Fundo serão prioritariamente alocados para o resgate das Cotas Seniores, de forma *pro rata* e mediante a observância de igualdade de condições entre todas as Cotas Seniores; e
- iii) as Cotas Subordinadas somente serão resgatadas após o resgate integral de todas as Cotas Seniores, sendo então pago a cada Cota Subordinada o valor correspondente à fração respectiva no eventual saldo remanescente do patrimônio do Fundo até o limite do valor das Cotas Subordinadas, calculado conforme o item 19.4.2 acima.

25.6.1 Com o intuito de racionalização do procedimento de resgate de cotas descrito no item anterior, a Instituição Administradora poderá postergar pagamentos aos Cotistas até que o total de recursos disponíveis seja equivalente ao mínimo de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), exceto na hipótese de o valor dos recursos disponíveis já ser suficiente para o integral resgate das Cotas Seniores e/ou Subordinadas.

25.7 Caso no último dia útil do prazo definido na Assembléia Geral que deliberou a liquidação antecipada do Fundo, a totalidade das Cotas Seniores ainda não tenha sido resgatada mediante pagamento em moeda corrente nacional, as Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas em circulação poderão ser resgatadas em Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo.



25.7.1 Qualquer entrega de Direitos Creditórios para fins de pagamento de resgate aos titulares de Cotas do Fundo será realizada mediante a utilização de procedimento de rateio, considerando o número de Cotas detido por cada Cotista na ocasião e observados os procedimentos definidos nesta cláusula 25.

25.7.2 Antes da implementação de qualquer procedimento referente à entrega de Direitos Creditórios aos Cotistas do Fundo, o Cedente terá a faculdade de, a seu exclusivo critério, adquirir, em moeda corrente nacional, parte ou a totalidade dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, até o 3º (terceiro) dia útil imediatamente anterior ao término do prazo para resgate antecipado, por preço no mínimo equivalente ao valor presente dos Direitos Creditórios Cedidos.

25.8 A liquidação do Fundo será gerida pela Instituição Administradora, observado o que dispõe este Regulamento ou o que for deliberado na Assembléia Geral.

## 26. ORDEM E APLICAÇÃO DE RECURSOS

26.1 A partir da primeira Data de Subscrição Inicial e até o término do Prazo de Carência, sempre preservada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, o Gestor obriga-se, por meio dos competentes débitos e créditos realizados nas contas correntes de titularidade do Fundo, a alocar os recursos decorrentes da integralização das Cotas e do recebimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo, na seguinte ordem:

- i) no pagamento dos encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos deste Regulamento e da legislação aplicável;
- ii) no provisionamento e na criação da Reserva para Despesas e Encargos; e
- iii) no pagamento do preço de aquisição dos Direitos Creditórios, em moeda corrente nacional, e dos demais ativos que vierem a integrar a carteira do Fundo, de acordo com a sua política de investimento.



26.2 A partir do término do Prazo de Carência, desde que observado o disposto no item 9.2 acima, o Gestor obriga-se a alocar os recursos decorrentes da integralização das Cotas e do recebimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo, na seguinte ordem:

- i) no pagamento dos encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos deste Regulamento e da legislação aplicável;
- ii) no provisionamento e na criação da Reserva para Despesas e Encargos;
- iii) na amortização das Cotas Seniores, observados os termos e as condições do Regulamento; e
- iv) na amortização de Cotas Subordinadas, observados os limites, os termos e as condições deste Regulamento.

26.2.1 Os valores recebidos a título de pagamento antecipado de Direitos Creditórios, ou que tenham sido pagos após a data de vencimento, deverão ser alocados, exclusivamente, nos termos dos itens (i), (ii) e (iii) acima, caso haja Cotas Seniores em circulação. Caso não haja mais Cotas Seniores em circulação, os recursos deverão ser alocados nos termos dos itens (i), (ii) e (iv) acima.

## **27. DISPOSIÇÕES GERAIS**

27.1 Para fins do disposto neste Regulamento considera-se o correio eletrônico como uma forma de correspondência válida nas comunicações entre a Instituição Administradora, o Custodiante, o Gestor, o Cedente e os Cotistas.

27.2 Para efeitos do disposto nesse Regulamento, entende-se por dia útil qualquer dia que não seja sábado, domingo ou dias declarados como feriados de âmbito nacional. Caso as datas em que venham a ocorrer eventos nos termos deste Regulamento não forem dia útil, conforme definição deste item considerar-se-á como a data do referido evento o dia útil imediatamente seguinte.







27.3 Fica eleito o foro da Justiça Federal da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer ações nos processos jurídicos relativos ao Fundo ou quaisquer questões oriundas do presente Regulamento.

São Paulo, 22 de janeiro de 2009.



VITOR HUGO DOS SANTOS PINTO  
Gerente Operacional  
Matr. 081.368-0  
GEFES/MZ/SP  
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL  
Vice-Presidência de Gestão de Ativos de Terceiros

ROBERTO CARLOS MADOGLO  
Gerente Nacional  
Matr. 056.468-8  
GEFES/MZ/SP  
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

349 OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS - CERQUEIRA CÉSAR - SÃO PAULO/SP  
RUA ADOLFO JOSE BASTOS DA CUNHA - OFICINA  
RUA DE CASCA 1312 - CEP. 05502-202 - FONE (011) 3114-1433 FAX (011) 3114-1434 E-MAIL: rcp@ceja.com.br

Reconheço por semelhança as firmas de: ROBERTO CARLOS MADOGLO e VITOR HUGO DOS SANTOS PINTO, em documento com valor econômico, dou fé.  
São Paulo, 22 de Janeiro de 2009. Cod.: 20064790138160013369  
da Verdade.

Testemunho  
  
Simone Russo de Oliveira  
Escrivente Autorizada

Simone Russo de Oliveira  
Escrivente Autorizada

## ANEXO I

*Este Anexo é parte integrante do Regulamento do "Banif Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Agro I" constituído em 30 de abril de 2008, pela Caixa Econômica Federal.*

### GLOSSÁRIO DOS PRINCIPAIS TERMOS E EXPRESSÕES UTILIZADOS NO REGULAMENTO DO "BANIF FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS AGRO I"

Agência Classificadora de Risco	Fitch Ratings Brasil Ltda., sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Rio Branco, 89, sala 1302 13º andar, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.813.375/0001-33, ou quem vier a lhe suceder.
Alocação Mínima	Percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido do Fundo a ser mantido em Direitos Creditórios após 90 (noventa) dias do início de suas atividades.
Amortização Compulsória	Amortização compulsória e antecipada das Cotas Seniores, exclusivamente para fins de enquadramento do patrimônio do Fundo (i) à Razão Mínima e/ou (ii) à Alocação Mínima.
Assembléia Geral	Assembléia geral de cotistas do Fundo.
Auditor	KPMG Auditores Independentes, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 33, 13º andar,



inscrita no CNPJ sob o nº 57.755.217/0001-29.

Aviso de Desenquadramento

Correspondência a ser enviada pela Instituição Administradora ao Cedente na hipótese de desenquadramento da Razão Mínima por 2 (dois) dias úteis consecutivos, na forma do Anexo IV do Regulamento.

BBM

Bolsa Brasileira de Mercadorias.

CDAWA

Certificado de Depósito Agropecuário e Warrant Agropecuário, conforme disciplinado pela Lei nº 11.076/04, e demais disposições legais pertinentes.

CDCA

Certificado de Direito Creditório do Agronegócio, conforme disciplinado pela Lei nº 11.076/04, e demais disposições legais pertinentes.

Cedente

Banif Banco de Investimento (Brasil) S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Minas de Prata, nº. 30, 15º andar, Vila Olímpia, inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.753.740/0001-58, (i) cedente dos Direitos Creditórios ao Fundo, (ii) contratado pelo Fundo, com a anuência do Custodiante, como fiel depositário dos Documentos Comprobatórios e (iii) contratado pelo Fundo, como agente cobrador dos Direitos Creditórios Cedidos.



CETIP	Câmara de Custódia e de Liquidação.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
Comitê de Crédito	Comitê de Crédito do Cedente, composto por membros definidos pelo presidente do Cedente, e que se reúne semanalmente para analisar a concessão de limite de crédito para grupo econômico ou empresa.
Condições de Cessão	Requisitos dos Direitos Creditórios a serem cedidos ao Fundo pelo Cedente, estabelecidos no item 10.1 do Regulamento, cuja observância é de exclusiva responsabilidade do Cedente.
Contrato de Cessão	Contrato de promessa de cessão de direitos creditórios por meio do qual o Cedente prometerá ceder Direitos Creditórios originários de CPR, CDCA, LCA, CRA e CDAWA.
Contrato de Cobrança	Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança e Outras Avenças, celebrado entre o Cedente e o Fundo, com interveniência do Custodiante.
Contrato de Custódia	Contrato firmado entre o Fundo e o Banco do Brasil S.A., como custodiante, com a interveniência do Cedente, que contém descrição dos serviços a serem prestados pelo custodiante ao Fundo.
Control Union	Control Union Warrants Ltda., sociedade com sede no Município de São Paulo,




Estado de São Paulo, na Avenida  
Brigadeiro Faria Lima, 1485, Centro  
Empresarial Mário Garneiro - Torre Norte  
- 7º andar, e inscrita no CNPJ/MF sob o nº  
04.237.030/0001-77.

COSIF

Plano Contábil das Instituições do Sistema  
Financeiro Nacional, editado pelo Banco  
Central do Brasil.

Cotas

Correspondem a frações ideais do  
patrimônio do Fundo e não são  
resgatáveis, exceto por ocasião da  
liquidação do Fundo, sendo admitida sua  
amortização conforme o disposto no  
Regulamento ou por decisão da  
Assembléia Geral. As cotas do Fundo são  
divididas em duas classes, sênior e  
subordinada.

Cotas Seniores

São aquelas que não se subordinam às  
demais para efeito de amortização, resgate  
e distribuição dos rendimentos da carteira  
do Fundo.

Cotas Seniores em Circulação

A totalidade das Cotas Seniores emitidas,  
excetuadas as Cotas Seniores que  
eventualmente, por qualquer motivo, se  
encontrem em tesouraria, ou que sejam  
pertencentes aos diretores, conselheiros ou  
acionistas do Cedente e/ou das Partes  
relacionadas ao Cedente.

Cotas Subordinadas

São aquelas que se subordinam às Cotas  
Seniores para efeito de amortização,



	resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo.
Cotista	São as pessoas físicas ou jurídicas titulares de Cotas Seniores ou de Cotas Subordinadas.
Cotecna	Cotecna Serviços Ltda., sociedade com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Vergueiro, 2016, 11º andar, cj. 112, e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 53.174.983/0001-49.
CPR	Cédula de Produto Rural, conforme disciplinada pela Lei nº 8.929/94, e por outras disposições legais pertinentes, exclusivamente na modalidade financeira.
CRA	Certificado de Recebíveis do Agronegócio, conforme disciplinado pela Lei nº 11.076/04, e por outras disposições legais pertinentes.
Crerios de Elegibilidade	São as características necessrias dos Direitos Creditrios para que sejam passveis de aquisio pelo Fundo, cuja observncia dever ser verificada pelo Custodiante nos termos da clusula 10 do Regulamento e conforme determinao do artigo 38, II, da Instruo CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001.
Custodiante	Banco do Brasil S.A., instituio financeira com sede na Cidade de Braslia, Distrito Federal, na SBS, quadra 1, bloco




G, Edifício sede III, inscrito no CNPJ/MF sob nº 00.000.000/0001-91, ou quem vier a lhe suceder.

CVM

Comissão de Valores Mobiliários.

Data de Amortização Programada

Data de amortização das Cotas Seniores, nos termos do item 18.1 acima.

Data de Subscrição Inicial

Data da primeira subscrição e integralização de Cotas do Fundo.

Data de Verificação

Último dia útil de cada mês, em que a Instituição Administradora verificará a inadimplência da carteira de Direitos Creditórios do Fundo.

Devedores

Pessoas físicas ou jurídicas, devedoras dos CPR, CDCA, LCA, CRA e CDAWA.

Direitos Creditórios

São direitos de crédito de titularidade legítima e exclusiva do Cedente, advindos de CPR, CDCA, LCA, CRA e CDAWA originados de negócios realizados entre produtores rurais, cooperativas e terceiros, relacionados à produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos ou insumos agropecuários, ou de máquinas e implementos utilizados na atividade agropecuária.

Direitos Creditórios Cedidos

São os Direitos Creditórios cedidos pelo Cedente ao Fundo por meio da celebração do Termo de Cessão.



Disponibilidades	Compreendem (i) caixa; (ii) depósitos bancários à vista; (iii) numerário em trânsito; e (iv) aplicações de liquidez imediata.
Documentos Comprobatórios	São as cédulas dos CPR, CDCA, LCA, CRA e CDAWA que representam os Direitos Creditórios Cedidos.
EBW	Empresa do Brasil de Warrant S.A., sociedade com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Estela, 515, Bloco E, Conj. 201/202 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.759.386/0001-08.
Eventos de Avaliação	Aqueles definidos no item 25.1 deste Regulamento, cuja ocorrência enseja a interrupção dos procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios bem como convocação imediata de Assembleia Geral, a qual decidirá se tal Evento de Avaliação deve ser considerado como Evento de Liquidação.
Eventos de Liquidação	Aqueles definidos no item 25.2 deste Regulamento, cuja ocorrência enseja a convocação de Assembleia Geral para deliberar sobre a liquidação antecipada do Fundo, bem como a imediata notificação do fato aos cotistas e a interrupção da aquisição de Direitos Creditórios.
Gestor	Banif Nitor Asset Management S.A., instituição autorizada pela CVM a gerir carteiras de fundo de investimentos, com






	sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Minas de Prata, nº 30 – 10º andar, inscrito no CNPJ sob nº 02.579.359/0001-90, ou quem vier a lhe suceder.
FGC	Fundo Garantidor de Créditos.
Fundo	Banif Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Agro I.
Instituição Administradora	Caixa Econômica Federal, instituição financeira sob a forma de empresa pública, regendo-se, atualmente, pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 6.132, de 22 de junho de 2007, autorizada pela CVM a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, com sede em Brasília, Distrito Federal, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.360.305/0001-04.
Instituições Autorizadas	Banif Banco de Investimento (Brasil) S.A. ou instituição financeira avaliada pela Fitch Ratings Brasil Ltda. com <i>rating</i> nacional de longo prazo igual ou superior a “AA(bra)”.
Investidores Autorizados	Investidores qualificados, conforme definidos pelo artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, bem como fundos de investimento em cotas classificados como “Renda Fixa” e “Multimercado”, de acordo com o artigo 112, parágrafo 5º, da Instrução CVM nº




409/04.

Instituição Líder

Banif Banco de Investimento (Brasil) S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Minas de Prata, nº. 30, 15º andar, Vila Olímpia, inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.753.740/0001-58.

LCA

Letra de Crédito do Agronegócio, conforme disciplinado pela Lei nº 11.076/04, e por outras disposições legais pertinentes.

Limite Individual de Concentração

Percentual máximo de concentração por Devedor calculado em relação ao Patrimônio Líquido, conforme previsto nos itens 9.10 e 9.10.2.

Novas Distribuições

Novas distribuições de Cotas do Fundo, deliberadas pela Instituição Administradora nos termos do item 15.2.2 do Regulamento.

Partes Relacionadas

Em relação a qualquer pessoa jurídica, (i) as pessoas jurídicas controladoras de tal pessoa jurídica; (ii) as sociedades direta ou indiretamente controladas por tal pessoa jurídica; (iii) as sociedades coligadas com tal pessoa jurídica; e/ou (iv) sociedades sob o mesmo controle que tal pessoa jurídica.

Período de Adaptação

Período de 210 (duzentos e dez) dias contados da Data de Subscrição Inicial.



Plantum	Plantum Colonizadora, Empreendimentos Rurais e Agropecuária Ltda., sociedade com sede no Município de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua João Negrão, nº 731, 6º andar, conjuntos 611 e 612, e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 77.175.636/0001-07.
Prazo de Carência	Prazo de carência de amortização das Cotas Seniores, de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da Data de Subscrição Inicial.
Primeira Distribuição	Primeira distribuição de Cotas do Fundo.
Razão Mínima	Relação mínima entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores em Circulação, que será equivalente a 182% (cento e oitenta e dois por cento), ressalvado durante o Período de Adaptação, conforme disposto no item 16.3.6 acima.
Razão Mínima de Garantia	Relação mínima entre o valor do bem dado em garantia ao respectivo título que suporta os Direitos Creditórios e o valor total dos Direitos Creditórios daquele título adquirido pelo Fundo, que deverá corresponder a, no mínimo, 110% (cento e dez por cento).
Regulamento	Regulamento do Fundo.



43.

Reserva para Despesas e Encargos	Reserva mantida pelo Gestor para pagamentos de despesas e encargos do Fundo, por conta e ordem deste, desde a Data de Subscrição Inicial até a liquidação do Fundo, calculada nos termos do item 20.3 do Regulamento.
Rural	Rural Monitoramento Ltda., sociedade com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Porto Martins, 546 –CJ 04, e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.159.916/0001-09.
Schutter	Schutter do Brasil Ltda., sociedade com sede no Município de São Francisco do Sul, Estado de Santa Catarina, na Rua Fernandes Dias, 194, Centro, e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.639.662/0001-02.
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia.
SGS	SGS do Brasil Ltda., sociedade com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas nº. 11.633, 4º andar, e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.182.809/0001-30.
Taxa DI	Taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, over Extra-Grupo, calculadas e divulgadas pela CETIP, base 252 Dias Úteis. Taxa flutuante, baseada em operações de troca de reservas no âmbito do mercado interfinanceiro.




Termo de Cessão

Instrumento mediante o qual os Direitos Creditórios são cedidos ao Fundo pelo Cedente, devendo ser elaborado de acordo com o modelo do Anexo III do Contrato de Cessão.

Terreri

Terreri Avaliação e Consultoria Rural, sociedade com sede no Município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, na Rua Ceará, nº 2766, Jardim Paulistano, e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 74.493.594/0001-56.



## ANEXO II

*Este Anexo é parte integrante do Regulamento do “Banif Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Agro I” constituído em 30 de abril de 2008, pela Caixa Econômica Federal.*

### **DESCRIÇÃO DOS PROCESSOS DE ORIGEM DOS DIREITOS CREDITÓRIOS, DA NATUREZA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS E DOS INSTRUMENTOS JURÍDICOS, CONTRATOS OU OUTROS DOCUMENTOS REPRESENTATIVOS DO CRÉDITO**

#### **1. Natureza**

1.1 Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são advindos de CPR, CDCA, LCA, CRA e CDAWA originados de negócios realizados entre produtores rurais, cooperativas e terceiros, relacionados à produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos ou insumos agropecuários, ou de máquinas e implementos utilizados na atividade agropecuária.

1.2 CDCA, LCA e CRA, nos termos da Lei nº 11.076/04, são títulos de crédito nominativos, de livre negociação, representativos de promessa de pagamento em dinheiro e constituem título executivo extrajudicial. CDCA é título de emissão exclusiva de cooperativas de produtores rurais e de outras pessoas jurídicas que exerçam a atividade de comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos e insumos agropecuários ou de máquinas e implementos utilizados na produção agropecuária. Por sua vez, LCA é título de emissão exclusiva de instituições financeiras públicas ou privadas. Já CRA é título de emissão exclusiva de companhias securitizadoras de direitos creditórios do agronegócio.

1.3 CDAWA, nos termos do art. 1º e seguintes da Lei nº 11.076/04, é composto por: (i) CDA, que é título de crédito representativo de promessa de entrega de produtos agropecuários, seus derivados, subprodutos e resíduos de valor econômico, depositados em conformidade com a Lei no 9.973, de 29 de maio de 2000; e (ii) WA, que confere direito de penhor sobre o CDA correspondente, assim como sobre o produto nele descrito. O CDA e o WA são títulos unidos, emitidos simultaneamente pelo depositário, a pedido do



depositante, podendo ser transmitidos unidos ou separadamente, mediante endosso, e constituem título executivo extrajudicial.

1.4 CPR é cédula representativa de promessa de entrega de produtos rurais, sendo emitida por produtor rural e suas associações, inclusive cooperativas, nos termos da Lei nº 8.929/94. O Fundo somente adquirirá CPRs na modalidade financeira.

## 2. Processo de Origem

2.1 As operações de agronegócio podem ser originadas por meio de um consultor externo, ou diretamente pelo Devedor, que emite o título do agronegócio para o Cedente, que posteriormente o transferirá para o Fundo, uma vez atendidas as Condições de Cessão e os Critérios de Elegibilidade. Para início da análise, o departamento de agronegócios do Cedente solicita os seguintes documentos: ficha cadastral, informações econômico-financeiras, dados de produção, e características da operação.

2.2 Nessa pré análise, é realizada consulta ao SERASA para verificação de apontamentos e definido o interesse na operação. Em caso negativo, o Devedor/consultor é avisado, e em caso positivo é agendado o comitê de prospecção.

2.3 O comitê de prospecção avalia a proposta, e em caso de aprovação, o departamento de agronegócios do Cedente solicita documentação exigida para análise de crédito.

2.4 O departamento de agronegócios do Cedente analisa a documentação enviada, e verifica a necessidade de documentação complementar, e na sequência realiza visita ao Devedor.

2.5 A operação é então submetida ao Comitê de Crédito, que conta com a participação do presidente do Cedente no Brasil, dois diretores, e de um executivo do Banif em Portugal por meio de *conference call*, além de analistas do departamento de crédito e do departamento de agronegócios do Cedente. Havendo a aprovação, inicia-se o processo de estruturação e formalização dos levantamentos e instrumentos necessários, fazendo a interface com as áreas e empresas envolvidas: cadastro, *back-office*, empresa de monitoramento, seguradora, agência de *rating*, se aplicável e assessoria legal externa, que



produzirá parecer jurídico atestando a viabilidade jurídica da operação, sua correta constituição e formalização, e que sobre os direitos creditórios não há demanda judicial.

2.6 O *back-office* é responsável pela verificação e controle das garantias além dos instrumentos de formalização exigidos pelo Comitê de Crédito.

2.7 Na data do desembolso pelo Cedente, o departamento de agronegócios providencia a transferência dos recursos para o Devedor, mediante prévia autorização do Devedor enviada por e-mail ou fax.

2.8 As áreas envolvidas para a realização do desembolso são comunicadas, cabendo ao *back-office* o registro dos títulos nos órgãos responsáveis, bem como em câmaras ou sistemas de registro, liquidação e custódia e a posterior gestão das garantias em parceria com a área de risco do Cedente.

2.9 O acompanhamento da operação é realizado pelo departamento de agronegócios, através de visitas periódicas, e pelo controle da data de vencimento dos títulos, informando essa ao Devedor e permitindo um provisionamento de recursos para liquidação dos ativos.

2.10 Na data da liquidação, o *back-office* informa o valor para a liquidação, e acompanha sua realização junto à tesouraria do Cedente. Os Devedores serão notificados para pagar diretamente em conta-corrente do Fundo.

2.11 Antes do vencimento os títulos deverão ser baixados das câmaras e sistemas de registro, liquidação e custódia para liquidação mediante depósito na conta-corrente do Fundo.

2.11.1 No vencimento, os ativos serão conciliados com os valores depositados pelos Devedores. Feita a conciliação, serão considerados liquidados, devendo ser baixados junto aos órgãos de registro, e enviados por Sedex, mediante autorização do Devedor.

2.12 Não obstante o constante no item acima, o Cedente guardará em arquivo eletrônico toda a documentação que comprove a efetiva liquidação dos títulos, bem como a sua devolução ao Devedor.





### 3. Política de Crédito

3.1 A política de crédito do Cedente é fundamentada em alguns princípios básicos, que têm como finalidade a adequada gestão e a uniformidade na avaliação do crédito.

3.2 O primeiro passo é a elaboração da proposta de crédito, em que são apresentadas as condições e características dos limites com que se objetiva operar junto aos Devedores.

3.3 Para proposição desse limite de crédito, faz-se necessário:

- i) proposta com a descrição da linha de crédito;
- ii) relatório de crédito;
- iii) planilha de dados;
- iv) pesquisa de restritivos; e
- v) classificação de risco.

3.4 O relatório de crédito é composto por informações abrangentes, sempre atualizadas, que permitem definir adequadamente qual o perfil de atividades do Devedor e sua situação econômico-financeira. Ele identifica a capacidade de pagamento do Devedor apresentada até o momento, e o diagnóstico é feito por meio da análise da gestão, da capacidade operacional, da análise financeira a fim de se verificar a performance passada, e dos fatores que justificam a crença na continuidade desta capacidade ou em sua recuperação.

3.4.1 Para elaboração do relatório de crédito são necessários: (i) dados cadastrais da empresa; (ii) dados operacionais; (iii) análise econômico-financeira; (iv) consulta ao Serasa; e (v) classificação de risco do Devedor. Após a conclusão do relatório de crédito, o



mesmo é apresentado ao Comitê de Crédito, que define a aprovação do limite e operação proposta.



## 2.

### ANEXO III

*Este Anexo é parte integrante do Regulamento do "Banif Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Agro I" constituído em 30 de abril de 2008, pela Caixa Econômica Federal.*

#### MODELOS DE CPR, DE CDCA E DE LCA

#### **MODELO DE CÉDULA DE PRODUTO RURAL FINANCEIRA – CPR FINANCEIRA**

Nº. [     ]

Vencimento: [     ]

PRODUTO: [     ] da safra [     ]

[ PRODUTOR ], [ nacionalidade ], [ profissão ], [ estado civil ], portador da Cédula de Identidade RG nº. [     ], inscrito no CNPJ/MF sob o nº. [     ], residente e domiciliado na [     ], cidade de [     ], Estado de [     ] ("EMITENTE"), obriga-se a pagar, nos termos e prazos dispostos nas cláusulas abaixo e na forma da Lei nº. 8.929, de 22 de agosto de 1.994, alterada pela Lei nº. 10.200, de 14 de fevereiro de 2.001 e demais disposições em vigor, ao **BANIF BANCO DE INVESTIMENTO (BRASIL) S.A.**, instituição financeira com sede na Rua Minas de Prata, nº 30, 15º andar, Vila Olímpia, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 33.753.740/0001-58 ("CREDORA"), ou à sua ordem, observadas as características e condições abaixo previstas:

#### **1. PRODUTO – QUANTIDADE E CARACTERÍSTICAS:**

1.1. PRODUTO: [     ] da safra [     ].

1.2. QUANTIDADE: [     ] ton. (     ).

#### **2. IDENTIFICAÇÃO DO PREÇO:**

2.1. O EMITENTE pagará à CREDORA desta CPR Financeira, no vencimento acima mencionado, a importância de R\$ [     ] (     ), resultantes da multiplicação de [     ] ton (     ) do PRODUTO pelo preço de R\$ [     ] (     ) por tonelada, importância esta a ser remunerada a partir de [     ] até a data de seu efetivo pagamento, por juros correspondentes a [     ].

#### **3. DATA E CONDIÇÃO DE PAGAMENTO:**



3.1. O pagamento previsto nesta CPR Financeira será efetuado pelo EMITENTE, na data do vencimento, qual seja, em [ ], em uma só parcela, diretamente à CREDORA, podendo ser paga antecipadamente se assim convencionarem o EMITENTE e a CREDORA por escrito.

#### 4. LOCAL DE FORMAÇÃO DA LAVOURA:

4.1. Na qualidade de [arrendatário/parceiro agricultor ou proprietário], o EMITENTE obriga-se a formar a lavoura de [ ] nos imóveis rurais abaixo indicados:

Fazenda/Sítio	Proprietário(s)	Matrícula	Área (ha)	Comarca – UF

#### 5. GARANTIAS:

5.1. Constituem garantias à CREDORA nesta CPR Financeira as seguintes:

5.1.1. PENHOR AGRÍCOLA, em [ ] grau de preferência e sem concorrência de terceiros, nos termos do artigo 1.438 e seguintes do Código Civil de 2002 e Lei nº 2666/55, em favor da CREDORA, de: [ ] ton. ( ) de [ ] da safra [ ], livres de quaisquer ônus, cultivadas em áreas que totalizam [ ] ha. ( ) ("BENS EMPENHADOS"). Os BENS EMPENHADOS encontram-se cultivados nos imóveis rurais mencionados no item 4.1. acima.

5.1.2. O EMITENTE declara, para todos os fins e efeitos de direito e responsabilizando-se sob as penas das leis, que os BENS EMPENHADOS são de sua legítima e exclusiva propriedade, nos volumes acima especificados, estando tais bens em perfeitas condições de comercialização.

5.2. O EMITENTE, acima qualificado, assume a condição de FIEL DEPOSITÁRIO dos BENS EMPENHADOS, na forma do disposto nos artigos 627 e seguintes do Código Civil Brasileiro e legislação complementar. O FIEL DEPOSITÁRIO fica responsável pelos BENS EMPENHADOS, até o vencimento e a liquidação da presente CPR Financeira, sem qualquer remuneração. As despesas de conservação correrão por conta e risco exclusivo do FIEL DEPOSITÁRIO até a liquidação final, não podendo alienar e/ou gravar em favor de terceiros, os bens vinculados em garantia e o produto indicado na cláusula PRODUTO sem consentimento por escrito da CREDORA, responsabilizando-se ainda o FIEL DEPOSITÁRIO por todos os riscos e sujeitando-se às cominações impostas ao depositário infiel, inclusive na pena de prisão civil.

[Poderão ser incluídas outras garantias, tais como hipoteca censual, cessão fiduciária de recebíveis, cessão de quotas, entre outras. Poderá também ser incluída cláusula de margem, na qual será estabelecido um valor mínimo de garantia, a ser mantido ao longo da operação]

#### 6. TRIBUTOS:

6.1. Os tributos incidentes sobre o PRODUTO, quando devidos, deverão ser pagos pelo respectivo contribuinte de acordo com a legislação aplicável.



## **7. VENCIMENTO ANTECIPADO:**

7.1. A presente CPR Financeira será considerada imediatamente vencida, independente de quaisquer avisos ou prévia notificação judicial ou extrajudicial, tornando-se exigível a obrigação de pagamento, na hipótese de: a) não cumprimento ou violação de qualquer condição ou obrigação prevista nesta cédula; b) propositura de qualquer medida judicial interposta contra o EMITENTE que, efetivamente, possa afetar sua solvência; c) superveniência de processo judicial de recuperação judicial ou de insolvência contra o EMITENTE; d) apuração de falsidade ou imprecisão de qualquer declaração, informação ou documentação que houver sido firmada, prestada ou entregue pelo EMITENTE à CREDORA; e) protesto de título.

7.2. Ademais, a presente CPR Financeira será considerada imediatamente vencida, independente de quaisquer avisos ou prévia notificação judicial ou extrajudicial, tornando-se exigível a obrigação aqui consubstanciada, na hipótese de: a) não cumprimento ou violação de qualquer condição ou obrigação prevista em quaisquer das Cédulas de Produto Rural nº. [outros títulos emitidos pelo EMITENTE para o CREDOR]; e b) não pagamento, na data e condições ali estabelecidas, de qualquer das cédulas anteriormente.

## **8. INADIMPLEMENTO:**

8.1. Caso o EMITENTE não efetue o pagamento desta CPR Financeira, na data de vencimento do valor apurado na forma prevista desta cédula, incidirão sobre o preço devido os seguintes acréscimos:

8.1.1. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA calculada sobre o valor apurado na forma prevista no preâmbulo, a partir da data do vencimento desta cédula, com base na variação do IGPM/FGV - Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas;

8.1.2. JUROS MORATÓRIOS de 1% (um por cento) ao mês, a partir do segundo dia posterior ao vencimento desta cédula, calculados sobre o valor atualizado na forma do item "8.1.1" acima; e

8.1.3. MULTA de 10% (dez por cento), a partir do segundo dia posterior ao vencimento desta cédula, calculada sobre o valor atualizado na forma do item "8.1.1".

## **9. MONITORAMENTO DAS LAVOURAS:**

9.1. Desde logo fica permitido à CREDORA, ou pessoas por ela indicadas, bem como à [empresa de monitoramento], livre acesso ao empreendimento/propriedade e/ou mercadoria, com a finalidade de vistoriar e fiscalizar a condução da lavoura/produção do PRODUTO, acompanhar o transporte e armazenamento do PRODUTO ora comprometido, bem como verificar a situação das garantias, e, no caso de irregularidades, fica desde logo a CREDORA autorizada a adotar as medidas administrativas e/ou judiciais necessárias ao fiel cumprimento das obrigações assumidas nesta CPR Financeira.

## **10. REGISTRO:**



10.1. A presente CPR Financeira deverá ser registrada no Cartório de Registro de Imóveis do domicílio do EMITENTE e no Cartório do local de formação da lavoura, caso sejam diversos.

**11. ADITIVOS:**

11.1. Conforme previsto no artigo 9º da Lei 8.929 de 22 de agosto de 1994, esta cédula poderá ser retificada, no todo ou em parte, através de aditivos que passarão a integrá-la, após a devida formalização pelo EMITENTE, devendo ser levados a registro nos Cartórios de Registro de Imóveis competentes.

**12. DISPOSIÇÕES FINAIS:**

12.1. O EMITENTE declara, sob as penas da legislação civil e penal, ser produtor rural, e que formará a lavoura para cultivo do PRODUTO na propriedade descrita no item 4.1 acima, conforme determinado nesta cédula.

12.2. Este EMITENTE declara, ainda, ter integral ciência da forma e condições de negociação deste título, uma vez que, formado por livre vontade e convencionado com estrita boa-fé das partes, estabelece obrigações recíprocas entre EMITENTE e CREDORA. Assim, obriga-se o EMITENTE a cumprir a prestação objeto desta CPR Financeira, bem como a observar as circunstâncias e declarações a ela concernentes, conforme artigo 17, da Lei 8.929/94.

**13. FORO:**

13.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, nesse Estado, como competente para dirimir eventuais dúvidas que possam surgir na execução do presente instrumento, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

São Paulo, [      ].

**EMITENTE:**

\_\_\_\_\_  
[nome]

[CPF]

**FIEL DEPOSITÁRIO:**

\_\_\_\_\_  
[nome]

[CPF]

**TESTEMUNHAS:**



1. \_\_\_\_\_

Nome:

RG n°:

CPF/MF n°:

2. \_\_\_\_\_

Nome:

RG n°:

CPF/MF n°:



## MODELO DE CERTIFICADO DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO

CDCA: Nº. [ ]

Valor Nominal na Data de Emissão: R\$ [ ] ( ) ("Valor Nominal")

Data de Emissão: [ ] ("Data de Emissão")

Data de Vencimento: [ ] ("Data de Vencimento")

[nome do EMITENTE], sociedade [ ], com sede [ ], na Cidade de [ ], Estado de [ ], inscrita no CNPJ/MF sob o nº. [ ], neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social por seus representantes infra-assinados ("EMITENTE"), obriga-se a pagar, em caráter irrevogável e irretroatável, pela emissão do presente Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio ("CDCA"), nos termos e prazos dispostos nas cláusulas abaixo e na forma da Lei nº. 11.076, de 30 de dezembro de 2004 ("Lei nº. 11.076/2004"), ao **BANIF BANCO DE INVESTIMENTO (BRASIL) S.A.**, instituição financeira, com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Minas de Prata, nº. 30, 15º andar, Vila Olímpia, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 33.753.740/0001-58 ("BANIF") ou à sua ordem (sendo o BANIF e/ou qualquer terceiro a quem seja endossado este CDCA, o "CREDOR"), em moeda corrente nacional, a importância indicada na Cláusula 2 abaixo ("Valor de Resgate").

### **1. DIREITOS CREDITÓRIOS VINCULADOS AO CDCA:**

1.1. O presente CDCA terá como direitos creditórios a ele vinculados:

1.1.1. Direitos Creditórios delidos pela EMITENTE contra o(s) emitente(s) da Cédula de Produto Rural No. [ ], representativa da promessa de entrega do produto agrícola [ ], no vencimento e local nela avençados, em quantidade e qualidade nela expressa (doravante designada "CPR"), emitida em favor da EMITENTE com base na Lei nº. 8.929, de 22 de agosto de 1994 ("Lei nº. 8.929/1994"), doravante denominados "DIREITOS CREDITÓRIOS";

1.2. Os DIREITOS CREDITÓRIOS vinculados a este CDCA (i) encontram-se identificados e descritos no ANEXO I, o qual é, neste ato, assinado pelos representantes legais da EMITENTE, em consonância com o artigo 30 da Lei nº. 11.076/2004, (ii) serão registrados no sistema de registro da Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP ("CETIP"), até a data do desembolso do Valor Nominal à EMITENTE, em consonância com o inciso I do parágrafo 1º do artigo 25 da Lei nº. 11.076/2004 e (iii) serão depositados até a data do desembolso do Valor Nominal à EMITENTE, ficando sob a guarda e conservação do Agente de Custódia (conforme abaixo definido), até a data de liquidação deste CDCA ao CREDOR, em consonância com o inciso II do parágrafo 1º do artigo 25 e o parágrafo 2º do artigo 25 da Lei nº. 11.076/2004.

1.3. A EMITENTE declara e garante para todos os fins de direito que os DIREITOS CREDITÓRIOS vinculados a este CDCA são válidos, existentes, verdadeiros e exigíveis na forma da legislação aplicável, responsabilizando-se a EMITENTE inteiramente pela sua origem e autenticidade perante o CREDOR e/ou quaisquer terceiros que venham a ser prejudicados pela inexistência da declaração acima referida.

1.4. A EMITENTE também declara que a CPR encontra-se devidamente registrada nos competentes Cartórios de Registro de Imóveis da localidade onde [o produto] referido na CPR será formado e no(s) Cartório(s) de Registro de Imóveis do(s) domicílio(s) do(s) emitente(s) da CPR, tendo sido cumpridos integralmente todos os requisitos e formalidades legais para a sua validade e exeqüibilidade e para a validade e exeqüibilidade das respectivas garantias, nos termos da legislação aplicável e conforme indicados no ANEXO I deste CDCA.





1.5. Até a Data de Vencimento e de forma ininterrupta, a EMITENTE obriga-se a manter vinculados a este CDCA os DIREITOS CREDITÓRIOS em valor correspondente a, no mínimo, [ ]% ( por cento) do saldo do Valor de Resgate deste CDCA, apurado trimestralmente pelo CREDOR ("Razão de Garantia").

1.5.1. Para fins de apuração da Razão de Garantia, os DIREITOS CREDITÓRIOS terão seu valor calculado de acordo com os seguintes critérios:

[ ]

1.5.2. Durante todo e qualquer momento, desde a Data de Emissão e até a Data de Vencimento, os DIREITOS CREDITÓRIOS deverão ser suficientes para manter a Razão de Garantia. No caso de ser constatado, a qualquer momento, que a Razão de Garantia do CDCA não está sendo cumprida, a EMITENTE deverá, independentemente de notificação prévia do CREDOR, tomar as providências que se façam necessárias para imediatamente apresentar ao CREDOR novos direitos creditórios do agronegócio para complementar o lastro deste CDCA, em quantidade suficiente para o restabelecimento da Razão de Garantia do CDCA, sendo que somente poderão ser vinculados a este CDCA novos direitos creditórios do agronegócio (i) que sejam previamente aceitos e aprovados pelo CREDOR e que tenham prazo de vencimento posterior à Data de Vencimento do CDCA, e (ii) que sejam admitidos à registro na CETIP.

1.5.2.1. Na hipótese descrita no item 1.5.2. acima, caso (i) o CREDOR não aceite os novos direitos creditórios apresentados pela EMITENTE para complementar ou restabelecer a Razão de Garantia do CDCA ou (ii) os novos direitos creditórios apresentados pela EMITENTE não possam ser admitidos à registro na CETIP, então o CREDOR terá a opção e o direito de declarar, na forma prevista no item 9.1. abaixo, em até 2 (dois) dias úteis contados da data em que o CREDOR tome conhecimento do desenquadramento da Razão de Garantia do CDCA, o vencimento antecipado total ou parcial deste CDCA, mediante notificação por escrito à EMITENTE, quando a EMITENTE terá até 24 (vinte e quatro) horas para fazer o pagamento devido ao CREDOR em decorrência do vencimento antecipado parcial e/ou total deste CDCA. Caso o CREDOR opte por declarar o vencimento antecipado parcial deste CDCA, tal vencimento antecipado será em montante suficiente para o reenquadramento da Razão de Garantia do CDCA, sendo que as demais obrigações da EMITENTE com relação ao CDCA e os demais direitos do CREDOR permanecerão em vigor, conforme descrito neste CDCA.

1.5.3. Na hipótese de desenquadramento da Razão de Garantia, caso o CREDOR (i) aceite os novos direitos creditórios apresentados pela EMITENTE para complementar ou restabelecer a Razão de Garantia e (ii) os demais requisitos descritos no item 1.2. acima sejam atendidos, este CDCA será aditado, por escrito, pela EMITENTE e o CREDOR, de forma que dele conste a descrição atualizada de todos os direitos creditórios a ele vinculados e seja cumprido o disposto no item 1.2. acima e na Lei n°. 11.076/2004.

1.5.4. Novos direitos creditórios que venham a ser apresentados pela EMITENTE e aceitos pelo CREDOR para serem vinculados a este CDCA nos termos descritos acima passarão a ser denominados como DIREITOS CREDITÓRIOS, para todos os fins de direitos e de interpretação deste CDCA, e deverão, necessariamente, ser dados em cessão fiduciária ao CREDOR, como forma de garantia das obrigações da EMITENTE, nos termos descritos na Cláusula 5 deste CDCA.

1.5.5. Caso a CPR venha a ter o seu vencimento declarado antecipadamente, conforme disposto na Cláusula 7 e na Cláusula 9 da CPR antes da Data de Vencimento, a CPR não mais poderá ser considerada para fins de cálculo da Razão de Garantia, devendo a EMITENTE substituir a CPR como direito creditório vinculado a este CDCA, devendo a EMITENTE tomar as medidas necessárias para o reenquadramento da Razão de Garantia, conforme os procedimentos descritos acima. A obrigação referida acima não prejudicará o direito do CREDOR de manter os DIREITOS CREDITÓRIOS vinculados ao CDCA até que novos direitos creditórios sejam apresentados pela EMITENTE e sejam aceitos pelo CREDOR conforme os procedimentos descritos acima.



1.5.6. Sem prejuízo do disposto acima, a EMITENTE não poderá entregar ao CREDOR, para fins de composição da Razão de Garantia, novos direitos creditórios que tenham como devedores, garantidores ou sacados, conforme o caso, pessoas jurídicas ou pessoas físicas que estejam inadimplentes para com outras obrigações existentes perante a EMITENTE.

1.6. As despesas incorridas com o registro e formalização deste CDCA, se aplicável, dos DIREITOS CREDITÓRIOS vinculados a este CDCA, de novos direitos creditórios apresentados pela EMITENTE na forma descrita nos itens acima e de garantias vinculadas a este CDCA e aos DIREITOS CREDITÓRIOS e a novos direitos creditórios, correrão por conta exclusiva da EMITENTE e, se eventualmente suportadas pelo CREDOR, deverão ser imediatamente reembolsadas pela EMITENTE mediante a apresentação dos respectivos comprovantes de despesas.

## **2. VALOR DE RESGATE:**

2.1. O Valor de Resgate do presente CDCA, a ser pago em moeda corrente nacional pela EMITENTE ao CREDOR, na Data de Vencimento deste CDCA, será o correspondente ao Valor Nominal, acrescido da taxa de juros remuneratórios de [ ], da Data de Emissão desse CDCA, até a Data de Vencimento.

## **3. VENCIMENTO:**

3.1. O vencimento deste CDCA se dará em [ ], a Data de Vencimento, o que equivale a [ ] ( ) dias corridos, contados da Data de Emissão.

## **4. LOCAL E CONDIÇÃO DE PAGAMENTO:**

4.1. A EMITENTE obriga-se a pagar ao CREDOR o Valor de Resgate em uma única parcela. A liquidação deste CDCA será realizada por meio do sistema da CETIP, em nome do CREDOR, salvo se o CREDOR autorizar expressamente de outro modo.

4.2. A EMITENTE não poderá liquidar ou amortizar, total ou parcialmente, qualquer valor devido em decorrência do presente CDCA, antes da Data de Vencimento, a não ser (i) que o CREDOR, a seu exclusivo critério, concorde previamente e por escrito sobre tal liquidação ou amortização e desde que tal pagamento esteja de acordo com a legislação em vigor na data da amortização ou liquidação ou (ii) nas hipóteses de vencimento antecipado descritas no item 9.1. deste CDCA.

## **5. GARANTIAS:**

5.1. Em garantia ao fiel e integral cumprimento da obrigação assumida neste CDCA, neste ato, a EMITENTE:

5.1.1. CEDE FIDUCIARIAMENTE ao CREDOR, conforme faculdade atribuída pelos artigos 33 e 41 da Lei n°. 11.076/2004, e nos termos do artigo 66-B da Lei n°. 4.728/1965 e dos artigos 18 a 20 da Lei n°. 9.514/1997, os DIREITOS CREDITÓRIOS, por meio da formalização do Instrumento de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios decorrentes de Cédula de Produto Rural.

5.2. Sem prejuízo do disposto acima, ainda comparecem no presente CDCA, na condição de AVALISTA e responsável de forma solidária com relação a todas as obrigações da EMITENTE para com o CREDOR nos termos deste CDCA:

[ ]



5.2.1. O AVALISTA, na condição de garantidor solidário e principal pagador juntamente com a EMITENTE perante o CREDOR, para o adimplemento da obrigação de pagamento constante neste CDCA, assina o presente instrumento, e declara estar cientes e autoriza a outorga da presente garantia, aceitando todos os termos, condições e responsabilidades que daí advir, sem a existência de qualquer benefício de ordem entre o AVALISTA e a EMITENTE.

5.2.2. O presente aval vigorará enquanto persistirem quaisquer obrigações ou responsabilidades da EMITENTE para com o CREDOR, em decorrência deste CDCA e só se extinguirá depois do seu integral cumprimento.

## **6. REGISTRO E CUSTÓDIA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS:**

6.1. Os DIREITOS CREDITÓRIOS vinculados ao presente CDCA serão registrados pelo CREDOR junto à CETIP, na qualidade de sistema de registro e de liquidação financeira de ativos, autorizado pelo Banco Central do Brasil, bem como custodiados junto ao **BANIF BANCO DE INVESTIMENTO (BRASIL) S.A.**, instituição financeira, com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Minas de Prata, n°. 30, 15º andar, Vila Olímpia, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n°. 33.753.740/0001-58, instituição financeira autorizada a prestar serviços de custódia de valores mobiliários ("Agente de Custódia").

## **7. CONDIÇÕES DO DESEMBOLSO:**

7.1. O desembolso por parte do CREDOR, do Valor Nominal, ocorrerá somente após a entrega de todos os originais de contratos e documentos necessários para a formalização da operação, devidamente assinados pelas partes competentes, e após o devido registro dos DIREITOS CREDITÓRIOS e deste CDCA na CETIP, pelo CREDOR.

## **8. TRIBUTOS:**

8.1. Os tributos incidentes sobre o presente CDCA e/ou sobre os DIREITOS CREDITÓRIOS, quando devidos, deverão ser pagos pelo respectivo contribuinte de acordo com a legislação aplicável.

## **9. VENCIMENTO ANTECIPADO:**

9.1. O presente CDCA poderá ser considerado antecipadamente vencido, a critério exclusivo do CREDOR, mediante aviso por escrito, mas independentemente de notificação judicial à EMITENTE ou aviso de recebimento da EMITENTE, tornando-se imediatamente exigível a obrigação de pagamento do Valor de Resgate na hipótese de ocorrência de qualquer dos seguintes eventos:

- (a) apresentação de proposta de recuperação judicial ou extrajudicial, de aut falência ou pedido ou decretação de falência ou, ainda, de qualquer procedimento similar que venha a ser criado por lei, requerido ou decretado contra a EMITENTE;
- (b) inadimplemento de qualquer obrigação prevista neste CDCA (inclusive com relação à Razão de Garantia) e/ou inadimplemento de qualquer obrigação prevista no contratos referidos no Anexo II deste CDCA (inclusive com relação ao valor mínimo das garantias deste CDCA), não sanada no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contados do aviso por escrito enviado à EMITENTE pelo CREDOR;
- (c) protesto de títulos com valor unitário ou agregado, no período de 6 (seis) meses consecutivos, de, no mínimo, R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais), por cujo pagamento a EMITENTE seja responsável, ainda que na condição de garantidora, não sanado no prazo de 48 (quarenta e oito) horas;



- (d) inadimplemento ou vencimento antecipado de qualquer dívida da EMITENTE, de valor equivalente ou superior a R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais), que possa, comprovadamente, afetar a capacidade de pagamento da EMITENTE;
- (e) alienação, desapropriação, confisco ou qualquer outra forma de disposição, pela EMITENTE, de ativos permanentes de valor equivalente ou superior a R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais);
- (f) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a EMITENTE em valor unitário ou agregado, no prazo de 6 (seis) meses consecutivos, superior a R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais) ou seu contra-valor em outras moedas, no prazo de até 5 (cinco) dias corridos contados da data estipulada para o pagamento ou oferecimento de garantia, se assim permitido pelo juízo competente;
- (g) alteração ou modificação do objeto social da EMITENTE com intuito de efetuar redução do capital social e/ou de forma que a EMITENTE deixe de atuar como comercializadora de Pinus Elliottii;
- (h) alteração, direta ou indireta, do controle societário da EMITENTE ou ainda operação de incorporação, cisão ou fusão envolvendo a EMITENTE;
- (i) apuração de falsidade ou imprecisão de qualquer declaração, informação ou documentação que houver sido firmada, prestada ou entregue pela EMITENTE ao CREDOR no âmbito da emissão deste CDCA;
- (j) descumprimento, a qualquer momento, pela EMITENTE e/ou pelo emitente da CPR, de quaisquer das obrigações impostas à EMITENTE e à emitente da CPR no Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Monitoramento, celebrado entre o EMITENTE e a [ ], datado de [ ]; e
- (k) extinção ou dissolução da EMITENTE.

9.2. Para os fins de que trata esse CDCA, "data de vencimento antecipado", parcial ou total, conforme o caso, será a data em que o CREDOR enviar notificação, por escrito, à EMITENTE, sobre a ocorrência de qualquer dos eventos de vencimento antecipado descritos acima, indicando o interesse do CREDOR de vencer antecipadamente as dívidas da EMITENTE nos termos deste CDCA.

9.3. Na ocorrência de qualquer dos eventos de vencimento antecipado e declaração do vencimento antecipado pelo CREDOR, a EMITENTE obriga-se a efetuar o pagamento do saldo do Valor de Resgate imediatamente, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela EMITENTE nos termos deste CDCA, em até 1 (um) dia útil contado da data de vencimento antecipado, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 10 abaixo.

## 10. INADIMPLEMENTO:

10.1. Caso a EMITENTE não efetue o pagamento do valor apurado na data de seu vencimento, na forma prevista neste CDCA, ficará esta obrigada ao pagamento dos seguintes acréscimos:

10.1.1. JUROS MORATÓRIOS: de 1% (um por cento) ao mês, a incidir a partir do primeiro dia posterior a data de vencimento deste CDCA.

10.1.2. MULTA: de 10% (dez por cento) incidente sobre o valor total apurado.

10.2. Observado o período mínimo legal, sobre o valor apurado e contado do vencimento deste CDCA, será aplicada correção monetária com base na variação positiva do IGPM – Índice Geral de Preços, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou outro índice que vier a substituí-lo.

10.3. Verificada a hipótese de inadimplemento por parte da EMITENTE, poderá o CREDOR promover “execução por quantia certa”, nos termos do Livro II, Título II, Capítulo IV do Código de Processo Civil, bem como quaisquer outros procedimentos preparatórios ou assecuratórios à execução, nos termos previstos em referido diploma legal.

10.4. As obrigações previstas nos itens acima, com exceção apenas das perdas e danos, são desde logo reputadas pela EMITENTE como líquidas, certas e exigíveis nas respectivas hipóteses, constituído este CDCA título executivo extrajudicial nos termos do art. 585, II, do Código de Processo Civil.

## 11. DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1. Os DIREITOS CREDITÓRIOS vinculados ao presente CDCA não poderão ser penhorados, seqüestrados ou arrestados em decorrência de outras dívidas da EMITENTE, a quem caberá informar ao julzo, que tenha determinado tal medida, a respeito da vinculação de tais DIREITOS CREDITÓRIOS a este CDCA, em benefício do CREDOR, sob pena de responder a EMITENTE pelos prejuízos resultantes de sua omissão, conforme prevê o artigo 34 da Lei nº. 11.076/2004.

11.2. Para todos os fins de direito, a EMITENTE declara nesta data ao CREDOR, que:

- (a) é uma sociedade anônima devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (b) é sociedade anônima cuja atividade social enquadra-se no conceito do parágrafo único do artigo 24 da Lei nº. 11.076/2004, que desde já a EMITENTE reconhece ter conhecimento do seu inteiro teor, estando, portanto, devidamente autorizada a emitir este CDCA;
- (c) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias à emissão deste CDCA e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais necessários para tanto;
- (d) os representantes legais que assinam este CDCA, e demais garantias mencionadas neste CDCA, têm poderes para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (e) a celebração deste CDCA bem como a formalização das garantias mencionadas neste CDCA e o cumprimento de suas respectivas obrigações não infringem ou contrariam, sob qualquer aspecto, (a) qualquer contrato ou documento no qual a EMITENTE seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da EMITENTE, exceto pelas garantias referidas no item 5 acima ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a EMITENTE ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (c) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a EMITENTE ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (f) a EMITENTE está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à



condução de seus negócios, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente ao meio ambiente, a legislação trabalhista e a legislação tributária aplicáveis;

- (g) as demonstrações financeiras da EMITENTE submetidas ao CREDOR representam corretamente a posição financeira da EMITENTE nas datas em que foram levantadas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da EMITENTE de forma consolidada;
- (h) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos deste CDCA;
- (i) este CDCA e seu Anexo constituem uma obrigação legal, válida e vinculativa da EMITENTE, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (j) tem plena ciência e concorda integralmente com os termos e condições deste CDCA, inclusive com a forma de cálculo do Valor de Resgate, que foi acordado por livre vontade entre a EMITENTE e o CREDOR, em observância ao princípio da boa-fé;
- (k) os DIREITOS CREDITÓRIOS vinculados a este CDCA são válidos, existentes, verdadeiros e exigíveis na forma da legislação aplicável, responsabilizando-se a EMITENTE inteiramente pela sua origem e autenticidade perante o CREDOR e/ou quaisquer terceiros que venham a ser prejudicados pela inexistência da declaração acima referida;
- (l) o emitente da CPR está em cumprimento com suas obrigações perante a EMITENTE nos termos da CPR e, na presente data, não está em vigor qualquer evento que possa ocasionar o vencimento antecipado da CPR; e
- (m) na hipótese de ocorrência de qualquer dos eventos de vencimento antecipado indicados no item 7 da CPR, a EMITENTE declarará o vencimento antecipado da CPR e substituirá imediatamente a CPR como direito creditório vinculado a este CDCA, de forma a manter a Razão de Garantia, sob pena de vencimento antecipado deste CDCA.

11.3. Caso qualquer das disposições deste CDCA e/ou dos contratos referidos na Cláusula 5 deste CDCA venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se a EMITENTE e o CREDOR, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

11.4. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos deste CDCA deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Se para EMITENTE:

Endereço(s) indicado(s) no preâmbulo deste CDCA;

Se para o CREDOR:

Endereço(s) indicado(s) no preâmbulo deste CDCA;

11.5. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes do presente CDCA, bem como das garantias referidas neste CDCA. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao CREDOR em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da EMITENTE, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal



63

*inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela EMITENTE neste CDCA ou nas garantias relacionadas ou, ainda, precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso da EMITENTE.*

*11.6. Este CDCA é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando a EMITENTE e seus sucessores.*

*11.7. Os termos e condições deste CDCA somente poderão ser aditados por meio de instrumento escrito, assinado pela EMITENTE e pelo CREDOR.*

*11.8. A EMITENTE responsabiliza-se por todo e qualquer dano moral ou patrimonial devidamente comprovado que venha a causar ao CREDOR, decorrentes de dolo, culpa ou má-fé, em função da prática de qualquer ato em desacordo com os procedimentos fixados neste CDCA e em seu Anexo. A EMITENTE compromete-se a indenizar o CREDOR pelas perdas e danos incorridos pelo CREDOR, inclusive aqueles relativos a qualquer custo ou despesa para a defesa de seus direitos e interesses, inclusive honorários advocatícios.*

*11.9. O Anexo a este CDCA são dele parte integrante e inseparável. Reconhece a EMITENTE a unicidade e incindibilidade das disposições deste CDCA e do Anexo, que deverão ser interpretadas de forma harmônica e sistemática, tendo como parâmetro a natureza do negócio celebrado entre a EMITENTE e o CREDOR.*

*11.10. Este CDCA e os termos e condições de seu Anexo constituem o único e integral acordo entre a EMITENTE e o CREDOR com relação aos assuntos aqui tratados, substituindo todos os outros documentos, cartas, memorandos ou propostas entre a EMITENTE e o CREDOR, bem como os entendimentos orais mantidos entre as mesmas, anteriores à Data de Emissão.*

## **12. CESSÃO:**

*12.1. A EMITENTE desde já autoriza ao CREDOR ceder a terceiros, parcial ou totalmente, os direitos decorrentes da titularidade deste CDCA, desde que não haja qualquer modificação nos direitos e obrigações ora assumidos pela EMITENTE.*

*12.2. Em caso de cessão dos direitos decorrentes da titularidade deste CDCA a quaisquer terceiros, (i) todos os direitos e garantias referentes a este CDCA serão transferidos de forma incondicional aos novos titulares deste CDCA, (ii) o Agente de Custódia permanecerá responsável pelo cumprimento de suas obrigações perante os novos titulares deste CDCA, (iii) [empresa de monitoramento] permanecerá responsável pelo cumprimento de suas obrigações perante os novos titulares deste CDCA e (iv) o cessionário deste CDCA permanecerá obrigado a realizar os pagamentos devidos aos prestadores de serviços referidos nos itens (ii) e (iii) acima, de acordo com os termos e condições contratados na Data de Emissão (e/ou outros termos e condições que venham a ser acordados entre as partes competentes no futuro). No caso de cessão parcial dos direitos decorrentes deste CDCA a quaisquer terceiros, os direitos, garantias e obrigações referentes a este CDCA serão exercidos por todos os titulares de direitos e garantias referentes a este CDCA, de forma pro rata, de acordo com a participação de cada credor no valor da dívida representada por este CDCA.*

*12.3. A EMITENTE não poderá ceder quaisquer de suas obrigações descritas neste CDCA e/ou quaisquer garantias relacionadas neste CDCA sem a prévia autorização por escrito do CREDOR. O CREDOR poderá endossar este CDCA por meio do ambiente de negociação da CETIP.*

## **13. FORO:**

*13.1. Para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente CDCA fica desde logo eleito o foro da Comarca de São Paulo, no Estado de São Paulo, havendo neste ato, renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja ou possa a vir a ser.*



São Paulo, [ ]

\_\_\_\_\_  
[EMITENTE]

**AVALISTA:**

\_\_\_\_\_  
[ ]  
CPF/MF: [ ]

**TESTEMUNHAS:**

\_\_\_\_\_  
Nome:  
RG:  
CPF/MF:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
RG:  
CPF/MF:

**ANEXO I**

**DIREITOS CREDITÓRIOS VINCULADOS AO CERTIFICADO DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO Nº [ ]**

Direitos Creditórios referentes à Cédula de Produto Rural emitida por [ ], sociedade [ ], com sede na [ ], na Cidade de [ ], Estado de [ ], inscrita no CNPJ sob o nº. [ ] em favor da [ ] sociedade [ ], com sede na [ ], na Cidade de [ ], Estado de [ ], inscrita no CNPJ/MF sob o nº. [ ] ("EMITENTE").

CPR nº: [ ]

Quantidade de Produto da CPR: [ ] ( ), de [ ] equivalente a uma área de efetivo plantio de [ ] ha ( hectares)

Data de Emissão: [ ]

Data de Vencimento: [ ]

\_\_\_\_\_  
[ ]

**TESTEMUNHAS:**

\_\_\_\_\_  
Nome:  
RG:  
CPF/MF:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
RG:  
CPF/MF:





**MODELO DE LETRA DE CRÉDITO DO AGRONEGÓCIO – LCA**



**LETRA DE CRÉDITO DO AGRONEGÓCIO – LCA**

No. [ ]	
DATA DE AQUISIÇÃO: [ ]	Data de Vencimento: [ ]

**I – QUALIFICAÇÃO DO EMITENTE (DORAVANTE DENOMINADO SIMPLEMENTE EMITENTE):**

Nome/Razão Social: [ ]		
CNPJ nº [ ]		
Endereço: [ ]		
Cidade: [ ]	Estado: [ ]	CEP [ ]

**II – QUALIFICAÇÃO DO CREDOR (DORAVANTE DENOMINADO SIMPLEMENTE CREDOR) E DADOS OPERACIONAIS:**

Nome/Razão Social: [ ]		
CNPJ/CPF nº [ ]		
Endereço: [ ]		
Cidade: [ ]	Estado: [ ]	CEP [ ]
Custódia eletrônica: ( ) sim ( ) não		
Custodiante: [ ]		

**III – PROMESSA DE PAGAMENTO:**

Aos [data], pagaremos por esta Letra de Crédito do Agronegócio ao [ ] ("Credor") ou à sua ordem, a quantia de R\$ [ ] ( ), referente a Cédula de Produto Rural - CPR, identificada em documento anexo, pelos seus respectivos números e valores, que ficam vinculados a esta LCA, na forma da Lei 11.076 de 30.12.2004, e de acordo com as condições abaixo transcritas. A Emitente pagará ao Credor juros calculados dia a dia pelo sistema exponencial, juntamente com o valor principal acima mencionado no vencimento desta Letra de Crédito do Agronegócio, à taxa de [ ]% ( por cento) do Certificado de Depósito Interbancário – CDI-CETIP Over Extra-Grupo, a ser calculada "pro rata die". O pagamento será efetuado na Praça de São Paulo, Estado de São Paulo, mediante crédito à conta bancária indicada pelo Credor.

**CLÁUSULAS E CONDIÇÕES DESTA LETRA DE CRÉDITO DO AGRONEGÓCIO (LCA):**

**Banif Banco de Investimento (Brasil) S.A.**, instituição financeira com sede à Rua Minas da Prata, 30-15º andar Itaim Bibi, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, República Federativa do Brasil, inscrito no CNPJ sob o nº 33.753.740/0001-58, determina por este instrumento as condições para realização de negócios de

venda e alienação desta Letra de Crédito do Agronegócio - LCA, por meio de sua negociação em mercado de balcão organizado.

## **1. Das Características da Letra de Crédito do Agronegócio:**

1.1. A Letra de Crédito do Agronegócio é um título instituído e regulado pela Lei 11.706 de 30.12.2004, cuja emissão, pelo Emitente, é feita com base em direitos creditórios consubstanciados por Cédula de Produto Rural - CPR emitidas por empresa rural, e que se encontram devidamente registrados em sistema de registro e de liquidação financeira de ativos autorizado pelo Banco Central do Brasil. Mencionados direitos creditórios encontram-se identificados no Anexo A à presente LCA, em conformidade com os artigos 27 e 30 da Lei 11.076 de 31.12.2004.

## **2. Dos Requisitos da Letra de Crédito do Agronegócio:**

2.1. Esta LCA, emitida na forma cartular, atende em seu contexto os seguintes requisitos: a) Emitente (o próprio Banif Banco de Investimento (Brasil) S/A indicado no item I do preâmbulo, e a assinatura de seus representantes legais ao final identificados e assinados; b) número de ordem, local e data de emissão constantes no preâmbulo; c) valor de resgate; d) taxa de juros incidente e respectiva metodologia de cálculo de valor de resgate; e) data de vencimento identificada no preâmbulo; f) o nome do titular, mais a cláusula à ordem, constantes do item II do preâmbulo.

2.2. A CPR correspondente aos direitos creditórios vinculados à esta LCA está registrada no Sistema de Registro e Custódia de Títulos do Agronegócio, mantido pela CETIP, estando o correspondente número de registro relacionados em documento anexo à presente, configurando-se assim o vínculo de tais direitos.

## **3. Dos Compromissos do Credor:**

3.1. São compromissos do Credor: a) cumprir todas as transações efetuadas em seu nome que envolvam confirmações de arremate, endosso, transferência e quitação desta LCA; b) responsabilizar-se por todas as informações prestadas, eximindo o Emitente de qualquer prejuízo decorrente de informações incorretamente informadas ao sistema; c) fornecer tempestivamente ao Emitente, sempre que solicitado, documento de quitação, quando liquidado o compromisso assumido na LCA, com firmas reconhecidas; d) manter atualizado seu cadastro junto ao Emitente, especialmente com relação a conta corrente, e-mail, endereço e telefones para contato.

## **4. Dos Compromissos do Emitente:**

4.1. São compromissos do Emitente: a) resgatar o valor da LCA, pelo seu valor de face, acrescido de juros remuneratórios já identificados, na data de seu vencimento, ou primeiro dia útil subsequente quando este não o for, mediante crédito na conta indicada para o último credor registrado no sistema da instituição de registro e custódia onde a LCA foi registrada, por crédito direto em conta, quando for no próprio Emitente, e por TED – Transferência Eletrônica Disponível, quando em outra instituição financeira.



4.2. O Emitente não se responsabilizará por atrasos ou problemas na geração do resgate decorrentes de informações incorretas prestadas pelo Credor.

**5. Da Negociação no Sistema de Balcão Organizado:**

5.1. Esta LCA é distribuída e negociada em mercado de balcão organizado, notadamente na Câmara de Liquidação e Custódia - CETIP, cujas regras de negociação encontram-se anexas ao presente Instrumento, declarando-se o Credor ciente e de acordo com as mesmas. A LCA é emitida em favor do Credor, após concretizada a venda e pagamento na forma prevista neste Instrumento e no Regulamento emitido pela CETIP.

5.2. O Credor ao adquirir esta LCA está aderindo expressamente às regras de operacionalização da negociação de LCAs da CETIP, concordando com seu conteúdo e recebendo uma cópia de mencionado regulamento.

**6. Do Pagamento da LCA:**

O Credor procederá ao pagamento da aquisição desta LCA através de documento de crédito (DOC) ou transferência eletrônica diária (TDE) para conta de titularidade da EMITENTE.

6.2. Será considerado inadimplente o Credor que não efetuar o pagamento do valor total na data de aquisição constante do preâmbulo deste Instrumento.

**7. Da Tributação:**

7.1. O Emitente fará a retenção e o recolhimento do imposto de renda devido, por ocasião do resgate da LCA, na forma da legislação vigente, não sendo responsável pelo cálculo, retenção e recolhimento de outros tributos efetuados diretamente pelos intervenientes e terceiros, de acordo com a legislação vigente aplicável.

**8. Das Demais Disposições:**

8.1. Aplicam-se a esta LCA todas as disposições previstas na Lei 11.076 de 31.12.2004, especialmente mas não se limitando as disposições relacionadas ao penhor sobre os direitos creditórios a esta vinculada, em conformidade com o artigo 32 de mencionada lei. A substituição dos direitos creditórios vinculados poderá ocorrer desde que mediante acordo entre Emitente e Credor, constituindo-se automaticamente novo penhor sobre os direitos creditórios dados em substituição.

8.2. Nesse sentido, o Credor deverá anuir com a retirada, por iniciativa do Emitente, de CPR vinculada à esta LCA, e identificadas no Anexo A, desde que permaneçam vinculadas concomitantemente, CPR em valor suficiente para cobertura de seu resgate.

8.3. Esta LCA encontra-se registrada no Sistema de Registro de Liquidação e Custódia da Câmara de Liquidação e Custódia - CETIP, autorizada pelo Banco Central do Brasil, em custódia eletrônica conforme indicado no preâmbulo da presente.



8.4. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, SP, como competente para dirimir qualquer controvérsia oriunda desta LCA e do regulamento mencionado no item 5 supra, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

São Paulo, [ ].

**Banif Banco de Investimento (Brasil) S.A.**

ANEXO A

**LETRA DE CRÉDITO DO AGRONEGÓCIO – LCA Nº. [ ] – CETIP: [ ]**

**Identificação de Direitos Creditórios**

**CPR Nº: [ ]**

**EMISSION: [ ]**

**CPF: [ ]**

**VALOR INICIAL: [ ]**

**VENCIMENTO: [ ]**

**LASTRO: [ ]**

São Paulo, [ ].

**Banif Banco de Investimento (Brasil) S.A.**



## ANEXO IV

*Este Anexo é parte integrante do Regulamento do "Banif Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Agro I" constituído em 30 de abril de 2008, pela Caixa Econômica Federal.*

### **DESCRIÇÃO DOS MECANISMOS E PROCEDIMENTOS ADOTADOS PARA COBRANÇA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS, INCLUSIVE INADIMPLENTES**

#### **1. Principais Procedimentos de Cobrança das Operações:**

1.1 O Cedente será responsável pela cobrança bancária dos Direitos Creditórios, que será efetuada mediante a emissão de boletos de cobrança bancária, ou mediante crédito em conta-corrente do Fundo.

1.2 Os respectivos devedores dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo serão devidamente notificados, nos termos no artigo 290 do Código Civil, sobre a cessão dos mesmos. Os boletos bancários identificarão a conta-corrente de titularidade do Fundo para crédito.

1.3 A cobrança e coleta dos pagamentos dos Direitos Creditórios Inadimplidos serão realizadas observando-se as seguintes etapas de cobrança:

- i) ligação ao devedor até o 5º (quinto) dia de atraso para informar que o título/parcela está vencido;
- ii) encaminhamento do título/parcela vencido para protesto em cartório até o 10º (décimo) dia de atraso;
- iii) emissão de carta de cobrança ao devedor até o 15º (décimo quinto) dia de atraso;
- iv) notificação ao devedor até o 20º (vigésimo) dia de atraso, e
- v) na hipótese de os procedimentos delineados nas alíneas (a) a (d) não serem suficientes para provocar a quitação do título/parcela em até 30 (trinta) dias de seu



vencimento, o título deve ser encaminhado à área jurídica do Cedente para que sejam tomadas as providências judiciais cabíveis.



## ANEXO V

*Este Anexo é parte integrante do Regulamento do "Banif Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Agro I" constituído em 30 de abril de 2008, pela Caixa Econômica Federal.*

### MODELO DE AVISO DE DESENQUADRAMENTO

#### *"AVISO DE DESENQUADRAMENTO*

*A Caixa Econômica Federal ("Instituição Administradora"), na qualidade de instituição administradora do "Banif Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Agro I" ("Fundo"), vem notificar o Banif Banco de Investimento (Brasil) S.A. ("Cedente") a respeito do desequadramento, por 2 (dois) dias úteis consecutivos, da Razão Mínima (conforme definida no regulamento do Fundo), verificado em (DATAS DE DESENQUADRAMENTO).*

*O Cedente deverá responder este Aviso de Desequadramento, com cópia para o Custodiante e o Gestor, impreterivelmente até o 2º (segundo) dia útil subsequente à data do seu recebimento, se comprometendo de modo irrevogável e irrevogável a prontamente subscrever Cotas Subordinadas em valor equivalente a, no mínimo, o necessário para reenquadramento da Razão Mínima, integralizando-as à vista, em moeda corrente nacional, por meio de depósito em conta corrente de titularidade do Fundo.*

*Na hipótese de o Cedente não responder tempestivamente este Aviso de Desequadramento na forma do parágrafo anterior, ou ainda na hipótese de o Cedente não desejar subscrever novas Cotas Subordinadas, será observado o disposto no item 25.2 "i" do regulamento do Fundo.*

*Atenciosamente,*

*Caixa Econômica Federal"*





## ANEXO VI

*Este Anexo é parte integrante do Regulamento do "Banif Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Agro I" constituído em 30 de abril de 2008, pela Caixa Econômica Federal.*

### FÓRMULA DE CÁLCULO DO VALOR A SER DISTRIBUÍDO PARA AS COTAS SENIORES

1. Desde que os resultados da carteira do Fundo permitam, a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo para as Cotas Seniores será correspondente à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, Extra-Grupo ("Taxas DI"), expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP, capitalizada de um *spread* ou sobretaxa de 1,7% (um inteiro e sete décimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidente sobre o valor da Cota Sênior, ou seu saldo não amortizado, a partir da data de subscrição e integralização das cotas do Fundo, e incorporados ao valor de cada Cota Sênior ao final de cada Período de Capitalização, de acordo com a fórmula abaixo.

1.1 Define-se:

- i) Período de Capitalização - intervalo de tempo que se inicia na data de subscrição e integralização das cotas do Fundo, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista para distribuição de resultados imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista da distribuição de resultados correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. Os rendimentos correspondentes aos Períodos de Capitalização serão incorporados ao valor da cota no prazo definido pela Taxa DI apurada naquela data. Os Períodos de Capitalização têm seus prazos definidos de acordo com as Taxas DI apuradas, sendo que:
  - a) o primeiro Período de Capitalização inicia-se na data de subscrição e integralização das cotas do Fundo, e termina no prazo definido pela Taxa DI apurada naquela data; e





- b) os Períodos de Capitalização seguintes são definidos apurando-se a Taxa DI no vencimento do período anterior, entendendo-se como o novo período em vigor o prazo desta taxa.

1.2 O cálculo do valor a ser distribuído a cada Cota Sênior, e desde que os resultados da carteira do Fundo permitam, obedecerá à seguinte fórmula:

$$VQS_T = VQS_{T-1} \times \left[ \left( \frac{DI_{T-1}}{100} + 1 \right) \times \left( \frac{Spread}{100} + 1 \right) \right]^{\frac{1}{252}}$$

$VQS_T$  = valor de cada Cota Sênior para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização e, nas hipóteses definidas neste Regulamento, resgate, calculado para a data "T".

$VQS_{T-1}$  = valor de cada Cota Sênior para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização e, nas hipóteses definidas neste Regulamento, resgate, calculado no dia útil anterior à data "T", deduzido o valor efetivamente pago, por Cota, no dia útil anterior à data "T" a título de amortização programada. No caso do cálculo no dia útil seguinte à 1ª Data de Emissão,  $VQS_{T-1}$  = R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

$DI_{T-1}$  = Taxa DI-over, média, extra-grupo, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), expressa na forma percentual, em base anual (252 dias úteis), referente ao dia útil anterior à data "T" (a "Taxa DI"). Exemplo: Se Taxa DI over do dia útil anterior for 11,50%, então  $DI_{T-1}$  = 11,50.

$Spread$  = sobretaxa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis. No caso da presente emissão 1,7% ao ano, então  $spread$  = 1,7.

2. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando da distribuição de rendimentos prevista neste Regulamento, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos



titulares das Cotas Seniores, quando da divulgação posterior da Taxa DI relativa à data de encerramento do último Período de Capitalização.

3. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 30 (trinta) dias após esta data, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, a Instituição Administradora, mediante aviso aos cotistas, a Instituição Administradora deverá convocar Assembléia Geral para definir o novo parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer distribuições de rendimentos previstas no Regulamento, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida na data de encerramento do último Período de Capitalização, até a data da deliberação da Assembléia Geral.



(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

## **ANEXO II - RELATÓRIO DA AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO**

*Este Anexo é parte integrante do “Prospecto da Distribuição de Cotas Seniores do Banif Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Agro I”*

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

Creditos ao Agronegócio /  
Brasil

Relatório de Rating  
Preliminar

## Banif Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Agro I

### Ratings

Classe/ Série	Montante BRL MI	Venc. Final	Rating Preliminar
Sênior * Série			
Única	82,50	04/2013	AA(bra)*
Subordinada	67,50	04/2013	NA

bra – Escala Nacional para o Brasil.

NA – Não Avaliada.

\*Rating Preliminar.

### Analistas

#### Finanças Estruturadas

Ely Mizrahi

55 11 4504-2600

ely.mizrahi@fitchratings.com

Camila Laffranchi

55 11 4504-2600

camila.laffranchi@fitchratings.com

Jayme D. Bartling

55 11 4504-2600

jayme.bartling@fitchratings.com

O rating preliminar não constitui a opinião de crédito da Fitch Ratings, porém, é uma indicação que poderá ser confirmada ou não no momento da atribuição do rating final. O rating preliminar atribuído está baseado em informações preliminares fornecidas pelo emissor e outros participantes da estruturação desta oferta até 12 de maio de 2008. O rating preliminar está condicionado à conferência dos documentos finais que estejam em conformidade com as informações já recebidas. Quaisquer alterações das informações poderão resultar em atribuição de rating final diferente do preliminar. Os ratings de crédito da Fitch não constituem recomendação de compra, venda ou manutenção de um título. O prospecto e outros materiais disponibilizados desta oferta deverão ser lidos anteriormente à sua aquisição.

### Fundamentos do Rating

A Fitch Ratings atribuiu o Rating Nacional Preliminar de Longo Prazo ‘AA(bra)’ à série única de cotas seniores a ser emitida pelo Banif Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Agro I (Banif FIDC Agro I), em montante nominal de até BRL82,5 milhões. Em conjunto, serão emitidas cotas subordinadas em montante nominal de até BRL67,5 milhões, com o objetivo de manter a subordinação da operação em 45%. Não foram atribuídos ratings às cotas subordinadas a serem emitidas pelo fundo.

O rating preliminar atribuído a série única de cotas seniores considera o pagamento integral do principal investido até a data final legal de resgate, sessenta meses após a primeira subscrição de cotas, bem como dos juros acruados à taxa de CDI mais 1,70% ao ano.

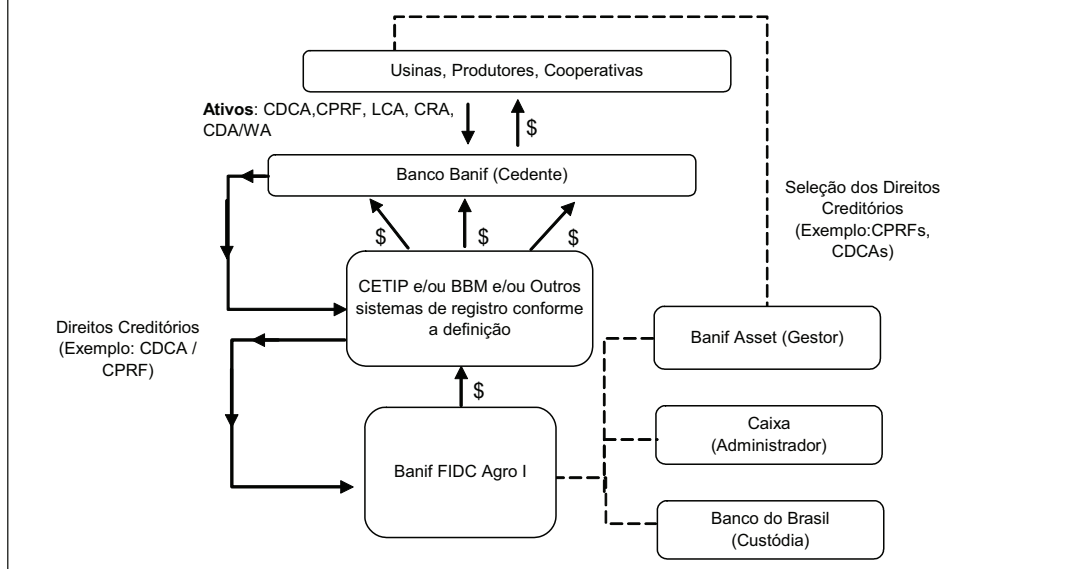
Esta transação é uma securitização de financiamentos de atividades rurais originados e concedidos pelo Banif Banco de Investimento (Brasil) S.A. (Banif) a produtores, cooperativas e terceiros, relacionados à produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos ou insumos agropecuários ou de máquinas e implementos utilizados na atividade agropecuária, através da emissão de cotas do Banif FIDC Agro I. Os financiamentos são realizados através de Cédulas de Produto Rural Financeira (CPRFs), Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCAs), Letra de Crédito do Agronegócio (LCAs), Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA), Certificado de Depósito Agropecuário e Warrant Agropecuário (CDAs/WAs).

O rating preliminar atribuído se baseia nos seguintes fatores:

- O reforço inicial de crédito equivalente a 45% do patrimônio líquido (PL) do fundo, constituído através da emissão de cotas subordinadas;
- Nos limites máximos de concentração por setor do agronegócio, com destaque à potencial exposição do fundo ao setor sucro-alcooleiro ou florestal, que poderá representar até 70% do PL do fundo;
- Nos limites máximos de concentração por região geográfica, que permitem que até 80% do PL do fundo esteja alocado em ativos cujos devedores estejam domiciliados em uma mesma região geográfica.
- A elevada correlação na qualidade de crédito entre diferentes devedores de um mesmo setor do agronegócio, composta principalmente pela exposição a variações adversas nos preços internacionais destas commodities e, em menor grau, a efeitos climáticos adversos, dependendo de sua distribuição geográfica;
- O limite máximo de concentração por devedor de 7,0% do PL;

12 de Maio de 2008

## Fluxograma da Aquisição de ativos



- Os prazos máximos de duração dos respectivos direitos creditórios de até 48 meses contados da data da primeira subscrição de cotas e a possibilidade de um título financiar mais de uma safra de determinado produto;
- A composição e os patamares mínimos de garantias reais estabelecidos, proporcionados aos direitos creditórios, que permitem maior senioridade em relação a credores sem garantias e, conseqüentemente, permitem maior recuperação em caso de default;
- A contratação de instrumentos de hedge para mitigar o risco de descasamento das taxas de juros e/ou variação cambial dos direitos creditórios, que poderão contar com um indexador diferente do que rentabiliza as cotas seniores do fundo;
- O histórico de atividade no setor e os processos de concessão de crédito e controle do Banif, além de sua posição como cotista subordinado único, que introduz um maior incentivo à cessão de créditos originados através de adequados processos de concessão de crédito.

## ■ Resumo da Estrutura

O emissor é um fundo de investimento em direitos creditórios, constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo determinado de sessenta meses, contados a partir da data da primeira subscrição de cotas. Além desta primeira série de cotas seniores, o fundo poderá promover novas emissões a critério do

administrador, conforme orientação do gestor e aprovação em assembléia geral de cotistas (AGC) . O fundo será administrado pela Caixa Econômica Federal (Caixa) e o Banco do Brasil S.A. (BB) atuará como custodiante, escriturador das cotas e banco liquidante.

O Banif é responsável pelo processo de originação, avaliação e estruturação dos direitos creditórios. Também será responsável pela cobrança dos direitos creditórios adimplentes e inadimplentes, supervisão do desempenho e enquadramento das garantias reais e, quando necessário, pela execução das mesmas. Além disso, será o fiel depositário dos documentos que evidenciam a existência dos direitos creditórios.

A Banif Nitor Asset Management S.A. (Banif Asset) será o gestor do Banif FIDC Agro I, sendo responsável pela seleção dos direitos creditórios, que serão objeto de aquisição do fundo, além de realizar a alocação dos recursos do fundo que não sejam direitos creditórios.

### Partes da Transação

**Cedente:** Banif Banco de Investimento (Brasil) S.A.

**Administrador:** Caixa Econômica Federal

**Gestor : Banif Nitor Asset Management S.A.**

**Custodiante : Banco do Brasil S.A.**

**Agente de Cobrança:** Banif Banco de Investimento (Brasil) S.A.

O administrador é responsável pelo cálculo e verificação diária da razão de garantia (limite mínimo de subordinação). Caso a garantia se encontre abaixo do limite mínimo de 45% do PL por um período maior que dois dias úteis consecutivos, este informará imediatamente o cedente.

O cedente, por sua vez, deverá responder em até dois dias, contados do recebimento da notificação, se comprometendo de modo irrevogável e irrevogável a prontamente subscrever novas cotas subordinadas, caso contrário, após cinco dias úteis, gerará um evento de liquidação antecipada. O administrador poderá realizar a amortização compulsória das cotas seniores, objetivando o reequadramento da razão de garantia. Os cotistas serão informados em até cinco dias úteis da data em que se verificou a necessidade de realização da amortização compulsória e esta deverá ser proporcional e com igualdade de condições entre os cotistas seniores.

A Fitch entende que tal mecanismo poderá promover a reenquadração do fundo a seus limites mínimos de garantia. No entanto, ressalta que isso não resolve, a longo prazo, uma possível contaminação na qualidade de crédito dos ativos adquiridos.

Durante os primeiros 25 meses, a partir da data da primeira subscrição de cotas, será observado um período de revolvência da carteira de ativos. Após este período, todos os recebimentos provenientes do pagamento de direitos creditórios adquiridos serão direcionados de acordo com a ordem de alocação de recursos discriminada neste relatório. O prazo definido para o resgate integral de ambas as classes de cotas é de até sessenta meses contados a partir da data da primeira subscrição de cotas.

O fundo poderá adquirir direitos creditórios que apresentem rentabilidade mínima, líquida dos custos de hedge, equivalente a CDI acrescido de 2,18% ao ano; ou variação cambial mais 8,0% ao ano; ou ainda, taxa prefixada de 13,35%; de forma a alcançar a remuneração-alvo estabelecida.

O fundo poderá adquirir direitos creditórios com rentabilidade indexada à variação do dólar norte-americano ou apenas uma taxa prefixada, à medida que a rentabilidade, líquida de custos de hedge, alcance a rentabilidade mínima estabelecida.

O regulamento antevê que os direitos creditórios, serão adquiridos pelo valor de face do respectivo título, acrescido da remuneração atualizada *pro rata temporis* desde a data de emissão ou da data do último pagamento de juros, se for o caso, até a data do pagamento do preço de cessão. Não haverá ágio sobre o valor presente dos ativos no momento da aquisição.

## Período de Revolvência

A partir da primeira subscrição de cotas seniores, o fundo terá um período de revolvência de 25 meses, para efetuar aquisições de direitos creditórios elegíveis. Após noventa dias do início de operação do fundo, no mínimo, 50% do PL deverão estar alocados em direitos creditórios elegíveis (alocação mínima) e, ao terminar o período de revolvência, o fundo não poderá realizar novas aquisições. As aquisições de direitos creditórios por parte do fundo durante o período de revolvência serão realizadas de acordo com o fluxograma apresentado na página 2.

Os critérios do fundo não permitem que um determinado devedor apresente exposição superior a 7,0% do PL do fundo. Além disso, a estrutura da operação apresenta critérios máximos de concentração por setor do agronegócio. Os limites são:

Sector de Originação	% Mínimo	% Máximo
Sucro-alcooleiro	30%	70%
Grãos	0%	40%
Pecuário	0%	30%
Florestal	10%	70%
Outros (somatório dos setores de Algodão, cítricos, entre outros)	0%	40%

Na visão da Fitch, os limites de concentração por setor do agronegócio são mais relevantes do que a concentração por devedor individual, dado a elevada correlação entre devedores de um mesmo setor. Apesar de determinados produtores e cooperados terem diferentes estruturas de custos e estratégias de endividamento, a variação dos preços internacionais destas commodities é a principal variável a afetar a qualidade de crédito de tais devedores.

A diversificação geográfica reduz, em até certo grau, a correlação entre os ativos do fundo, pois permite diminuir a exposição a quebras de safras, devido às variações climáticas adversas e aos desequilíbrios pontuais na oferta e no custo de mão-de-obra qualificada. Os limites de diversificação por setor também ajudam a diminuir a correlação entre devedores localizados em uma mesma região geográfica, já que os longos períodos de precipitação e outros fenômenos da natureza apresentam diferentes efeitos na qualidade do produto financiado e, conseqüentemente, no volume e nos preços no momento da realização das vendas. Pode-se verificá-los conforme a tabela abaixo, sendo todos calculados em relação ao PL do fundo:



Região da Cultura	% Máximo
Centro-Oeste	60%
Nordeste	20%
Norte	10%
Sudeste	80%
Sul	80%

## Ordem de Aplicação de Recursos

A Caixa, na qualidade de administrador, e o Banif Asset, na qualidade de gestor, serão responsáveis por alocar os recebimentos do fundo, de forma a atender suas exigibilidades durante o período de revolvência. Esta será realizada de acordo com a seguinte ordem de aplicação de recursos:

- Pagamento de encargos de responsabilidade do fundo;
- Provisionamento e criação da reserva para despesas e encargos. A constituição da reserva de pagamento objetiva fazer frente às despesas e encargos estimados do mês seguinte;
- Pagamento da aquisição de direitos creditórios elegíveis;

Após o período de revolvência, a ordem de aplicação de recursos será alterada passando a vigorar:

- Pagamento de encargos de responsabilidade do fundo;
- Provisionamento e a criação da reserva para despesas e encargos. A constituição da reserva de pagamento objetiva fazer frente às despesas e encargos estimados para os três meses seguintes;
- Pagamento dos valores referentes à amortização ou resgate das cotas seniores;
- Pagamento dos valores referentes à amortização ou resgate das cotas subordinadas, observando as condições previstas em regulamento;

Os valores recebidos em função do pagamento antecipado dos direitos creditórios (pré-pagamento) ou que tenham sido pagos após a data de vencimento não deverão ser alocados para pagamento dos valores referentes à amortização ou resgate das cotas subordinadas, caso existam cotas seniores em circulação.

Caso ocorram eventos de avaliação ou liquidação descritos mais adiante, a ordem de aplicação de recursos entre as classes de cotas seniores e subordinadas será alterada de regime pro rata para seqüencial. Em regime seqüencial, todos os recursos serão utilizados prioritariamente para a liquidação e

resgate integral das cotas seniores. A partir do resgate integral das cotas seniores, serão liquidadas as cotas subordinadas até o seu resgate integral

## ■ Direitos Creditórios Alvo de Aquisição

O Banif FIDC Agro I tem como objetivo adquirir direitos creditórios provenientes do setor agropecuário brasileiro. Estes direitos creditórios deverão ser constituídos, necessariamente, sob as modalidades de CPRFs, CDCAs, CRA, LCAs e CDAs/WAs.

Apesar de o fundo estar habilitado a adquirir os títulos acima listados, respeitando os critérios de elegibilidade e as condições de cessão, preferencialmente, serão adquiridas CPRFs e CDCAs.

## CPR

As CPRs foram instituídas pela Lei 8.929, de 22 de agosto de 1994, alterada pela Lei 10.200, de 14 de fevereiro de 2001, que adicionou o Artigo 4º, autorizando a liquidação de CPRs financeiramente.

Este título pode ser emitido por produtores rurais, suas associações e cooperativas sob três distintas modalidades: financeira, física e de exportação. A CPR financeira é um título líquido e certo, exigível, na data de seu vencimento, através do resultado da multiplicação do preço estipulado pela quantidade do produto especificado. Já a CPR física é um título representativo de promessa de entrega de produtos rurais a ela relacionados. A CPR deverá ser registrada em cartório de registro de imóveis, tanto no domicílio do emissor quanto no local do produto rural. As CPRs podem ser acompanhadas de garantias reais. Observa-se que a maior parte das CPRs têm sido emitidas com garantias nas formas de penhor de primeiro grau. Nesta operação, somente serão adquiridas CPRs com liquidação financeira, CPRs financeiras, acompanhadas de garantias reais (penhor de produtos). O penhor de produtos deverá ser necessariamente de primeiro grau em nome do fundo ou em grau diferente quando o fundo for o único beneficiário de todos os ônus reais de mesma natureza gravados no respectivo bem ou direito. Um diagrama do fluxo da estrutura típica de uma operação de CPR Financeira de Cana-de-açúcar está disponível no Anexo I.

## CDCA

O CDCA foi instituído através da Lei 11.076/2004, constituindo um título de crédito negociável, que tem como lastro os direitos creditórios originários do setor agropecuário (CPRs), entre outras garantias reais. Trata-se de um título de crédito de livre negociação e de emissão exclusiva de cooperativas,

produtores rurais e pessoas jurídicas que exerçam a atividade de comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos e insumos agropecuários ou de máquinas e implementos utilizados para produção. O emissor responde pela origem e autenticidade dos direitos creditórios vinculados ao CDCA. Além da CPR, o CDCA poderá contar com outra garantia real representada por direitos creditórios do agronegócio (i.e. cessão de contrato de venda de produtos que o emissor celebrou com uma empresa, cooperativa ou trading company pela venda de sua produção vigente durante o prazo do CDCA).

O valor deste título não poderá exceder o valor total dos direitos creditórios das CPRs a ele vinculado. Os direitos creditórios não podem ser penhorados, seqüestrados ou arrestados em decorrência de outras dívidas do emissor, tendo como característica o fato de constituir-se como título executivo extrajudicial.

Nesta operação, as garantias reais que lastrearão as emissões dos títulos (ou seja, CPRFs e CDCAs) deverão ser monitoradas por uma das agências de monitoramento indicadas no regulamento. Estas, por sua vez, deverão ser especializadas no respectivo setor do produto que realizará o serviço.

No Anexo II, encontra-se um diagrama do fluxo com a estrutura de uma operação de CDCA com CPRs de madeira e cessão fiduciária dos direitos creditórios do contrato de compra e venda celebrado entre o emissor e uma empresa produtora de papel e celulose.

#### ■ Critérios de Elegibilidade

No momento da aquisição, os direitos creditórios deverão atender aos critérios de elegibilidade estabelecidos, a serem verificados pelo Banco do Brasil. Dentre estes estão:

- O direito creditório não apresente data superior ao prazo de 48 meses, contado a partir da data de subscrição inicial de cotas;
- Sejam referentes a devedores que não apresentem, quando da aquisição, outros direitos creditórios vencidos e não pagos ao fundo.

#### ■ Condições de Cessão

Além dos critérios de elegibilidade, para serem objeto de aquisição pelo fundo, os direitos creditórios deverão observar as condições de cessão. Nesta operação, a verificação será de responsabilidade do Banco Banif, cedente dos créditos. Dentre estas condições, estão:

- Os direitos creditórios deverão estar registrados na Câmara de Custódia e Liquidação (Cetip)

e/ou na Bolsa Brasileira de Mercadorias (BBM) e/ ou em outro sistema de registro, liquidação e custódia reconhecido pelo Banco Central (Bacen) ou autorizado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM);

- As garantias reais compostas, obrigatoriamente, por penhor mercantil, agrícola de primeiro grau ou alienação fiduciária do produto a que os títulos se referem, podendo ser complementada por garantia de penhor de primeiro grau ou cessão fiduciária de direitos creditórios, que observe no momento da formalização a razão mínima de garantias de 110% do valor esperado para resgate;
- O respectivo devedor, não pode ter falência ou insolvência decretada, tampouco estar em processo de recuperação judicial ou extrajudicial;
- Os direitos creditórios devem corresponder à totalidade do saldo devedor de cada título do respectivo devedor, não sendo assim permitida a aquisição parcial de títulos;
- Um parecer jurídico emitido por um escritório de advocacia especializado deve estar em poder da Banif Asset, atestando a viabilidade jurídica da operação, da qual os direitos creditórios se originaram, sua correta constituição e formalização, e que sobre os mesmos não há demanda judicial;
- Prévia notificação dos devedores dos direitos creditórios sobre a respectiva cessão e o pagamento em conta corrente de titularidade do fundo;
- Os direitos creditórios devem ser referentes a devedores que não apresentem, no momento de aquisição pelo fundo, outros direitos creditórios vencidos e não pagos ao cedente;
- O valor nominal dos direitos creditórios detidos contra cada um dos sacados não poderá representar individualmente percentual superior a 7% do PL do fundo;

As provisões para devedores duvidosos serão contabilizadas conforme Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 2.682, exceto para os direitos creditórios vencidos e não pagos após noventa dias de seu vencimento, os quais serão provisionados integralmente como perda efetiva.

#### ■ Cobrança de Créditos Inadimplidos

Segundo o contrato de cobrança, que será celebrado em conjunto com o fundo, o Banif exercerá a função de agente de cobrança dos direitos creditórios

vencidos e não pagos, conforme a descrição dos mecanismos e procedimentos adotados para a cobrança. Este deverá observar as seguintes etapas:

- O Banif entrará em contato com o devedor através de uma ligação telefônica até o quinto dia de atraso, para informar que o título/parcela está vencido e não pago;
- Será encaminhado o título/parcela vencido para protesto em cartório até o décimo dia de atraso;
- Será emitida uma carta de cobrança ao devedor até o 15º dia de atraso;
- O devedor será notificado até o vigésimo dia de atraso.

Caso os procedimentos citados acima não sejam suficientes para obter a quitação do título/parcela em até trinta dias de seu vencimento, este deverá ser encaminhado à área jurídica do Banif, para que sejam tomadas as providências judiciais cabíveis.

Todos os custos de cobrança, execução e honorários advocatícios são de responsabilidade do fundo.

#### ■ **Eventos de Avaliação / Liquidação Antecipada**

A Caixa é responsável por convocar uma AGC e, caso ocorra quaisquer eventos de avaliação, esta irá deliberar se o fundo será liquidado ou se deverão ser implementados eventuais ajustes. Na ocorrência destes eventos, a Banif Asset interromperá os procedimentos de aquisição de novos direitos creditórios. Qualquer pagamento de amortização de cotas subordinadas será suspenso.

Dentre os eventos de avaliação estão:

- Desenquadramento do fundo à política de investimento ou à alocação mínima, por um período superior a dez dias úteis consecutivos;
- Se os direitos creditórios cedidos vencidos e não pagos até o prazo de trinta dias atingirem percentual superior a 10% do PL ou 50% do total de direitos creditórios cedidos pelo mesmo devedor;
- Não cumprimento pelo custodiante, agente de recebimento, agente cobrador, administrador e gestor das obrigações estabelecidas perante o fundo, desde que notificado para sanar ou justificar o descumprimento e não seja regularizado no prazo de dois dias úteis contados o recebimento da notificação;

- Aquisição de direitos creditórios em desacordo com as condições de cessão ou os critérios de elegibilidade estabelecidos;
- Retirada ou rebaixamento em dois níveis da classificação de risco inicial das cotas seniores;
- Amortização ou resgate de cotas subordinadas em desacordo com os procedimentos definidos em regulamento;
- Caso o fundo deixe de atender a razão de garantia durante o prazo de dez dias úteis consecutivos, contados da ocorrência do evento;
- Desenquadramento da razão mínima de garantia de produto por prazo superior a sessenta dias;
- Modificação da política de concessão de crédito adotada pelo Banif na data de assinatura do contrato de cessão;
- Inobservância da reserva para despesas e encargos por prazo superior a dez dias.

O fundo antevê determinados eventos de liquidação antecipada. Na ocorrência, deverá ser convocada uma AGC para deliberar sobre a realização da liquidação antecipada do fundo. Dentre estes eventos, destacam-se:

- Desenquadramento da razão mínima por cinco dias úteis consecutivos;
- Impossibilidade de realizar aquisição de novos direitos creditórios elegíveis;
- Resilição do contrato de custódia ou renúncia do custodiante, com a não assunção de suas funções por uma nova instituição;
- Renúncia do administrador, com a não assunção de suas funções por uma nova instituição;
- O administrador, gestor ou custodiante verifique a aquisição de direitos creditórios em desacordo com os critérios de elegibilidade estabelecidos;
- Resilição ou rescisão do contrato de cessão;

A declaração de liquidação antecipada do fundo resulta em alterar a ordem de alocação de recursos, destinando todos os recursos disponíveis após as despesas para a amortização acelerada das cotas seniores até seu resgate integral. Subseqüentemente, as cotas subordinadas serão resgatadas, de forma seqüencial. A liquidação do fundo será gerida pelo administrador ou o que for deliberado na AGC.

**■ Análise de Crédito**

Os direitos creditórios do Banif FIDC Agro I serão originados e cedidos pelo Banif, cotista subordinado único do fundo. Sendo uma instituição financeira, a qual reporta-se a determinados órgãos regulatórios, o banco adota critérios rigorosos para a originação dos financiamentos, passando pela análise e recomendação da área de crédito em conjunto com a área especializada no setor do agronegócio. Positivamente, foi apresentada à Fitch a parte pré-selecionada dos direitos creditórios, que equivalem a cerca de 50% da carteira do fundo. Sobre este percentual, a agência recebeu os respectivos documentos das operações, suas garantias reais e certas informações dos emissores relativos.

O restante da carteira de direitos creditórios a ser adquirida será originada durante o período de revolvência. Portanto, foram elaboradas algumas premissas a respeito da composição da carteira final para análise dos riscos de crédito. Estas são:

- Composição da carteira mais agressiva em relação aos limites máximos de concentração por setor e por região, conforme previsto no regulamento;
- Concentração máxima individual por sacado de 7% sobre o PL;
- Foi considerada a razão mínima de garantia estabelecida no regulamento da operação para os ativos por serem originados pelo Banif e a razão de garantia efetiva para os créditos, cuja documentação foi apresentada;
- O prazo máximo estabelecido do direito creditório de até 48 meses, contado a partir da primeira subscrição de cotas;
- O período de 12 meses para recuperação de créditos declarados como perda.

Após o período de revolvência de 25 meses, a carteira passará a ser estática e, conforme determinado no regulamento da operação, não poderá ter um prazo superior a 48 meses, contados a partir da primeira subscrição de cotas.

Dada a flexibilidade apresentada na estrutura do fundo em relação ao prazo máximo que o direito creditório poderá apresentar, foi utilizado um prazo igual a 48 meses para os ativos da carteira, com pagamento de juros anuais e principal no 48º mês. Esta flexibilidade se traduz em maior risco para a operação, já que os títulos de prazo maior apresentam maiores incidências de perda do que os de prazos mais curtos. Além disso, outro risco relevante para a operação é o fato deste ativo poder

representar o financiamento da safra de até quatro anos para frente, ou seja, caso as safras anteriores a esta, apresentem alguma situação que prejudique o bom andamento da produção, a probabilidade da quarta safra ser realizada com sucesso é baixa. Desta forma, a recuperação de ativos referentes a safras do segundo ano ou superiores foi ajustada para ponderar esse risco.

Devido à potencial exposição a um determinado setor e à alta correlação entre os participantes do respectivo setor, a Fitch considera o nível de subordinação disponível de 45% para a operação suficiente para suportar estresses associados ao rating 'AA(bra).' A agência estressou os fluxos de caixa da operação sob diferentes curvas de perda e concluiu que o reforço de crédito disponível para a operação cobre o default de 56% da carteira de ativos, ou seja, os oito maiores tomadores. A Fitch considerou em suas simulações um nível médio de recuperação de 20% para os créditos inadimplentes.

Para estimar o grau de recuperação, foram utilizados os direitos creditórios existentes e apresentados pela Banif Asset, complementados com a expectativa, mencionada acima, da composição da carteira final.

Dentre as variáveis consideradas na análise de recuperação, estão os custos de corte, carregamento e transporte do produto para a unidade de produção; e os de processamento do produto final; além de custos legais associados aos honorários advocatícios. Nesta simulação, foram considerados diferentes cenários de estresse sobre os preços internacionais das commodities, de forma que represente as oscilações verificadas no mercado.

**■ Garantias Reais dos Direitos Creditórios**

As garantias dos direitos creditórios, objeto de aquisição por parte do fundo, deverão ser compostas obrigatoriamente por penhor mercantil ou agrícola de primeiro grau ou alienação fiduciária do produto referente ao título, ainda podendo ser complementadas por garantia de penhor de primeiro grau ou cessão fiduciária de direitos creditórios, oriundos de contratos de compra e venda com *off-takers*, sempre devidamente registrados em nome do fundo no cartório de registro competente.

O somatório dos valores das garantias na data de aquisição de cada direito creditório deverá representar, no mínimo, 110% do valor nominal do título referido, que se constitui na razão mínima de garantia. Posteriormente, esta razão não poderá estar desenhada por um prazo superior a sessenta dias.

É importante ressaltar dois pontos referentes às garantias dos direitos creditórios. O primeiro se refere à razão de garantia mínima. Esse percentual mínimo não é especificamente referente à garantia na forma de produto agrícola. Na visão da Fitch, o produto agrícola financiado é o que lastreia o empréstimo concedido. Em geral, pode-se observar nas operações de financiamentos agrícolas dessa natureza que da relação total da garantia do título referido apenas 50% corresponde ao produto financiado. O saldo remanescente está associado a contratos com *offtakers*, que basicamente se refere à entrega do produto financiado. A Fitch entende que poderá haver uma dupla contagem na relação das garantias, já que o produto poderá ser utilizado para liquidar o contrato com o *offtaker*. O fato da operação não contar com um percentual mínimo de garantia por produto traz risco à recuperação dos títulos.

Outro ponto relevante é que existe a hipótese de o contrato com o *offtaker* não ser honrado em caso de deterioração da lavoura dada em garantia. Também há possibilidade de o produtor rural não cumprir suas obrigações com o *offtaker* e o contrato perder seu valor. Assim, conclui-se que a garantia na forma de penhor de primeiro grau ou cessão fiduciária de direitos creditórios oriunda de contratos de compra e venda com *off-takers* não agrega valor adicional em relação ao valor do financiamento concedido. Entretanto, um contrato com *offtaker* minimiza o risco de falta de oferta de compradores.

As lavouras de produtos, floresta ou o rebanho de gado, que se referem às garantias e ao lastro dos títulos a serem adquiridos, deverão ser monitoradas pelas seguintes agências de monitoramento: Control Union, EBW; Cotecna; Schutter; Plantum; Terreri; SGS; e Rural.

Conforme verificado, existem garantias que serão compostas por penhor mercantil ou agrícola de primeiro grau ou alienação fiduciária de produto. O penhor é um direito real de garantia sobre um bem que tem o privilégio na execução do mesmo, no qual existe a necessidade do registro em cartório do instrumento de constituição que trata este penhor, a fim de garantir este direito contra direitos de terceiros. No processo de execução das garantias, o credor deverá executar o contrato através de ação ordinária, que, em determinados casos, poderá levar de dois a cinco anos até que ocorra o desfecho de uma sentença. Ainda assim, do valor monetário resultante da execução, poderá, conforme a situação do emissor do título, ser deduzido o montante necessário para pagar execuções trabalhistas ou fiscais.

O valor obtido para execução deste tipo de garantia em caso de falência do devedor cumpre o quadro de classificação dos credores, que prioriza na exigibilidade do pagamento os créditos trabalhistas e fiscais e as despesas de terceiros para a conservação dos bens e encargos da massa.

A Fitch considera que o fluxo de caixa originário da recuperação de créditos vencidos e não pagos poderá beneficiar as cotas seniores, pois estas têm vencimento em até sessenta meses contados a partir da primeira subscrição de cotas e o prazo dos direitos creditórios é de até 48 meses, a partir da primeira subscrição de cotas. Dessa forma, cria-se um espaço de tempo de um ano para uma possível recuperação dos créditos. Como a expectativa de recebimento dos mesmos pode ser de aproximadamente dois anos, este benefício é parcial. A Fitch considera, ainda, que, sobre o resultado monetário do bem executado, poderão ser subtraídos passivos com maior prioridade (ou seja, trabalhistas e fiscais) da empresa ou produtor devedor do direito creditório vencido e não pago.

Foi verificado que, além do penhor, também poderá ser realizada a alienação fiduciária de produtos. Nesta modalidade, o bem passa a ser de propriedade do credor enquanto durar a dívida.

Observa-se ainda que a execução da garantia através da alienação fiduciária é consideravelmente mais ágil e não está sujeita a passivos do devedor (emissor do título), já que houve a transferência da propriedade para o credor (fundo) até a quitação do financiamento realizado.

### ■ Risco de Variação de Preço

Os emissores dos direitos creditórios elegíveis para a aquisição deverão atuar no setor agropecuário brasileiro, de forma que as garantias destes direitos creditórios, commodities, derivem dos respectivos setores específicos de atuação.

Nesta operação, existe a possibilidade de haver considerável exposição a dois determinados setores, suco-alcooleiro e florestal.

Historicamente, o preço atrelado às garantias provenientes do setor suco-alcooleiro são extremamente voláteis, conforme mostram os gráficos apresentados no Anexo III. Assim, a Fitch entende que este fato pode, em determinados casos, afetar a força de pagamento do direito creditório.

As garantias que acompanham os direitos creditórios desta operação estão expostas a este risco de volatilidade de preço. Considerando uma situação de inadimplemento, estas poderão ser executadas. Durante a execução, um dos passos será a venda



destas garantias para reaver o valor do crédito não pago, sendo que este risco pode afetar a recuperação do valor do crédito e conseqüentemente, o grau de recuperação atribuído ao ativo.

#### ■ Risco de Commingling

O risco de commingling pode ocorrer quando os pagamentos dos direitos creditórios pertencentes ao fundo são realizados em uma conta de titularidade do cedente ou que apenas não seja do fundo.

Este risco está mitigado na estrutura da operação, uma vez que todos os pagamentos referentes aos direitos creditórios serão direcionados à conta corrente de titularidade do fundo.

#### ■ Risco de Descasamento de Taxas de Juros e Variação Cambial

Os direitos creditórios elegíveis ao fundo poderão contar com uma taxa de juros composta pela variação de moeda estrangeira mais uma taxa prefixada, variação do CDI somada a uma taxa prefixada ou apenas por uma taxa prefixada, assim fazendo frente ao rendimento pós-fixado apresentado pelas cotas seniores do fundo. A estrutura desta operação contempla uma política de hedge, de maneira que os cotistas seniores não estão expostos ao descasamento dos outros indexadores na variação da taxa de juros atrelada às suas cotas.

Na simulação do fluxo de caixa, a Fitch utilizou a política de hedge estabelecida na estrutura da operação, de forma que não foram aplicados cenários de estresse para cada tipo de indexador.

#### ■ Considerações Legais

A Fitch entende que a estrutura legal do fundo é sólida. Foi verificado que os direitos creditórios serão cedidos e transferidos da cedente para o fundo, por meio de um instrumento particular de contrato de cessão, devidamente registrado, o que constitui um negócio jurídico perfeito, reforçando que, em uma eventual decretação da falência da cedente, a titularidade dos direitos creditórios do fundo não será comprometida. A Fitch solicitou e recebeu parecer legal elaborado por um escritório de advocacia renomado, que opinou sobre determinados pontos, dentre eles:

Validade da constituição do fundo e sua capacidade de exercer as atividades estabelecidas nos documentos da operação;

- Capacidade jurídica do cedente realizar a cessão e transferência dos direitos creditórios, portanto, não existindo impedimento legal ou tributário, que possa comprometer a validade da cessão;
- A formalização da cessão perfeita (*true sale*) dos direitos creditórios, perante o contrato de cessão;
- O possível impacto na capacidade do originador (cedente) de efetuar a cobrança dos direitos creditórios pertencentes ao fundo durante o evento de intervenção, recuperação judicial ou falência;
- A necessidade da estrutura efetuar a devida formalização (registro) da cessão e notificação das partes em conformidade com as leis.

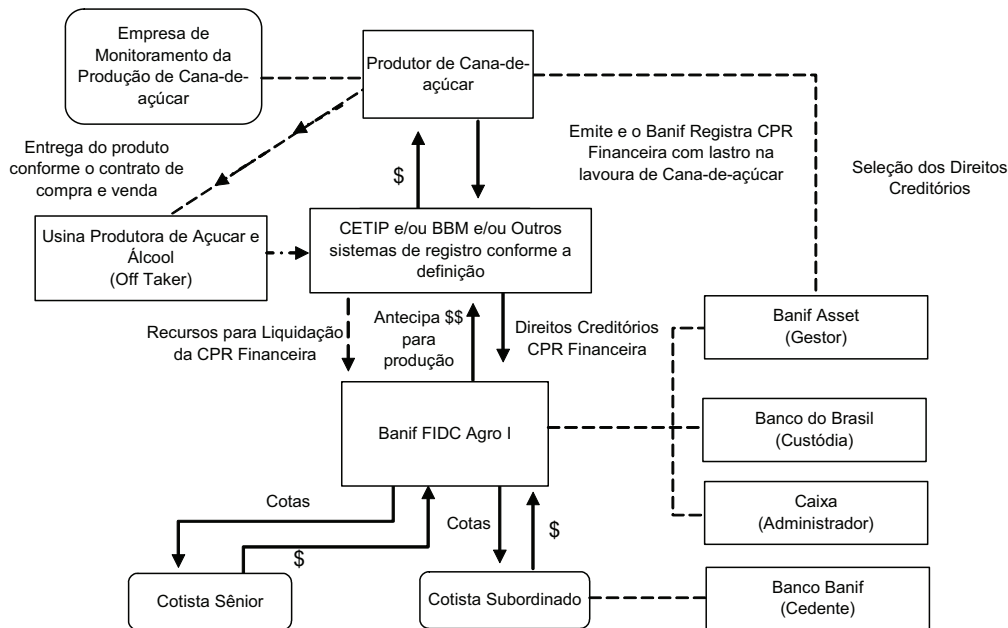
A respeito das garantias reais que acompanharão os direitos creditórios, a estrutura do fundo – mediante à política de concessão de crédito (anexo IV) – busca assegurar a constituição válida e perfeita destas garantias como parte integrante dos respectivos direitos creditórios do fundo e, por sua vez, em benefício dos seus investidores. Em conjunto aos documentos dos direitos creditórios, o gestor, segundo os critérios de elegibilidade, deverá ter em posse um parecer legal elaborado por um escritório de advocacia especializado atestando a válida e perfeita constituição citada.

#### ■ Monitoramento

A Fitch acompanhará o desempenho desta operação regularmente. Este monitoramento visa assegurar que os ratings atribuídos continuem refletindo, apropriadamente, o perfil de risco das cotas emitidas.

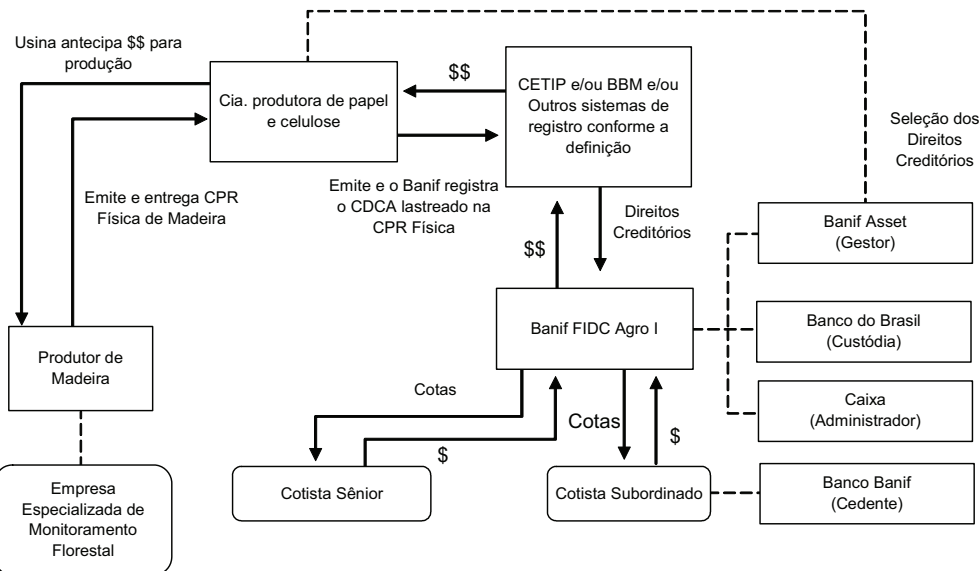
Os detalhes sobre o desempenho desta operação estão disponíveis na área de monitoramento de operações estruturadas, [www.fitchratings.com.br](http://www.fitchratings.com.br).

**Anexo I – Fluxograma da Estrutura de uma CPR Financeira**



Elaboração: Fitch Ratings

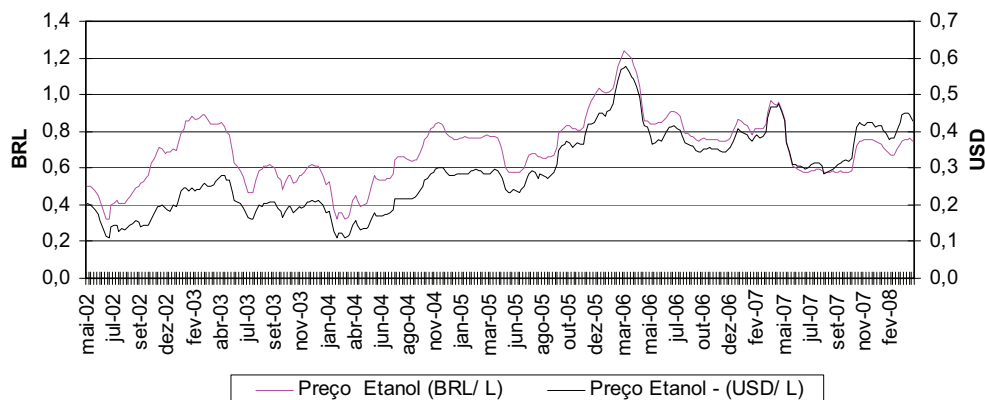
**Anexo II – Fluxograma da Estrutura de um CDCA**



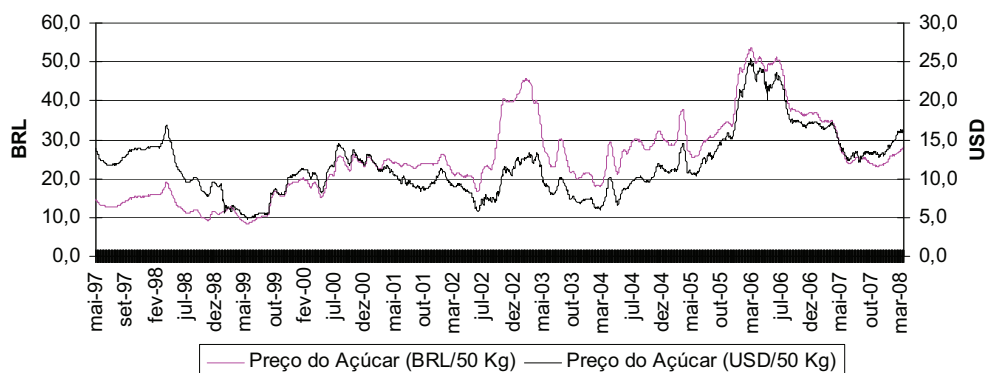
Elaboração: Fitch Ratings

**Anexo III – Histórico da Variação do Preço das Commodities**

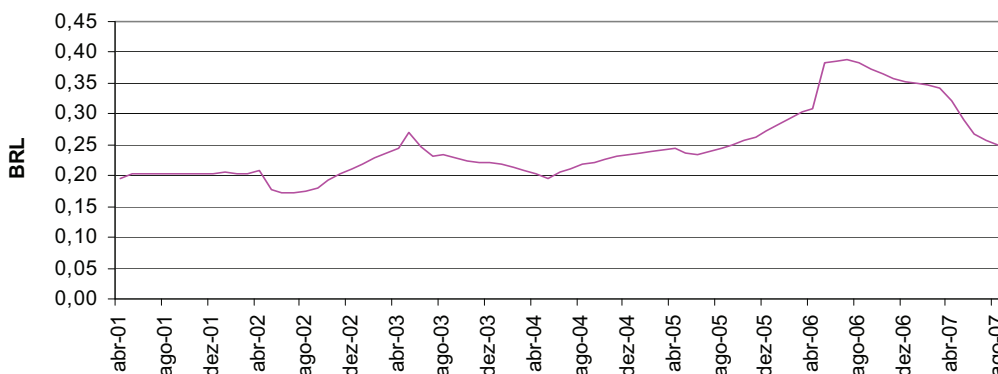
**Histórico do Preço do Etanol (BRLxUSD)**



**Histórico do Preço do Açúcar (BRLxUSD)**



**Histórico do Preço do ATR (BRL/kg)**



Elaboração: Fitch Ratings



**Anexo IV – Política de Concessão de Crédito****Processo de Originação**

As operações de agronegócio poderão ser originadas por meio de um consultor externo ou diretamente pelo devedor. Para início da análise, o departamento de agronegócios do Banif solicita os seguintes documentos: ficha cadastral, informações econômico-financeiras, dados de produção e características da operação.

Nessa pré-análise, é realizada a consulta ao Serasa para verificação de apontamentos e definido o interesse na operação. Em caso negativo, o devedor e/ou consultor é avisado e, em caso positivo, é agendado o comitê de prospecção.

O comitê de prospecção avalia a proposta, e em caso de aprovação, o departamento de agronegócios do Banif solicita documentação exigida para análise de crédito.

O departamento de agronegócios do Banif analisa a documentação enviada e verifica a necessidade de documentação complementar, realizando visita ao devedor na sequência.

A operação é então submetida ao comitê de crédito, que conta com a participação do presidente do Banif no Brasil, dois diretores, e de um executivo do Banif em Portugal por meio de conference call, além de analistas do departamento de crédito e do departamento de agronegócios do banco no Brasil. Havendo a aprovação, é iniciado o processo de estruturação e formalização dos levantamentos e instrumentos necessários, fazendo a interface com as áreas e empresas envolvidas: cadastro, back-office, empresa de monitoramento, seguradora, agência de rating e assessoria legal externa, que produzirá parecer jurídico atestando a viabilidade jurídica da operação, sua correta constituição e formalização, e que sobre os direitos creditórios não há demanda judicial, conforme estabelecido nos critérios de elegibilidade do fundo;

O back-office é responsável pela verificação e controle das garantias além dos instrumentos de formalização exigidos pelo comitê de crédito.

Na data do desembolso, o departamento de agronegócios providencia a transferência dos recursos para o devedor, mediante prévia autorização do devedor enviada por e-mail ou fax.

As áreas envolvidas para a realização do desembolso são comunicadas, cabendo ao back-office o registro dos títulos nos órgãos responsáveis, bem como em câmaras ou sistemas de registro, liquidação e custódia e a posterior gestão das garantias em parceria com a área de risco do cedente.

O acompanhamento da operação é realizado pelo departamento de agronegócios, através de visitas periódicas, e pelo controle da data de vencimento dos títulos, informando essa ao devedor e permitindo um provisionamento de recursos para liquidação dos ativos.

Na data da liquidação, o back-office informa o valor para a liquidação e acompanha sua realização junto à tesouraria do Banif. Os devedores serão notificados para pagar diretamente à conta-corrente do fundo.

Antes do vencimento, os títulos deverão ser baixados das câmaras e sistemas de registro, liquidação e custódia para liquidação, mediante depósito na conta-corrente do fundo.

No vencimento, os ativos serão conciliados com os valores depositados pelos devedores. Feita a conciliação, serão considerados liquidados, devendo ser baixados em órgãos de registro, e enviados por Sedex, mediante autorização do devedor.

O Banif guardará em arquivo eletrônico toda a documentação que comprove a efetiva liquidação dos títulos, bem como a sua devolução ao devedor.

**Política de Crédito**

A política de crédito do Banif é fundamentada em alguns princípios básicos, que têm como finalidade a adequada gestão e a uniformidade na avaliação do crédito.

O primeiro passo é a elaboração da proposta de crédito, em que são apresentadas as condições e características dos limites com que se objetiva operar com os devedores.

Para proposição desse limite de crédito são necessários:

- 1) Proposta com a descrição da linha de crédito;
- 2) Relatório de crédito;
- 3) Planilha de dados;
- 4) Pesquisa de restritivos; e
- 5) Classificação de risco.

O relatório de crédito é composto por informações abrangentes, sempre atualizadas, que permitem definir adequadamente o perfil de atividades do devedor e sua situação econômico-financeira. Ele identifica a capacidade de pagamento do devedor apresentada até o momento. A avaliação é feita por meio da análise da gestão da capacidade operacional, da análise financeira para verificar a performance passada, e dos fatores que justificam a confiança na continuidade desta capacidade ou em sua recuperação.

Para elaboração do relatório de crédito são necessários: (i) dados cadastrais da empresa; (ii) dados operacionais; (iii) análise econômico-financeira; (iv) consulta ao Serasa; e (v) classificação de risco do devedor. Após a conclusão do relatório de crédito, o mesmo é apresentado ao comitê de crédito, que define a aprovação do limite e a operação proposta.

Copyright © 2008 da Fitch, Inc., Fitch Ratings Ltd., Fitch Ratings Brasil Ltda. e suas subsidiárias. One State Street Plaza, NY, NY 10004.  
Telefone: 1-800-753-4824, (212) 908-0500. Fax: (212) 480-4435.

Proibida a reprodução, integral ou parcial, exceto quando autorizada. Todos os direitos reservados. Todas as informações aqui contidas baseiam-se em dados obtidos de emissores, outros coobrigados, underwriters e de outras fontes que a Fitch acredita serem confiáveis. A Fitch não audita ou verifica a veracidade ou precisão de quaisquer destas informações. Em consequência, as informações prestadas neste relatório são fornecidas "no estado", sem que ofereçam qualquer tipo de garantia. Um rating da Fitch constitui opinião sobre o perfil de crédito de um título. O rating não cobre o risco de perdas em função de outros riscos que não seja o de crédito, a menos que tal risco esteja especificamente mencionado. A Fitch não está envolvida na oferta ou venda de qualquer título. Um relatório que contenha um rating atribuído pela Fitch não constitui um prospecto, nem substitui as informações montadas, verificadas e apresentadas aos investidores pelo emissor e seus agentes, em conexão com a venda dos títulos. Os ratings podem ser modificados, suspensos ou retirados, a qualquer tempo, por qualquer razão, a critério exclusivo da Fitch. A agência não oferece aconselhamento sobre investimentos de qualquer tipo. Os ratings não constituem recomendação de compra, venda ou retenção de qualquer título. Os ratings não comentam a correção dos preços de mercado, a adequação de qualquer título a um determinado investidor ou a natureza de isenção de impostos ou taxa sobre pagamentos efetuados com respeito a qualquer título. A Fitch recebe honorários de emissores, seguradores, garantidores, outros coobrigados e underwriters para avaliar os títulos. Estes honorários geralmente variam entre US\$1.000 e US\$750.000 (ou o equivalente em moeda local aplicável), por emissão. Em certos casos, a Fitch analisará todas ou um determinado número de emissões efetuadas por um emissor em particular ou seguradas ou garantidas por uma determinada seguradora ou garantidor, mediante o pagamento de uma única taxa anual. Tais honorários podem variar de US\$10.000 a US\$1.500.000 (ou o equivalente em moeda local aplicável). A atribuição, publicação ou disseminação de um rating pela Fitch não implicará consentimento da Fitch para utilização de seu nome como especialista, com respeito a qualquer declaração de registro submetida mediante a legislação referente a títulos em vigor nos Estados Unidos da América, a Lei de Serviços Financeiros e Mercado, de 2000, da Grã-Bretanha ou a legislação referente a títulos de qualquer outra jurisdição, em particular. Devido à relativa eficiência da publicação e distribuição por meios eletrônicos, a pesquisa da Fitch poderá ser disponibilizada para os assinantes eletrônicos até três dias antes do acesso para os assinantes dos impressos.

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

### **ANEXO III -DECLARAÇÕES**

*Este Anexo é parte integrante do “Prospecto da Distribuição de Cotas Seniores do Banif Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Agro I”*

#### **DECLARAÇÕES DA INSTITUIÇÃO LÍDER E DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA**

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

## DECLARAÇÃO

**BANIF BANCO DE INVESTIMENTO (BRASIL) S.A.**, instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Minas de Prata, nº. 30, 15º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.753.740/0001-58, instituição líder da distribuição de cotas seniores do “**BANIF FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS AGRO I**” (“Fundo”), nos termos do artigo 56, parágrafos 1º e 5º, da Instrução nº 400, de 29 de dezembro de 2003, da CVM, vem declarar que: (i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que (a) as informações prestadas pelo Fundo são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da oferta; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas que venham a integrar o prospecto, são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da oferta; e (ii) o prospecto (a) foi elaborado de acordo com as normas pertinentes; e (b) contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da oferta e dos valores mobiliários ofertados, bem como do Fundo, suas atividades, situação econômico-financeira, riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, 07 de maio de 2008.

  
**BANIF BANCO DE INVESTIMENTO (BRASIL) S.A.**



Rodrigo Boulos D. Mello  
Diretor

Andrea Sano Aleixo  
Superintendente

**DECLARAÇÃO**

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, instituição financeira sob a forma de empresa pública, regendo-se pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 6.132, de 22 de junho de 2007, autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, com sede em Brasília, Distrito Federal, por meio de sua Vice-Presidência de Gestão de Ativos de Terceiros, situada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista n.º 2.300, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.360.305/0001-04, instituição administradora do “BANIF FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS AGRO I” (“Fundo”), nos termos do artigo 56 da Instrução nº 400, de 29 de dezembro de 2003, da CVM, vem, em seu próprio nome e em nome do Fundo, declarar que: (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a distribuição de cotas do Fundo; e (ii) o prospecto (a) foi elaborado de acordo com as normas pertinentes; e (b) contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da oferta e dos valores mobiliários ofertados, bem como do Fundo, suas atividades, situação econômico-financeira, riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, 07 de maio de 2008.



CAIXA ECONÔMICA FEDERAL  
Instituição Administradora do

**“BANIF FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS AGRO I”**



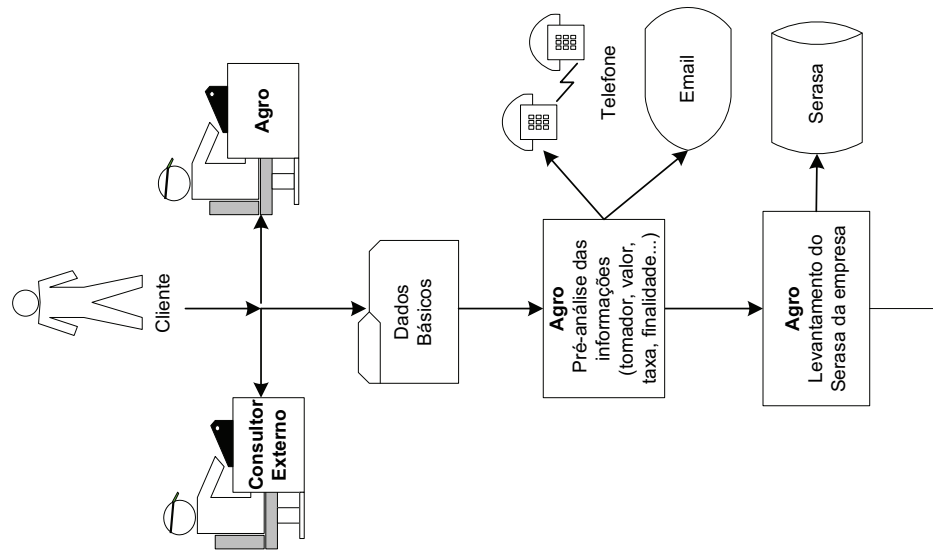
#### **ANEXO IV - FLUXO DE ORIGINAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO**

*Este Anexo é parte integrante do “Prospecto da Distribuição de Cotas Seniores do Banif Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Agro I”*

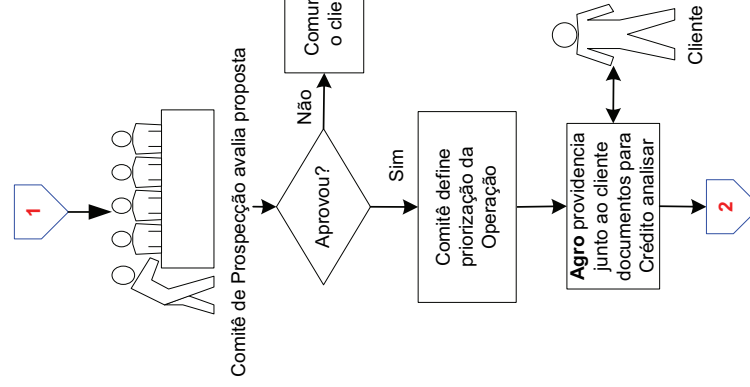


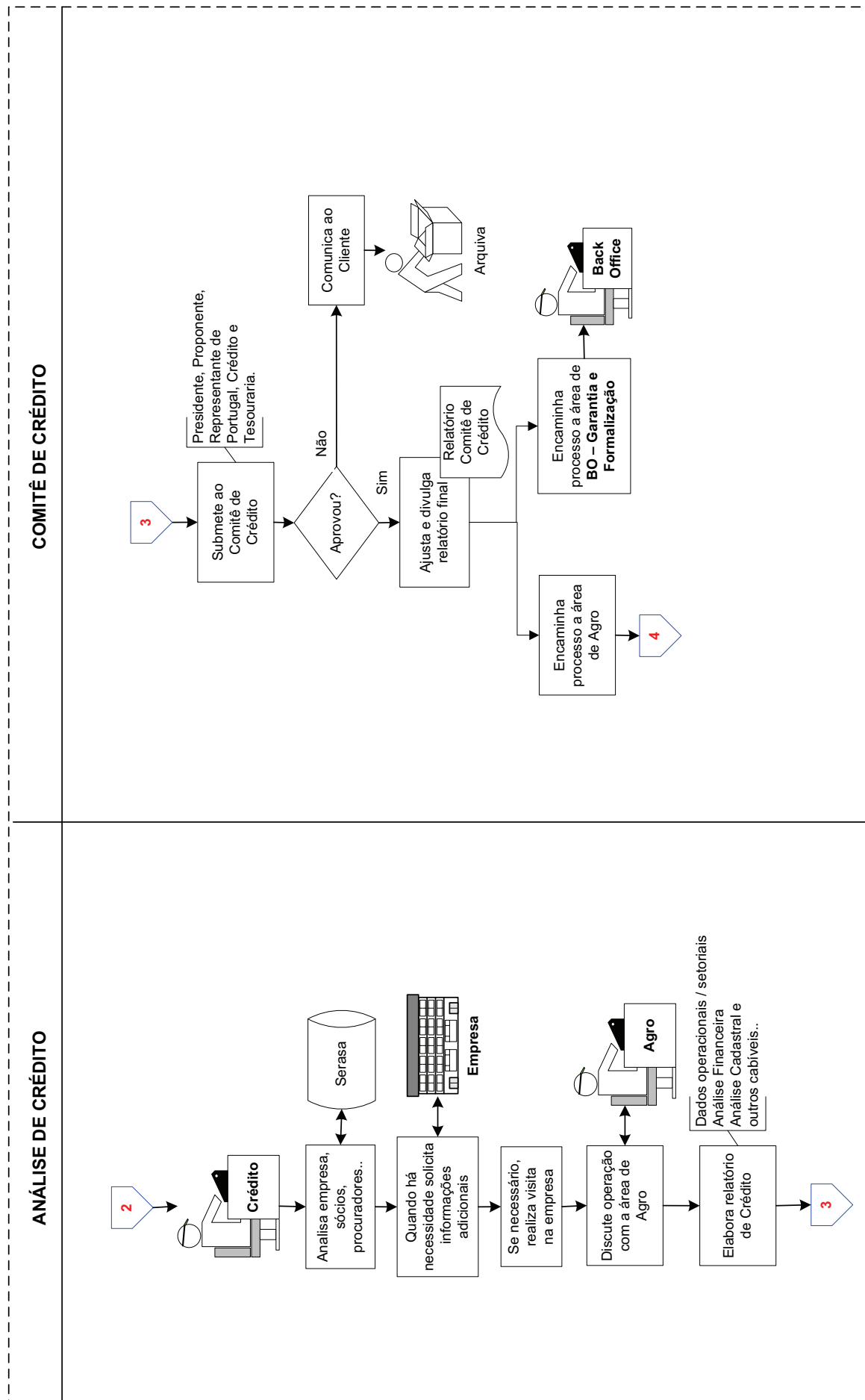
(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

ORIGINAÇÃO

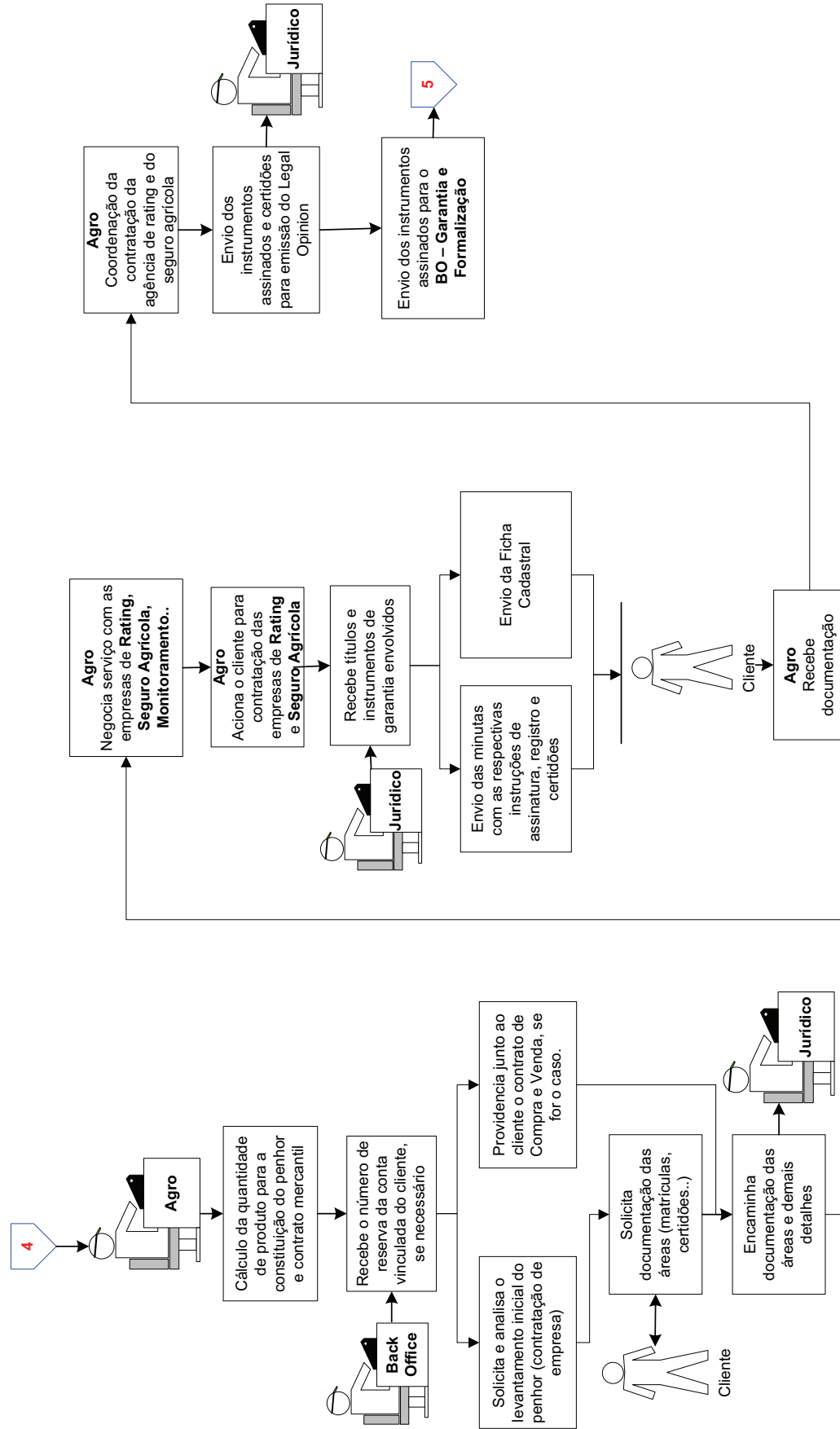


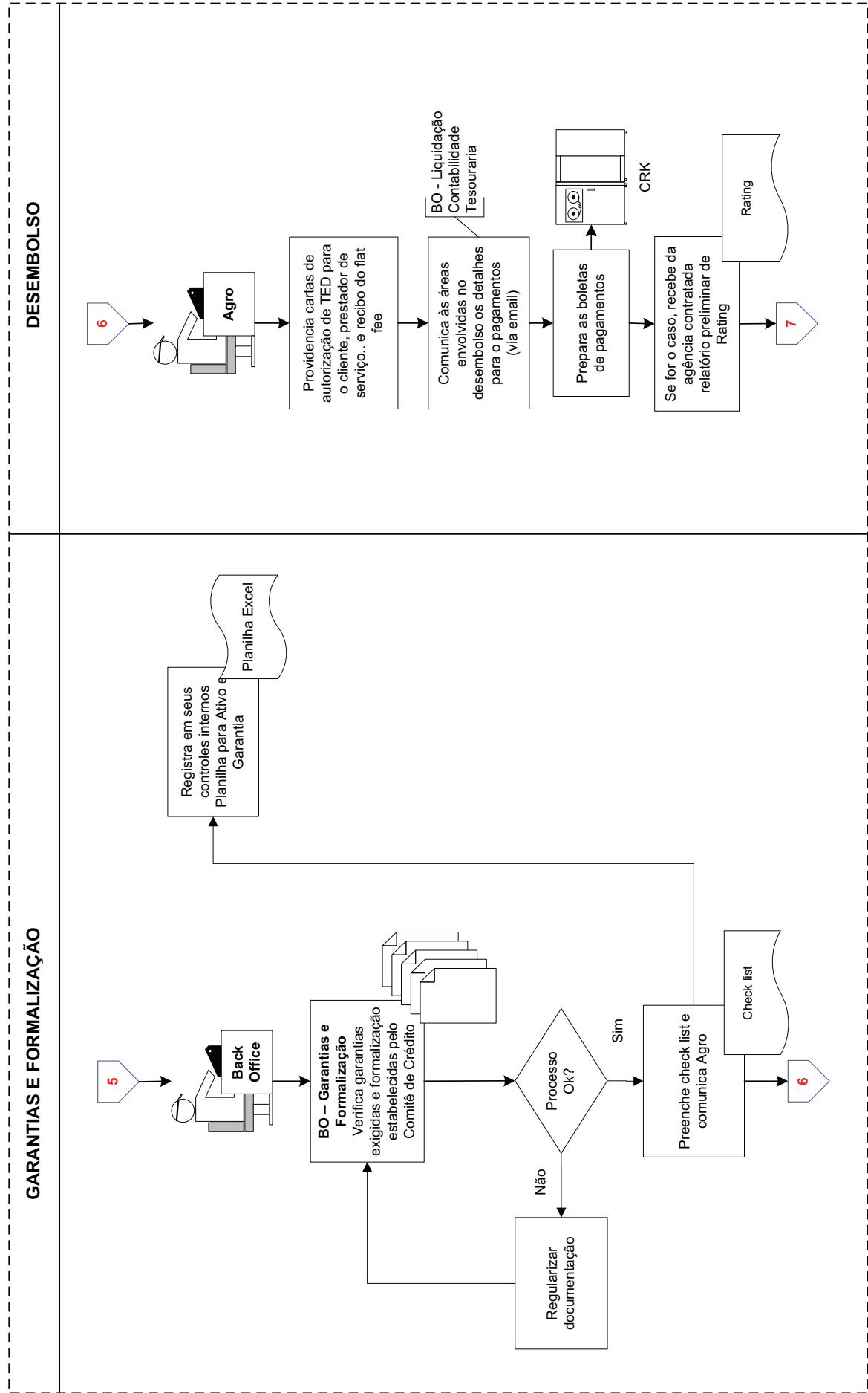
COMITÊ DE PROSPECÇÃO

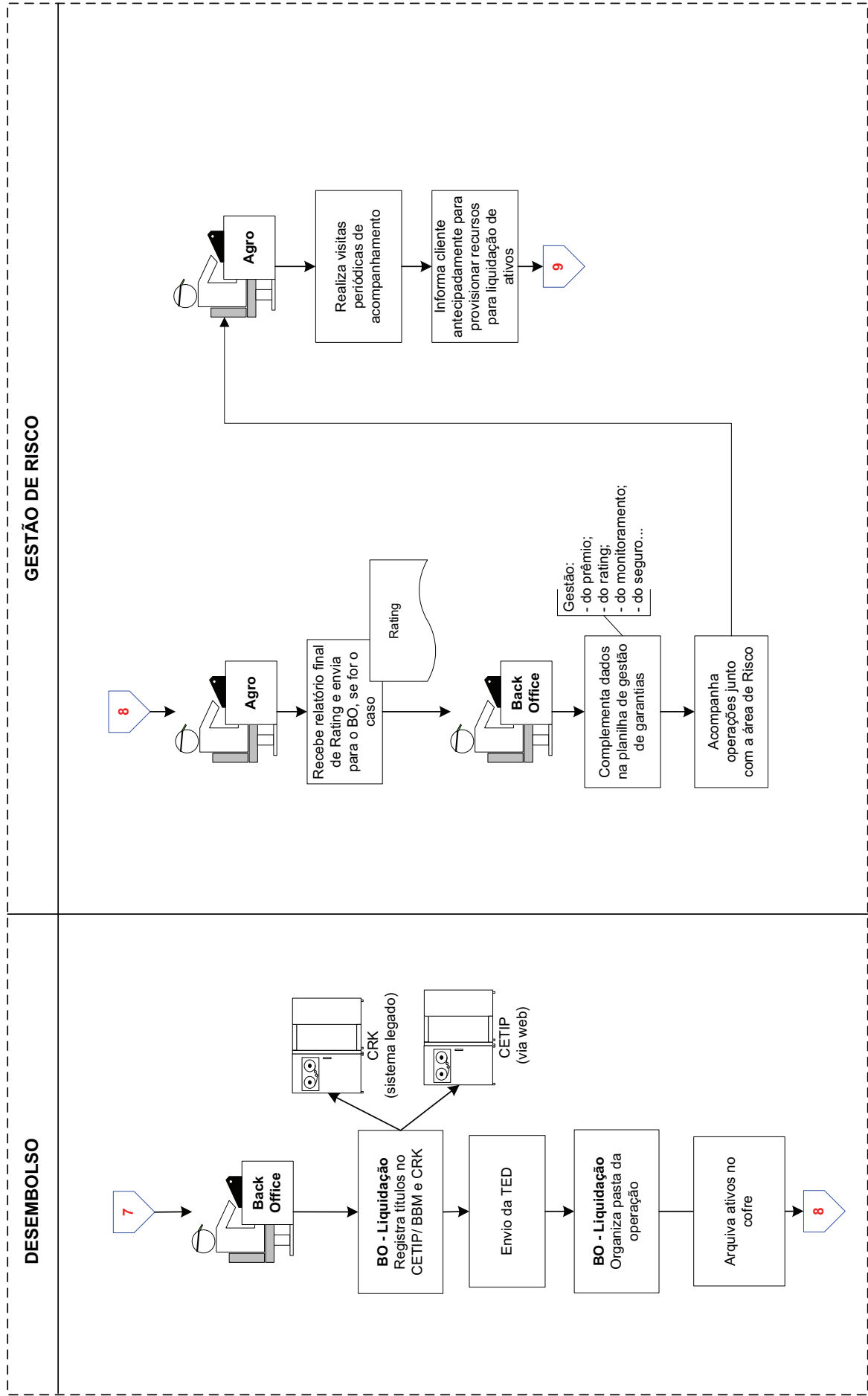




## ESTRUTURAÇÃO E FORMALIZAÇÃO







## LIQUIDAÇÃO

